



TÉCNICO
LISBOA



Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela

Avaliação Ambiental Estratégica Relatório Ambiental

maio 2024

Ficha Técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

Beatriz Romão

Joana Dias

Joana Lima

Índice

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE.....	4
2.1	Abordagem metodológica específica.....	5
3	OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	8
4	QUADRO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	11
4.1	Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores – quadro de avaliação estratégico.....	11
4.2	Justificação do quadro de avaliação estratégica apresentado.....	15
4.2.1	Questões Estratégicas (QE).....	15
4.2.2	Questões Ambientais e de Sustentabilidade.....	16
4.2.3	Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	16
4.3	Quadro de Governança.....	18
5	AVALIAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL.....	19
5.1	Análise de integração dos temas estratégicos nos FCD.....	19
5.2	Avaliação das estratégias por FCD.....	21
5.2.1	FCD#1 - Estruturação territorial e requalificação urbana.....	21
5.2.1.1	Questões/Tendências Críticas.....	21
5.2.1.2	Análise SWOT.....	21
5.2.1.3	Avaliação do Modelo.....	22
5.2.1.4	Diretrizes de Monitorização.....	27
5.2.1.5	Quadro de Governança.....	28
5.2.2	FCD#2 - Âncoras e competitividade económica.....	29
5.2.2.1	Questões/Tendências Críticas.....	29
5.2.2.2	Análise SWOT.....	29
5.2.2.3	Avaliação do Modelo.....	30
5.2.2.4	Diretrizes de Monitorização.....	32
5.2.2.5	Quadro de Governança.....	33
5.2.3	FCD#3 - Conetividade ecológica.....	34
5.2.3.1	Questões/Tendências Críticas.....	34
5.2.3.2	Análise SWOT.....	34
5.2.3.3	Avaliação do Modelo.....	34
5.2.3.4	Diretrizes de Monitorização.....	36
5.2.3.5	Quadro de Governança.....	37
5.2.4	FCD#4 - Sistemas socioculturais.....	38
5.2.4.1	Questões/Tendências Críticas.....	38
5.2.4.2	Análise SWOT.....	38
5.2.4.3	Avaliação do Modelo.....	39
5.2.4.4	Diretrizes de Monitorização.....	40
5.2.4.5	Quadro de Governança.....	41
5.2.5	FCD#5 - Eficiência energética.....	42
5.2.5.1	Questões/Tendências Críticas.....	42
5.2.5.2	Análise SWOT.....	42
5.2.5.3	Avaliação do Modelo.....	43
5.2.5.4	Diretrizes de Monitorização.....	46
5.2.5.5	Quadro de Governança.....	46
6	CONCLUSÕES.....	47

ANEXOS

ANEXO I - EVOLUÇÃO DOS FCD

ANEXO II - ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

ANEXO III - ORIENTAÇÕES E METAS RELEVANTES DO QRE

ANEXO IV - LISTA DE ENTIDADES RELEVANTES PARA CONSULTA E AGENTES RELEVANTES E RESPONSABILIDADES

ANEXO V - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DA AAE

ANEXO VI - OPÇÕES ESTRATÉGICAS

ANEXO VII - QUESTÕES ESTRATÉGICAS DO MODELO TERRITORIAL PROPOSTO

ANEXO VIII - MATERIALIZAÇÃO DOS TEMAS ESTRATÉGICOS NO PLANO

ANEXO IX - MEMORANDO DA CMP SOBRE AS ALTERAÇÕES DO PLANO APÓS PROCESSO DE CONCERTAÇÃO

Índice de Figuras

Figura 1 – Desenvolvimento da AAE e a ligação com o processo de revisão do PDM.	4
Figura 2 – Atividades de AAE e entregáveis em cada uma das fases.	5

Índice de Quadros

Quadro 1 – Objeto de avaliação.	8
Quadro 2 – Vetores estratégicos e domínios de intervenção.	9
Quadro 3 – Fatores Críticos para a Decisão e seus objetivos correspondentes.	12
Quadro 4 – Vetores Estratégicos do PDM-Palmela.	15
Quadro 5 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD.	16
Quadro 6 – Relevância do QRE por FCD.	17
Quadro 7 – Interesses no processo de revisão do PDM-Palmela.	18
Quadro 8 – Relação entre FCD e temas estratégicos.	19
Quadro 9 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.	26
Quadro 10 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.	27
Quadro 11 – Quadro de Governança - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.	28
Quadro 12 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.	31
Quadro 13 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.	32
Quadro 14 – Quadro de Governança - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.	33
Quadro 15 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#3 Conetividade ecológica.	36
Quadro 16 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#3 Conetividade ecológica.	36
Quadro 17 – Quadro de Governança - FCD#3 Conetividade ecológica.	37
Quadro 18 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#4 Sistemas socioculturais.	40
Quadro 19 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#4 Sistemas socioculturais.	40
Quadro 20 – Quadro de Governança - FCD#4 Sistemas socioculturais.	41
Quadro 21 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#5 Eficiência energética.	45
Quadro 22 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#5 Eficiência energética.	46
Quadro 23 – Quadro de Governança - FCD#5 Eficiência energética.	46

Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CENFIC	Centro de Formação Profissional da Indústria e da Construção Civil
CMP	Câmara Municipal de Palmela
DA	Declaração Ambiental
DGT	Direção Geral do Território
DR	Decreto Regulamentar
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENE 2020	Estratégia Nacional para a Energia
ENEPAI 2030	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
Estratégia 2030	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030
ET2027	Estratégia Turismo 2027
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FER	Fontes de Energia Renovável
GEE	Gases com Efeito de Estufa
HGI	Espaços Habitacionais de Génese Ilegal
ICNF	Instituto da Conservação
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social.
JF	Junta de Freguesia
LBGPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
NRJIGT	Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (2015)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAESP	Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela
PDS	Plano de Desenvolvimento Social de Palmela
PDM	Plano Diretor Municipal
PDM-Palmela	Plano Diretor Municipal de Palmela
PDR 2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PENSAAR 2020	Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais
PERSU 2020	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
PETI 2014-2020	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PIDFCI	Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
PLAAC	Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas
PMAAC-AML	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML
PMQARLVT	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo
PNA	Parque Natural da Serra da Arrábida

PNEC 2030	Plano Nacional Energia e Clima 2030
PNI 2030	Plano Nacional de Investimentos 2030
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA 2020	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
POPNA	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida
PORNES	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado
POR Lisboa 2020	Programa Operacional Regional Lisboa 2020
POSEUR 2020	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PROF-LVT	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PSRN2000	Plano Sectorial Rede Natura 2000
QAS	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
REM	Rede Ecológica Metropolitana
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RH5A 2022-2027	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
RH6 2022-2027	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNC 2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
RNES	Reserva Natural do Estuário do Sado
RPDM	Regulamento do PDM
RSI	Rendimento Social de Inserção
SE	Serviços de ecossistemas
TC	Transporte Coletivo
TI	Transporte Individual
TP	Transporte Público

1 INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativa à revisão do **Plano Diretor Municipal de Palmela** (PDM-Palmela). Este relatório descreve o processo de desenvolvimento da AAE, e os seus principais resultados decorrentes das interações com a equipa de planeamento do PDM-Palmela.

A Avaliação Ambiental (AA) da revisão do PDM-Palmela é realizada nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, e do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, enquadramento legal da AA de planos e programas suscetíveis de terem efeitos significativos no ambiente. Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do Plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Palmela (CMP). A CMP é também responsável pelo seguimento do Plano, nomeadamente pela sua monitorização, para a qual a AA propõe alguns indicadores e medidas neste documento.

Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e às entidades consultadas.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolve-se através de uma metodologia que assume um papel de facilitador do processo de planeamento, alertando para situações de risco ou de oportunidade na perspetiva da sustentabilidade, em função dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Processa-se em quatro fases, descritas no capítulo 2, concomitantes com a definição da estratégia e das opções estratégicas do Plano, e com o desenvolvimento do modelo territorial e das respetivas propostas, integrando assim a definição das estratégias do Plano e a sua territorialização.

Esta AAE teve, contudo, um desenvolvimento atípico. Iniciou-se em julho de 2008, assinalada pela definição do quadro de avaliação estratégia, descrito no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), entregue em dezembro de 2008.

Seguidamente foram desenvolvidas as opções estratégicas e a sua avaliação, entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2010, o que permitiu fornecer contributos para a discussão das estratégias do Plano e a sua concretização no modelo territorial proposto. O relatório de opções estratégicas incluiu os contributos e conteúdos desenvolvidos e suportados numa sessão de trabalho sobre a AAE e desenvolvimento sustentável no concelho de Palmela (Fórum Palmela 21, em 2009, resultados incluídos no Anexo VI). A avaliação traduziu-se sempre em oportunidades e riscos de índole estratégica que poderiam resultar se fossem seguidas determinadas linhas estratégicas. Resultou também desse processo diretrizes com vista à integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases subsequentes de planeamento e sua implementação, envolvendo para isso outras entidades relevantes.

Todavia, após a entrega do relatório de avaliação das opções estratégicas, houve uma quebra no desenvolvimento do PDM, ou pelo menos na sua relação com a AAE. As interações do PDM-Palmela com a AAE escassearam e os processos prolongaram-se:

- (i) em janeiro de 2015 foi realizada uma revisão do quadro de avaliação (Anexo I), mas sem consequências para a continuação da AAE;
- (ii) em outubro de 2018 foi realizada uma reunião centrada num levantamento de questões críticas realizado pela equipa da AAE (Anexo VII);
- (iii) em dezembro de 2019 a equipa de planeamento do PDM-Palmela envia o esclarecimento das questões críticas e a proposta de Plano Diretor Municipal (PDM) no seu formato final (Anexo VII);
- (iv) em março de 2020 é enviado o Relatório Ambiental (RA) à CMP;
- (v) em setembro de 2020 foi realizada uma reunião como o Senhor Presidente da CMP e com a equipa de planeamento do PDM-Palmela centrada nos comentários ao RA;
- (vi) em janeiro de 2021 receciona-se uma versão revista do PDM-Palmela e consequentemente é revisto o RA, resultando na versão de fevereiro de 2021 submetida ao processo de consulta de entidades;
- (vii) em junho de 2022 a equipa do PDM-Palmela envia a lista dos pareceres emitidos pelas entidades relativamente ao RA (versão de fevereiro 2021), ao qual se dá resposta juntamente com os pareceres redigidos pela equipa do PDM-Palmela relativamente ao Plano;
- (viii) em agosto de 2023, após as alterações profundas realizadas à proposta do Plano consequentes do processo de concertação, a equipa do PDM-Palmela contacta a equipa da AAE para comunicar as alterações efetuadas;
- (ix) em setembro de 2023 as equipas da AAE e do PDM-Palmela realizam várias interações (reuniões via zoom e via telefone) para explanar as alterações realizadas do Plano. A equipa do PDM-Palmela envia a lista de alterações que o Plano sofreu, juntamente com o Regulamento alterado, o Relatório de Fundamentação e um memorando (Anexo IX) sobre as possíveis alterações à materialização dos temas estratégicos da proposta do Plano (Anexo VIII). Desta revisão resulta a versão do RA (enviada à CMP) de novembro de 2023.
- (x) entre março e maio de 2024, as equipas da AAE e do PDM-Palmela alinham os últimos detalhes da revisão do Plano, e respetiva avaliação, e consequentemente, revê-se o RA que resulta na presente versão (maio 2024).

Face a esta evolução da relação entre os dois processos, e tendo havido contributos da AAE em fases iniciais do PDM, optou-se nesta AAE por adotar as questões críticas enunciadas em 2018 (Anexo VIII – resultante da sistematização do Anexo VII) como elementos de avaliação, uma vez que é o que destaca as estratégias do PDM-Palmela objeto de avaliação da AAE.

O Relatório Ambiental estrutura-se do seguinte modo: introdução (Capítulo 1), objetivo e metodologia da AAE (Capítulo 2), apresentação do objeto de avaliação (Capítulo 3) e do quadro de avaliação (Capítulo 4), quadro institucional para a governança (Capítulo 5), avaliação do modelo territorial e diretrizes (Capítulo 6) e conclusões (Capítulo 7).

Em Anexo encontra-se a evolução dos FCD ao longo dos 12 anos de desenvolvimento do PDM (Anexo I), o desenvolvimento da análise de tendências (realizada em 2009 e atualizada em Janeiro de 2020 de acordo com os elementos finais no Plano) (Anexo II), o Quadro de Referência Estratégico (QRE) (Anexo III), a lista de entidades relevantes para consulta e as responsabilidades

dos agentes relevantes para a concretização da estratégia proposta pelo PDM (Anexo IV), o detalhe de todos os momentos de consulta e envolvimento no processo da AAE (Anexo V), as opções estratégicas (Anexo VI), as questões estratégicas do modelo territorial proposto (Anexo VII), a materialização dos temas estratégicos no Plano resultante da sistematização do Anexo VII (Anexo VIII), e por fim o memorando da CMP sobre as alterações do Plano após o processo de concertação (setembro 2023) (Anexo IX).

2 OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE

A AA da revisão do PDM-Palmela foi desenvolvida com base na metodologia de AAE descrita em Partidário (2012)¹, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano.

A metodologia proposta assegura o cumprimento da legislação em vigor já enunciada, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

- I. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão;
- II. Análise de tendências;
- III. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas;
- IV. Estabelecimento de bases para um programa de seguimento da implementação do Plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM-Palmela, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas (Figura 1). A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta e envolvimento de entidades e do público.

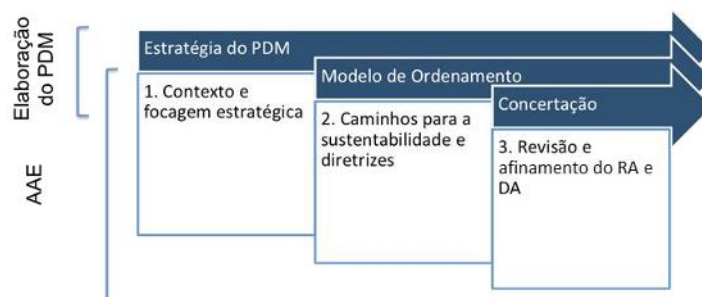


Figura 1 – Desenvolvimento da AAE e a ligação com o processo de revisão do PDM.

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PDM-Palmela respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no território do Plano e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.

Para assegurar estes objetivos, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais descritas na secção seguinte, que desejavelmente se teriam articulado melhor com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem (Figura 2):

- a. **Relatório de Fatores Críticos para a Decisão**, que reporta sobre o âmbito e alcance da AA;
- b. **Relatório Ambiental** onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e do modelo territorial, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano;
- c. **Declaração Ambiental** para apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente no seguimento da aprovação do Plano.

¹Partidário, M.R., 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais, Lisboa.

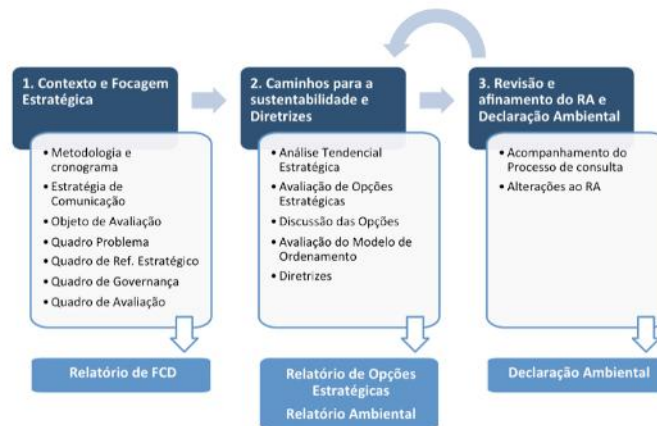


Figura 2 – Atividades de AAE e entregáveis em cada uma das fases.

2.1 Abordagem metodológica específica

Relativamente à abordagem metodológica seguida para a avaliação deste Plano foram seguidos os seguintes pontos:

1. **Metodologia e articulação processual.** Corresponde ao estabelecimento de uma metodologia processual para as atividades de AAE que normalmente deveria estabelecer, de forma coordenada, a relação dos processos de AAE e de desenvolvimento da revisão do PDM, e mapeamento dos trabalhos num cronograma, incluindo os momentos de interação.

Como referido anteriormente a articulação entre as equipas foi muito reduzida e o processo de desenvolvimento do PDM atípico. A gestão e planificação dos trabalhos, desde 2008, foi sendo ajustada por diversas vezes. Após a fase inicial mais integrada (2008-2009) existiram interações pontuais em 2015, 2018 e na fase de fecho da proposta de Plano, 12 anos após o seu início.

2. **Estratégia de comunicação.** Corresponde à definição de uma estratégia de comunicação que garanta o envolvimento de diferentes atores com relevância para a revisão do PDM.

Relativamente ao envolvimento com os atores, em janeiro de 2009 tiveram lugar sessões de trabalho com a comunidade e também em 2009 ocorreu o Fórum Palmela 21 (Anexo V). A realizar, ainda, as sessões de apresentação do Plano e período de discussão pública, conforme o disposto na lei.

3. **Focalização.** Corresponde à identificação e estabelecimento dos FCD relevantes para a AAE da revisão do PDM-Palmela, respetivos critérios de avaliação e indicadores, com base numa visão estratégica para o município, estabelecida pelos agentes relevantes do município na sessão de trabalho em 2009, e num diagnóstico estratégico e principais linhas de força. O quadro de avaliação estratégica resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, que estabelece o referencial de avaliação em função do enquadramento com outros planos e programas relevantes e com as macropolíticas europeias, nacionais e regionais que enquadram o desenvolvimento do município, e que representam não apenas compromissos a cumprir a nível municipal, mas também linhas orientadoras de futuro relevantes para a sustentabilidade do município;

- **Questões Estratégicas** (QE) do PDM-Palmela, que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam a revisão do Plano e que resultam de decisões emanadas pelo Executivo Municipal, dos seus órgãos consultivos ou resultantes de consultas a agentes com interesse municipal;
- **Questões Ambientais e de Sustentabilidade** (QAS), nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, traduzidas para a escala e âmbito do PDM-Palmela e relevantes para as características municipais.

A definição dos FCD beneficiou em 2009 de sessões de interação com a comunidade e da realização do Fórum Palmela 21. Foram objeto de consulta institucional no início de 2009 uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, compete à entidade responsável pelo Plano *"determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental"* e, de acordo com o n.º 3 do citado artigo, *"a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental"*. Apesar da legislação só exigir a consulta de Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE), recomendou-se, como boa prática, a consulta de outras entidades da Comissão Consultiva e do público em geral, propostas no Anexo IV.

Com base nos elementos atrás identificados definiu-se:

- **Quadro problema** que identifica as principais limitações bem como as potencialidades que se colocam a um desenvolvimento sustentável do município de Palmela, designadamente os principais valores e condicionantes bem como os fatores de mudança que determinam a evolução do município;
- **Quadro de governança**, onde são definidos os principais atores, os níveis de responsabilidades e competências (formais e informais) relevantes para a AAE, e designadamente quais podem ser os vazios e sobreposições de competências.

No entanto, porque o processo de desenvolvimento do Plano foi prolongado, esta fase de focalização foi afinada mais recentemente atendendo a novas questões territoriais que foram sinalizadas, assim como à atualização dos quadros de referência e às metas de sustentabilidade. Deste modo, no Anexo I, são identificadas as alterações dos FCD face aos apresentados no RFCD de dezembro de 2008.

4. **Análise de tendências.** Corresponde a um diagnóstico estratégico focado no âmbito da AA e fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM-Palmela.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Os estudos de caracterização e diagnóstico desenvolvidos pela equipa do PDM-Palmela foram cruciais para a análise de tendências na AAE, desenvolvida em 2010 e atualizada em 2019 e 2020 (tendo em conta a informação existente e disponibilizada pela CMP).

5. **Avaliação estratégica.** Esta atividade desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

1. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos de opções estratégicas de

desenvolvimento municipal face ao futuro desejado e ambicionado, atendendo ao quadro de avaliação, completadas em 2009-2010 (Anexo VI);

2. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos do modelo territorial proposto para o PDM-Palmela, atendendo ao quadro de avaliação e à avaliação de opções estratégicas (Anexo VII). Neste caso, e uma vez que a equipa do PDM Palmela nos confrontou com soluções finais já decididas, a avaliação resultou da análise das respostas da equipa do PDM-Palmela às questões estratégicas colocadas pela equipa de AAE em 2018, tendo como referencial a análise de tendências realizada e o QRE, e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no Plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD.

6. **Definição de Diretrizes para planeamento, gestão e monitorização.** Estas constituem as bases para um programa de seguimento do PDM-Palmela, incluindo um quadro de governança institucional indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do Plano.

No culminar destas fases é elaborado o **Relatório Ambiental** (RA) que acompanha a apresentação da proposta formal do PDM-Palmela, nos termos da legislação em vigor. Este relatório é submetido a consulta pública.

Após a consulta pública e a consideração dos seus comentários é preparado o Relatório Ambiental final e elaborada a **Declaração Ambiental** (DA), documento final que encerra formalmente o processo legal, após a aprovação do PDM-Palmela pela Assembleia Municipal, e entrega dos respetivos documentos juntamente com a proposta final do PDM-Palmela à APA e às entidades consultadas.

3 OBJETO DE AVALIAÇÃO

A estratégia do PDM-Palmela, consubstanciada nos objetivos estratégicos do PDM e materializada no modelo territorial do Plano, constitui o objeto de avaliação da AAE. Como referido no ponto anterior, a AAE compreendeu dois níveis de avaliação:

1. Numa primeira fase as orientações estratégicas do Plano e respetivas opções definidas de forma a cumprir os objetivos – cujas conclusões foram entregues em janeiro de 2010.

As opções estratégicas do PDM-Palmela constituem caminhos possíveis que permitem atingir os objetivos estratégicos do Plano. “Diferentes caminhos terão diferentes implicações ambientais e de sustentabilidade. Esta diversidade de caminhos constituirá as diferentes estratégias opcionais que devem ser avaliadas, na perspetiva de oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade, de forma a apoiar eficazmente as escolhas políticas, e o desenvolvimento de planos e programas” (Partidário, 2012).

As opções estratégicas apresentadas (Anexo VI) foram construídas num trabalho conjunto entre a equipa de planeamento e de AAE e advêm das questões estratégicas do PDM-Palmela à época (janeiro de 2010).

2. Numa segunda fase a materialização das orientações estratégicas do modelo territorial em medidas concretas do Plano (Anexo VII), expressas na estrutura territorial e no regime de uso do solo – cujas conclusões constam no presente documento.

Neste caso, a avaliação do modelo territorial baseia-se nas respostas às questões colocadas, em 2018, pela equipa da AAE à equipa do Plano, uma vez que sintetizam como o modelo territorial materializa os temas estratégicos focalizados nas questões críticas. Acresce que estas questões foram usadas no diálogo entre as equipas, ocasião em que a AAE procurou dar ainda contributos mais substantivos ao Plano.

A identificação de oportunidades e riscos desenvolve-se em torno dos temas considerados estratégicos para o ambiente e sustentabilidade no município de Palmela, apresentados no Quadro 1. A avaliação de todos os elementos do PDM procura a forma como estes temas estratégicos são atendidos.

Quadro 1 – Objeto de avaliação.

Temas	Estratégias
Tecido urbano	Valorização e revitalização de áreas degradadas em tecidos urbanos antigos.
Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)	Infraestruturas e equipamentos no processo de reestruturação e regularização das AUGI, soluções coletivas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de águas residuais e de abastecimento.
Zonas inundáveis	Instalação/manutenção de atividades económicas e ocupação do território inundáveis.
Degradação ambiental	Ações de requalificação degradação ambiental provocada pela existência de clandestinos.
Águas residuais	Tratamento de águas residuais em meio rural especialmente atividades agropecuárias.
Turismo	Critérios e localização das novas zonas turísticas.
Capital humano	Fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no concelho.
Áreas ecológicas comprometidas	Definição de medidas compensatórias em áreas de ocupação.

Temas	Estratégias
Áreas verdes urbanas	Intrusão da Estrutura ecológica em meio urbano.
Áreas agroflorestais	Valorização das áreas agroflorestais e promoção da biodiversidade.
Conflito de uso do solo	Ações para os casos de claro incumprimento da lei (aplicação de embargo, coimas ou demolição).
Participação pública	Eventos e debates de Participação pública desenvolvidos.
Vulnerabilidade das populações aos riscos	Valorização do património cultural e identidade cultural do território.
Eficiência energética	Política ambiental energética em processos de licenciamento urbano e industrial. Aproveitamento dos recursos endógenos – energéticos.
Aproveitamento dos recursos energéticos	Aproveitamento energético do setor primário.

O Quadro 1 refere os temas estratégicos considerados temas críticos no município, atendendo aos Vetores Estratégicos e domínios de intervenção do PDM-Palmela, apresentados no Quadro 2. O Quadro 4 (Capítulo 4) apresenta a transformação destes mesmos Vetores Estratégicos em questões estratégicas consideradas na formulação dos FCD.

Quadro 2 – Vetores estratégicos e domínios de intervenção.

Fonte: Vol. III – Descrição e Fundamentação da Proposta de Plano.

VETORES ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO
Articulação do Sistema de Transportes	Implementação de um sistema de transportes suporte das vivências territoriais, nomeadamente promovendo o uso dos modos suaves.
	Articulação entre os diversos modos de transporte de modo a criar uma rede coerente de transporte coletivo.
	Reordenamento do transporte rodoviário de modo a servir as freguesias rurais, aproximando-as das principais centralidades municipais, designadamente fazendo uso do transporte flexível.
Preservação e Valorização da Estrutura Ecológica	Constituição de uma rede ecológica integrada com o desenvolvimento urbano, numa lógica de sustentabilidade e de mitigação das alterações climáticas.
Reforço e equilíbrio da rede urbana municipal	Adoção de uma política de discriminação positiva na modelação e estruturação do território, privilegiando os núcleos populacionais com capacidade para protagonizar o processo de desenvolvimento.
	Afirmação e consolidação de centralidades secundárias de apoio à vivência rural do município.
	Desenvolvimento de uma rede de equipamentos coletivos que equilibre a estrutura urbana municipal e permita uma resposta de proximidade às necessidades básicas da população.
	Contenção do povoamento disperso, reforçando a continuidade do tecido urbano.
	Manutenção e valorização da atratividade do município para segunda residência embora com preocupações de contenção da dispersão do povoamento.
Qualificação dos espaços de acolhimento empresarial e redinamização da base económica local	(Re)ordenamento das áreas de logística e da distribuição.
	Qualificação das áreas de acolhimento empresarial existentes (equipamentos, serviços comuns, requisitos de gestão).
	Criação de áreas de localização empresarial numa ótica de estruturação económica das novas áreas de expansão urbana.
	Reforço da interligação entre as grandes infraestruturas de acessibilidades municipais e aos espaços de atividades económicas.

VETORES ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO
	Apoio ao empreendedorismo, nomeadamente através da consolidação da Incubadora de Empresas polinucleada do município de Palmela. Criação de serviços de apoio às empresas na área ambiental (por exemplo, consultoria em engenharia e gestão ambiental e atividades). Desenvolvimento do complexo de atividades do turismo e do lazer (alojamento, restauração, artesanato, comércio tradicional, etc.). Dinamização de atividades da economia urbana, nomeadamente terciário comercializável e serviços sociais de proximidade. Desenvolvimento das atividades de apoio às famílias (educação, saúde, serviços de apoio à vida doméstica em geral, cultura, etc.).
Organização do complexo de atividades agro- rurais	Valorização do setor primário: designadamente em termos da vitivinicultura, da ovicultura e da produção de queijo (i.e. Queijo de Azeitão), da exploração da cortiça e dos hortofrutícolas. Havendo igualmente potencial para novas atividades, por exemplo, relacionadas com a produção biológica ou a criação de cavalos. Integração territorial urbano-rural/condições de suporte à valorização económica das produções rurais tradicionais: vinha/vinho; cortiça; pecuária (ovinos, porcos, vacuns, equinos). Promoção económica/“marketing” e comunicação do complexo de atividades das economias rurais (produtos primários tradicionais de qualidade certificada e controlada, turismo de natureza, alojamento e restauração). Aposta em investimentos de suporte à modernização e transformação do setor primário.
Dotação de Infraestruturas urbanas	Contratualização e implementação de eixos viários programados e definição de prioridades de intervenção. Melhoria da qualidade e eficácia dos sistemas de abastecimento de água. Melhoria da qualidade e eficácia dos sistemas de tratamento de águas residuais. Aposta na modernização do sistema de deposição convencional e seletiva, recolha e tratamento de resíduos. Redução, reutilização e reciclagem de materiais, nas várias fases do ciclo produtivo, da produção ao consumo, numa lógica de economia circular.
Criação de uma Cultura de Concertação Estratégica de Base Territorial	Implementação de um processo de planeamento descentralizado, ativo e orientado para a informação, consciencialização e dinamização da comunidade em torno de objetivos comuns. Atualização da cartografia e dos meios informáticos, concomitantemente com a agilização dos processos administrativos, concorrendo para uma maior eficiência da administração autárquica e melhoria da sua relação com os municípios e os agentes locais. Promoção de eventos e debates com capacidade de motivar a comunidade e os seus agentes económicos para a causa do PDM. Identificação de consensos e incentivo ao estabelecimento de compromissos entre a autarquia e os agentes económicos para a posterior implementação do Plano. Contratualização e cooperação estratégica inter e supramunicipal viabilizando intervenções de âmbito regional e sub-regional.

4 QUADRO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a ser considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do Plano e das ações que as implementam. A sua identificação e análise foram objeto de um primeiro relatório entregue em dezembro de 2008, e sujeito a pareceres das ERAE, estabelecendo a estrutura fundamental da AAE do PDM-Palmela.

Conforme descrito no Capítulo da Metodologia (Capítulo 2), a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de elementos de base estratégica que incluem as Questões Estratégicas (QE) para Palmela, o Quadro Problema (consubstanciado nas Questões Ambientais e de Sustentabilidade - QAS) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE). A identificação dos elementos de base estratégica referidos foi analisada conjuntamente com a equipa do Plano, de modo a assegurar, desde o início, a articulação da visão estratégica de planeamento e o enfoque estratégico da AAE.

Para cada FCD foi definido um conjunto de critérios de avaliação, que especificam o âmbito considerado nos FCD, e indicadores que definem um instrumento de medida. Neste relatório apresenta-se o nível de pormenor da informação a considerar na AAE do PDM-Palmela, como a definição do alcance do RA, tendo estes FCD sido revistos no decorrer da AAE como descrito anteriormente e detalhado no Anexo I.

4.1 Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores – quadro de avaliação estratégico

Nesta secção apresentam-se os FCD e seus objetivos, respetivos critérios de avaliação e objetivos e os indicadores como métrica da avaliação.

De notar que os FCD não pretendem descrever exaustivamente a situação existente, mas sobretudo apontar para os aspetos críticos, de destaque, relacionados com as políticas e estratégias de desenvolvimento do PDM-Palmela, que sejam relevantes para a AAE. Desta forma, os indicadores são utilizados como métrica na análise tendencial da AAE (Anexo II), que permite não só compreender a evolução dos temas críticos, mas também as forças motrizes que moldam essa evolução e que, por isso, devem ser os pontos críticos de atuação.

O Quadro 3 apresenta a versão final dos FCD (ver anexo I) e as respetivas descrições sumárias.

Quadro 3 – Fatores Críticos para a Decisão e seus objetivos correspondentes.

FCD#1 – Estruturação territorial e requalificação urbana	
Objetivo / Âmbito: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM-Palmela na consolidação do espaço urbano, recuperação de áreas degradadas e revitalização de tecidos antigos, incluindo a dimensão infraestrutural e de equipamentos, áreas residenciais, industriais e de serviços face às dinâmicas demográficas e económicas, transportes e acessibilidades.	
Critérios de Avaliação	Indicadores
<u>Consolidação e revitalização urbana</u> • Reforço da centralidade e do equilíbrio da rede urbana concelhia. • Integração das AUGI na rede e avaliação das respetivas estratégias municipais. • Estruturação e coerência da matriz de ocupação urbana. • Recuperação de áreas degradadas e valorização e revitalização de tecidos urbanos antigos.	• Distribuição da população residente nos principais aglomerados. • Evolução da população residente por freguesia. • Evolução do número de edifícios por freguesia. • Número de fogos vagos. • Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos. • Reconstruções por cada 100 construções novas. • Indicadores relativos às AUGI. • Orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana. • Medidas para requalificação do comércio tradicional.
<u>Transportes e mobilidade</u> • Rede de transportes. • Deslocações pendulares. • Transferência modal.	• Principais movimentos de entrada e de saída para o concelho. • Variação da repartição modal - deslocações intraconcelhias e de entrada no concelho. • Duração média dos movimentos pendulares dos residentes por destino e por modo de transporte.
<u>Qualidade ambiental e riscos naturais e tecnológicos</u> • Qualidade do ambiente físico (água, ar, ruído, resíduos). • Fontes de poluição. • Riscos naturais e tecnológicos.	• Fontes de poluição por tipo de poluição. • Fontes de poluição face às classes de vulnerabilidade à poluição do aquífero. • Atividades associadas ao risco de acidentes tecnológicos graves face aos perímetros urbanos e às áreas classificadas. • Variação da qualidade da água para consumo. • Evolução da população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais. • Localização das zonas sensíveis e mistas (ruído). • Destino final dos resíduos sólidos urbanos. • Resíduos urbanos recolhidos por ano. • Qualidade do ar. • Variação do número de ocorrências de incêndios e da superfície média ardida. • Localização de perímetros urbanos e edificado em zonas inundáveis. • Carta de riscos do concelho de Palmela.

FCD#2 – Âncoras e competitividade económica

Objetivo / Âmbito: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM-Palmela na polarização territorial, de emprego e de natureza do tecido económico, na forte dependência do emprego municipal, as potencialidades e fragilidades face a possíveis crises e roturas industriais e a resiliência socioeconómica municipal.

Critérios de Avaliação	Indicadores
<u>Potencial humano</u> • Emprego. • Matriz de capital humano concelhio. • Fixação de recursos humanos. • Oferta educativa e acesso à formação.	• População empregada por setor de atividade. • Taxa de atividade bruta. • Taxa de atividade. • Nível de qualificação da população residente por freguesia. • Cursos técnico profissionais e superiores no concelho. • Índice de polarização de emprego.
<u>Âncoras de desenvolvimento económico</u> • Fatores de polinucleação territorial. • Diversificação da base económica.	• Empresas por setor de atividade. • Taxa de sobrevivência das empresas. • Evolução do n.º de sociedades sediadas no concelho.
<u>Economia rural</u> • Aproveitamento do potencial económico do espaço rural. • Manutenção e valorização dos espaços rurais.	• Superfície agrícola utilizada. • Número de explorações. • Empresas ancoradas nos recursos naturais do concelho. • Produtos com denominação de origem controlada. • Produção de vinícola declarada em vinho pelos produtores por local de vinificação e qualidade do vinho. • Capacidade de alojamento turístico • Capacidade de alojamento turístico rural.

FCD#3 – Conetividade ecológica

Objetivo / Âmbito: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM-Palmela na estrutura ecológica municipal e sub-regional, valores naturais e funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas.

Critérios de Avaliação	Indicadores
<u>Articulação entre redes ecológicas</u> • Manutenção da salvaguarda dos corredores ecológicos. • Manutenção da biodiversidade e funcionamento equilibrado dos processos naturais.	• Rede ecológica metropolitana (REM). • Estrutura ecológica municipal (EEM). • Coerência entre as redes ecológicas metropolitana e municipal.
<u>Integridade de áreas com importância ecológica</u> • Evolução das áreas naturais • Existência de elementos agressores à integridade de espaços com valor ecológico. • Instrumentos de gestão, proteção e valorização das redes ecológicas.	• Variação da proporção de RAN edificada. • Variação da proporção de REN edificada. • Áreas classificadas (localização e definição). • Despesa municipal em proteção da biodiversidade e paisagem.

FCD#4 – Sistemas socioculturais

Objetivo / Âmbito: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM-Palmela na identidade municipal, valores patrimoniais, resiliência dos sistemas rurais, relação urbano-rural, relação da economia municipal com os recursos naturais, saúde e população.

Critérios de Avaliação	Indicadores
<u>População e saúde</u> • Pobreza e exclusão social • Equipamentos sociais.	• População residente. • Índice de envelhecimento. • Percentagem de habitantes beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e Rendimento Social de Inserção (RSI). • Distribuição dos equipamentos de ensino e sua capacidade. • Distribuição dos equipamentos de saúde por freguesia. • Distribuição dos equipamentos de solidariedade e segurança social.
<u>Identidade municipal e valores culturais</u> • Imagem e identidade municipal. • Património cultural.	• Imóveis e conjuntos classificados. • Carta arqueológica. • Atividades culturais. • Despesa corrente municipal em domínios de cultura. • Plano estratégico da cultura palmela.

FCD#5 – Eficiência energética

Objetivo / Âmbito: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM-Palmela nas necessidades de energia nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, mobilidade, adaptação e mitigação às alterações climáticas.

Critérios de Avaliação	Indicadores
<u>Eficiência energética</u> • Padrões de utilização de energia. • Medidas para aumento da eficiência energética. • Consumo energético das atividades económicas. • Sequestro de carbono.	• Consumo de combustíveis. • Consumo de energia elétrica por habitante (total e por tipo de consumo). • Consumo de gás natural. • Emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por fonte.
<u>Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis</u> • Fontes de energia renovável (FER).	• Utilização de Fontes de Energia Renovável (FER).

4.2 Justificação do quadro de avaliação estratégica apresentado

4.2.1 Questões Estratégicas (QE)

As QE resultam diretamente das orientações estratégicas estabelecidas para o PDM e constituem as principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do concelho de Palmela²:

A estratégia municipal de desenvolvimento traçada pelo PDM estrutura-se em oito vetores ou objetivos estratégicos, explicitados no Quadro 4, e num Cenário Base de Ordenamento materializado no Modelo de Ordenamento proposto. Estes vetores estratégicos constituem as Questões Estratégicas da AAE do PDM-Palmela e foram atualizados em 2019.

Quadro 4 – Vetores Estratégicos do PDM-Palmela.

Fonte: Vol. IV – Descrição e fundamentação da proposta de Plano, novembro de 2019.

Vetores Estratégicos
Articulação do Sistema de Transportes
Preservação e Valorização da Estrutura Ecológica
Reforço e equilíbrio da rede urbana concelhia
Qualificação dos espaços de acolhimento empresarial
Organização do complexo de atividades agro-rurais
Estruturar um tecido de atividades de base empresarial associado aos processos de (re)ordenamento e crescimento urbano em curso
Dotação em Infraestruturas urbanas
Criação de uma Cultura de Concertação Estratégica de Base Territorial

² Fonte: Pré-Proposta do Modelo de Ordenamento para o PDM de Palmela, novembro de 2005. À data disposto no Vol. IV – Descrição e fundamentação da proposta de plano, novembro de 2019.

4.2.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade

OS FCD identificados asseguram o tratamento das QAS exigidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, conforme representado no Quadro 5.

Quadro 5 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD.

Fatores Críticos para a Decisão	Questões Ambientais
Estruturação territorial e requalificação urbana	Saúde Humana População Bens Materiais Paisagem Biodiversidade Água Atmosfera Solo
Âncoras e competitividade económica	População Bens Materiais
Conectividade ecológica	Paisagem Biodiversidade Fauna Água Flora Solo
Sistemas Socioculturais	População Saúde Humana Património Cultural
Eficiência energética	População Produção e uso de bens materiais Fatores climáticos Atmosfera

4.2.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM-Palmela e para o qual estabelecem objetivos e metas de sustentabilidade.

O Quadro 6 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados, e a sua relação de relevância com os FCD preconizados.

O Quadro 2 do Anexo III identifica os objetivos e metas aplicáveis ao PDM-Palmela, por FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Os objetivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM-Palmela foi avaliado estrategicamente.

Note-se que, desde o início deste processo de AAE, o QRE sofreu inúmeras alterações pelo que alguns documentos inicialmente considerados, no RFCD, foram entretanto excluídos ou atualizados.

Quadro 6 – Relevância do QRE por FCD.

FCD	Documentos estratégicos relevantes																												
	Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Portugal 2020	Programa Operacional Regional Lisboa 2020 (POR Lisboa 2020)	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)	Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML (PMAAC - AML)	Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)	Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela (PAESP)	Roteiro para a Neutralidade carbónica 2050 (RNC 2050)	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A 2022-2027)	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e vale do Tejo (PROF-LVT)	Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (Estratégia 2030)	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR 2020)	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)	Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais (PENSAAR)	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUFEA 2020)	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6 2022-2027)	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo (PMQARLVT)	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030)	Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)	Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PIDFCI)	Plano de Desenvolvimento Social de Palmela 2015-2019	Estratégia Turismo 2027	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 2014-2020)
Estruturação territorial e requalificação urbana	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓		✓	✓
Âncoras e competitividade económica	✓	✓	✓	✓	✓										✓	✓							✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Conectividade ecológica	✓			✓	✓					✓	✓		✓	✓	✓	✓				✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Sistemas socioculturais	✓	✓	✓	✓									✓		✓	✓						✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Estruturação territorial e requalificação urbana	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓		✓	✓

4.3 Quadro de Governança

O quadro institucional para a governança é uma dimensão relevante da AAE. Prende-se com níveis de responsabilidade dos agentes principais, relações de poder e oportunidade e capacidade de envolvimento dos agentes.

Para identificar a capacidade institucional no processo de revisão do PDM-Palmela foi necessário identificar os agentes relevantes bem como as responsabilidades e competências legalmente definidas (Anexo IV – Quadro 1). Este exercício permite identificar o quadro institucional existente no concelho de Palmela para o desenvolvimento do município e lacunas, ou sobreposição, de responsabilidades existentes.

Foram identificados os seguintes grupos de interesse:

- Autoridades locais;
- Administração pública (local e central);
- Municípios limítrofes;
- Serviços públicos e privados;
- Agentes económicos;
- Associações;
- Meios de comunicação;
- Outros agentes de interesse.

Cada grupo de interesse tem atualmente responsabilidades específicas em relação ao processo de planeamento. No Quadro 7 estão representados os possíveis interesses dos agentes relevantes em relação às linhas estratégicas do PDM derivados das suas responsabilidades na concretização da estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Quadro 7 – Interesses no processo de revisão do PDM-Palmela.

	Valores naturais e Património	Cidadania e Governança	Agricultura e ruralidade	Sistema urbano	Economia e competitividade
Grupos de Interesse	Áreas de competência e responsabilidade				
Autoridades locais	X	X	X	X	X
Administração pública (local e central)	X	X	X		X
Municípios limítrofes	X	X			X
Serviços públicos e privados		X		X	
Agentes económicos	X		X	X	X
Associações	X	X	X	X	X
Meios de comunicação		X			X
Outros agentes de interesse	X	X	X	X	X

A AAE considerou este quadro de governança na avaliação, analisando se existem capacidades instaladas para uma implementação bem-sucedida do ponto de vista da sustentabilidade, das políticas e medidas propostas pelo PDM. É esperado o envolvimento destes agentes no processo de preparação e discussão do PDM-Palmela e foi considerado o seu efetivo envolvimento.

5 AVALIAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL

Nesta secção é apresentada, por FCD, a avaliação de oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade da proposta do PDM-Palmela, seguida de diretrizes e indicadores de monitorização e diretrizes de governança. Em virtude do processo extenso desta AAE optou-se por focar a avaliação nos temas estratégicos mais recentemente identificados e nas questões que daí decorreram. Assim, a avaliação começa por uma análise da relação entre os FCD e os temas estratégicos (Anexo VII e VIII) identificados nas reuniões de 2018 que marcam a única interação entre a AAE e o PDM entre 2015 e antes da receção recente da proposta PDM para apreciação pela AAE. São assim estes os temas estratégicos que serão avaliados por FCD.

5.1 Análise de integração dos temas estratégicos nos FCD

No Quadro 8 apresenta-se o resultado da análise da relação entre FCD e os temas estratégicos (que norteiam a AAE do PDM-Palmela) identificados em 2018.

Quadro 8 – Relação entre FCD e temas estratégicos.

FCD	TEMAS ESTRATÉGICOS PARA O PDM
FCD#1 – Estruturação territorial e requalificação urbana <i>Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na consolidação do espaço urbano, recuperação de áreas degradadas e revitalização de tecidos antigos, incluindo a dimensão infraestrutural e de equipamentos, áreas residenciais, industriais e de serviços face às dinâmicas demográficas e económicas, transportes e acessibilidades.</i>	Áreas Degradadas - Valorização e revitalização de áreas degradadas em tecidos urbanos antigos. AUGI - infraestruturas e equipamentos no processo de reestruturação e regularização das AUGI, e soluções coletivas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de águas residuais e de abastecimento. Zonas inundáveis – gestão de ocupação e atividades nas zonas inundáveis. Degradação ambiental – Ações de requalificação degradação ambiental provocada pela existência de clandestinos. Águas Residuais - Tratamento de águas residuais em meio rural especialmente atividades agropecuárias. Habitação - Gestão de fogos devolutos. Área Consolidada – contrariar a tendência de ocupação com edificação dispersa.
FCD#2 – Âncoras e competitividade económica <i>Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na polarização territorial, de emprego e de natureza do tecido económico, na forte dependência do emprego municipal, as potencialidades e fragilidades face a possíveis crises e roturas industriais e a resiliência socioeconómica municipal.</i>	Turismo – critérios para a localização das novas zonas turísticas. Capital humano – Fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no concelho. Valorização do setor primário - designadamente em termos da vitivinicultura, da ovicultura e da produção de queijo, da exploração da cortiça e dos hortofrutícolas. E aposta em investimentos de suporte à modernização e transformação do setor primário. Qualificação dos espaços de acolhimento empresarial - (Re)ordenamento das áreas de logística e da distribuição. E Qualificação das áreas de acolhimento empresarial existentes.
FCD#3 – Conetividade ecológica <i>Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na estrutura ecológica municipal e sub-regional, valores naturais e</i>	Áreas ecológicas comprometidas – Definição de medidas compensatórias em áreas de ocupação. Áreas verdes urbanas – Intrusão da estrutura ecológica em meio urbano. Áreas agro-florestais – Valorização das áreas agroflorestais e promoção da biodiversidade.

funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas.

FCD#4 – Sistemas socioculturais

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na identidade municipal, valores patrimoniais, resiliência dos sistemas rurais, relação urbano-rural, relação da economia municipal com os recursos naturais, saúde e população.



Conflito de uso do solo (ocupação de áreas de alto valor ecológico) –ações para os casos de claro incumprimento da lei (aplicação de embargo, coimas ou demolição).

Participação pública – eventos e debates de Participação pública desenvolvidos.

Património cultural – valorização do património cultural e identidade cultural do território.

FCD#5 – Eficiência Energética

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela nas necessidades de energia nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, mobilidade, adaptação e mitigação às alterações climáticas.



Vulnerabilidade das populações aos riscos –adaptação às alterações climáticas.

Eficiência energética - política ambiental energética em processos de licenciamento urbano e industrial e aproveitamento energético do setor primário.

Aproveitamento dos recursos energéticos - aproveitamento dos recursos endógenos – energéticos.

5.2 Avaliação das estratégias por FCD

5.2.1 FCD#1 - Estruturação territorial e requalificação urbana

5.2.1.1 Questões/Tendências Críticas

No que respeita ao FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana, com base na análise de tendências (Anexo II), as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Proliferação da edificação dispersa dissociada³;
- Dispersão do povoamento;
- Perda de população nas áreas rurais³;
- Existência de AUGI sem reconversão;
- Pressão urbanística sobre áreas protegidas, agrícolas e florestais³;
- Elevada dependência do TI nas deslocações inter e intramunicipais;
- Grande incidência de unidades agropecuárias, criando pressões ambientais sobre as áreas urbanas, RAN, REN e montado (ausência de tratamento de efluentes resultando em problemas de odores, contaminação de solos e de aquíferos)³;
- Baixa cobertura de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais.

5.2.1.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Consolidação de Pinhal Novo como centro urbano do município. • Requalificação urbana de alguns núcleos urbanos do município. • Mobilidade suave, nomeadamente recorrendo à bicicleta, seja em ciclovias ou em vias partilhadas. • Interfaces recentemente melhorados e modernizados (em zona urbana). • Bom estado de funcionamento e conservação da maioria dos sistemas existentes de tratamento de águas residuais	• Disparidades intramunicipais em relação à dinâmica e à distribuição da população, com dispersão do povoamento. • Tendência para a perda de população nas áreas rurais. • Complexidade e morosidade dos processos de reconversão das AUGI. • Fraca dinâmica urbanística na maioria dos aglomerados da rede urbana secundária. • Despovoamento e desqualificação funcional do centro histórico. • Situações de pressão urbanística sobre áreas protegidas, agrícolas e florestais. • Pressão agropecuária sobre áreas de montado. • Suiniculturas localizadas na proximidade de áreas habitacionais com ausência de tratamento de efluentes. • Forte dependência do TI nas deslocações inter e intramunicipais. • Estrangulamentos no atravessamento de alguns aglomerados urbanos por ausência de variantes. • Dificuldades de articulação da rede rodoviária principal com a secundária.

³ Assinalam-se as tendências críticas identificadas na Revisão do PDM-Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
	- Baixa cobertura de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais. - Dificuldade em validar o encaminhamento periódico dos efluentes de fossas sépticas particulares para as ETAR. - Manutenção da dependência em relação a Setúbal no que se refere à oferta de TC rodoviário.
Oportunidades	Ameaças
- Centralidade sub-regional do eixo Palmela-Setúbal. - Sinergias provocadas pela proximidade geográfica de Setúbal. - Amplas áreas disponíveis destinadas a atividades económicas numa fase de alargamento da influência metropolitana. - Posição estratégica ao nível da acessibilidade regional e metropolitana rodó e ferroviária. - Novo corredor multimodal de transportes que fará a ligação a Espanha. - Produção agrícola, com maior potencial no contributo para a segurança alimentar, e especialização vinícola.	Problemas de saúde pública devido à falta de tratamento de esgotos em alguns locais e riscos de contaminação do aquífero superficial.

5.2.1.3 Avaliação do Modelo

Um dos graves problemas do município de Palmela, consequência de uma evolução urbanística caótica, é a **ocupação dispersa do território**. O PDM-Palmela avança com ações para a contenção edificatória e enquadramento da ocupação dispersa, nomeadamente normas que condicionam a edificabilidade em solo rústico e criação e implementação de quadros de incentivos e agravamentos penalizando prédios degradados, em ruína e/ou sem utilização e premiando as obras de conservação/reabilitação e a ocupação efetiva dos edifícios, o que pode contribuir para reverter esta tendência de dispersão.

A **política de proximidade** latente nas medidas de contenção e consolidação urbana, é também presente nas ações relativas aos **transportes e mobilidade**, e no âmbito das alterações climáticas. O Plano apresenta ações de fomento da mobilidade em transporte público coletivo e em modos suaves, o que é uma oportunidade para a transferência modal de transporte individual (TI) para transporte público (TP), com implicações indiretas nas políticas energéticas e de alterações climáticas. O Plano também apresenta um programa de criação de variantes, vias estruturantes ou de remate dos aglomerados urbanos melhorando as condições e criando alternativas para o uso do transporte individual. Espera-se que, na prática, estas medidas não se constituam como uma promoção ao uso do TI, e apenas sirvam uma melhoria geral das condições de circulação. Para tal é necessário que as medidas relativas à promoção do TC sejam efetivamente concretizadas.

Um dos temas que sempre preocuparam a AAE foi a estratégia do PDM para a **reconversão das AUGI**. Nas recomendações transversais a equipa da AAE, suportada pelas referências do NRJIGT,

salientou em particular a importância da CMP definir prioridades de investimento atendendo às diferentes tipologias de AUGI consideradas pelo PDM. Com efeito, de acordo com o NRJGT, o PDM deve estabelecer “as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva” (Artigo 95º, n.º 1, NRJGT) bem como “os objetivos de desenvolvimento económico local” (Artigo 96º, n.º 1 b), NRJGT) e “as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal” (Artigo 96º, n.º 1g), NRJGT).

A permanência de situações de AUGI não reconvertidas determina **problemas ambientais e territoriais** que se podem exprimir, nomeadamente, através da (i) degradação ou destruição de valores naturais, biofísicos e paisagísticos; (ii) risco de contaminação de solos, e da água superficial mas sobretudo subterrânea, por ausência de infraestruturação ou subdimensionamento destas; (iii) insuficiência ou ausência de equipamentos e espaços verdes para a população residente; (iv) desordenamento e monofuncionalidade do território; e (v) perda de atratividade económica.

De acordo com informação cedida pela equipa do PDM-Palmela, uma grande parte de AUGI no território é de segunda residência, tendo, em 2021, apenas 2% da população a residir nestes aglomerados. Embora se possa reconhecer que, neste contexto, os riscos acima identificados sejam de menor dimensão, não podem ser ignorados uma vez que a continuidade de situações de AUGI não reconvertidas (mesmo que de segunda residência) cria questões ambientais e territoriais que requerem ação. Assim, para além de não estar claro na proposta do PDM a determinação da reconversão urbanística das AUGI em Palmela, não estão igualmente claras as orientações para execução dessas obrigações de reconversão no horizonte de médio prazo, ainda que se entenda que as mesmas dependem da ação dos privados.

Embora a equipa do PDM-Palmela destaque (tal como descrito no Relatório de Fundamentação do Plano e no Anexo IX) a mais recente concretização e conclusão do processo de reconversão da AUGI da Quinta da Marquesa I e III (que abrange uma área considerável de AUGI no território de Palmela), o município continua a possuir uma elevada dimensão de AUGI.

Acresce o facto de que as medidas propostas são: (i) “a orientação geral é a de prestar colaboração técnica às operações, mantendo-se na esfera da iniciativa e dinâmica dos proprietários/comproprietários o desenvolvimento da reconversão urbanística dessas áreas, por via da criação de soluções infraestruturais e de equipamentos planeados no âmbito dos respetivos processos”; (ii) “os Espaços Habitacionais de Génese Ilegal em que, até ao fim do prazo estabelecido pela legislação específica e, em qualquer caso, até 10 anos após a entrada em vigor do presente Regulamento, não seja concretizada a sua legalização e infraestruturação através da correspondente operação de loteamento de reconversão, passam a integrar a categoria do solo rústico dominante na sua envolvente” (ver n.º 5 do art.º 58.º do RPDM).

A AAE considera um risco esta situação por não se resolver uma situação que carece de urgência, e por descuidar a importância e o potencial do solo rústico para o desenvolvimento do concelho. Trata-se de áreas que são potencial fonte de contaminação ambiental. Uma vez que a classificação de solo rústico decorre de uma decisão municipal não são evidentes as orientações que estimulem a articulação de agentes públicos e privados nem a procura de financiamento para efetivamente resolver o problema, sendo ausentes medidas proactivas de gestão territorial.

O número de **fogos vagos** (14,3% do total de fogos no município de Palmela) foi inicialmente assinalado na AAE como elevado, não obstante a CMP justifica que em 2020 esses fogos são residência habitual ou secundária, e que estariam no mercado em 2011. Não foi possível à AAE confirmar a percentagem de ocupação dos fogos, admitindo-se que a situação esteja mais controlada.

Quanto à baixa cobertura de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, considera-se que as ações previstas pelo Plano podem constituir uma oportunidade, contribuindo para uma melhoria significativa da situação existente, nomeadamente através das seguintes ações: (i) implementar um nível de atendimento da população próximo de 90%, tal como previsto no PEAASAR; (ii) implementar sistema de monitorização de afluentes indevidas à rede de drenagem de águas residuais domésticas; (iii) integrar, a partir de 2022, o sistema de drenagem de águas residuais de Setúbal, passando a fazer parte do sistema intermunicipal e beneficiando dos seus emissários e interceptores; (iv) reabilitar totalmente as redes de abastecimento e de saneamento básico nos próximos 10 anos.

No que respeita à elevada quantidade de resíduos depositados em aterro, o Plano não ignora esta temática e as ações propostas parecem tentar controlar e/ou reverter a situação, através de (i) realização de campanhas de educação e sensibilização, (ii) maior promoção da recolha seletiva, (iii) aumento do número de ecopontos, (iv) criação de um ecocentro e reforço de recursos humanos e (v) revisão do regulamento municipal de resíduos urbanos e elaboração do Plano Municipal de Ação de Resíduos Urbanos.

Atendendo às pressões ambientais sobre as áreas urbanas, RAN, REN e montado criadas pelas unidades agropecuárias, considera-se que as medidas preconizadas no PDM evoluíram após as alterações profundas realizadas ao Plano (em sede de concertação) mas podem não ser suficientes para inverter o risco de contaminação de solos, da água superficial e sobretudo da água subterrânea, por ausência de infraestruturação, ou pelo seu subdimensionamento, contribuindo para a degradação ou destruição de valores naturais, biofísicos e paisagísticos.

Embora se destaque a ação estratégica 1.2.8 “Identificação das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação” (Relatório de Fundamentação, pgs. 352 e 380) como uma oportunidade de reduzir o risco acima identificado, esta ação não prevê, a esta data, a execução de um plano de ação. Esta ação prevê o desenvolvimento de um estudo das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação dos solos e dos recursos hídricos (nomeadamente associadas à presença de atividades agrícolas e pecuárias) que culminará na elaboração de um plano de ação (o qual pode, eventualmente, não ser implementado). Relativamente aos riscos naturais e tecnológicos, nomeadamente o risco de inundação, o PDM-Palmela interdita a legalização e construção de edificações em zonas suscetíveis a cheias e inundações. Apresenta, ainda, a proposta de elaboração de um estudo tendo por base a abordagem hidrológica com incidências ambientais e que está previsto em plano de execução do PDM. A AAE aconselha apenas a que, aquando da execução deste estudo seja incluído um enquadramento e orientação estratégica por forma a que os subseqüentes planos municipais possam beneficiar do mesmo.

No entanto, segundo a informação disponibilizada pela CMP (Anexos VII e VIII), no que diz respeito à instalação/manutenção de atividades económicas em áreas inundáveis, a equipa do PDM-Palmela destaca que as áreas de atividades económicas anteriormente propostas e que se

encontravam abrangidas parcialmente por zonas ameaçadas pelas cheias ou na sua adjacência, foram retiradas ou reduzidas substancialmente, encontrando-se as existentes a esta data em fase de intervenção ou em fase de estudo hidrológico onde se prevê a construção de uma bacia de retenção devidamente dimensionada e calculada (Anexo IX).

No Quadro 9 apresentam-se a avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM-Palmela, relativamente às oportunidades e riscos deste FCD, segundo os seus critérios de avaliação.

Quadro 9 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.

CRITÉRIO	OPORTUNIDADES	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
CONSOLIDAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANA	Oportunidade para a requalificação revitalização urbana premiando as obras de conservação/ reabilitação e a ocupação efetiva dos edifícios.	Assegurar revitalização de áreas obsoletas e degradadas, salvaguardando que novos usos respeitem a capacidade de carga dos territórios.
TRANSPORTES E MOBILIDADE	Oportunidade para a transferência modal de TI para TP pela melhoria das condições de intermodalidade e de ligação entre estações ferroviárias e principais polos e centralidades municipais, criação de sistema de transporte flexível para servir as áreas urbano-rurais do concelho, e criação de rede ciclável intermunicipal ligando aglomerados urbanos e interfaces de transporte público coletivo.	
QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Melhoria da cobertura dos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais. Melhoria das redes de abastecimento de água. Salvaguarda das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, através da elaboração de um estudo e de ações de qualificação de ribeiras e criação de bacias de retenção. Oportunidade para reduzir o risco de contaminação dos solos e dos recursos hídricos provocados pelas atividades agropecuárias.	Assegurar que todas as ações propostas para os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são implementadas, acompanhadas e monitorizado o seu impacto. Implementar o plano de ação a ser criado após o estudo das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação.
CRITÉRIO	RISCOS	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
CONSOLIDAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANA	Risco na qualidade do território pela permanência de situações de AUGI não reconvertidas.	Assegurar a conclusão da reconversão e qualificação das AUGIs. Adotar medidas para resolver a edificação ilegal. Melhorar a gestão de recursos edificados disponíveis através de políticas ou estratégias municipais de realojamento.
TRANSPORTES E MOBILIDADE	Induzir a promoção de TI com criação de variantes, vias estruturantes ou de remate dos aglomerados urbanos.	Procurar medidas que promovem o uso de TP e que reduzam a dependência do TI.
QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Risco de degradação de valores naturais, biofísicos e paisagísticos. Risco de não conseguir inverter a situação de contaminação de solos, e da água superficial, mas sobretudo subterrânea. Insuficiência ou ausência de equipamentos e espaços verdes para a população residente. Promoção do desordenamento e monofuncionalidade do território. Risco de perda de atratividade económica.	Salvaguardar a qualidade ambiental do território, resolvendo focos de contaminação e de destruição da paisagem. Adotar uma política de infraestruturas verdes municipal. Adotar uma política de inclusão social municipal. Valorizar o território e a sua potencialidade ancorada nos valores ambientais e sociais relevantes no município.

5.2.1.4 Diretrizes de Monitorização

O Quadro 10 apresenta as diretrizes de monitorização e os respetivos indicadores de monitorização relativamente ao FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.

Quadro 10 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar a consolidação dos perímetros urbanos.	Variação da densidade habitacional e populacional. Variação da proporção de área classificada como dispersa.
Monitorizar os processos AUGI.	Variação do número de processos por concluir.
Monitorizar as obras de demolição dos ilegais.	Variação da percentagem de edifícios ilegais demolidos. Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, com sistematização e justificação de situações de inconformidade e desadequação.
Monitorizar a ocupação de zonas <i>non aedificandi</i> .	Número de construções em zonas <i>non aedificandi</i> .
Monitorizar os fogos vagos e 2ª habitação.	Proporção de fogos vagos e de segunda habitação e sua distribuição geográfica.
Monitorizar a reabilitação de áreas degradadas.	Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado. N.º de parcerias para iniciativas de regeneração/reconversão urbana.
Monitorizar a criação de funções urbanas em meio rural.	Número, distribuição geográfica e cobertura dos serviços de proximidade e equipamentos no sistema urbano, incluindo aglomerados rurais.
Monitorizar a evolução da qualidade e atratividade do TP e da utilização do TI no município.	Variação do tempo de deslocação por meio de transporte. Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho-casa.
Monitorizar a mobilidade suave.	Níveis de utilização das vias de mobilidade suave.
Monitorizar a evolução de áreas permeáveis.	Variação de áreas permeáveis.
Monitorizar a evolução da ocupação de áreas vulneráveis a riscos naturais.	Adoção e implementação eficaz de um plano de adaptação às AC Variação da ocupação em áreas vulneráveis a riscos naturais.
Monitorizar a preservação, valorização e qualidade dos recursos hídricos.	Investimento e despesa em preservação ambiental de sistemas hídricos. Evolução da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
Monitorizar os sistemas de tratamento e abastecimento de água.	Evolução da população servida por redes de drenagem e tratamento de águas residuais.
Monitorizar iniciativas municipais de redução da produção de resíduos.	Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha e tipo de destino (resíduos).
Monitorizar as várias fontes de poluição por tipo de poluição e localização.	Evolução do número de fontes de poluição e problemas associados. Número de incidentes reportados relativamente a contaminação.

5.2.1.5 Quadro de Governança

O Quadro 11 apresenta o quadro de governança, composto pelas entidades e pelas respetivas diretrizes de governança, relativamente ao FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.

Quadro 11 – Quadro de Governança - FCD#1 Estruturação territorial e requalificação urbana.

ENTIDADES	DIRETRIZES DE GOVERNANÇA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.
APA	Contribuir para a sustentabilidade das estratégias municipais com vista à gestão da qualidade ambiental.
CCDR-LVT	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão territorial intra e intermunicipal.
ICNF	Participar ativamente na elaboração do PDM e na concretização da estratégia concelhia. Assegurar a eficácia das políticas municipais, nomeadamente a fiscalização da contenção do edificado existente.
IMT	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com os operadores de transportes e com a CMP. Verificar as condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida nos transportes.
CMP E JF	Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios. Promover o diálogo entre entidades competentes e operadoras de serviços de transporte público com vista a melhorar o funcionamento e gestão dos mesmos. Promover a transferência modal entre TI e TP/modos suaves, baseado na melhoria da infraestruturas e serviços. Promover a construção sustentável e eficiência energética.
MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	Articular as estratégias de desenvolvimento territorial no sentido da valorização dos recursos comuns e da capitalização coletiva de dinâmicas socioeconómicas instaladas.
SETOR PRIVADO	Viabilizar a criação de serviços de proximidade preconizada no plano. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território. Cumprir os dispostos legais existentes nomeadamente de contaminação e de todas as atividades que comprometam a qualidade ambiental.
ASSOCIAÇÕES E POPULAÇÃO	Adotar hábitos sustentáveis, promotores da utilização de meios de mobilidade suaves, abandono do TI em prol do TP e eficiência na utilização doméstica de recursos. Participar ativamente na implementação e futuras revisões do PDM e outros processos de planeamento territorial.

5.2.2 FCD#2 - Âncoras e competitividade económica

5.2.2.1 Questões/Tendências Críticas

No que respeita ao FCD#2 Âncoras e competitividade económica, com base na análise de tendências (Anexo II), as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Crescimento da população empregada;
- Crescimento das empresas sediadas no concelho;
- Predominância de empresas ligadas ao comércio e serviços;
- Choque económico adverso sobre os setores de atividade ligados à indústria⁴;
- Capacidade do município para captar/manter empresas para/no seu território⁴;
- Crescimento do número de empresas com atividades ancoradas na exploração direta dos recursos naturais do concelho;
- Internacionalização de atividades produtivas sedeadas no município⁴;
- Decréscimo da capacidade de alojamento turístico.

5.2.2.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Tendência para o reforço da I&D e aposta na internacionalização dos negócios por parte de algumas empresas (clusters automóvel e eletrónica). • Captação de empresas para o município e criação de empregos. • Plano de Ação da Operação Integrada Local Poceirão-Marateca. • Relançamento dos setores norte e nascente do município com vocação agroturística. • Solo agrícola economicamente valorizado, sobretudo nas áreas central e nascente do município. • Atividades de turismo associado à conservação da natureza e áreas rurais.	• Elevada taxa de analfabetismo, com maior ênfase nas freguesias rurais, e associada à população idosa. • Persistência de um reduzido nível de instrução da população. • Baixo nível de qualificações/habilitações dos empresários da região, com predomínio de estratégias defensivas ou reativas. • Investimento no desenvolvimento tecnológico e inovação apenas relevante nas grandes empresas. • Integração das empresas em redes pouco frequente e com carácter pontual (exceção cluster automóvel). • Associações de produtores e entidades certificadoras concentradas no setor primário.
Oportunidades	Ameaças
• Internacionalização de atividades produtivas. • Intensificação de redes empresariais. • Estratégias em gestão eficiente, inovação e tecnologia como forma de diversificar o tecido económico. • Captação de investimento nacional e/ou europeu para valorizar o território, tornando-o mais atrativo.	• Concorrência espanhola e crise económica. • Redução dos financiamentos comunitários da AML. • Choque económico sobre alguns setores de atividade, em especial ligados à indústria.

⁴ Assinalam-se as tendências críticas identificadas na Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

5.2.2.3 Avaliação do Modelo

O PDM-Palmela apresenta uma oportunidade referente à **valoração do capital humano** nomeadamente, a de promover a qualificação dos recursos humanos com a instalação do Centro de Formação Profissional da Indústria e da Construção Civil (CENFIC), a futura instalação do Centro Internacional do Audiovisual de Palmela ou a proposta de uma Escola Profissional no aglomerado urbano de Aires. Destaca-se, ainda, a intenção da CMP de criar um Espaço de Atividades Multiusos no município de Palmela para, no futuro, acolher a instalação de estabelecimentos de investigação, desenvolvimento, tecnologia e inovação que possam dinamizar a diversidade de oferta profissional neste território.

Ainda sobre a valoração, e fixação, do capital humano, a implementação e desenvolvimento, em especial no território rural de Palmela, de 60 projetos financiados por programas de âmbito nacional (PDR2020, POMAR2020) e regional (PORLisboa2020) resultaram num investimento de 3,2 milhões de euros e na criação de 41 novos postos de trabalho. Estas ações constituem um potencial importante de atração de recursos humanos para o concelho.

Destaca-se, ainda, a oportunidade que o Plano de Ação da Operação Integrada Local Poceirão-Marateca, financiado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, representa para o território de Palmela. Neste âmbito, estão a ser desenvolvidas várias ações que visam a promoção do emprego e da economia local, como por exemplo a “criação de Rede de Emprego Local a partir do Parque Mário Bento” e a “capacitação para jovens (*upskilling*)”.

As oportunidades de desenvolver a economia local, de reforçar as atividades económicas e de atrair novos agentes económicos são preconizadas em sede de Regulamento e de relatório do Plano. Neles consta uma proposta de **estímulo ao investimento em atividades âncora** por via da criação de espaços de acolhimento empresarial, e da renovação de área de atividades económica, visando também promover o **ordenamento e qualificação destas áreas**. Estas ações fomentam diversas oportunidades: (i) reforçar cadeia de valor local; (ii) reforçar, promover e dinamizar o setor económico; (iii) combater os espaços obsoletos e degradados e (iv) desenvolver a economia local e promover as atividades económicas. No entanto a resistência à mudança e ao desenvolvimento de novas formas de negócio pode gerar alguma ineficácia nos principais atores, o que pode constituir um risco, exigindo medidas e ações adequadas para o incentivo e encorajamento de mudança.

Relativamente à **dinamização económica das atividades agro-rurais**, esta pretende ser alcançada através do desenvolvimento de condições de suporte às atividades económicas, bem como através da geração de estímulos a essas mesmas atividades. Destacam-se as propostas de ação de fomento de empreendimentos turísticos em espaço rural, a afirmação da associação de Fernando Pó e o facto do Plano privilegiar, em sede de Regulamento, a instalação de atividades ligadas ao mundo rural que possam contribuir para a valorização dos produtos agrícolas locais

O incentivo ao **aproveitamento agrícola e florestal** é ainda reforçado pela aposta na produção agrícola em solo rústico, com medidas para o **emparelamento das explorações**, o que pode aumentar fortemente a viabilização de explorações com uma dimensão competitiva.

No Quadro 12 apresentam-se a avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM-Palmela, relativamente às oportunidades e riscos deste FCD.

Quadro 12 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.

CRITÉRIO	OPORTUNIDADES	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
DEPENDÊNCIA ECONÓMICA DO EMPREGO	Qualificação dos recursos humanos com a instalação do Centro de Formação Profissional, do Centro Internacional do Audiovisual ou de uma Escola Profissional.	Diversificar a formação e o capital humano atendendo a todas as atividades da cadeia de valor municipal, em zonas urbanas e rurais.
ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Reforçar cadeia de valor local. Reforçar, promover e dinamizar o setor económico. Combater os espaços obsoletos e degradados e desenvolver a economia local e promover as atividades económicas.	Assegurar que a qualificação e conversão dos espaços industriais é realizada sem prejuízo para as atividades económicas que se realizam nos locais adjacentes. Assegurar que o desenvolvimento de infraestruturas de suporte às atividades económicas não é realizado sem antes ser feito um levantamento das infraestruturas existentes que possam ser reabilitadas ou reconvertidas para as mesmas funções.
ECONOMIA RURAL	Dinamização económica das atividades agro-rurais, através do desenvolvimento de condições de suporte e fomento. Valorização dos produtos agrícolas locais.	Assegurar que o desenvolvimento de atividades económicas âncora como o turismo rural e o desporto na natureza é feito de forma sustentável, garantindo a salvaguarda dos serviços dos ecossistemas (SE). Assegurar que as ações são implementadas, acompanhadas e monitorizado o seu impacto.
CRITÉRIO	RISCOS	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
DEPENDÊNCIA ECONÓMICA DO EMPREGO	Baixa atratividade para fixação de recursos humanos. Oferta educativa e de acesso à formação insuficiente.	Capitalizar o Centro de Formação Profissional com áreas vocacionadas para as atividades agro-florestais em zonas rurais.
ÂNCORAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Manutenção da dependência do cluster automóvel em termos de oferta de emprego no município.	Promover atividades económicas que diversifiquem a economia municipal.
ECONOMIA RURAL	Modificação e desvalorização das características intrínsecas dos espaços rurais com novas atividades.	Garantir a salvaguarda dos recursos endógenos.

5.2.2.4 Diretrizes de Monitorização

O Quadro 13 apresenta as diretrizes de monitorização e os respetivos indicadores de monitorização relativamente ao FCD#2 Âncoras e competitividade económica.

Quadro 13 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar a implementação de programas de qualificação e integração profissional.	Oferta de programas de qualificação e integração profissional, e ações de incentivo ao empreendedorismo, por fileira estratégica. Percentagem de população com formação profissional adequada às fileiras estratégicas do concelho.
Monitorizar o peso dos residentes locais no emprego.	Variação da percentagem de residentes no total do emprego.
Monitorizar a fixação de população jovem qualificada.	Variação da população residente jovem por nível de ensino concluído. Implementação dos programas de habitação jovem e de promoção do arrendamento face às metas traçadas.
Monitorizar a reabilitação de parques industriais obsoletos e a sua correta integração paisagística.	Variação da área industrial por reabilitar.
Monitorizar a regeneração e a criação de parques empresariais.	Percentagem da área de parque empresarial regenerada em m2 por área total de parque empresarial degradada.
Monitorizar a competitividade e atratividade empresarial no concelho.	Variação do número de empresas a operar no concelho, VAB e VN por setor de atividade económica.
Monitorizar a concretização das áreas de atividades económicas.	Nível de ocupação/concretização das áreas de atividades económicas.
Monitorizar a criação de parcerias e incentivos desenvolvidos.	Número de parcerias público-privadas para a valorização económica do concelho. Utilização de incentivos à fixação de atividades terciárias com capacidade de inovação e de investigação e desenvolvimento.
Monitorizar os níveis de atratividade empresarial.	Incentivos fiscais e administrativos à localização empresarial.
Monitorizar a adesão a ações de promoção dos produtos locais e volume de negócios resultante.	Número de produtores representados em feiras, certames e outras medidas de promoção dos produtos locais. Volume de negócio (estimado) resultante da participação em iniciativas de promoção dos produtos locais.
Monitorizar a recuperação dos espaços florestais degradados e sua valorização em termos económicos e/ou ecológicos.	Área em ha de floresta recuperada para valorização económica e/ou ecológica.
Assegurar a implementação de sistemas agrícolas e florestais sustentáveis.	Instalação de empresas agrícolas e florestais com modos de produção sustentável.
Monitorizar a valorização dos recursos naturais como ativos para gerar valor.	Evolução do número de produtos e serviços baseados em recursos naturais. Evolução da procura das atividades de recreio e lazer.
Monitorizar a ocupação dos estabelecimentos hoteleiros por tipologia.	Taxa de ocupação dos alojamentos turísticos por tipologia.

5.2.2.5 Quadro de Governança

O Quadro 14 apresenta o quadro de governança, composto pelas entidades e pelas respetivas diretrizes de governança, relativamente ao FCD#2 Âncoras e competitividade económica.

Quadro 14 – Quadro de Governança - FCD#2 Âncoras e competitividade económica.

ENTIDADES	DIRETRIZES DE GOVERNANÇA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Acompanhar necessidades de qualificação humana (a todos os níveis) e emprego junto das entidades competentes (Câmara Municipal, IEFP, Ensino). Assegurar a articulação de atividades entre a CMP e os serviços da Administração Pública Central no domínio da rede educativa e formação profissional, bem como assegurar a promoção do desenvolvimento social. Promover a cooperação entre parceiros institucionais ou empresariais na procura de soluções que promovam o bem-estar da população e valorizem a identidade municipal de Palmela.
CMP E JF	Promover a criação de programas de qualificação e formação profissional da população, devidamente enquadradas com os correspondentes meios financeiros, em conjunto com entidades terceiras que desenvolvam a sua atividade na área do município. Criar condições/incentivos para a fixação de atividades económicas estratégicas para o desenvolvimento do concelho, para a diversificação da economia municipal e para a fixação da população. Promover a negociação entre os principais agentes relevantes e liderança do desenvolvimento local.
MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	Assegurar uma atuação articulada entre municípios e entre municípios e os serviços da administração central nas demais áreas de atividade (social, saúde, educação).
SETOR PRIVADO	Contribuir para a implementação do PDM Palmela, designadamente as oportunidades de criação de emprego e formação. Analisar a situação económica e social do concelho na perspetiva das empresas e trabalhadores, propondo às entidades decisórias as medidas que se mostrem adequadas à resolução das questões identificadas.
ASSOCIAÇÕES E POPULAÇÃO	Promover o diálogo e concertação entre a CMP e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social e promotoras de novos estilos de vida. Participar nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Partilhar e disseminar conhecimento científico e técnico dentro da fileira onde as associações operam (em particular no setor primário). Participar ativamente nos processos e programas de formação profissional (p.e., promover cursos profissionais na área agrícola). Promover a gestão sustentável de fundos comunitários e a conceção de metodologias de intervenção territorial (p.e., ADREPES).

5.2.3 FCD#3 - Conetividade ecológica

5.2.3.1 Questões/Tendências Críticas

No que respeita ao FCD#3 Conetividade ecológica, com base na análise de tendências (Anexo II), as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Articulação da Estrutura Ecológica Municipal com a Rede Ecológica Metropolitana;
- Crescimento da despesa municipal em proteção da paisagem e biodiversidade (embora muito aquém do investimento feito por outros municípios);
- Município com elevada diversidade ecológica e paisagística⁵;
- Acessibilidade e contacto com o estuário do Sado⁵;
- Existência de áreas com interesse para a conservação da natureza como as áreas classificadas do Parque Natural da Serra da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES)⁵;
- Sem histórico de iniciativas que promovam a conectividade ecológica para além das orientações regulamentares obrigatórias dos instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior.

5.2.3.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Elevada diversidade ecológica e paisagística. • Grande mancha de montado com interesse ecológico e paisagístico. • Presença de áreas com interesse para a conservação da natureza como as áreas classificadas do Parque Natural da Serra da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES). • Investimento do município em proteção da paisagem e biodiversidade.	• Inexistência de iniciativas que promovam a conectividade ecológica. • valorização da biodiversidade, gestão limitada a orientações regulamentares obrigatórias dos instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior.
Oportunidades	Ameaças
• Acessibilidade ao Estuário do Sado.	• Ausência de política intermunicipal ou sub-regional que promovam a conectividade ecológica entre municípios.

5.2.3.3 Avaliação do Modelo

As tendências críticas indicam que as iniciativas para a promoção da conetividade ecológica decorrem sobretudo do cumprimento das orientações regulamentares obrigatórias dos instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior. No entanto, a Equipa do PDM-Palmela destaca que as diversas ações previstas para o programa “Explicitação e qualificação dos corredores ecológicos primários” visam dar uma resposta mais efetiva à promoção da

⁵ Assinala-se as tendências críticas identificadas na Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

conectividade ecológica do território de Palmela, definindo diversas ações estratégicas de prioridade 1 (a serem implementadas num curto espaço de tempo) que se encontram, também, no Plano de execução e financiamento do PDM-Palmela.

No que diz respeito à **proteção e salvaguarda da conectividade ecológica** dos sistemas naturais, a proposta de Plano apresenta oportunidades resultantes do cumprimento de obrigações regulamentares através de medidas que asseguram a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana, designadamente a delimitação dos recursos ecológicos do concelho: Reserva ecológica nacional (REN), Áreas protegidas, Sítios classificados e Rede Natura 2000. O PDM integra ainda o conteúdo do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, assim como do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado. Não se encontram, contudo, referências a serviços de ecossistemas e à sua promoção para a criação de valor municipal.

No âmbito do **funcionamento equilibrado dos processos naturais** destacam-se as ações, no Plano de execução e financiamento, de qualificação das Ribeiras da Quinta do Anjo e da Salgueirinha e de criação de bacias de retenção na Mata dos Lobos e em Bacelos. Evidenciam-se, ainda, as medidas e ações definidas no Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) da Arrábida para o setor dos recursos hídricos, nomeadamente: “RH3.5 – Potenciar a vegetação natural/autóctone e prados adaptados ao clima, através de normativas/regulamentação específica” e “RH4.3 – Reabilitação/recuperação integrada das linhas de água”.

Considera-se a aposta na **multifuncionalidade dos sistemas ecológicos** conforme orientação do PNPT, uma vez que a proposta de Plano cria condições para a instalação de atividades turísticas e de lazer nestes espaços.

Destaca-se (conforme indicado pela equipa do PDM-Palmela e apresentado no Anexo IX), a forte aposta na Herdade de Rio Frio como corredor ecológico estruturante primário na AML. Embora parte da valorização verificada neste território esteja a ser promovido por uma entidade privada, realça-se a ação estratégica 1.1.1. “Manutenção do Montado de Rio Frio” definida pelo Plano que pretende valorizar este sistema ecológico.

Acresce ainda o facto de que atendendo ao potencial do valor ecológico dos territórios, associado a serviços dos ecossistemas, nomeadamente identificando e desenvolvendo usos compatíveis com os mesmos, considera-se que as propostas de gestão, proteção e valorização das redes ecológicas se limitam às obrigações regulamentares, constituindo uma perda de oportunidade para valorizar a integridade das áreas com importância ecológica.

No Quadro 15 apresentam-se a avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM-Palmela, relativamente às oportunidades e riscos deste FCD.

Quadro 15 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#3 Conetividade ecológica.

CRITÉRIO	OPORTUNIDADES	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
ARTICULAÇÃO ENTRE REDES ECOLÓGICAS	Proteção e salvaguarda da conetividade ecológica dos sistemas naturais resultantes de medidas que asseguram a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana.	Assegurar a implementação e manutenção da EEM e da sua continuidade, bem como a sua eficácia na salvaguarda e valorização dos sistemas ecológicos.
INTEGRIDADE DE ÁREAS COM IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA	Ações de qualificação das ribeiras e criação de bacias de retenção. Multifuncionalidade dos sistemas ecológicos por via da criação de condições para a instalação de atividades turísticas, de lazer.	Garantir as funções dos ecossistemas incrementando os níveis de biodiversidade e dos habitats.
CRITÉRIO	RISCOS	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
ARTICULAÇÃO ENTRE REDES ECOLÓGICAS	Risco de não implementar as ações estratégicas para a valorização dos sistemas ecológicos intrínsecos do município.	Criar orientação estratégica para o desenvolvimento de planos futuros, nomeadamente o Plano de Gestão Florestal, no âmbito da valorização dos sistemas ecológicos. Promover os serviços dos ecossistemas a nível municipal.
INTEGRIDADE DE ÁREAS COM IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA	Risco de não valorizar as áreas ecológicas comprometidas, através das propostas de valorização dos sistemas ecológicos.	Desenvolver ações específicas a implementar de promoção e valorização dos sistemas ecológicos.

5.2.3.4 Diretrizes de Monitorização

O Quadro 16 apresenta as diretrizes de monitorização e os respetivos indicadores de monitorização relativamente ao FCD#3 Conetividade ecológica.

Quadro 16 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#3 Conetividade ecológica.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar a diversificação funcional dos sistemas ecológicos.	Evolução dos usos sustentáveis associados aos ecossistemas, por tipologia de atividade ex.: turismo, agricultura, ...) por tipologia de ecossistema (em área ou produtividade).
Monitorizar a implementação de ações de envolvimento da população.	Ações de envolvimento público na conservação dos recursos naturais.
Monitorizar a salvaguarda, incremento e conservação do património natural.	Evolução das medidas de conservação do património natural. Evolução dos principais habitats.
Monitorizar a valorização de serviços de ecossistemas.	Promoção de modos de produção sustentável que contribuam para a valorização dos serviços de ecossistemas.
Monitorizar a valorização da paisagem agrícola.	Medidas de diversificação da paisagem agrícola.
Monitorizar o uso dos solos agrícolas.	Evolução da ocupação e uso dos Espaços Agrícolas, Florestais e de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal.

5.2.3.5 Quadro de Governança

O Quadro 17 apresenta o quadro de governança, composto pelas entidades e pelas respetivas diretrizes de governança, relativamente ao FCD#3 Conetividade ecológica.

Quadro 17 – Quadro de Governança - FCD#3 Conetividade ecológica.

ENTIDADES	DIRETRIZES DE GOVERNANÇA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência.
CCDR-LVT	Apoiar tecnicamente autarquias locais e as suas associações e estabelecer critérios regionais que fomentem a coesão regional territorial. Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos IGTs, assegurando a sua articulação com os IGTs de âmbito nacional e regional. Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão territorial intra e intermunicipal.
ICNF	Participar ativamente no acompanhamento do PDM com vista à salvaguarda e valorização dos sistemas ecológicos.
CMP E JF	Dinamizar a utilização dos espaços de lazer em meio rural. Estabelecer orientações e metas municipais de valorização, salvaguarda e incremento dos recursos naturais e assegurar a sua monitorização (atendendo às orientações das entidades CCDR-LVT, APA, DGT, etc.).
MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	Articular as estratégias de desenvolvimento territorial no sentido da valorização dos recursos comuns.
SETOR PRIVADO	Contribuir para a conetividade ecológica do PDM Palmela através do desenvolvimento de projetos que promovam a valorização dos serviços dos ecossistemas. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território. Cumprir os dispostos legais existentes.
ASSOCIAÇÕES E POPULAÇÃO	Colaborar nos processos de conservação e valorização dos sistemas ecológicos e paisagísticos concelhios.

5.2.4 FCD#4 - Sistemas socioculturais

5.2.4.1 Questões/Tendências Críticas

No que respeita ao FCD#4 Sistemas socioculturais, com base na análise de tendências (Anexo II), as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Crescente envelhecimento da população;
- Decréscimo de população carenciada (a beneficiar de Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção);
- Manutenção de dependência dos municípios vizinhos para satisfação das necessidades em termos de equipamentos escolares de ensino secundário, nomeadamente no que concerne a cursos profissionais e vocacionais⁶;
- Forte dependência de Setúbal em relação aos equipamentos coletivos de nível mais elevado (i.e. hospital, ensino superior, etc.)⁶;
- Oferta de equipamentos de apoio a crianças e idosos maioritariamente de gestão privada;
- Dinâmica cultural relevante com promoção da sua identidade na região⁶;
- Vasto espólio arqueológico;
- Plano Estratégico da Cultura no Concelho de Palmela continua sem ser elaborado.

5.2.4.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Plano de Ação da Operação Integrada Local Poceirão-Marateca. • Massa demográfica significativa para o desenvolvimento de atividades que necessitam de mercado de consumidores e de mão-de-obra consideráveis. • Índices de dependência relativamente baixos. • Dinâmica cultural relevante. • Promoção da identidade do município. • Centro histórico com elevado valor patrimonial. • Espólio arqueológico vasto e singular.	• Tendência crescente para o envelhecimento populacional. • Oferta de ensino pré-escolar maioritariamente privada e solidária. • Equipamentos para idosos geridos maioritariamente por entidades privadas e solidárias. • Dependência de Setúbal para a maioria das funções principais. • Manutenção de alguma dependência dos municípios vizinhos para satisfação das necessidades em termos de equipamentos escolares do ensino secundário, nomeadamente no que concerne a cursos profissionais e vocacionais.
Oportunidades	Ameaças
• Atração e fixação de população vinda dos restantes municípios da AML, maioritariamente para atividades agrícolas. • Captação de investimento nacional e/ou europeu para valorizar o território, tornando-o mais atrativo.	• Escassez de equipamentos nas áreas rurais.

⁶ Assinalam-se as tendências críticas identificadas na Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020

5.2.4.3 Avaliação do Modelo

Do ponto de vista da **população e saúde**, no que respeita à supressão de carências de equipamentos, verifica-se que o plano propõe equipamentos de utilização coletiva, como se pode observar na Programação de Equipamentos Coletivos da Proposta de Plano (Vol. III – Descrição e Fundamentação da Proposta de Plano, agosto de 2023). Destaca-se, a título de exemplo, a criação da Loja Móvel do Cidadão que pretende contribuir para a desconcentração de serviços e para uma melhor resposta a algumas necessidades da população em áreas urbanas de baixa densidade e rústicas de ocupação dispersa do território de Palmela.

Salientam-se, ainda, as ações que estão a ser desenvolvidas nas áreas da saúde e da educação e coesão social no âmbito do Plano de Ação da Operação Integrada Local Poceirão-Marateca. Na temática da saúde, estas ações incluem, por exemplo, as requalificações das unidades de cuidados de saúde de proximidade de Águas de Moura e do Poceirão que pretendem melhorar a rede de cuidados de saúde primários dos residentes no município de Palmela. As ações na área da educação e coesão social incluem o combate ao insucesso escolar, a capacitação de escolas e respetivos profissionais, a promoção do sucesso educativo e da recuperação da aprendizagem e a requalificação de vários equipamentos coletivos com fins sociais, educativos, desportivos e/ou associativos. Este tipo de captação de investimento, revela uma aposta na valorização do território e da população do município de Palmela e cria novas oportunidades de investimento no que diz respeito ao aumento de equipamentos coletivos.

A distribuição dos **equipamentos de ensino** no município de Palmela revela diferenças no acesso entre as freguesias urbanas e rurais. De acordo com orientações da Carta Educativa tem-se optado pela criação de escolas modernas, de maior dimensão e dotadas de várias valências, para onde são transportados os alunos através do transporte escolar suportado pelo Município. Em particular, no que diz respeito ao ensino secundário, nomeadamente aos cursos profissionais e vocacionais, verifica-se alguma dependência do município de Palmela face aos municípios vizinhos como Setúbal, Montijo, Vendas Novas e Moita, havendo registo de mobilidade de alunos para estes concelhos⁷.

Com medidas associadas à **identidade do território municipal e valores culturais**, o Plano aposta na valorização do património cultural e identidade cultural do território através do Turismo e Lazer e do aproveitamento dos valores naturais, paisagísticos e agrícolas existentes. Destaca-se atividades de dinamização da Rota de Vinhos, promoção de festas tradicionais e certame e divulgação de percursos turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural. A nível internacional enaltece-se a organização das Jornadas Internacionais de Arqueologia 2020 e a participação nas Jornadas Europeias do Património 2020, onde o município de Palmela contribuiu para a sensibilização da população para a importância da salvaguarda do património e onde deu a conhecer o património e identidade cultural do seu território.

Ainda relativamente à temática cultural a ideia de um Plano Estratégico para a Cultura resultou de um debate público sobre o presente e o futuro da cultura no concelho, no Fórum Cultura em 2006. O objetivo na altura foi recolher contributos para a construção do referido plano como

⁷ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, julho de 2023.

promotor e orientador das questões culturais, compatibilizando os diversos pontos de vista da comunidade. Mais tarde, a CMP, através do Despacho n.º 12481/2019, define como objetivo dinamizar a elaboração do Plano Estratégico para a cultura do concelho de Palmela. Apesar do PDM-Palmela ser omissivo sobre o mesmo, é intenção da CMP retomar futuramente esta questão e definir uma calendarização mais adequada ao desenvolvimento dos trabalhos das unidades orgânicas envolvidas.

No Quadro 18 apresentam-se a avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM-Palmela, relativamente às oportunidades e riscos deste FCD.

Quadro 18 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#4 Sistemas socioculturais.

CRITÉRIO	OPORTUNIDADES	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
POPULAÇÃO E SAÚDE	Investimento no aumento de equipamentos sobretudo em zonas urbanas.	Assegurar a construção dos equipamentos propostos, priorizando os equipamentos que colmatam as carências identificadas.
IDENTIDADE MUNICIPAL E VALORES CULTURAIS	Promoção da identidade do território municipal e valores culturais através de atividades de dinamização da Rota de Vinhos, promoção de festas tradicionais e certame e divulgação de percursos turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural.	
CRITÉRIO	RISCOS	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
POPULAÇÃO E SAÚDE	Risco de manter a dependência de municípios vizinhos.	Assegurar a construção dos equipamentos propostos e promover ações que fomentem a independência de Palmela face aos municípios vizinhos.

5.2.4.4 Diretrizes de Monitorização

O Quadro 19 apresenta as diretrizes de monitorização e os respetivos indicadores de monitorização relativamente ao FCD#4 Sistemas socioculturais.

Quadro 19 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#4 Sistemas socioculturais.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social.	Percentagem de população em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, sua distribuição geográfica e meios de apoio disponíveis.
Monitorizar o acesso e cobertura de equipamentos desportivos, sociais, de saúde e de lazer.	Investimentos em equipamentos coletivos prioritários que colmatem carências. Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais/mobilidade reduzida.
Monitorizar a realização de ações de valorização do património material e imaterial.	Incentivos municipais à preservação do património material e imaterial. Variação das despesas municipais em atividades culturais.
Monitorizar a dinamização dos centros históricos.	Variação do peso do comércio e serviços nos centros históricos.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar o investimento nos serviços dos ecossistemas culturais.	Número de atividades e instalações turísticas em solo rústico e natural. Variação dos sistemas ecológicos infraestruturados para lazer e recreio.
Monitorizar a implementação de iniciativas âmbito da identidade cultural do concelho.	Número de eventos promovidos em torno do património cultural.

5.2.4.5 Quadro de Governança

O Quadro 20 apresenta o quadro de governança, composto pelas entidades e pelas respetivas diretrizes de governança, relativamente ao FCD#4 Sistemas socioculturais.

Quadro 20 – Quadro de Governança - FCD#4 Sistemas socioculturais.

ENTIDADES	DIRETRIZES DE GOVERNANÇA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Garantir a articulação institucional, coordenação de esforços entre os seus organismos sectoriais e as autoridades locais, e colaboração na monitorização das componentes relacionadas com as suas áreas de competência. Apoiar a elaboração de programas e projetos de conservação e recuperação do património cultural. Assegurar a gestão e valorização do património cultural que lhe seja afeto.
CCDR-LVT	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional para promover a coesão social intra e intermunicipal. Promover ações de sensibilização de boas práticas, e sua divulgação em articulação com as autoridades locais, de manutenção e valorização do património cultural e natural.
IMT	Adequar a política de transportes públicos de Palmela a necessidades sociais concelhias, contribuindo para a implementação do PDM e concretização da coesão territorial e social.
CMP E JF	Promover o envolvimento das várias entidades com competências e responsabilidade sobre a gestão do território concelhio, articulando as várias intervenções. Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com IPSS. Incentivar os privados a criar e/ou ampliar equipamentos no concelho. Garantir a articulação com organismos sectoriais e as autoridades específicas, promovendo a celeridade na criação de novos equipamentos. Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e salvaguarda do património cultural e natural, assegurando a sua conservação, gestão e monitorização.
MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	Assegurar uma atuação articulada entre municípios, e entre municípios e os serviços da administração central nas demais áreas de atividade (social, saúde, educação).
SETOR PRIVADO	Participar ativamente nos processos de consulta pública no decurso dos processos de planeamento. Investir na criação ou ampliação de equipamentos coletivos carentes no concelho. Contribuir para a implementação do PDM Palmela, designadamente as oportunidades de empreendedorismo social, criação de emprego e formação.
ASSOCIAÇÕES E POPULAÇÃO	Promover e desenvolver atividades comunitárias para o apoio social e voluntariado na sua área de atividade. Promover o diálogo e concertação entre a CMP e os cidadãos sobre atividades municipais de natureza social. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território. Participar ativamente nos processos e programas de integração social e formação profissional. Colaborar nos processos de valorização e salvaguarda do património natural e cultural do município.

5.2.5 FCD#5 - Eficiência energética

5.2.5.1 Questões/Tendências Críticas

No que respeita ao FCD#5 Eficiência energética, tendo como base a análise de tendências (Anexo II), as principais tendências estratégicas consideradas na avaliação são:

- Ausência de informação e monitorização de elementos relativos às alterações climáticas (ex.: vulnerabilidade das populações aos riscos, fontes de energia renovável, ...);
- Decréscimo do consumo de energia elétrica de acordo com a tendência da AML, no entanto é ainda superior ao consumo de energia elétrica por habitante superior na AML e Lisboa;
- No consumo de energia elétrica predomina o setor industrial;
- Decréscimo do consumo de gás natural (redução superior à AML e a Lisboa);
- Boa cobertura do município, facilidade e rapidez de obtenção de ramais de energia elétrica⁸;
- Boa cobertura do município ao nível do gás natural, na rede em alta e em particular nas áreas industriais⁸;
- Insuficiente cobertura da rede de distribuição em alguns aglomerados mais pequenos e nas áreas de edificação mais dispersa⁸.

5.2.5.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Boa cobertura da rede de energia elétrica e de gás natural. • Facilidade de obtenção de ramais de energia elétrica.	• Expressão muito significativa de infraestrutura aérea da rede de eletricidade com impacto negativo no território, mesmo em áreas urbanas consolidadas e em áreas periurbanas. • Insuficiente cobertura da rede de distribuição de gás em alguns aglomerados mais pequenos e nas áreas de edificação mais dispersa. • Dados sobre medidas de adaptação às alterações climáticas inexistentes. • Inexistência de inventário municipal da utilização de FER endógenas.
Oportunidades	Ameaças
• Localização favorável em termos de disponibilidade de redes de energia (proximidade face a grandes produtores). • Oportunidade de criar planos e medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas.	

⁸ Assinala-se as tendências críticas identificadas na Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

5.2.5.3 Avaliação do Modelo

No âmbito do FCD#5, Eficiência energética, incluem-se critérios de eficiência energética e aproveitamento dos recursos endógenos renováveis, bem como a estratégia do PDM relativamente à adaptação e mitigação às alterações climáticas, atendendo a que o PDM é um IGT fundamental na gestão, regulação e antevisão da vulnerabilidade das populações às alterações climáticas.

A estratégia do PDM-Palmela relativamente às alterações climáticas, e à forma como podem ser geridas e reduzidas as vulnerabilidades climáticas das populações e do território considera os seguintes aspetos. Reconhece a EEM como um dos elementos estratégicos no combate às alterações climáticas, nomeadamente do ponto de vista da capacidade de infiltração (entre outros).

No entanto, a EEM, por si só, é insuficiente para antever e antecipar uma correta adaptação territorial às alterações climáticas, pelo que a proposta do Plano, em sede de Regulamento (art. n.º 148º) identifica um conjunto de usos e ações a privilegiar e a implementar no território de Palmela para combater a atual emergência climática. Embora se considere que as ações definidas pudessem ser mais ambiciosas, reconhece-se que a proposta de Plano cria aqui uma oportunidade para reforçar o combate às alterações climáticas.

Numa tentativa de ampliar ainda mais a sua resposta aos desafios climáticos, a CMP estabeleceu um acordo de parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, a Câmara Municipal de Sesimbra e a ENA com vista a uma candidatura conjunta para a elaboração do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) da Arrábida, que foi cofinanciada pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para o período 2014-2021 (EEA Grants).

De acordo com a informação disponível, a proposta do PLAAC - Arrábida inclui ações dirigidas aos três grandes objetivos do PMAAC-AML, reforçando uma oportunidade já criada pela proposta do PDM: (i) reduzir a exposição aos riscos climáticos mitigando os impactos sobre pessoas e bens; (ii) aumentar a capacidade adaptativa para lidar com os impactos das alterações climáticas e (iii) promover o conhecimento sobre as alterações climáticas, os seus impactos e vulnerabilidades.

Destacam-se, ainda, as oportunidades de **valorização dos sistemas hídricos**, já avaliados no FCD#1, que contribuem para responder de forma adaptativa a fenómenos climáticos extremos, através do aumento das áreas permeáveis, da criação de bacias de retenção e promoção do escoamento das águas pluviais. Também a aposta na **mobilidade suave** como medida de mitigação às alterações climáticas, através da proposta de reforço da rede ciclável municipal, prevista quer no Regulamento quer no Plano de execução e financiamento, também já avaliados no FCD#1, é também uma oportunidade embora de amplitude limitada face aos desafios.

No que respeita às **emissões de CO₂**, de acordo com dados da CMP (Anexo VII), em 2009, o município de Palmela assumiu o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir 20% as emissões de CO₂ no seu território até 2020, tendo, de acordo com o Relatório do PDM, alcançado e até superado essa meta⁹. Apesar do município não tem realizado um inventário sobre Fontes de

⁹ Revisão do PDM de Palmela, Volume III – Descrição e Fundamentação da Proposta de Plano, dezembro de 2020.

Energia Renovável, a proposta do Plano prevê a criação de uma comunidade de energia renovável como ação estratégica (ação 1.3.1. Relatório de Fundamentação, pgs. 64, 352 e 358). Esta ação está definida como prioridade 1 (a ser implementada num curto espaço de tempo) e pretende “à escala local do Município de Palmela, o autoconsumo de energia renovável, permitindo que o auto-consumidor, além de produzir e consumir, também possa ter atividades de partilha, armazenamento e de venda da energia excedente, sendo um regime no qual uma ou mais unidades de produção de energia renovável podem estar ligadas a um ou mais pontos de consumo” (Relatório de Fundamentação, pg. 359).

Tendo subscrito o Pacto de Autarcas - iniciativa europeia destinada a envolver os governos locais no cumprimento dos objetivos da União Europeia para o clima e energia, foi elaborado e aprovado (em 2009) o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela (PAESP) que constitui um instrumento relevante na implementação de um conjunto de ações no que diz respeito ao aproveitamento dos **recursos endógenos renováveis**. Apesar da CMP fazer múltiplas referências ao PAESP (Anexo VII), este foi concluído sem um contributo para a análise das FER no concelho de Palmela e sem informação sobre a implementação do conjunto de ações a que se propôs. No entanto, destaca-se a ação, do Programa de Execução e Plano de Financiamento¹⁰ de incentivo à produção de energias endógenas e renováveis a ser executada na forma da elaboração de um estudo sobre o potencial da valorização energética de biomassa agroflorestal no município de Palmela. No seguimento deste estudo, é intenção da CMP: (i) desenvolver projetos com vista ao aproveitamento energético de biomassa florestal, eólica, solar e óleos alimentares; (ii) criar uma central de compostagem de verdes definido em sede de Planta de Ordenamento⁹. Estas ações constituem uma oportunidade do município para promover e incentivar o aproveitamento dos recursos endógenos renováveis.

No capítulo 7 do Vol. IV do PDM-Palmela, onde são discriminados os *Indicadores de Monitorização e Avaliação*, é apresentada uma seleção de indicadores que a AAE produziu, reviu e atualizou nas versões de 2009, 2015 e 2020 (Anexo I). Destes, a CMP selecionou 63 considerando a sua pertinência temática, nível de desagregação espacial e atualização temporal, apresentando inclusive um cruzamento entre estes indicadores e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que assim são pontuados no PDM.

O PDM-Palmela apresenta ainda propostas para a promoção da sustentabilidade energética, designadamente: (i) projetos e obras de alteração em edifícios municipais para a redução do consumo de energia; (ii) elaboração de plano de melhoria e gestão da rede de iluminação pública municipal; (iii) elaboração de estudo sobre o potencial da valorização energética de biomassa agroflorestal; e (iv) criação de incentivos não financeiros e medidas de discriminação positiva de veículos elétricos. A proposta de regulamento da revisão do PDM (no n.º 7 do art.º 79.º), considera ainda a admissão de localização e construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente parques fotovoltaicos, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos envolventes e na qualidade paisagística das áreas em que se inserem, em Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Florestais de Produção.

¹⁰ Revisão do PDM de Palmela, Volume IV – Execução, Financiamento, Monitorização e Avaliação do Plano, janeiro de 2021.

No Quadro 9 Quadro 21 apresentam-se a avaliação e as diretrizes da AAE associadas às medidas do PDM-Palmela, relativamente às oportunidades e riscos deste FCD.

Quadro 21 – Avaliação oportunidades e Riscos - FCD#5 Eficiência energética.

CRITÉRIO	OPORTUNIDADES	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Reforçar o combate às alterações climáticas. Promoção da sustentabilidade energética.	Assegurar que as ações propostas são implementadas e monitorizadas. Assegurar a execução das obras de alteração em edifícios municipais. Promover a elaboração dos estudos propostos.
APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS RENOVÁVEIS	Criação de áreas afetas para localização e construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis. Promoção e incentivo de aproveitamento dos recursos endógenos renováveis. Promoção da mudança de paradigma de consumo energético.	Evitar situações de conflitos e impactes ambientais negativos sobre outros usos já existentes ou potenciais. Assegurar a elaboração do estudo e dos projetos propostos. Assegurar a criação da central de compostagem de verdes. Assegurar a implementação das ações propostas e monitorizar o impacto destas.
CRITÉRIO	RISCOS	DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Manutenção de paradigma de consumo energético.	Assegurar a monitorização destas temáticas.
APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS RENOVÁVEIS		

5.2.5.4 Diretrizes de Monitorização

O Quadro 22 apresenta as diretrizes de monitorização e os respetivos indicadores de monitorização relativamente ao FCD#5 Eficiência energética.

Quadro 22 – Diretrizes e Indicadores de Monitorização - FCD#5 Eficiência energética.

DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
Monitorizar a eficiência energética do concelho.	Intensidade energética da economia, repartida por setor incluindo o dos transportes. Número de explorações com medidas de eficiência energética implementadas e certificados energéticos emitidos com classe B ou superior.
Monitorizar os consumos energéticos no espaço público.	Variação dos consumos energéticos ao nível do espaço público.
Monitorizar medidas de construção sustentável utilizadas em obras de edificação e reabilitação bem como a eficiência energética do edificado novo e reabilitado.	Variação da intensidade energética ao nível doméstico, industrial e serviços. Número de certificados emitidos nas intervenções realizadas (obras e certificação energética dos imóveis).
Monitorizar as emissões de GEE ao nível municipal incluindo as decorrentes dos transportes.	Emissões de GEE por setor de atividade e tipologia de transporte.
Monitorizar a exploração de FER e o perfil energético do concelho.	Potência instalada e produção de energia com origem em FER. Consumo interno bruto de energia por tipo de fonte.
Monitorizar a adequação municipal às alterações climáticas.	Existência/inexistência de planos de adaptação às alterações climáticas.

5.2.5.5 Quadro de Governança

O Quadro 23 apresenta o quadro de governança, composto pelas entidades e pelas respetivas diretrizes de governança, relativamente ao FCD#5 Eficiência energética.

Quadro 23 – Quadro de Governança - FCD#5 Eficiência energética.

ENTIDADES	DIRETRIZES DE GOVERNANÇA
CCDR-LVT	Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de GEE.
CMP E JF	Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no concelho mantêm uma tendência decrescente. Promover a construção sustentável e eficiência energética. Desenvolver medidas de mitigação e adaptação às AC.
MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	Desenvolvimento de iniciativas de natureza intermunicipal relacionadas com a eficiência energética.
SETOR PRIVADO	Adotar boas práticas em termos da sustentabilidade do consumo e uso de recursos e da eficiência energética. Investir em produção de energia com origem em FER.
ASSOCIAÇÕES E POPULAÇÃO	Adotar hábitos sustentáveis, promotores da utilização de meios de mobilidade suaves, abandono do TI em prol do TP e eficiência na utilização doméstica de recursos. Participar ativamente em processos de consulta pública associados à mobilidade sustentável, bem como à eficiência energética no âmbito do PDM Palmela e nas atividades de sensibilização para a sustentabilidade.

6 CONCLUSÕES

A AAE do PDM-Palmela teve um processo bastante atípico. Iniciou-se em 2008 com um diálogo entre o processo de planeamento e de AAE, e por um envolvimento de atores locais num processo dedicado à focagem estratégica concluída em 2009. Logo após desenvolveu a análise e avaliação das opções estratégicas até o diálogo ser interrompido no início de 2010. Desde então houve apenas contactos pontuais, designadamente em 2015, com a realização de algumas tarefas, sem sequência. A equipa do PDM-Palmela apenas em 2018 retoma contacto com a equipa da AAE, com frequência já em finais de 2019. No entanto nessa fase a proposta de plano já se encontrava bastante consolidada. A aplicação da metodologia estratégica constante do Guia da APA, 2012 foi, por isso, limitada, embora não comprometida.

Atendendo ao processo atípico, e com o objetivo de manter a focagem nos aspetos estratégicos do PDM, numa reflexão conjunta entre a equipa do plano e a equipa de AAE em 2018, identificam-se questões críticas (Anexo VII) que passam a ser centrais na avaliação estratégica do PDM. Essa reflexão teve como objetivo dar contributos para a integração de questões de ambiente e sustentabilidade com relevância estratégica para o desenvolvimento do município de Palmela. Estas questões críticas foram construídas a partir dos elementos de contexto e focagem estratégica, especificamente os temas estratégicos do Plano e os FCD. Deste modo a AAE teve ainda a oportunidade de dar uma contribuição estratégica ao PDM-Palmela, incidindo sobre todos os elementos do Plano (modelo territorial, medidas propostas e regulamento).

Em processos de revisão do PDM é particularmente importante o envolvimento e participação do público, tal como aliás definido na LBGPPSOTU, segundo a qual as políticas públicas estão subordinadas ao princípio da “participação dos cidadãos” (Artigo 3º, n.º 1 g), LBGPPSOTU) e que estes têm o direito de “intervir e participar nos procedimentos administrativos relativos ao solo, ordenamento do território e urbanismo” (Artigo 6º, n.º 2, LBGPPSOTU) bem como as autarquias têm o dever de garantir “igualdade e transparência (...) através do direito de participação e do direito à informação dos cidadãos” (Artigo 8º, n.º 2 b), LBGPPSOTU).

No âmbito de desenvolvimento do PDM-Palmela a participação pública foi até à data limitada à realização de uma sessão com agentes municipais no âmbito da fase de focagem, logo seguida do Fórum Palmela 21 (2009 – Anexo V), organizado pela CMP em conjunto com a equipa da AAE. Prevê-se que se venham a realizar as sessões públicas, legalmente obrigatórias, na fase final do Plano: sessões de apresentação do plano e período de discussão pública. Em 2006 os resultados do Fórum Cultura vinculavam a CMP a realizar o Plano Estratégico da Cultura no Concelho de Palmela. No entanto este plano continua por elaborar. A promoção de uma cidadania ativa em Palmela pautava-se assim pela ausência de ações promotoras de envolvimento da sociedade. Tais ações, e respetiva dinamização, são um garante para a construção de confiança para com a administração local, promovendo a inclusão da sociedade no desenvolvimento concelhio e na promoção da identidade. Mais recentemente, e sem vínculos com a AAE e/ou a revisão do PDM-Palmela, a CMP tem vindo a desenvolver diversas ações de envolvimento da sua população, não se cingindo apenas a organizar sessões informativas de consulta pública ou de prestação de contas.

Da avaliação realizada no âmbito da AAE conclui-se que a proposta do PDM reúne condições para a geração de oportunidades para um desenvolvimento sustentável do município, concretamente, promovendo (i) a requalificação e revitalização urbana premiando as obras de conservação/reabilitação e a ocupação efetiva dos edifícios, (ii) a pretensão de transferência modal de TI para TP e a mobilidade suave, (iii) ações de salvaguarda das zonas ameaçadas pelas cheias, (iv) a melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, (v) medidas que asseguram a ligação entre a estrutura ecológica municipal e a rede ecológica metropolitana (vi) a multifuncionalidade dos sistemas ecológicos por via da criação de condições para a instalação de atividades turísticas e de lazer, (vii) a dinamização económica, nomeadamente das atividades agro-rurais, através do desenvolvimento de condições de suporte, fomento e desenvolvimento da cadeia de valor local e da economia local, (viii) a valorização dos produtos locais, (ix) a qualificação dos recursos humanos, (x) a previsão da construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis e (xi) promoção de medidas de combate à vulnerabilidade territorial às alterações climáticas.

Por outro lado, são identificados riscos estratégico que podem comprometer a construção de um caminho mais sustentável e resiliente para o território de Palmela, e que poderiam ter sido evitados ou reduzidos numa fase mais inicial da formulação do Plano com um acompanhamento mais efetivo do desenvolvimento do mesmo pela AAE. Os riscos mais significativos incluem:

- a permanência de situações de AUGI não reconvertidas, o que constitui um risco para a qualidade ambiental e do território com consequentes riscos socio-ambientais como a degradação ou destruição de valores naturais, biofísicos e paisagísticos;
- ausência de infraestruturação ou subdimensionamento das AUGI e HGI;
- o risco de não atrair recursos humanos para se fixarem no município que pode resultar em perda de atratividade económica do território;
- o risco de manter a dependência dos municípios vizinhos em relação a algumas tipologias de equipamentos;
- o risco do Plano não valorizar os sistemas ecológicos intrínsecos do município.
- a manutenção de paradigma de consumo energético.

A formulação de orientações estratégicas, em algumas temáticas, no Plano aparenta ser limitada, dominando os aspetos operacionais, de resolução de problemas à vista, e a preocupação com o cumprimento regulamentar. Em alguns casos este vazio estratégico constitui-se como um risco pois “o plano diretor municipal é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal ...” (Artigo 95º, n.º 1, NRJIGT) e é também “... um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais” (Artigo 95º, n.º 2, NRJIGT). Este facto constitui *per se* uma perda de oportunidade de usar o PDM como instrumento de gestão orientador de políticas territoriais sustentáveis. Refere-se designadamente os aspetos relacionados com o reconhecimento e valorização dos sistemas ecológicos intrínsecos do município, com os problemas de contaminação ambiental de solo e águas subterrâneas resultantes da não resolução de situações de edificação ilegal, e da não resolução de situações de AUGI. Apesar de se destacar o esforço da CMP na criação de uma estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas (que era insuficiente ou inexistente

na proposta do Plano em 2019) apoiada no PLAAC-Arrábida e com elaboração de medidas para o território de Palmela, regista-se, no entanto, pouca ambição com o potencial estratégico de um Plano Diretor Municipal, reduzindo as opções territoriais à resolução de problemas existentes em detrimento de ganhar escala estratégica, visão e orientação de longo prazo, aumentando a resiliência e sustentabilidade territorial no âmbito do planeamento e ordenamento do território, e especialmente para as matérias definidas como estratégicas neste município.

Destaca-se, ainda, (i) a evolução da componente estratégica da presente proposta do Plano face a versões anteriores e (ii) a maior interação entre as equipas da AAE e do PDM-Palmela na fase final da elaboração do Plano (setembro e outubro 2023) após processo de concertação.

De notar que muitas das apreciações acima identificadas constituem o contributo de uma AAE ao longo da formulação de um Plano, quando exista acompanhamento mais regular e uma interação entre a AAE e o PDM ao longo do seu ciclo de vida, entendendo esta inter-ligação entre os processos de planeamento e de avaliação como sendo estratégica para o futuro municipal.

Anexo I - Evolução dos FCD

VERSÃO DE 2009			VERSÃO DE 2015			VERSÃO DE 2020		
FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES
#1 Estruturação territorial e requalificação urbana	Consolidação dos núcleos urbanos	Dimensão dos aglomerados. Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos. Variação do nº médio de alojamentos por edifício. População Residente e Número de fogos por perímetro urbano. Grau de concretização das áreas urbanizáveis e industriais. Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas. Proporção de área ocupada por AUGI e loteamentos clandestinos. Variação da proporção de alojamentos não clássicos por freguesia.	#1 Estruturação territorial e requalificação urbana	Consolidação e revitalização urbana	Distribuição da população residente nos principais aglomerados. Evolução da população residente por freguesia. Evolução do número de edifícios por freguesia. Número médio de alojamentos por edifício por freguesia (densificação dos núcleos). Variação da proporção de fogos vagos e de 2ª residência, por freguesia. Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos. Reconstruções por cada 100 construções novas. Indicadores relativos às AUGI. Orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana. Medidas para requalificação do comércio tradicional. Proporção de sociedades na área do comércio local no total de sociedades. Distribuição dos Equipamentos de ensino e sua capacidade. Rede Urbana. Distribuição dos equipamentos de saúde por freguesia.	#1 Estruturação territorial e requalificação urbana	Consolidação e revitalização urbana	Distribuição da população residente nos principais aglomerados. Evolução da população residente por freguesia. Evolução do número de edifícios por freguesia. Número de fogos vagos Densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos. Reconstruções por cada 100 construções novas. Indicadores relativos às AUGI. Orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana. Medidas para requalificação do comércio tradicional.
	Organização territorial	Capacidade dos equipamentos de ensino por ciclo e freguesia. Variação do número de estabelecimentos de ensino por nível de ensino. Existência de equipamentos culturais e de saúde. Proporção de alojamentos com carência de infraestruturação por freguesia. Variação da duração média dos movimentos pendulares dos residentes.		Transportes e mobilidade	Principais movimentos de entrada e de saída para o concelho de Palmela. Variação da repartição modal - deslocações intraconcelhias e de entrada no concelho. Duração média dos movimentos pendulares dos residentes por destino e por modo de transporte.		Transportes e mobilidade	Principais movimentos de entrada e de saída para o concelho. Variação da repartição modal - deslocações intraconcelhias e de entrada no concelho. Duração média dos movimentos pendulares dos residentes por destino e por modo de transporte.
	Revitalização urbana	Percentagem do orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana. Número de fogos em processo de reconversão (AUGI). Número de sociedades na área do comércio local. Medidas para requalificação do comércio tradicional.		Qualidade ambiental e riscos naturais e tecnológicos	Localização das fontes de poluição por tipo de poluição. Localização de fontes de poluição face às classes de vulnerabilidade à poluição do aquífero. Localização de atividades associadas ao risco de acidentes tecnológicos graves face aos perímetros urbanos e às áreas classificadas. Variação da qualidade da água para consumo.		Qualidade ambiental e riscos naturais e tecnológicos	Fontes de poluição por tipo de poluição. Fontes de poluição face às classes de vulnerabilidade à poluição do aquífero. Atividades associadas ao risco de acidentes tecnológicos graves face aos perímetros urbanos e às áreas classificadas. Variação da qualidade da água para consumo.
	Transportes e mobilidade	Variação da Repartição modal nas deslocações intraconcelhias. Variação da Repartição modal nas deslocações de entrada no concelho. Variação da duração média dos movimentos pendulares dos residentes.						
	Qualidade ambiental e riscos naturais e tecnológicos	Fontes de poluição por tipo de poluição. Percentagem de população exposta a ruído ambiente. Variação da população servida por Sistemas de abastecimento.						

VERSÃO DE 2009			VERSÃO DE 2015			VERSÃO DE 2020		
FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES
		de água, Sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU. Variação da qualidade da água superficial e subterrânea. Variação do índice de qualidade do ar. Capitação de resíduos urbanos. Tratamento e destino final de resíduos urbanos. Número e localização de atividades associadas ao risco de acidentes tecnológicos graves. Variação do número de ocorrências de incêndios e de área ardida. Área em zona de cheia. Número de atividades com elevado risco de contaminação de aquíferos.			Evolução da população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais. Localização das zonas sensíveis e mistas (ruído). Destino final dos resíduos sólidos urbanos. Resíduos urbanos recolhidos (kg/hab) por localização geográfica e por ano. Qualidade do ar. Variação do número de ocorrências de incêndios e da superfície média ardida. Localização de perímetros urbanos e edificado em zonas inundáveis. Carta de riscos do concelho de Palmela.			Evolução da população servida por sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais. Localização das zonas sensíveis e mistas (ruído). Destino final dos resíduos sólidos urbanos. Resíduos urbanos recolhidos por ano. Qualidade do ar. Variação do número de ocorrências de incêndios e da superfície média ardida. Localização de perímetros urbanos e edificado em zonas inundáveis. Carta de riscos do concelho de Palmela.
#2 Polarização económica	Dependência económica do emprego	Emprego por CAE. Proporção de emprego no sector automóvel.	#2 Âncoras e competitividade de económica	Potencial humano	População empregada por setor de atividade (freguesia). Emprego por CAE relevante. Taxa de atração e taxa de repulsão de empregados. Taxa de atividade. Nível de qualificação da população residente por freguesia. Cursos técnico profissionais e superiores no concelho. Índice de polarização de emprego.	#2 Âncoras e competitividade de económica	Potencial humano	População empregada por setor de atividade. Taxa de atratividade bruta. Taxa de atividade. Nível de qualificação da população residente por freguesia. Cursos técnico profissionais e superiores no concelho. Índice de polarização de emprego.
	Âncoras de desenvolvimento económico	Variação da estrutura do emprego. Evolução do VAB por sector. Capacidade de Alojamento Turístico. Variação das taxas de atração e repulsão. Diferença entre o número de sociedades constituídas e dissolvidas. Proporção de empresas ligadas ao sector automóvel. Proporção de empresas localizadas em parques industriais. Proporção de área livre em zonas industriais.		Âncoras de desenvolvimento económico	Empresas por setor de atividade. Taxa de sobrevivência das empresas. Evolução do nº de sociedades sediadas no concelho. Proporção de área livre por Zona Industrial.		Âncoras de desenvolvimento económico	Empresas por setor de atividade. Taxa de sobrevivência das empresas. Evolução do nº de sociedades sediadas no concelho.
	Potencial humano	Variação dos índices de envelhecimento e de dependência. Variação da população residente segundo nível qualificação por freguesia. Variação da taxa de desemprego por freguesia. Variação do número de alunos inscritos no ensino secundário por área de ensino. Variação do índice de polarização.		Economia rural	Produtos com denominação de origem controlada. Emprego nas indústrias ancoradas nos recursos naturais do concelho. Superfície agrícola utilizada. Produção vinícola declarada expressa em mosto. Capacidade de Alojamento Turístico Rural. Variação da área média da exploração agrícola.		Economia rural	Superfície agrícola utilizada. Número de explorações. Empresas ancoradas nos recursos naturais do concelho. Produtos com denominação de origem controlada. Produção de vinícola declarada em vinho pelos produtores por local de vinificação e qualidade do vinho.

VERSÃO DE 2009			VERSÃO DE 2015			VERSÃO DE 2020			
FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	
								Capacidade de alojamento turístico Capacidade de alojamento turístico rural.	
#3 Conectividade e ecológica	Articulação entre redes ecológicas	Situações de conflito ou estrangulamento da rede ecológica metropolitana principal e secundária. Nível de coerência entre redes ecológicas municipal e metropolitana.	#3 Conectividade ecológica	Articulação entre redes ecológicas	Coerência entre as Redes Ecológicas Metropolitana e Municipal.	#3 Conectividade ecológica	Articulação entre redes ecológicas	Rede ecológica metropolitana. Estrutura ecológica municipal. Coerência entre as redes ecológicas metropolitana e municipal.	
	Integridade de áreas com importância ecológica	Proporção de Área húmida edificada. Proporção de área de REN edificada. Proporção de área de RAN edificada. Áreas classificadas ou com estatuto de proteção. Áreas classificadas com Plano de Ordenamento e/ou de Gestão. Variação da despesa municipal em proteção da paisagem e biodiversidade.		Integridade de áreas com importância ecológica	Proporção de área húmida edificada. Variação da proporção de RAN edificada. Variação da proporção de REN edificada. Áreas classificadas e com plano de ordenamento e/ou gestão. Valores naturais relevantes. Variação das despesas em proteção da biodiversidade e da paisagem (€).		Integridade de áreas com importância ecológica	Variação da proporção de RAN edificada. Variação da proporção de REN edificada. Áreas classificadas (localização e definição). Despesa municipal em proteção da biodiversidade e paisagem.	
#4 Sistemas sócio-culturais	Economia rural	Relevância da economia rural no município. Variação da superfície agrícola no concelho. Produtos com denominação de origem controlada. Emprego nas Indústrias ancoradas nos recursos naturais do Concelho. Variação da taxa de desemprego por freguesia. Variação da Produção vinícola declarada expressa em mosto por município. Capacidade de Alojamento Turístico Rural. Variação da população empregue por sector de atividade económica em freguesias rurais.	#4 Sistemas socioculturais	Identidade municipal e valores culturais	Plano estratégico da cultura palmela. Roteiro cultural do concelho. Imóveis e conjuntos classificados. Carta arqueológica. Instalações com valências culturais. Despesa municipal em atividades culturais por habitante.	#4 Sistemas socioculturais	População e saúde	População residente. Índice de envelhecimento. Percentagem de habitantes beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e Rendimento Social de Inserção (RSI). Distribuição dos equipamentos de ensino e sua capacidade. Distribuição dos equipamentos de saúde por freguesia. Distribuição dos equipamentos de solidariedade e segurança social.	
	Identidade municipal e valores culturais	Variação da proporção do número de licenças de reconstrução em freguesias rurais Evolução da estrutura etária em freguesias rurais Variação da população residente em freguesias rurais Rotas turísticas e Núcleos museológicos Bens patrimoniais classificados e com proteção. Variação da despesa municipal em atividades culturais.		População e saúde	Variação da população residente. Evolução da população residente do Concelho de Palmela beneficiada com o Rendimento Social de Inserção. Variação do índice de envelhecimento. Equipamentos de sociais. Variação da despesa municipal em jogos e desporto, por habitante.		Identidade municipal e valores culturais	Imóveis e conjuntos classificados. Carta arqueológica. Atividades culturais. Despesa corrente municipal em domínios de cultura. Plano estratégico da cultura palmela.	
	População e saúde	Variação da proporção de beneficiários do rendimento mínimo garantido. Freguesias servidas com infraestruturas de ação social por tipo. Variação do número de consultas nos centros de saúde e suas extensões por habitante. Variação da proporção de alojamentos segundo regime de ocupação -							

VERSÃO DE 2009			VERSÃO DE 2015			VERSÃO DE 2020		
FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES
		arrendamento com contrato de renda social ou apoiada por freguesia. Despesa municipal em desporto.						
#5 Eficiência energética	Eficiência energética	Variação da Repartição modal nas deslocações intraconcelhias. Variação da duração média dos movimentos pendulares dos residentes. Variação do consumo de combustível automóvel por habitante. Variação do consumo de energia elétrica por sector de consumo, por 1000 habitantes. Variação da intensidade energética per capita. Variação do consumo energético per capita.	#5 Eficiência energética	Eficiência energética	Consumo de energia por habitante e por setor de atividade (gás, combustíveis e eletricidade). Variação da intensidade energética per capita. Variação do consumo de combustível automóvel por habitante.	#5 Eficiência energética	Eficiência energética	Consumo de combustíveis. Consumo de energia elétrica por habitante (total e por tipo de consumo). Consumo de gás natural. Emissões de gases com efeito de estufa por fonte.
	Emissões de CO2	Emissões de CO2eq por sector de atividade económica. Emissões de CO2eq por unidade de PIB. Área florestal com potencial de sequestro de carbono.		Emissões de CO2	Emissões de Gases com Efeito de Estufa (por atividade económica e por un. PIB). Área florestal com potencial de sequestro de carbono.			
	Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis	Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh).		Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis	Utilização de Fontes de Energia Renovável.		Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis	Utilização de Fontes de Energia Renovável.

Anexo II - Análise Tendencial

FCD #1 Estruturação territorial e requalificação urbana

Consolidação e revitalização urbana

A estrutura territorial do concelho de Palmela revela a crescente integração na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e as dinâmicas de transformação na Península de Setúbal, persistindo traços de ruralidade.

A estrutura urbana do concelho expressa uma forte dicotomia na forma de ocupação do território, sendo visível uma polarização do crescimento urbano em toda a zona poente, patente na **dimensão dos aglomerados**. Pelo contrário, a zona nascente, maioritariamente abrangida pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca (antigas freguesias de Poceirão e de Marateca) apresenta um povoamento de cariz mais rural, com aglomerados de menor dimensão (Figura 3). No entanto, o PDM-Palmela considera que a forma como o povoamento se tem vindo a processar no município é heterógena., assumindo especial relevância o peso relativo da população dispersa por aglomerados de muito pequena dimensão¹¹.

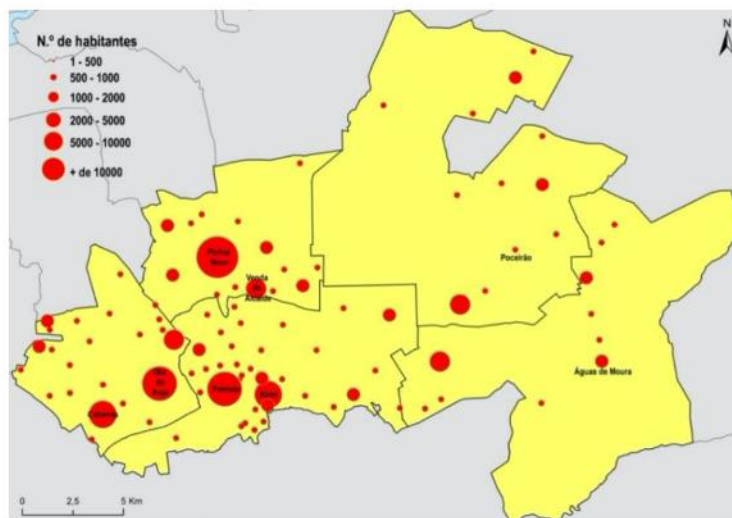


Figura 3 – Distribuição da população residente nos principais aglomerados (2011). Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

As dinâmicas demográficas induzidas evidenciam um aumento da população residente nas últimas décadas. De uma forma geral, as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, mais próximas dos principais eixos de ligação entre Lisboa e Setúbal, expressam fortes pressões de urbanização. Os dados por freguesia mostram uma concentração da população naquelas freguesias, fenómeno mais visível a partir da década de 70 (Figura 4)¹². Os níveis de densidade populacional do município estão a crescer progressivamente, situando-se, no entanto, bastante abaixo dos valores observados na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

¹¹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II – Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

¹² A freguesia do Poceirão foi criada em 1988.

Embora a União de Freguesias de Poceirão e Marateca ocupe 60% da área total do município, apenas representa 15% da **população residente** em Palmela. De salientar que a CMP alerta para a existência de uma dispersão do povoamento com tendência para a perda de população nas áreas rurais, resultando no perigo de esvaziamento destas áreas do território.

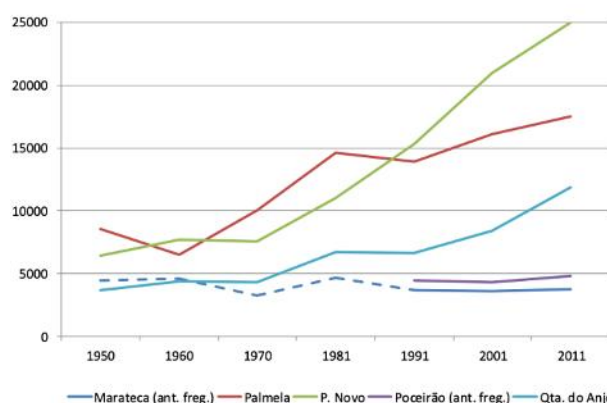


Figura 4 – Evolução da população residente por freguesia (1950-2011). Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II- Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Por sua vez a variação do **número de edifícios** confirma a concentração das dinâmicas construtivas nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, sendo maior o crescimento entre 1991 e 2001 (Figura 5).

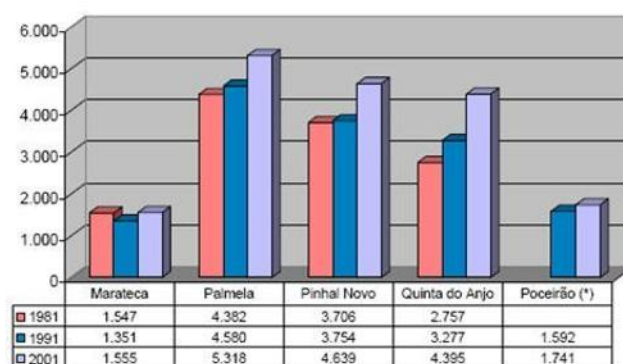


Figura 5 – Evolução do número de edifícios por freguesia. Fonte: Carta Educativa de Palmela- Caracterização e Diagnóstico, 2002.

Nestas dinâmicas urbanísticas a edificação de novos alojamentos tem assumido um papel preponderante. A proporção de **reconstruções por cada 100 construções** novas manteve-se no geral inferior aos valores da sub-região da Península de Setúbal, e sempre inferiores à média nacional (Figura 6).

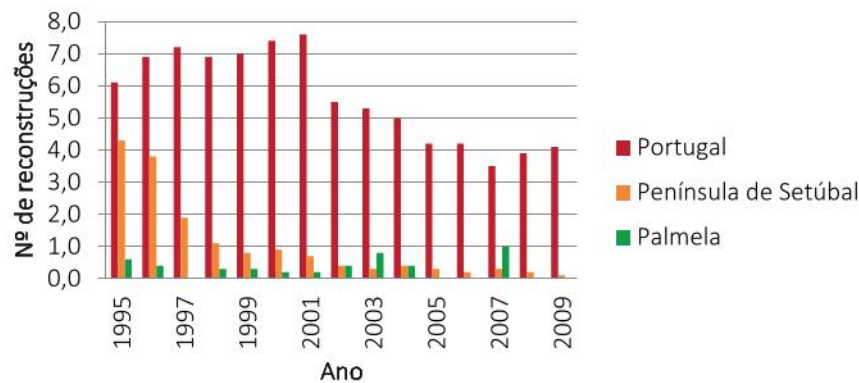


Figura 6 – Reconstruções por cada 100 construções novas. Fonte: INE, 2015.

Os novos fogos por lugar mostram um alastramento do fenómeno da dispersão do edificado para as zonas rurais, refletindo-se na **densidade de ocupação fora dos perímetros urbanos**. Nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo a expressão é pequena (9,9%, 1,8% e 4,2%, respetivamente (REOT, 2003), mas significativamente maior nas (antigas) freguesias do Poceirão e Marateca (38,7% e 26,5% respetivamente). Também é de acrescentar a pressão construtiva nas periferias de alguns aglomerados mais importantes, como sucede em Palmela. Baixas densidades habitacionais correspondentes a uma dispersão do edificado em áreas rurais é portanto uma tendência verificada em Palmela.

De acordo com dados da CMP (Anexo VII), 12,6% do território municipal encontra-se na categoria de **área de edificação dispersa** (5869,82 ha num total de 46512,01 ha), tendo a delimitação proposta na Planta de Ordenamento, correspondendo à categoria de Áreas de Edificação Dispersa, reduzido 27,3% (face à proposta de 2018) de áreas que eram consideradas como de edificação dispersa.

Este fenómeno de edificação fora dos perímetros urbanos inclui as **Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)** (Figura 7) ainda sem processo de reconversão e os loteamentos e construções ilegais surgidas mais recentemente: os **“novos clandestinos”**¹³ (Figura 8).

¹³ Revisão do PDM de Palmela, Vol I -Diagnóstico Prospectivo, novembro de 2006.

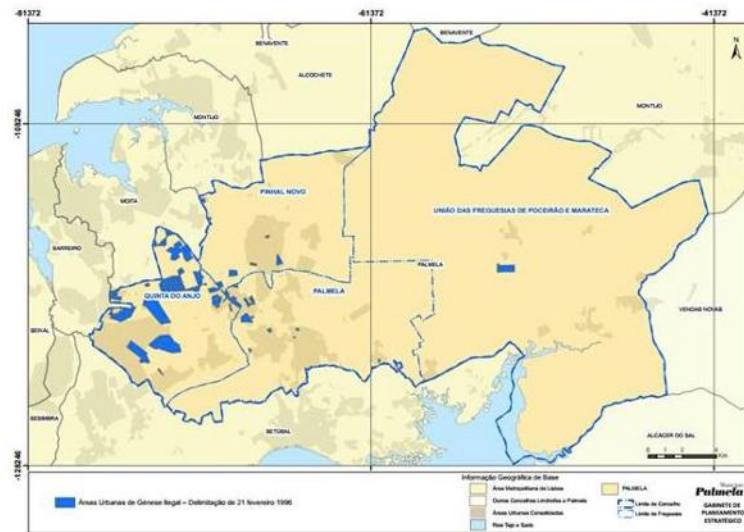


Figura 7 – Distribuição das AUGI no território concelhio. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Relatório de Fundamentação, dezembro de 2020.

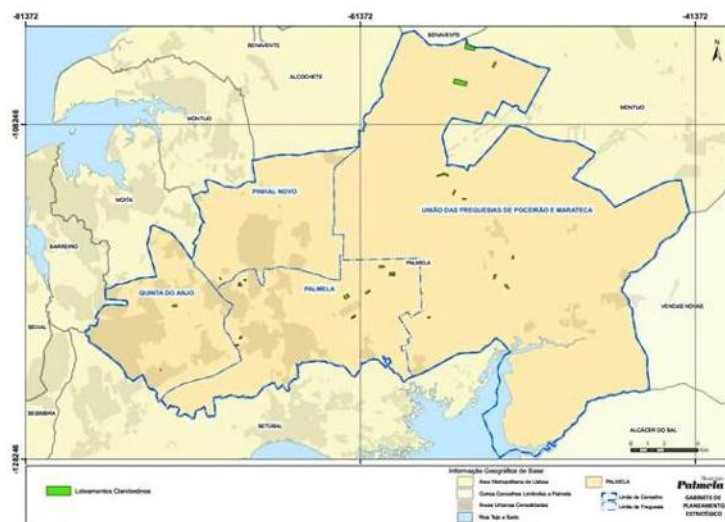


Figura 8 – Distribuição dos novos loteamentos clandestinos no território concelhio. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Relatório de Fundamentação, dezembro de 2020.

A edificação em solo não infraestruturado atinge todas as freguesias embora, tal como pode ser observado nas Figuras 7 e 8, as manchas mais expressivas se situem na freguesia de Quinta do Anjo, que concentra a maioria da área loteada ilegalmente no concelho. Por outro lado, a (antiga) freguesia de Poceirão apresenta a maior parte da área comprometida com “novos clandestinos”. Mais, de acordo com informação disponibilizada pela CMP (Anexo VII), parte dos prédios fracionados ilegalmente não teve uma ocupação edificada, representando aproximadamente 1% da área do município, 1,16% dos edifícios residenciais existentes, 0,76% dos alojamentos existentes e apenas 0,50% da população residente. Não obstante a génese que originou este fenómeno ser distinta da edificação dispersa (quer pela dimensão das parcelas geradas, quer pela legitimidade da sua titularidade) o padrão de ocupação no território apresenta semelhanças dado que as edificações que surgiram são no contexto do prédio muito esparsas (Anexo VII).

Para contrariar as situações existentes de edificações e fracionamento de prédios rústicos, a CMP tem vindo a efetuar diversas diligências perto das entidades competentes para tal (Ministério Público), tendo intensificado esta prática nos últimos anos (30 situações em 2019) com o objetivo de resolver definitivamente estas questões de fracionamento e edificação ilegal existentes no território concelhio.

A dimensão e a dispersão dos loteamentos ilegais representam um desafio para o município em termos de estruturação da rede urbana e sustentabilidade, tendo a CMP desenvolvido um esforço de integração das AUGI na rede urbana. No entanto, das 52 AUGI identificadas pela CMP apenas 8 têm o processo de reconversão concluído ou alvará de loteamento emitido e outras 8 se encontram com operação de loteamento licenciada. Existem ainda 29 AUGI sem processo de reconversão¹⁴.

No que respeita ao **número médio de alojamentos por edifício**, as freguesias da metade oeste do concelho apresentam um aumento de tipologias de habitação plurifamiliar, ao contrário das freguesias da zona nascente do concelho, que contrariam essa tendência. A (antiga) freguesia de Poceirão surge mais uma vez como exemplo do predomínio de tipologias de habitação unifamiliar, e o Pinhal Novo, onde se verifica um aumento dos alojamentos por edifício próximo dos 30% (Quadro 24).

Quadro 24 – Número médio de alojamentos por edifício. Fonte: Dinâmicas urbanísticas do município de Palmela – Estudos de Apoio à Revisão do PDM, junho de 2003.

Freguesias	Nº médio de alojamentos/edifício		
	1991	2001	Tx. Variação
Marateca	1,1	1,1	0,0%
Palmela	1,4	1,4	0,0%
Pinhal Novo	1,7	2,2	29,4%
Quinta do Anjo	1,1	1,2	9,1%
Poceirão	1,1	1	-9,1%
Concelho	1,3	1,5	15,4%

De acordo com dados da CMP¹⁵, no território de Palmela existiam, em 2011, 4442 **fogos vagos** (14,3% do total de fogos no município de Palmela), localizados essencialmente nos aglomerados de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo o que, de acordo com a CMP, representava apenas 9% do total do fenómeno na Península de Setúbal. A informação mais recente disponibilizada pela CMP indica que os fogos identificados como vagos em 2011, são alojamentos com residência habitual ou residência secundária em 2020. Não existem no entanto dados disponíveis que ilustrem a proporção entre os fogos com residência habitual vs. residência secundária. O argumento da CMP é que se tratava, na época, de alojamentos recém construídos e que se encontravam no mercado imobiliário.

A análise destes dados por subsecção estatística permitiu à CMP constatar que no caso do aglomerado de Quinta do Anjo algumas subsecções estatísticas com maior número de alojamentos vagos correspondem a uma urbanização recente aquando da elaboração dos Censos, “Palmela Village”. No que concerne ao aglomerado de Palmela, as subsecções estatísticas

¹⁴ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

¹⁵ Revisão do PDM de Palmela – Volume I – Enquadramento Regional, Histórico e Urbanístico, dezembro de 2020.

com maior número de alojamentos vagos correspondem ao Centro Histórico e à urbanização da “Nova Palmela”. No caso do aglomerado de Pinhal Novo, existe uma situação semelhante à de Quinta do Anjo, uma vez que a subsecção estatística com maior número de fogos vagos corresponde precisamente à urbanização dos “Mochos”, empreendimento em desenvolvimento e consolidação no momento censitário (Anexo VII).

Diversas **iniciativas de revitalização** urbana têm sido direcionadas para o património construído e por extensão, para o centro histórico de Palmela, onde segundo o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, o município tem promovido a reabilitação de imóveis através da redução/isenção de taxas do IMI¹⁶. Em 2009, o município desenvolveu um plano de ação para requalificar Palmela aproveitando a primeira oportunidade de candidatura de Centros Históricos a fundos comunitários com o intuito de regenerar e revitalizar esta zona do território¹⁷.

Assim, o **orçamento da CMP**¹⁸ proposto para 2019 prevê um aumento de 131,44% (1 467 508 €) de afetação financeira (face a 2018) para a rubrica “habitação e urbanismo”, onde se enquadra a recuperação e revitalização do centro histórico assim como de outras áreas urbanas do concelho. Já no que respeita à promoção da economia local, a rubrica “comércio e turismo” apresenta um aumento de 111,08% (841 478€ para 2019) face ao ano de 2018. Iniciativas de promoção e/ou apoio à realização de feiras locais e de promoção do mundo rural encontram-se também contempladas neste orçamento com um acréscimo global na ordem dos 6,7% (2000€) face ao orçamento de 2018.

Transportes e mobilidade

No período 1991-2011 verificou-se um aumento de população que efetua **deslocações pendulares**, em concordância com o acréscimo na população residente e a localização dos pólos de atração regionais. É nas freguesias mais urbanas que se concentra a maior percentagem de população que se desloca para fora do concelho por motivos de trabalho e estudo, contrariamente às freguesias mais rurais. Entre 1991 e 2011, a população residente em Palmela que efetuou deslocações casa-trabalho e casa-escola aumentou 51,1%¹⁹, tendo a maioria da população residente que trabalha fora do concelho de Palmela, como principais destinos o pólo de Setúbal, seguido do de Lisboa. Neste mesmo período, o concelho reforçou significativamente a sua capacidade de atração no contexto da AML, com um aumento dos movimentos de entrada no concelho e origem principalmente no concelho de Setúbal (Figura 9).

¹⁶ http://centrohistorico.cm-palmela.pt/Habitar_em_Palmela. Consultado em dezembro de 2019.

¹⁷ http://centrohistorico.cm-palmela.pt/a_candidatura?m=b88#notop. Consultado em dezembro de 2019.

¹⁸ https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/8037/grandes_opcoes_do_plano_2019_2022_orcamento_2019.pdf. Consultado em dezembro de 2019.

¹⁹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

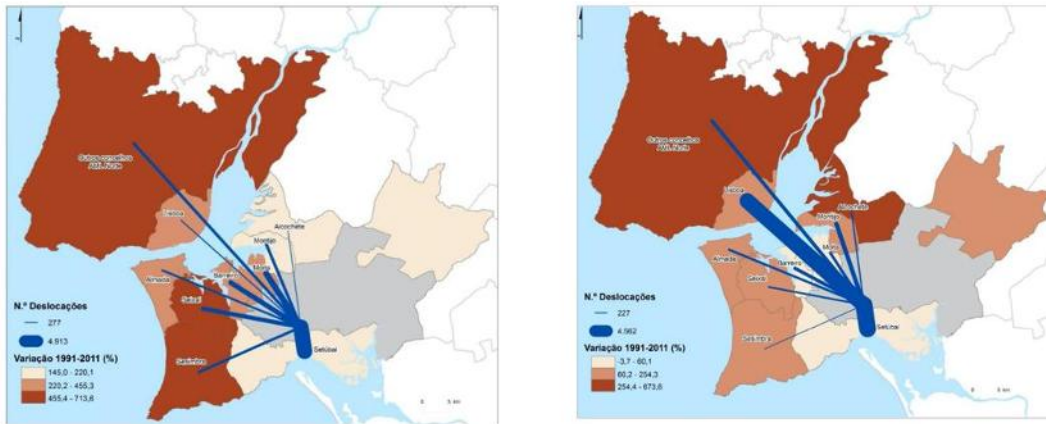


Figura 9 – Principais movimentos de entrada (esquerda) e de saída (direita) em 2011 e variação do número de deslocações (direita e esquerda) (1991-2011) no concelho de Palmela. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

A análise da **repartição modal** destas deslocações em 2011 evidencia a elevada dependência em relação ao TI (automóvel individual como condutor e como passageiro), utilizado em mais de 50% das deslocações originadas na quase totalidade das freguesias da Área Metropolitana Sul com destino a Palmela (Figura 10). O papel detido pelo TI nas deslocações realizadas pela população residente no Município de Palmela está associado à evolução da taxa de motorização, que revelou um aumento entre 2007 e 2016²⁰.

No que diz respeito ao modo de transporte mais utilizado nas deslocações geradas nas freguesias do município, o TI (automóvel individual como condutor ou passageiro) era em 2011 aquele que se apresentava como maioritário (Figura 11). Por exemplo, a (antiga) freguesia da Marateca representava mais de 50% de todas as viagens com destino a municípios da AML.

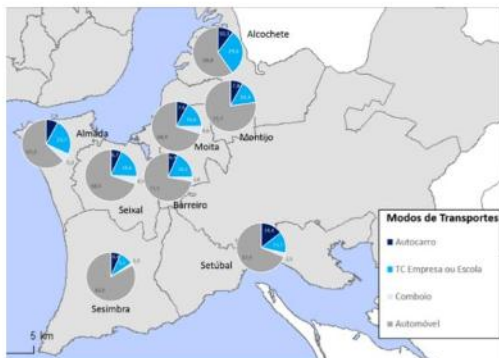


Figura 10 – Repartição modal das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Sul em 2011.

Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

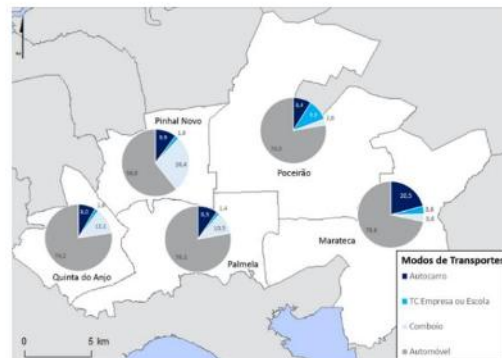


Figura 11– Distribuição modal nas deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem nas freguesias do município de Palmela em 2011.

²⁰ Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Quanto aos **tempos de deslocação**, estes aparentam ser indissociáveis das distâncias a percorrer. Assim, as freguesias pertencentes aos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal, são largamente maioritárias (i.e. mais de 50% do total) as deslocações com duração compreendida entre 16-30 minutos (Figura 12).

No município de Palmela, na (antiga) freguesia da Marateca predominam as deslocações com uma maior duração (31-60 minutos) em relação à generalidade dos destinos. Por outro lado, na freguesia do Pinhal Novo, as viagens, têm maioritariamente uma duração mais pequena (16-30 minutos) (Figura 13).

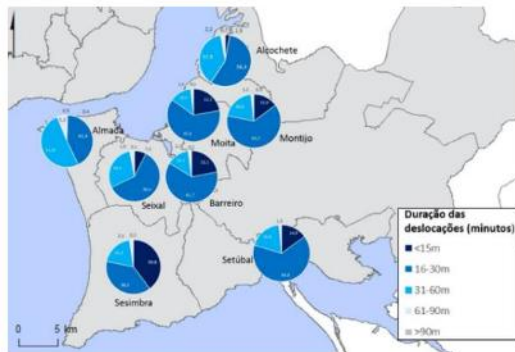


Figura 12 – Duração das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Sul em 2011.

Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II -Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

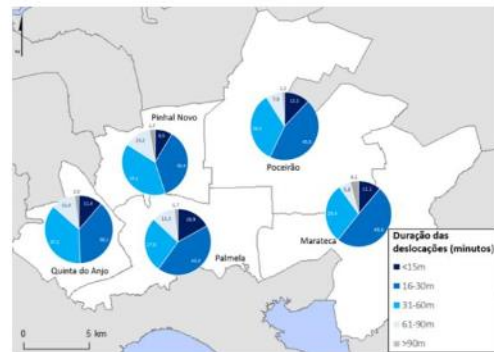


Figura 13 – Durações das viagens por motivo de trabalho/estudo com origem nas freguesias do município de Palmela em 2011.

Qualidade ambiental e riscos naturais e tecnológicos

Os principais **focos de poluição** no concelho de Palmela podem ter várias origens, nomeadamente²¹:

- grande incidência de unidades agropecuárias – nomeadamente suiniculturas e boviniculturas com dezenas de unidades em áreas urbanas, RAN, REN e montados;
- sobreutilização de fertilização e pesticidas na atividade agrícola;
- abate de sobreiros e outras espécies protegidas da flora mediterrânica – nomeadamente devido a pressões imobiliárias;
- indústrias extrativas (pedreiras, areeiros, cimentos) – nomeadamente a ampliação da pedreira da Serralheira;
- aumento recente do número de estaleiros e de áreas de venda de automóveis – nomeadamente instalados em espaços urbanos, florestais, RAN e REN.
- indústrias transformadoras;
- existência de lixeiras e de depósitos de sucata;
- águas residuais não tratadas;
- pressão urbanística em algumas áreas do território, nomeadamente Pinhal Novo e AUGI.

²¹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

Quanto à localização dos focos de poluição, os dados (disponíveis) que permitiriam a elaboração dessa análise datam de 2008 e não foram incluídos nesta análise da AAE por terem sido considerados desatualizados pela CMP. Não obstante, não existem até à data dados mais atuais da localização das fontes de poluição no concelho de Palmela.

Em relação às **atividades associadas ao risco de ocorrência de acidentes tecnológicos graves** existem, de acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente²², à data de elaboração deste relatório, cinco indústrias SEVESO²³ localizadas em duas freguesias do concelho:

- União das freguesias Poceirão e Marateca:
 - F.I.T. – Fomento da indústria do Tomate, S.A.
- Freguesia de Palmela:
 - GASVARI – Sociedade Distribuidora de gás, Lda;
 - RESIBRAS – Companhia Portuguesa de Resinas para Abrasivos, S.A.;
 - Adolfo dos Santos Ramos – Parque de Armazenamento de Garrafas de GPL;
 - HEMPEL (Portugal) Lda.

Também de acordo com a APA¹⁴, das cinco indústrias, uma (HEMPEL) é considerada de nível superior de perigosidade, enquanto as restantes quatro são considerados estabelecimentos de nível inferior de perigosidade. De salientar o facto de algumas destas indústrias se situarem dentro do perímetro urbano da freguesia de Palmela e de se situarem em zonas em que os aquíferos subterrâneos apresentam uma produtividade média elevada²⁴, o que poderá aumentar o grau de suscetibilidade dos mesmos. Adicionalmente, existe uma indústria SEVESO próximo dos limites fronteiriços da freguesia do Pinhal Novo, já fora do Concelho de Palmela, que, em caso de acidente, pode constituir um risco potencial em termos de afetação da qualidade ambiental nesta freguesia.

No que se refere ao potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas, verifica-se que o território de Palmela é atravessado por um conjunto de infraestruturas que apresentam riscos de contaminação ambiental, nomeadamente o oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras e o gasoduto em alta pressão, ao longo do qual se processa o transporte de gás natural em estado gasoso (CCDR-LVT, 2009). Estas infraestruturas não atravessam áreas classificadas como ZPEs, SICs e áreas protegidas, no entanto, atravessam uma vasta área de montado (freguesia da Marateca e Poceirão) e a qual está classificada segundo a classe mais elevada de número de espécies da fauna existentes na área²⁵.

Em relação às **águas superficiais e subterrâneas** do concelho de Palmela, estas inserem-se parcialmente na Região Hidrográfica Tejo (RH 5). A água para abastecimento público é proveniente de captações subterrâneas próprias, geridas localmente e inseridas no sistema

²² https://apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/Seveso/Estabelecimentos%20abrangidos/ListaSetembro2019.xlsx. Consultado em dezembro de 2019.

²³ Estabelecimentos industriais com potencial para gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas. De acordo com o DL 150/2015, 5 agosto, considera-se “Acidente grave”: “um acontecimento, designadamente uma emissão, um incêndio ou uma explosão de graves proporções, resultante do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial, que provoque um perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana, no interior ou no exterior do estabelecimento, ou para o ambiente, que envolva uma ou mais substâncias perigosas”.

²⁴ PROT-AML, Equipa de Padrões de Ocupação do Solo e Equipa Riscos em Relatório Ambiental do PROT-AML, 2009.

²⁵ Relatório Caracterização Fauna, Flora, Habitats e Formações Vegetais – Mãe d’Água, Lda, janeiro 2010.

aquífero do Tejo-Sado Margem esquerda, o que motiva pressões sobre as massas de água subterrânea, de magnitude desconhecida. Em termos de **qualidade da água para consumo** (Figura 14), o concelho de Palmela tem apresentado nos últimos anos elevadas percentagens de água controlada e de boa qualidade, sempre com valores superiores a 99%. A percentagem de análises em cumprimento de qualidade também tem apresentado valores superiores a 99%, apresentando em 2018 100% das análises em cumprimento de qualidade.

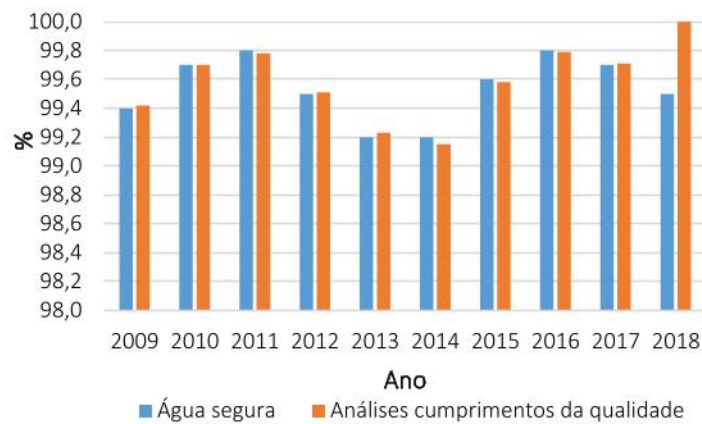


Figura 14 – Parâmetros de qualidade da água para consumo no concelho de Palmela entre 2009 e 2018. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

O **consumo de água por habitante** no concelho de Palmela (Figura 15) tem oscilado ao longo dos últimos anos, tendo-se verificado uma diminuição do consumo entre 2013 e 2016 e um aumento desde então. Mantendo-se este cenário de aumento do consumo de água por habitante poderá provocar um aumento potencial das pressões sobre os recursos hídricos, tanto em termos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais²⁶.

No entanto, em comparação com os municípios vizinhos, Palmela registou, nos últimos anos, valores semelhantes e dentro da média, enquanto que face ao município de Lisboa e à AML registou valores de consumo de água inferiores.

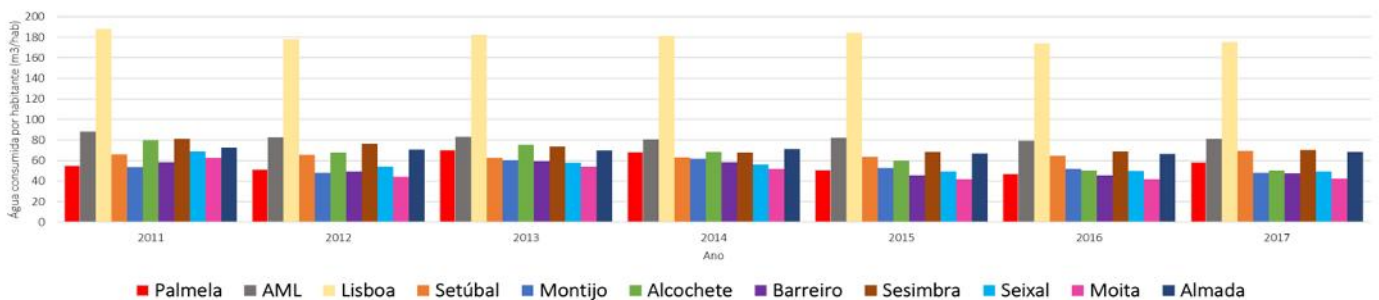


Figura 15 – Consumo de água por habitante no município de Palmela, municípios vizinhos, Lisboa e AML. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

De salientar que a forte pressão urbanística (AUGI e novos clandestinos) tem como consequência o aumento da proliferação de fossas sépticas, insuficiências funcionais de alguns órgãos de tratamento e o aumento da poluição difusa. Todas estas situações contribuem para a degradação

²⁶ Diagnóstico Sectorial do PROT-AML – Perspetivas demográficas para a AML – novembro 2010.

da qualidade dos sistemas hídricos superficiais, sub-superficiais e freáticos (especialmente o aquífero superficial, a 50 m de profundidade)²⁷.

Segundo o Diagnóstico do PDM Palmela, a principal fonte de **ruído** no concelho, a par de algumas zonas industriais, é o ruído originado por tráfego rodoviário²⁸. Os mapas de ruído apresentam indicadores de ruído, o Ln (Figura 16) representa o ruído médio durante o período noturno (das 23h as 7h) e o indicador Lden (Figura 17) representa uma média ponderada das 24 horas do dia.

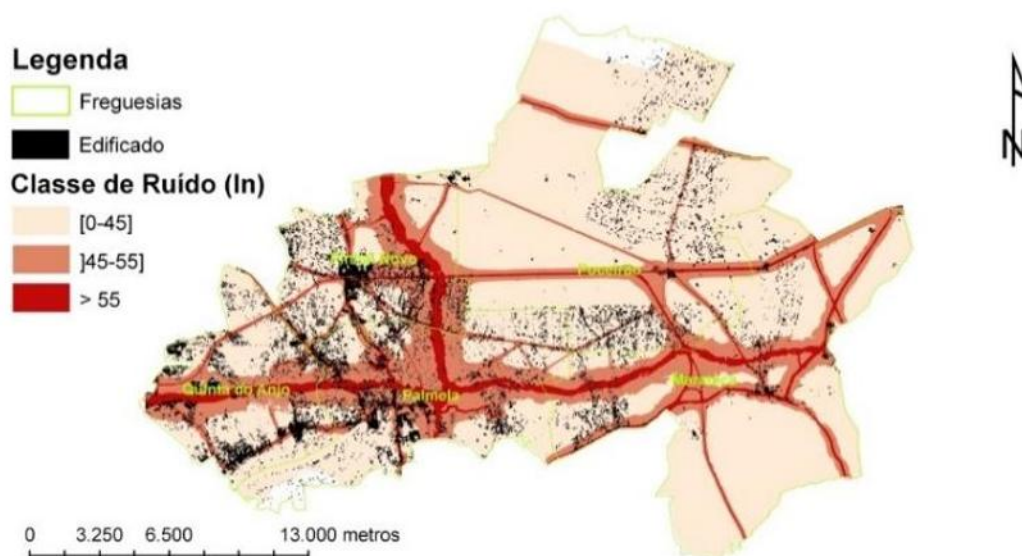


Figura 16 – Mapa de ruído do concelho de Palmela – Período Noturno (indicador Ln). Fonte: Elaboração própria a partir de informação geográfica disponibilizada pela CMP em 29/07/2011.

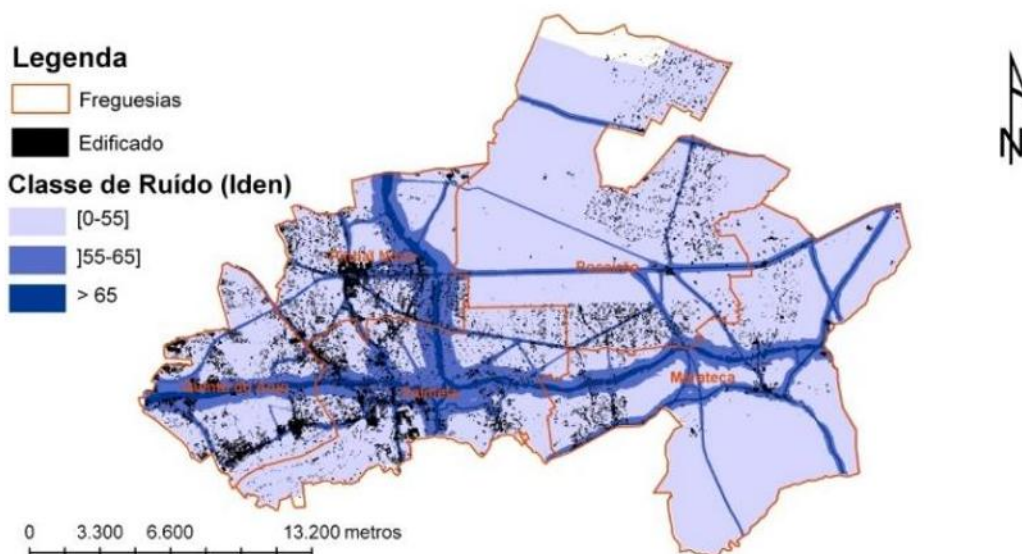


Figura 17 – Mapa de ruído do concelho de Palmela – Período Diurno-Entardecer-Nocturno (indicador Lden). Fonte: Elaboração própria a partir de informação geográfica disponibilizada pela CMP em 29/07/2011.

²⁷ Diagnóstico prospetivo do PDM de Palmela – novembro 2006.

²⁸ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Ambos os indicadores expressam níveis de ruído em dB(A), distribuídos por classes de ruído consoante os valores limite de exposição para as zonas sensíveis e zonas mistas²⁹ (Quadro 25).

Quadro 25 – Percentagem de edifícios em cada classe de ruído. Fonte: Elaboração própria a partir de informação geográfica disponibilizada pela CMP em 29/07/2011.

Indicador de ruído	Classe de ruído	Edifícios (%)
Ln	[0;45]	61,7
	]45;55]	32,5
	>55	5,8
Lden	[0;55]	73,6
	]55;65]	23,2
	>65	3,2

De acordo com a localização das zonas sensíveis e mistas no concelho de Palmela, é possível verificar que nas zonas sensíveis existem cerca de 38% dos edifícios acima do valor-limite de ruído para o indicador noturno (Ln) e 26% acima do valor-limite de ruído para o indicador diurno-entardecer-noturno (Lden). Já para as zonas mistas existem cerca de 6% dos edifícios acima do valor-limite de ruído para o Ln e 3% acima do valor-limite de ruído para o indicador Lden. De salientar que estas percentagens não abrangem a totalidade dos edifícios do concelho (apenas 75%) visto que os restantes edifícios se encontram divididos em várias classes de ruído, não sendo, por isso, possível atribuir uma classe.

Relativamente à população servida por **sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais** no Concelho de Palmela desde 2011 que apenas 81% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais³⁰. Em comparação com municípios limítrofes comparáveis a Palmela, como Alcochete e o Montijo, verifica-se que o concelho de Palmela tem uma menor percentagem de população servida de sistemas de drenagem e de tratamento de águas (81%), face aos 95% do concelho de Alcochete e aos 86% do concelho do Montijo²¹.

Quanto à população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) no concelho de Palmela, os dados disponíveis remontam ao ano de 2009 quando apenas 82% da população era servida por uma ETAR. Embora abaixo dos 100% da população do município de Lisboa servida por ETAR, a situação de Palmela é no entanto melhor quando comparado com os concelhos de Alcochete (62%) e do Montijo (84%).

Na área dos **resíduos urbanos (RU)**, a recolha seletiva, tratamento e valorização dos mesmos é assegurada pela AMARSUL, sendo que a fração indiferenciada destes resíduos e posterior transporte até ao destino final é assegurado pela CMP.

²⁹ Segundo o Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n. 99/2007), zona sensível é a área definida em PMOT como vocacionada para uso habitacional, escolas, hospitais ou similares, espaços de lazer (existentes ou previstos), podendo conter pequena unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento noturno. Zona mista é a área definida em PMOT cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível.

³⁰ Fonte: Estatísticas municipais do Pordata, 2020.

Em termos de **sistemas de tratamento/destino final**, geridos pela AMARSUL, a CMP está autorizada a descarregar no Ecoparque de Setúbal (central de compostagem) cerca de 500 toneladas de RU indiferenciados por mês, assim como resíduos verdes já triados. Todos os outros resíduos são encaminhados para o Ecoparque de Palmela, sujeitos a valorização, por tratamento mecânico, ou eliminação por deposição no aterro sanitário da Barra Cheia.

No que se refere à valorização e destino final de resíduos (Quadro 26), verifica-se que, em 2019, 52,4% dos resíduos foram depositados em aterros sanitários, enquanto que 39,3% dos mesmos foram encaminhados para tratamento mecânico e/ou biológico. Embora a fração de resíduos depositada em aterro seja semelhante à média da AML (45% em 2018), continua a ser necessário desenvolver ações no sentido de reduzir a fração em aterro, possibilitando a valorização orgânica e energética dos resíduos. Note-se que o PERSU 2020+ define como metas para 2020: reduzir para 35% a deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis, comparativamente a 1995; aumentar para 50% a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem; assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/hab/ano.

Quadro 26 – Destino final dado aos RU recolhidos no município de Palmela. Fonte: Revisão do PDM, Volume II – Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

Destino final de resíduos	2018		2019	
	Ton	%	Ton	%
Tratamento mecânico e/ou biológico	18731	41,6	18519	39,3
Aterro	22015	48,9	24661	52,4
Valorizadas em aterro	2229	4,9	1431	3,1
Recolha seletiva para reciclagem	2061	4,6	2470	5,2
Total	45036	100	47081	100

No que se refere à **capitação de resíduos urbanos recolhidos no concelho**, esta aumentou cerca de 18% desde 2013 passando a ser cerca de 669 kg/hab em 2018, valor semelhante ao município de Lisboa e sensivelmente acima dos 534 kg/hab referenciados para a AML (Figura 18).

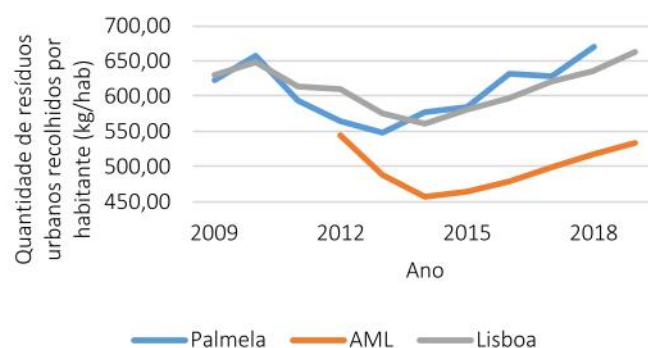


Figura 18 – Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab) no município de Palmela, Lisboa e AML entre 2009 e 2018. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

Tal como já foi referido, se tomarmos os cenários de crescimento demográfico previstos para a AML, é expectável que surja um aumento da capitação de resíduos urbanos e das pressões sobre os sistemas de recolha e tratamento destes. Assim, de acordo com informação disponibilizada

pela CMP³¹, a AMARSUL reforçou de forma significativa o número de equipamentos de recolha seletiva no município de Palmela, no sentido de consolidar uma tendência de aumento dos valores relativos à reciclagem e consequentemente o desvio de resíduos do aterro. O Quadro 27 apresenta o número (em 2019) e o tipo de equipamentos de recolha seletiva distribuídos pelas quatro freguesias do concelho.

Quadro 27 – Distribuição de equipamentos de deposição de resíduos urbanos por freguesia do município de Palmela em 2019. Fonte: Volume II – Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

Equipamentos de deposição	Freguesias			
	Palmela	Pinhal Novo	Quinta do Anjo	Poceirão e Marateca
Ilhas – ecopontos (de 2,5 e 3 m ³)	66	38	86	29
Ilhas – ecopontos (contentores 1100L de papel/cartão / embalagens e vidro)	74	146	31	92
Ilhas – contentores 1100L de papel/cartão e embalagens	143	238	55	171
Vidros isolados	7	4	9	3
Total	290	426	181	295

O Concelho de Palmela encontra-se abrangido, para efeitos de avaliação e gestão da **qualidade do ar** segundo o Decreto-Lei n.º 102/2010, como uma zona ou área geográfica de características homogêneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. A existência da estação de monitorização da qualidade do ar de Fernando Pó, situada na antiga freguesia da Marateca e englobada na rede de monitorização da qualidade do ar da CCDR-LVT, permite conhecer a evolução das concentrações dos poluentes NO₂ (dióxido de azoto), SO₂ (dióxido de enxofre), O₃ (ozono) e partículas PM₁₀ entre 2007 e 2018.

Os valores anuais obtidos de concentração de PM₁₀³² (Figura 19), NO₂ (Figura 20) e SO₂ (Figura 21), de acordo com as diretrizes de proteção de saúde humana (PM₁₀ e NO₂) e de ecossistemas (SO₂), têm vindo a decrescer, apresentando-se sempre bastante abaixo do valor limite estipulado por lei. No que diz respeito ao poluente O₃, apenas é possível aferir sobre as excedências aos valores limite de proteção humana que decresceram de 24 (2016) para 15 (2017) para 12 (2018) sendo 120 o número máximo de excedências admitidas. De referir ainda que em toda a análise feita, em 2018 nenhum dos poluentes excedeu os limiares de alerta à população respetivos. Assim, a qualidade do ar do concelho de Palmela é considerada “boa”.

³¹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, dezembro de 2020.

³² Fração PM₁₀ – partículas com diâmetro aerodinâmico equivalente inferior a 10 µm.



Figura 19 – Valores anuais obtidos e limite de concentração de PM10, de acordo com a proteção de saúde humana, entre 2007 e 2018.



Figura 20 - Valores anuais obtidos e limite de concentração de NO2, de acordo com a proteção de saúde humana, entre 2007 e 2018.



Figura 21 – Valores anuais obtidos e limite de concentração de SO2, de acordo com a proteção de ecossistemas, entre 2007 e 2018.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela Base de Dados Online sobre a Qualidade do Ar (QualAr), 2019.

Em relação à **variação do número de ocorrências de incêndios**, para o período de 2009 a 2018, são vários os anos em que o número de incêndios foi elevado.

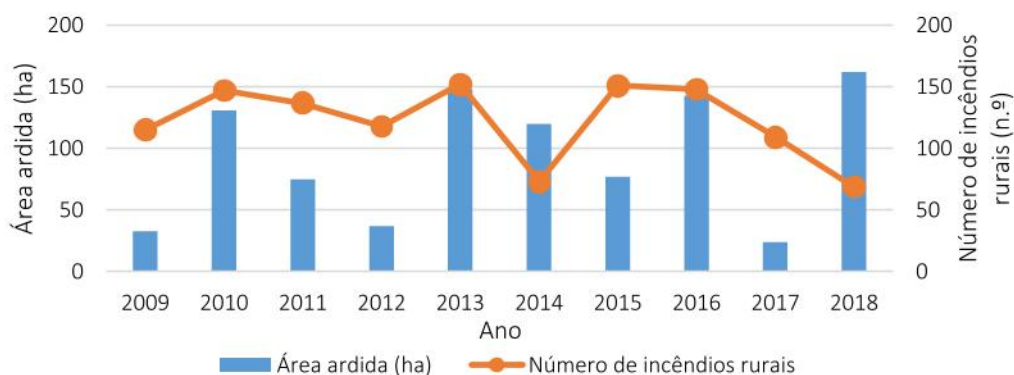


Figura 22 – Variação do número de ocorrências de incêndios e da área ardida (ha) no concelho de Palmela entre 2009 e 2018. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

No entanto, a partir de 2016 verificou-se uma diminuição do número de incêndios no concelho (Figura 22). É também possível observar na Figura 22 que a **área ardida (ha)** do concelho atingiu um máximo no ano de 2018, com 162 ha de área do território municipal ardidos, situação a ter em conta nas medidas de prevenção de incêndios.

Pela análise da Figura 23, é possível verificar que, à data da elaboração da figura, no Concelho de Palmela, existiam bastantes **perímetros urbanos em zonas inundáveis**. De salientar que os perímetros urbanos existentes ainda não estavam totalmente completos com edificações, pelo que se previa uma tendência de ocupação destas zonas e, por sua vez, a ocupação de zonas inundáveis. Esta situação suscitava preocupação pelo que deveria ter sido considerada a fim de evitar a construção de edifícios em zonas consideradas como inundáveis.

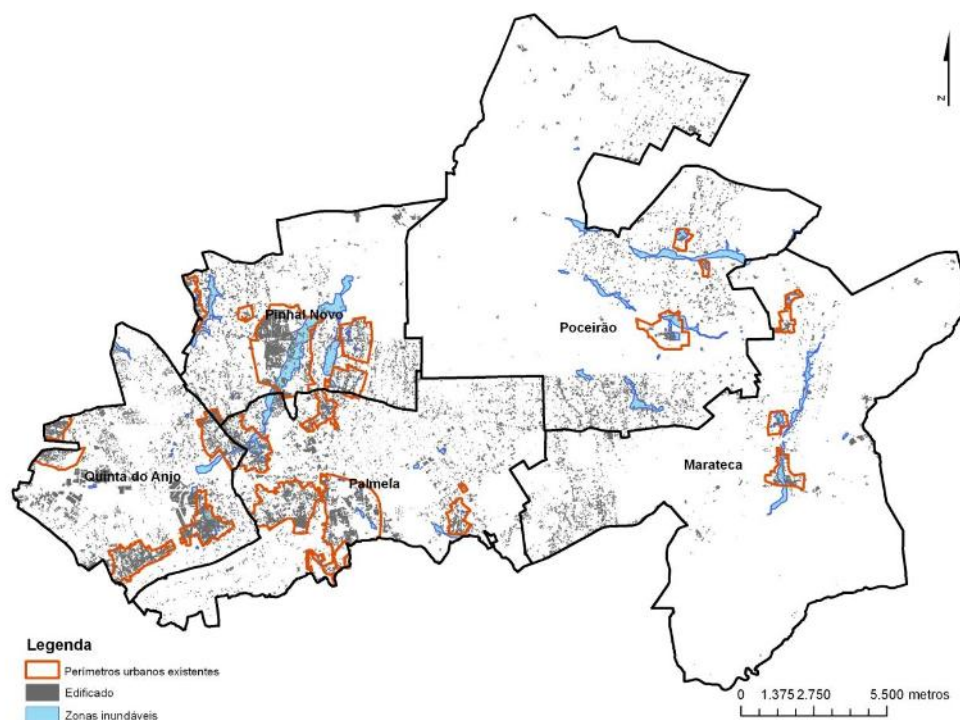


Figura 23 – Localização de perímetros urbanos e edificado em zonas inundáveis. Fonte: Elaboração própria a partir de informação geográfica disponibilizada pela CMP em 4/12/2008.

Por fim, a **carta de riscos** desenvolvida pela equipa do PDM Palmela demonstra que a freguesia do Pinhal Novo apresenta praticamente todo o seu território com uma geologia muito desfavorável à suscetibilidade sísmica. É também possível salientar as diversas áreas do território concelhio com solos contamináveis, assim como com geologia favorável a suscetibilidade sísmica e a movimentos de massa em vertente, questões que devem ser tidas em consideração nos planos de urbanização.

FCD #2 Âncoras e competitividade económica

Potencial humano

O nível de qualificação da população residente por freguesia revela uma grande preocupação relacionada com a preocupante dimensão que o analfabetismo continua a ter no concelho de Palmela³³. Embora se tenha registado uma diminuição nas últimas décadas, a existência de uma taxa de analfabetismo elevada continua a existir em todas as freguesias, sendo maior a discrepância nas freguesias mais rurais (Marateca e Poceirão). A Figura 24 revela que a maioria da população do concelho apenas possui o ensino básico, o que poderá resultar da proporção de população idosa no concelho, acompanhando a tendência nacional e regional. Pelo contrário, as freguesias onde a população atinge o maior grau de qualificação são a Quinta do Anjo e Palmela, seguidas do Pinhal Novo.

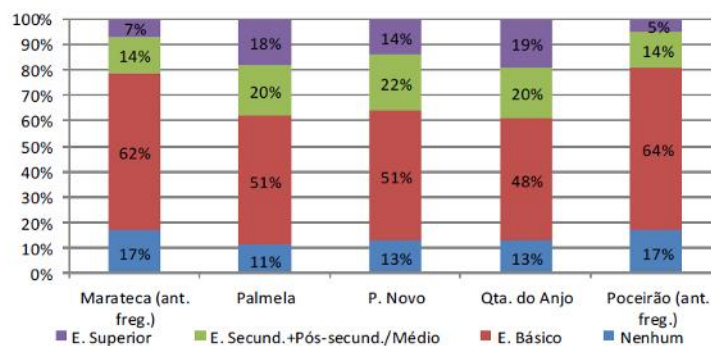


Figura 24 – População residente nas freguesias do concelho de Palmela, por nível de ensino mais completado, em 2011. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Quanto à oferta de formação escolar, esta é da responsabilidade das Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, abrangendo³⁴:

- Cursos vocacionais – ensino básico, nomeadamente para o comércio, a informática e a eletrónica;
- Cursos profissionais – técnico de comércio, técnico de gestão e programação de sistemas informáticos, técnico auxiliar de saúde, técnico de turismo ambiental e rural, técnico de desenho gráfico, técnico de apoio à infância e técnico de análise laboratorial.

No **Ensino Profissional** destaca-se também a importante oferta formativa dinamizada pela ATEC - Associação de Formação para a Indústria em Palmela atribuindo diplomas S3 tipo A de técnico de soldadura, técnico de informática - instalação e gestão de redes, técnico de mecatrónica automóvel, técnico de eletrónica, automação e comando, técnico de manutenção industrial de metalurgia e metalomecânica e técnico de mecatrónica automóvel³⁵.

³³ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

³⁴ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

³⁵ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

No que diz respeito à **população empregada** (Figura 25), esta tem apresentado uma tendência positiva com a população residente empregada a aumentar ao longo dos anos e sendo o setor terciário o que emprega o maior número de pessoas (71% da população empregada em 2011). Assim, a estrutura de emprego no concelho de Palmela aparenta ter acompanhado a evolução, no contexto regional, de abandono das atividades ligadas ao sector primário e tendência de terciarização.

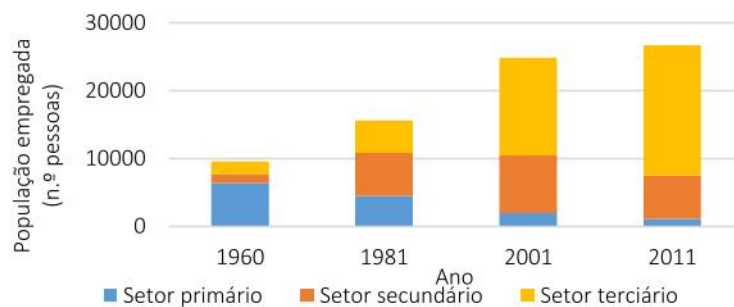


Figura 25 – População residente empregada por setor de atividade segundo os censos. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

A **taxa de atividade** (total) do município de Palmela apresentou uma tendência de ligeiro decréscimo entre 2001 e 2011, observando-se no mesmo período um decréscimo da população ativa masculina e um aumento da feminina (Figura 26). Em comparação com o município de Lisboa e com a AML, o município de Palmela apresenta uma evolução semelhante à da AML, enquanto que difere de Lisboa apenas (4% superior) na taxa de atividade (total). Esta diferença pode dever-se ao decréscimo de população que se verificou em Lisboa no período analisado.

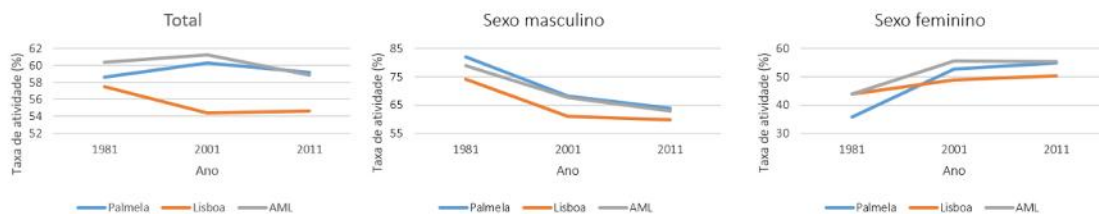


Figura 26 – Taxa de atividade (total e por sexo) segundo os censos. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

A análise dos espaços de destino, relativamente aos espaços de residência, permite avaliar a atratividade concelhia como pólo de emprego, onde o **índice de polarização de emprego** no concelho de Palmela se tem observado a estabilizar, como se pode verificar na Figura 27, aparentando poder manter o potencial que se previa entre 1991 e 2001 para criar capacidade de atração de emprego do concelho. Analisando o contexto envolvente, Palmela apresenta um índice de polarização bastante inferior do que o do município de Lisboa. No entanto, o município vizinho com um índice mais próximo (embora menor) é o município de Setúbal que tem vindo a apresentar uma tendência decrescente em relação a este indicador.

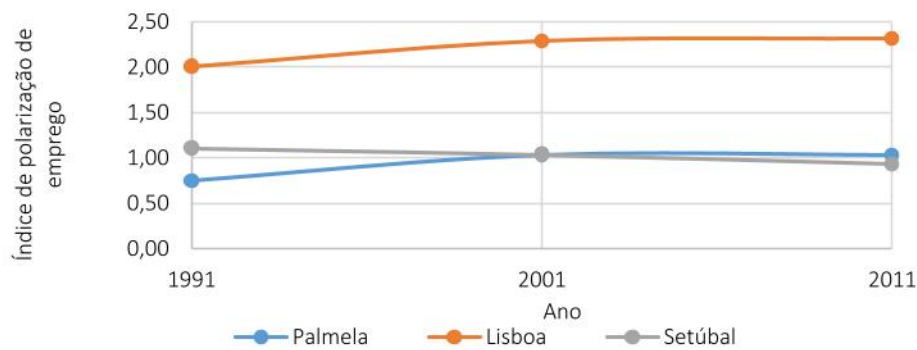


Figura 27 – Índice de polarização de emprego. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no Diagnóstico Social do Concelho de Palmela (2014) e no Relatório de Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano (2003).

Não obstante, a CMP considera que o município de Palmela é atrativo em termos de mercado de trabalho devido à sua capacidade de se posicionar como pólo de emprego atraindo mão-de-obra proveniente de outras áreas geográficas. Este facto, de acordo com a CMP, não é alheio ao forte desenvolvimento do principal cluster automóvel em Portugal que é propiciado pela existência das instalações da AutoEuropa no município, mais especificamente na freguesia da Quinta do Anjo³⁶. Assim, a CMP considera que a dinâmica empregadora se reflete na evolução do indicador de **atratividade bruta**, tendo o peso de mão-de-obra proveniente de outros municípios no emprego municipal aumentado aproximadamente de 24% em 1991 para 48% em 2001 e 58% em 2011.

Âncoras de desenvolvimento económico

A evolução do **número de empresas** ao longo dos anos (Figura 28) mostra que após num período de perda empresarial (entre 2009 e 2012), o concelho tem vindo a crescer e a aumentar o número de empresas nele sediadas, atingindo o máximo até então em 2017 com 6588 empresas no território concelhio.

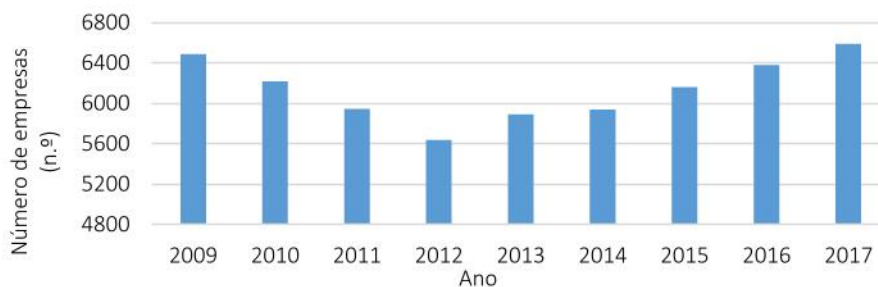


Figura 28 - Evolução do número de empresas no concelho de Palmela entre 2009 e 2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

Confirmando a aparente tendência de terciarização, apresentada no critério anterior, a CMP³⁷ destaca que em 2013 existia no município de Palmela um maior número de empresas ligadas ao

³⁶ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

³⁷ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

comércio e serviços (cerca de 67,5% empresas no setor terciário) e 25,6% de empresas no setor secundário. Dominavam assim, à data, as empresas ligadas ao comércio (por grosso e a retalho), à construção, às atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e ao alojamento e restauração.

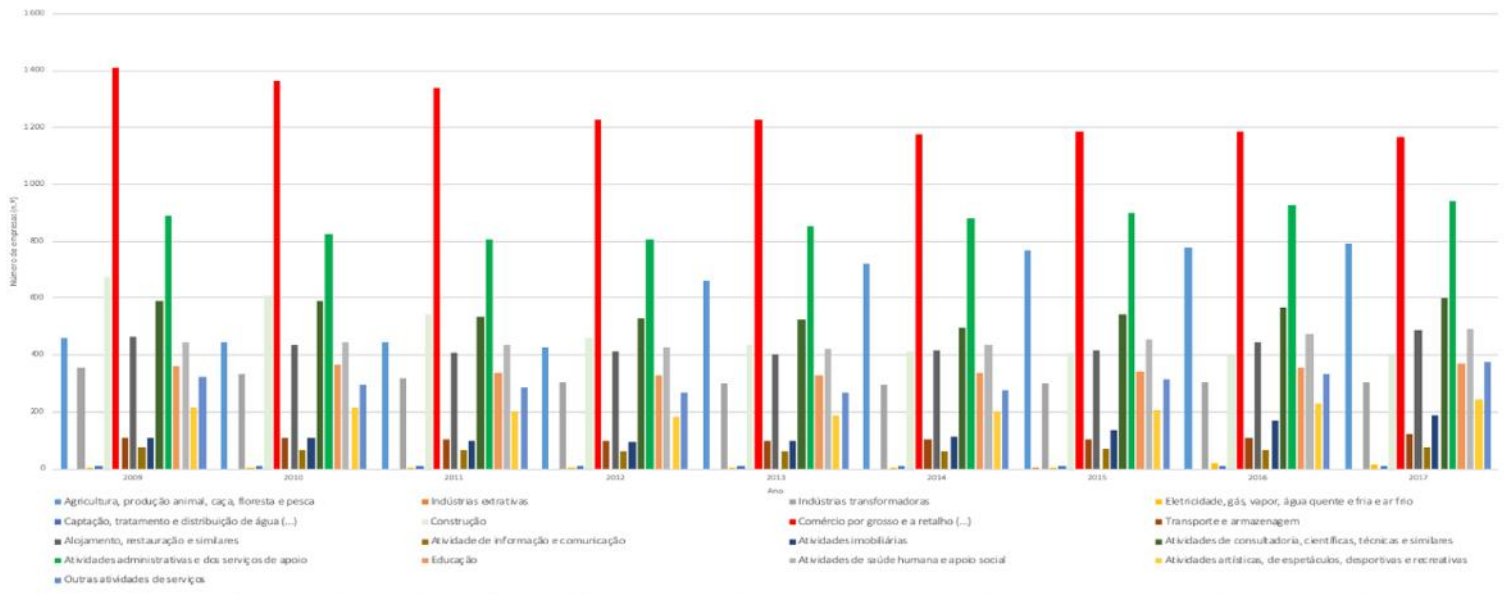


Figura 29 - Evolução do número de empresas por setor de atividade económica entre 2009 e 2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

Esta informação é confirmada pela Figura 29 (**empresas por tipo de atividade**), onde é possível distinguir o domínio do “comércio por grosso e a retalho”, seguido pelas “atividades administrativas e dos serviços de apoio”. De salientar o crescimento do número de empresas de “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, que representa o 3º setor de atividade económica com mais empresas em Palmela.

Foram também analisadas as **sociedades sediadas** (Figura 30) no território de Palmela, pelo que a sua evolução evidencia uma semelhança face à evolução do número de empresas no concelho: um decréscimo entre 2009 e 2013 e um aumento desde então. Em 2016, o número de sociedades constituídas no concelho atinge o segundo valor mais alto com 1809 sociedades (face a 1813 sociedades em 2009).

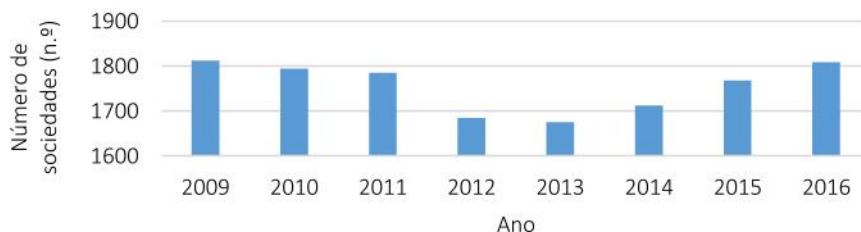


Figura 30 - Evolução do número de sociedades sediadas no concelho de Palmela entre 2009 e 2016. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

Pelo seu papel na criação de uma identidade local e dinamização dos espaços através da vivência quotidiana de comunidade, foram analisados os estabelecimentos classificados pelo INE como pertencentes à secção G (comércio grosso e a retalho, reparação de veículos e bens de uso pessoal e doméstico), assim como os inseridos na secção H (alojamento e restauração), procurando conhecer a sua evolução.³⁸ No espaço temporal analisado é visível uma diminuição com tendência a estabilizar da representatividade dos sectores de atividade referidos, o que poderá indicar uma estagnação da dinâmica do comércio local, embora existam alguns anos isolados (2007, 2011 e 2012) que tenham registado um ligeiro aumento (Figura 31).

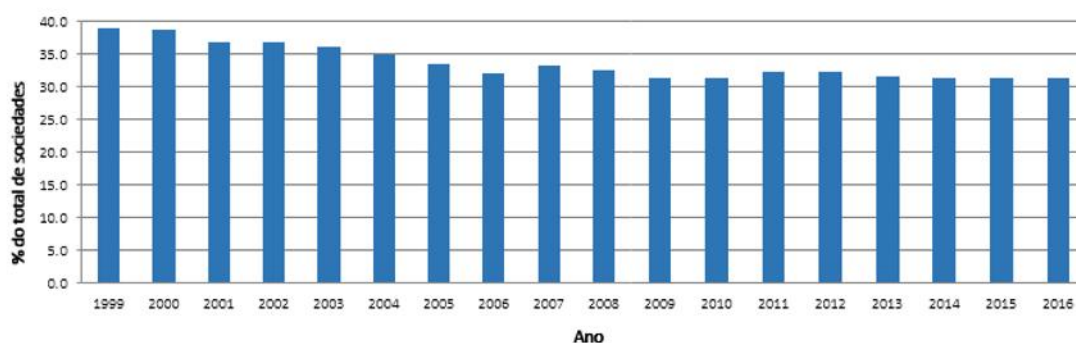


Figura 31 – Proporção de sociedades na área do comércio local no total de sociedades. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa) e Pordata, 2019.

A taxa de sobrevivência das empresas (Figura 32) apresenta uma evolução crescente com flutuações. Em 2016 verificou-se o ano com a maior taxa de sobrevivência de empresas (74,5%) seguido do ano de 2017 com 73,3%.

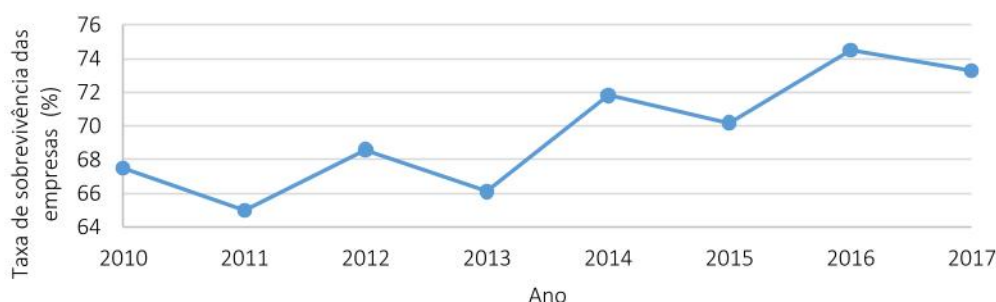


Figura 32 - Evolução da taxa de sobrevivência das empresas do concelho de Palmela entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

³⁸ De acordo com a CAE–Rev.2 e posteriores revisões (INE).

Economia rural

A economia rural apresenta-se como um fator relevante no território de Palmela. Nas freguesias da Marateca e Poceirão o carácter rural é mais expressivo, sendo que cerca de um terço das empresas aqui situadas pertence ao sector primário³⁹.

Em relação à atividade agrícola, observa-se uma tendência de diminuição do número de explorações em contraponto com o aumento da superfície agrícola utilizada (exceto no Pinhal Novo e Quinta do Anjo) (Quadro 28).

Quadro 28 – Variação do número de explorações e superfícies agrícolas por freguesia. Fonte: INE.

Área Territorial	SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (ha) POR		Número de explorações	
	Variação 1989/1999 (%)	Variação 1999/2009 (%)	Variação 1989/1999 (%)	Variação 1999/2009 (%)
Palmela (Concelho)	-0,8	25,3	-32,0	-28,4
Marateca	8,7	41,2	-20,2	-1,8
Palmela	-51,8	95,7	-27,3	-25,6
Pinhal Novo	90,5	-76,3	-47,1	-43,2
Quinta do Anjo	9,2	-27,0	-30,9	-51,6
Poceirão	18,6	75,6	-21,8	-20,4

Esta tendência poderá estar relacionada com a dificuldade dos pequenos agricultores em acompanhar as maiores escalas de produção e as necessidades de fornecimento e distribuição condicionantes do mercado atual, com o consequente abandono por parte dos pequenos produtores em favor do aumento dos grandes produtores.

No que se refere aos setores primários e secundário, **as empresas ancoradas na exploração direta dos recursos naturais do Concelho**⁴⁰ (Figura 33) - nomeadamente as indústrias alimentar, extrativa e a agropecuária - têm revelado uma tendência crescente desde 2012, tendo atingido o valor máximo em 2017 com 17,3% das empresas do concelho ancoradas em recursos naturais.

Atendendo ao potencial rural do concelho destaca-se, pelo seu elevado valor ecológico, paisagístico e económico, uma grande mancha florestal de montado de sobro com diferentes densidades. É de notar que é praticamente inexistente no concelho a indústria de transformação da cortiça, existindo um subaproveitamento da fileira florestal, sendo a apropriação dos benefícios proporcionados por esta indústria atribuída a unidades empresariais localizadas noutros concelhos⁴¹.



Figura 33 – Empresas ancoradas nos recursos naturais em Palmela. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

³⁹ Revisão do PDM de Palmela Volume I - Diagnóstico Prospectivo, novembro 2006, p. 108.

⁴⁰ CAE rev. 3: A, B, C, D e E.

⁴¹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

No que se refere aos **produtos de denominação de origem** o concelho evidencia-se na Península de Setúbal pela produção de vinho e de queijo. Destacam-se o Queijo de Ovelha Azeitão, de Denominação de Origem Protegida (D.O.P.), os vinhos da região vitivinícola da Península de Setúbal, cuja qualidade é certificada com duas Denominações de Origem Controlada (D.O.C.), Setúbal e Palmela, e uma Indicação Geográfica de Proveniência I.G.P., Vinho Regional Terras do Sado. Esta região afirma-se ainda na elaboração de produtos vinícolas como o Moscatel de Setúbal³². São também referência de produtos autóctones de qualidade e com boa valorização a maçã riscadinha, a cebola de Alcochete e o mel da Arrábida.

No que se refere à produção vitivinícola, segundo dados da CMP⁴⁵, em Palmela forte componente da superfície agrícola encontra-se ocupada pela viticultura (6200ha), onde são produzidos mais de três quartos das uvas da sub-região. Mais, das 1141 explorações agrícolas existentes em 2009 na sub-região, 77% do total eram ocupadas por vinhas. Pela Figura 34 é possível verificar que a **produção vinícola declarada em vinho (hl)** do município apresentou um aumento de aproximadamente 20% entre 2009 e 2018 (valor superior ao nacional que se situou nos 3%). O volume de produção destaca os vinhos de denominação de origem protegida e os vinhos com indicação geográfica protegida como os de maior importância. No entanto, os vinhos licorosos com denominação de origem protegida (por exemplo moscatel) surgiram como a grande “bandeira” dos vinhos da região.

	2009										2018									
	Total		Vinho licoroso c/denominação de origem protegida		Vinho c/denominação de origem protegida		Vinho c/ indicação geográfica protegida		Vinho c/ indicação de casta		Total		Vinho licoroso c/denominação de origem protegida		Vinho c/denominação de origem protegida		Vinho c/ indicação geográfica protegida		Vinho c/ indicação de casta	
	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%	Mil hl	%
Portugal	589,3	100,0%	885,9	100,0%	213,2	100,0%	126,0	100,0%	3,9	100,0%	606,2	100,0%	890,6	100,0%	235,0	100,0%	198,6	100,0%	41,2	100,0%
Norte	237,3	40,3%	830,8	93,8%	122,1	57,3%	81,5	65,5%	0,5	12,8%	208,3	34,4%	824,4	92,6%	113,7	48,4%	35,3	18,8%	2,7	6,5%
Centro	161,0	27,3%	0,0	0,0%	400,8	18,8%	419,1	33,2%	1,1	27,7%	157,3	26,0%	12,2	1,4%	327,9	14,0%	848,6	42,7%	27,4	66,6%
AML	479,6	81,1%	13,4	1,5%	99,9	4,7%	190,1	15,1%	0,5	13,0%	601,6	9,9%	20,5	2,3%	173,2	7,4%	294,2	14,8%	1,3	3,2%
Loures	6,9	0,1%	0,0	0,0%	4,5	0,2%	1,8	0,1%	0,0	0,0%	2,7	0,0%	0,0	0,0%	1,8	0,1%	0,6	0,0%	0,3	0,7%
Mafra	102,1	1,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	17,6	1,4%	0,0	0,0%	132,5	2,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	82,7	4,2%	0,0	0,0%
Montijo	73,5	1,2%	1,5	0,2%	12,3	0,6%	53,7	4,3%	0,0	0,0%	93,2	1,5%	3,8	0,4%	20,4	0,9%	67,7	3,4%	0,0	0,0%
Palmela	209,4	3,6%	7,5	0,8%	78,5	3,7%	45,7	3,6%	0,4	9,7%	252,3	4,2%	10,0	1,1%	148,7	6,3%	36,8	1,9%	10,20	2,5%
Setúbal	85,3	1,4%	4,0	0,5%	4,4	0,2%	70,6	5,6%	0,1	3,3%	117,0	1,9%	6,6	0,7%	2,2	0,1%	104,6	5,3%	0,0	0,0%
Sintra	0,6	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,2	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,0	0,1%	0,0	0,0%
VF Xira	1,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,9	0,0%	0,0	0,0%
Alentejo	134,7	22,9%	1,2	0,1%	404,3	19,0%	555,1	44,0%	1,8	46,3%	173,8	28,7%	0,8	0,1%	705,2	30,0%	790,7	39,8%	9,6	23,3%
Algarve	23,7	0,4%	0,0	0,0%	4,7	0,2%	11,8	0,9%	0,0	0,0%	17,0	0,3%	0,0	0,0%	0,9	0,0%	15,4	0,8%	0,2	0,5%
RAAçores	13,8	0,2%	2,6	0,3%	0,0	0,0%	2,8	0,2%	0,0	0,0%	13,3	0,2%	0,0	0,0%	3,4	0,1%	2,1	0,1%	0,0	0,0%
RAMadeira	45,4	0,8%	38,0	4,3%	1,3	0,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	34,9	0,6%	32,7	3,7%	1,5	0,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%

Figura 34 – Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por local de vinificação e qualidade do vinho.
Fonte: Oportunidades geradas pelo aeroporto do Montijo no desenvolvimento do turismo de base local – o caso de Palmela, por José Lúcio, Bruno Pereira Marques e Nuno Quelhas Moita.

Outro sector onde se regista alguma dinâmica, dada a procura de contextos culturais associados ao mundo rural e do contacto com a natureza, é o turismo. A **capacidade de alojamento turístico** no concelho de Palmela é considerada, pela CMP, relativamente limitada⁴². No entanto, a CMP considera que a capacidade de alojamento deverá adequar-se à tipologia de turismo que se

⁴² Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

pretende, não sendo por isso comparável com os municípios que assentam no turismo balnear e que sofrem de concentração das dormidas em apenas uma época do ano.

Em 2015, o município dispunha de nove estabelecimentos classificados na Direção-Geral do Turismo (Quadro 29), com destaque para dois hotéis e duas unidades no âmbito do turismo em espaço rural (Quadro 30), quantificação formal que pode ser inferior ao parque de alojamento efetivamente disponível. A capacidade de alojamento cifrava-se em cerca de 120 hóspedes, com uma taxa de ocupação-cama inferior às da Sub-região e de Setúbal⁴³.

Quadro 29 – Estabelecimentos, capacidade de alojamento e indicadores (exceto turismo no espaço rural) em 2015.

Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Âmbito geográfico	Estabelecimentos (nº)				Capacidade de Alojamento (nº hóspedes)				Estada Média (nº de noites)	Taxa de Ocupação-Cama (líquida) (%)
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Total
Península de Setúbal	68	27	36	5	7567	-	1145	-	2,0	37,0
Palmela	9	2	3	4	1177	-	37	-	2,5	12,6
Setúbal	19	12	7	0	2094	-	208	-	1,9	34,2

Por forma a analisar a evolução da capacidade de alojamento turístico de Palmela, a Figura 35 tem apresentado algumas oscilações, alcançando o máximo de capacidade de alojamento em 2017 (1802 camas) e sofrendo um expressivo decréscimo em 2018 (641 camas).

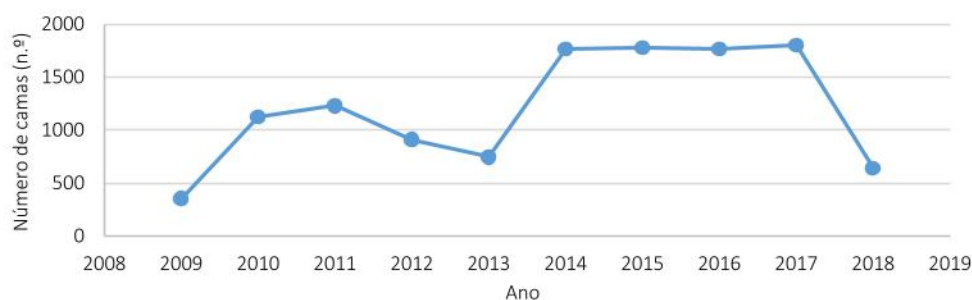


Figura 35 – Capacidade de alojamento turístico. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

A capacidade de alojamento turístico rural do concelho, apesar do potencial turístico do município, é ainda reduzida, limitando-se em 2015 a dois estabelecimentos com uma capacidade de alojamento total de 10 camas (Quadro 30).

⁴³ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Quadro 30 – Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento turístico no espaço rural. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Âmbito geográfico	Estabelecimentos						Total de Quartos	Capacidade de Alojamento total
	Total	Turismo Rural	Turismo de Habitação	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia		
Península de Setúbal	13	6	6	1	-	-	64	128
Palmela	2	1	1	-	-	-	5	10
Setúbal	8	3	4	1	-	-	45	90

No entanto, dados da CMP⁴⁴ destacam a existência em atividade das seguintes unidades de turismo em espaço rural: Palácio de Rio Frio (Turismo de Habitação) – 8 camas; Quinta do Chaparro (Turismo Rural) – 3 camas; Quinta da Escudeira (Casa de Campo) – 14 camas; Biovilla (Agroturismo, Turismo de Natureza) – 12 camas.

⁴⁴ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

FCD #3 Conectividade ecológica

Articulação entre redes ecológicas

O PROT-AML (proposta de novembro de 2009) propõe uma **Rede Ecológica Metropolitana (REM)** e identifica para Palmela alguns elementos estruturantes (corredor estruturante primário), algumas áreas estruturantes secundárias e linhas de água com significância ao nível metropolitano (Figura 36).

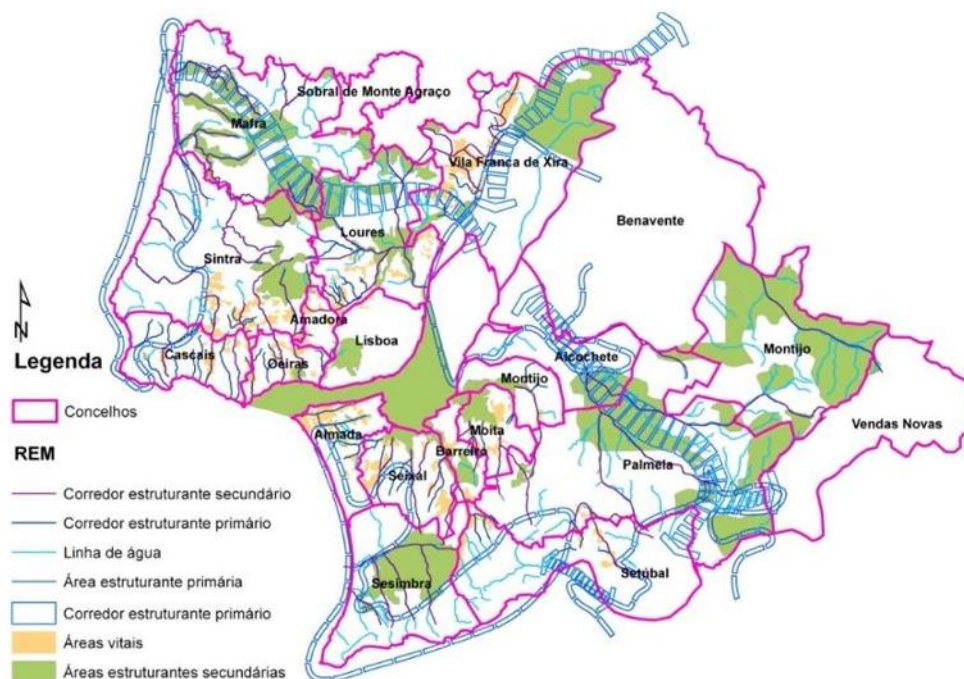


Figura 36 – Limites dos concelhos da AML e REM (proposta PROT-AML versão Novembro 2010). Fonte: Elaboração própria a partir da carta da REM (proposta PROT-AML versão Novembro 2010) e Limites do concelho do IGP.

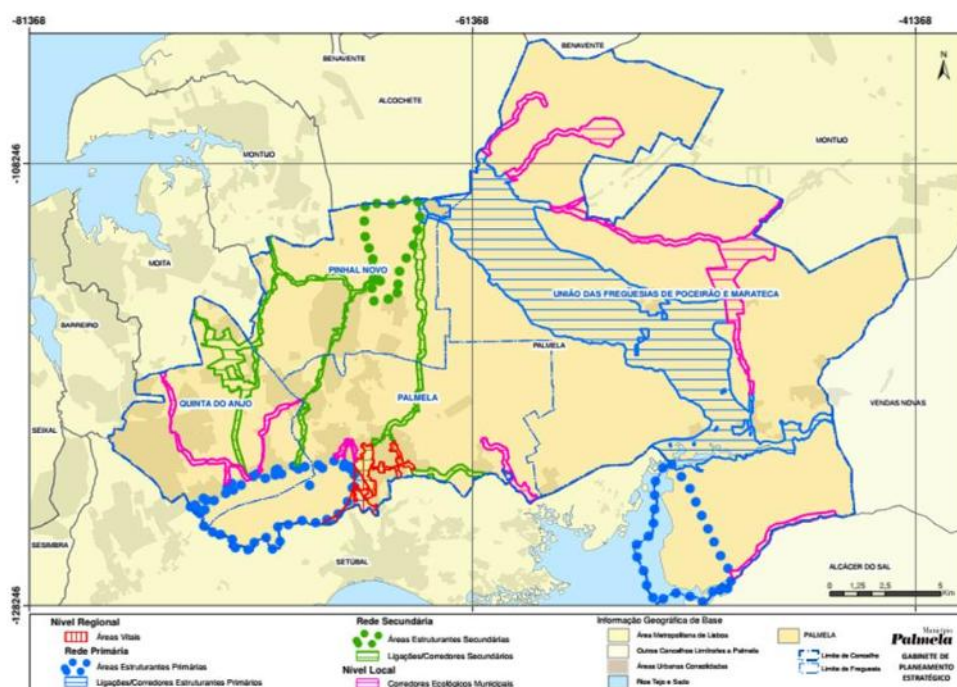
De acordo com a CMP⁴⁵, ao nível da rede primária o município é atravessado por um dos corredores mais importantes desta estrutura – o corredor estruturante primário Estuário do Tejo-Estuário do Sado- o qual efetua a ligação entre estas duas áreas estruturantes primárias muito importantes do ponto de vista da conservação da natureza na AML no que se refere, em especial, à biodiversidade e diversidade paisagística. Palmela é ainda atravessado por outro corredor estruturante primário que efetua a ligação entre o Estuário do Sado e a Ribeira da Marateca e por duas áreas estruturantes primárias, Estuário do Sado só parcialmente incluído no território da AML e Arrábida-Espichel - Matas de Sesimbra - Lagoas de Albufeira.

Ao nível da Rede Secundária, a REM identifica um conjunto de áreas com relevância ecológica, dimensão apreciável e importância não só metropolitana como municipal constituídas essencialmente por matas que representam os últimos exemplares da vegetação que cobriu em tempos a Península de Setúbal, designadamente o Pinhal da Marquesa, o Pinhal das Formas e o Pinhal das Espanholas. Estão ainda presentes, alguns corredores secundários relacionados,

⁴⁵ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

De acordo com o regulamento do PDM-Palmela⁴⁶, a **Estrutura Ecológica Municipal (EEM)** (Figura 37) identifica as suas áreas e corredores ecológicos na Carta da EEM visando assegurar:

- A articulação e a promoção de trocas de energia e de matéria entre sistemas metropolitanos associados a funções hidrológicas, decorrentes dos vales e das linhas-de-água principais, incluindo espaços fundamentais para a proteção e valorização de áreas naturais e da biodiversidade e
- A valorização e a sustentabilidade ambiental e ecológica do território através da proteção de áreas com relevante valor ecológico e paisagístico, cuja articulação com as demais áreas da estrutura ecológica garanta nexos de conectividade e de resiliência.

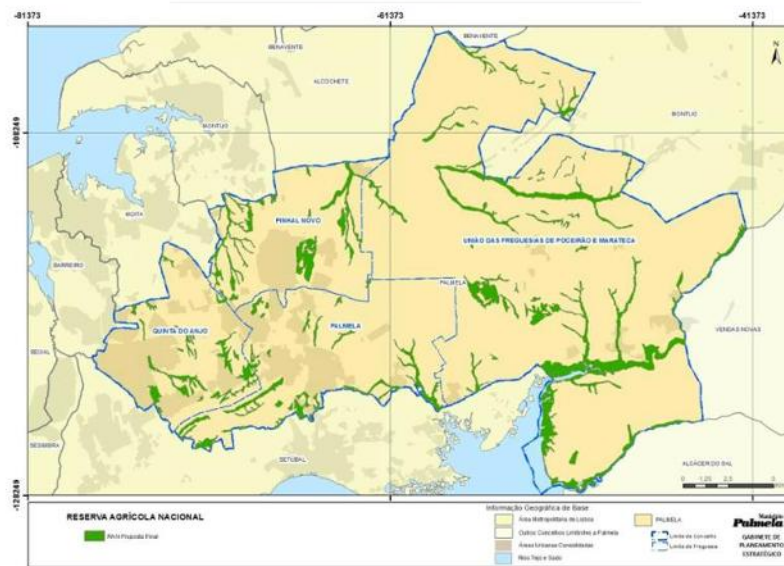


Desta forma, a CMP destaca a **coerência entre as duas redes ecológicas (metropolitana e municipal)**, assegurando que a segunda se encontra articulada com os objetivos da REM, cujas áreas e corredores foram transpostos para o PDM-Palmela, garantindo assim a conectividade e continuidade ecológicas num âmbito metropolitano.

⁴⁶ Capítulo III – Estrutura Ecológica Municipal: artigos 37º e 38º, novembro de 2019.

Das áreas com estatuto de proteção que ocorrem no concelho destacam-se as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN)⁴⁷.

A proposta de RAN do PDM-Palmela (Figura 38) apresenta uma área total de 3.755,02 hectares, correspondendo a 8,0% do total do Município. No que respeita à **variação de proporção de RAN** em vigor face à proposta, a CMP⁴⁸ destaca que a RAN atualmente em vigor tem 4.024 hectares, enquanto que a presente proposta de RAN representa uma diminuição de 269,90 hectares, decorrentes dos ajustes e correções efetuadas e sobretudo dos limites municipais e da área ocupada pela área de sapal do Estuário do Sado, representando esta cerca de 187 hectares.



No que se refere à **variação da proporção de REN** denota-se que por um lado houve uma grande desafetação da mesma na zona nordeste do concelho, zona esta que corresponde se encontra bastante edificada, tal como se pode verificar pela Figura 39. Por outro lado, verifica-se que a nova proposta de REN inclui uma grande área correspondente a zonas de recarga de aquíferos que não estava contemplada na REN de 2006.

⁴⁷ Considerou-se que as áreas de domínio público hídrico se encontram abrangidas pela REN, uma vez que esta também integra áreas de proteção do litoral e áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre.

⁴⁸ Revisão do PDM de Palmela, Volume III – Descrição e fundamentação da proposta de plano, novembro de 2019.



Parque Natural da Arrábida
 Reserva Natural do Estuário do Sado
 Zona de Protecção Especial do Estuário do Sado
 Sítio Arrábida-Espichel
 Sítio do Estuário do Sado

PINHAL NOVO
 POCEIRÃO
 QUINTADO ALTO
 PALMELA
 MARATECA

⁴⁹ Áreas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas e às áreas abrangidas pelas Diretivas Aves e Habitats.

Das áreas protegidas referidas o Parque Natural da Arrábida (PNA) e a Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) são aquelas que dispõem de plano de ordenamento desde 2005⁵⁰ e 2008⁵¹, respetivamente, uma vez que correspondem a áreas protegidas de âmbito nacional. Com relação às áreas pertencentes à Rede Natura 2000, as orientações de gestão territorial destas áreas e de conservação das espécies da fauna, flora e habitats são estabelecidas pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. Ressalta-se que o SIC e ZPE Estuário do Sado e o SIC Arrábida/Espichel estão sujeitos às orientações estabelecidas no plano de ordenamento (PO) do estuário do Sado e PO do PNA, uma vez que parte das suas áreas se encontram dentro dos limites da RNES e PNA, respetivamente.

Segundo o relatório Caracterização Fauna, Flora, Habitats e Formações Vegetais (Mãe d'Água, 2010) 23% da área do Concelho está ocupado por habitats da Diretiva, constituindo o montado o habitat mais frequente, ocupando cerca de 90% da área total de habitats da Diretiva do Concelho. No que concerne à fauna do concelho, segundo o referido relatório a embora ocorram no concelho espécies que constam dos anexos B-II e B-IV nenhuma das espécies de anfíbios e répteis atribuídas à área do concelho é de conservação prioritária.

Quanto à **despesa municipal em proteção da paisagem e biodiversidade** (Figura 41) apresenta uma evolução algo irregular, tendo-se verificado um investimento em proteção da biodiversidade e paisagem a decair entre 2011 e 2013 e um crescimento (não contínuo) desde então, atingindo em 2018 o valor máximo gasto pelo município (626 mil €). Mesmo comparando com a despesa municipal com a gestão de resíduos, a proteção da paisagem e biodiversidade fica aquém, com a gestão de resíduos a receber um investimento de 3226 mil € em 2018 (face aos 626 mil €). No entanto, estes investimentos permitem verificar uma aparente prioridade concelhia ao nível dos domínios de ambiente.

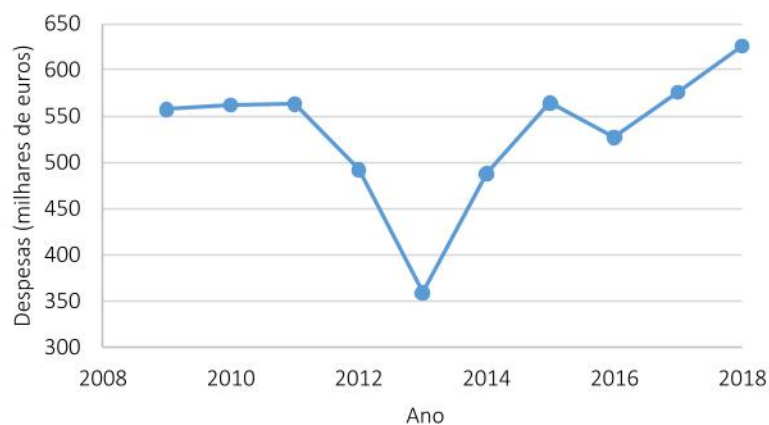


Figura 41 –Despesa municipal em proteção da biodiversidade e da paisagem (milhares de €) no concelho de Palmela entre 2009 e 2018. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

⁵⁰ Resolução de Conselho de Ministros nº 141/2005, de 23 de Agosto.

⁵¹ Resolução de Conselho de Ministros nº 182/2008, de 24 de Novembro.

FCD #4 Sistemas socioculturais

População e saúde

O comportamento demográfico do município tem –se relevado constante nos últimos anos, evidenciando um aumento de **população residente** (Figura 42). Tal como já referido no FCD#1, é nas freguesias mais próximas dos principais eixos urbanos (Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo) que se verifica uma maior concentração da população do concelho. No entanto, apesar de Palmela ser, em termos de área, o maior município da Península de Setúbal e da AML, (representa cerca de 30% da área da primeira e 16% da segunda), tem um contributo demográfico em ambas pouco expressivo⁵².

Já no que respeita à estrutura etária de Palmela, é possível identificar uma tendência de envelhecimento, com a população entre os 0-14 anos a decrescer face a um aumento da população com idades entre os 15-64 e mais de 65 anos (Figura 43). Acresce a este facto, a não proporcionalidade entre os diferentes grupos etários, como é possível observar na Figura 43, com 65,3% da população, em 2018, entre os 15 e 64 anos, 19,2% com mais de 65 anos e 15,5% com menos de 15 anos.

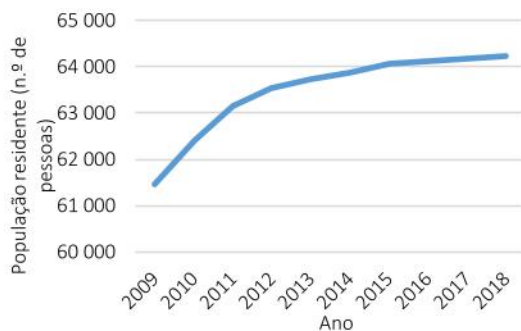


Figura 42 – Evolução da população residente no município de Palmela entre 2009 e 2018.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

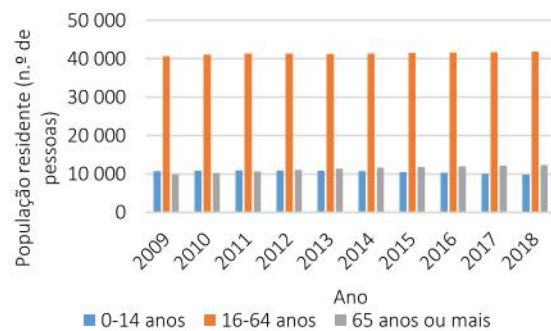


Figura 43 – Evolução da população residente por grandes grupos etários entre 2009 e 2018.

A evolução do **Índice de envelhecimento** (Figura 44) aparenta confirmar a tendência de envelhecimento a ocorrer no município de Palmela, registando um aumento nos últimos anos e atingindo o seu máximo, até então, em 2018 com um índice de envelhecimento de 124,6%. No entanto, a evolução em Palmela é muito semelhante à da AML, embora com valores ligeiramente inferiores (AML registou um índice de envelhecimento de 136,6% em 2018). Já quando comparado com o município de Lisboa, o município de Palmela apresenta valores bastante inferiores, embora Lisboa (175,4% em 2018) comece a apresentar uma tendência de decréscimo.

⁵² Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

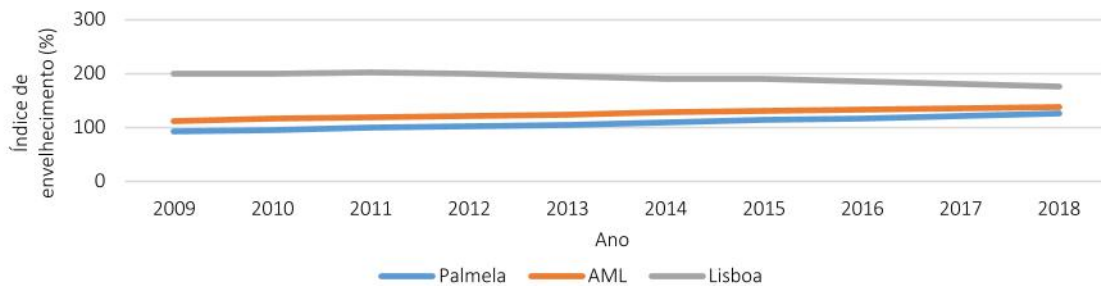


Figura 44 – Evolução do índice de envelhecimento no município de Palmela entre 2009 e 2018. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

No que respeita a questões de proteção social, o concelho de Palmela apresenta uma tendência de decréscimo da população residente em situação carenciada, evidenciado pela **percentagem de habitantes beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e Rendimento Social de Inserção (RSI)** (Figura 45), atingindo em 2018 o valor mais baixo dos últimos anos (1,5%). Quando comparado com as tendências da AML e do município de Lisboa, verifica-se que o município de Palmela apresenta um comportamento tendencial semelhante, embora com valores bastante inferiores (3% da população da AML e 4,5% da de Lisboa, em 2018, beneficiava de RMG e RSI).

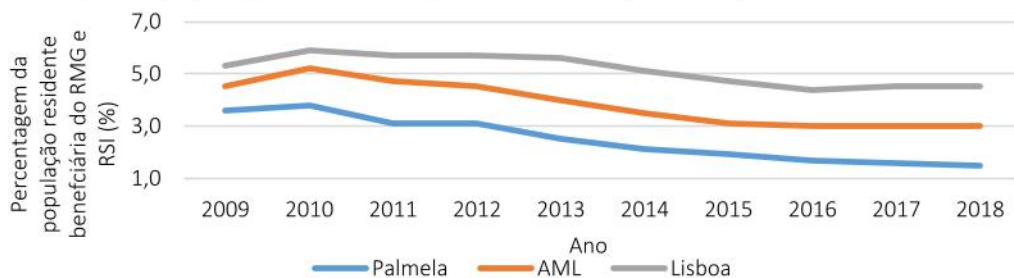


Figura 45 - % da população residente de Palmela que beneficia do RMG e RSI entre 2009 e 2018. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

A rede de equipamentos assume um papel de relevância ímpar no reforço da coesão económica e social. Mais concretamente, a distribuição dos **equipamentos de ensino** no município de Palmela revela desigualdades no acesso entre as freguesias urbanas e rurais, estas últimas penalizadas pela sua localização excêntrica e pelos horários de funcionamento das instalações existentes nos dois principais aglomerados (Figura 46). Atendendo a este quadro na oferta de equipamentos, regista-se mobilidade de alunos para os concelhos vizinhos, principalmente para o nível secundário. Apesar de aparentar existir alguma desigualdade na distribuição dos equipamentos de ensino, verifica-se um forte investimento, por parte do município, na rede escolar resultando num aumento do **número de salas disponíveis** nos vários níveis de ensino, como se pode verificar na Figura 47. Acresce ainda o facto que, de acordo com orientações da Carta Educativa, tem-se optado pela criação de escolas modernas, de maior dimensão e dotadas de várias valências, para onde são transportados os alunos através do transporte escolar suportado pelo Município.

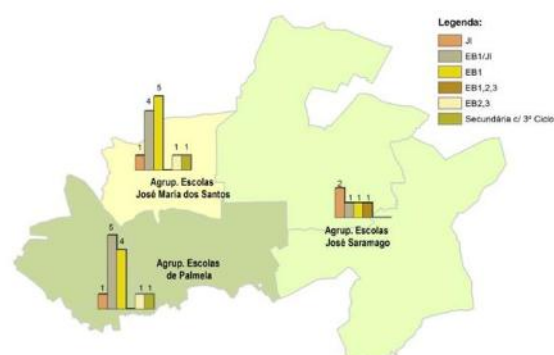


Figura 46 – Equipamentos de ensino.
Fonte: Anuário Estatístico de Palmela, 2016.

		2007/2008	2016/2017
Agrup. Escolas de Palmela	Pré-escolar	11	11
	1º Ciclo	40	40
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrup. Escolas José Maria dos Santos (Pinhal Novo)	Pré-escolar	7	17
	1º Ciclo	32	56
	2º e 3º Ciclo	25	25
Agrup. Escolas José Saramago (Marateca-Poceirão)	Pré-escolar	3	6
	1º Ciclo	18	18
	2º e 3º Ciclo	15	15
Escolas não agrupadas	Secundária c/ 3º Ciclo	75	108
	Pré-escolar	21	34
Total	1º Ciclo	90	114
	2º e 3º Ciclo	65	65
	Secundária c/ 3º Ciclo	75	108
	Pré-escolar	21	34

Figura 47 – Evolução das salas de educação e ensino por tipo e agrupamento (n.º).

Relativamente aos **equipamentos de saúde** o maior número e diversidade concentra-se nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela, onde além do centro de saúde em Palmela, se localizam diversos consultórios médicos e farmácias. Apesar das extensões do centro de saúde se encontrarem em todas as freguesias, no que respeita aos restantes equipamentos de saúde, a freguesia de Quinta do Anjo apresenta uma dotação consideravelmente inferior às freguesias referidas, enquanto que Marateca e Poceirão possuem um número visivelmente reduzido no contexto concelhio (Figura 48). De referir que problemas ligados ao funcionamento e grau de cobertura destes equipamentos em determinadas áreas, foram, em 2009, bastante referidos pelas populações, quando inquiridas a esse respeito.⁵³

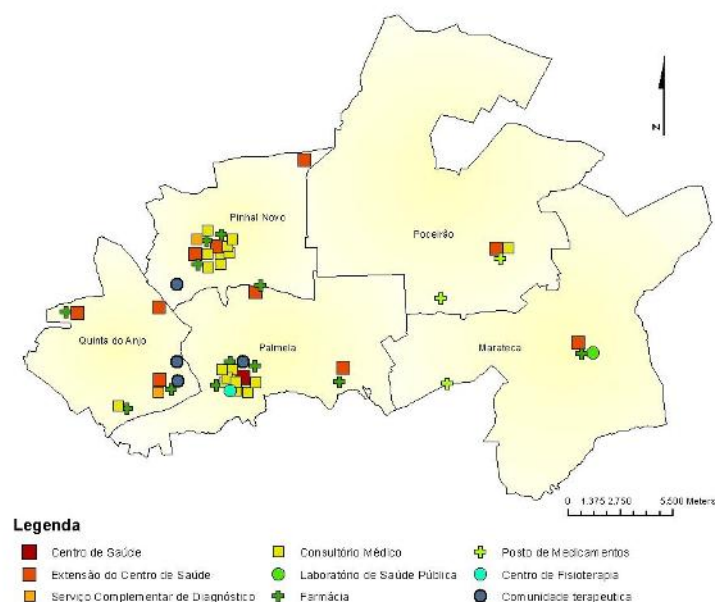


Figura 48 – Distribuição dos equipamentos de saúde por freguesia em 2015. Fonte: CMP – Base de dados SIG, elaboração própria.

Os cuidados de saúde do concelho são garantidos por unidades de saúde primária (centros de saúde e suas extensões), existentes em todas as freguesias, que são complementados por

⁵³ Relatório do Estudo de Avaliação da Satisfação com a Qualidade de Vida e a Atividade Municipal (2009).

diversos consultórios médicos privados, mas que se encontram maioritariamente nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo, bem como pelos serviços ambulatoriais dos Bombeiros Voluntários (Águas de Moura, Palmela e Pinhal Novo) e por outros serviços mais específicos (e.g. de apoio a toxicodependentes, farmácias). Já os cuidados de saúde secundários são prestados por instituições fora do concelho, o Hospital Distrital de Setúbal e o Hospital do Outão, no âmbito da ortopedia⁵⁴.

Em matéria de **equipamentos de solidariedade e segurança social**, dirigidos especialmente a grupos de cidadãos mais vulneráveis (como crianças, jovens, pessoas com deficiências e idosos), o concelho apresenta uma oferta de ensino pré-escolar (e.g. creches (Quadro 31) e espaços de atividades ao ar livre – ATL (Quadro 32)) insuficiente e bastante desigual nas diversas freguesias e localidades⁵⁵. Apesar de serem todos equipamentos de gestão privada, mais de metade não possuem fins lucrativos (IPSS). No que respeita à distribuição espacial desta tipologia de equipamentos nota-se uma maior concentração nas freguesias mais populosas do município, Pinhal Novo e Palmela⁵⁶.

Quadro 31 – ATL em funcionamento no município. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Assoc. de Solid. Social de Brejos do Assa - O Rouxinol	Brejos do Assa	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Centro Social de Palmela " CAPIJ "	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	110
Caixa de Pandora	Pinhal Novo	Privado	64
Jardim de Infância Nova Árvore	Pinhal Novo	Privado	14
Fundação COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	80
Casa do Povo de Palmela – C. Social de Lagameças	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Centro Social de Palmela " A Cegonha	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Centro Social de Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	55
Smart and Happy Kids	Pinhal Novo	Privado	40

Quadro 32 – Creches em funcionamento no município. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	32
Assoc. de Solid. Social de Brejos do Assa - O Rouxinol	Brejos do Assa	Privado s/ Fins Lucrat.	33
Jardim de Infância Quinta Guimaraes	Cabanas	Privado	33
Centro Social de Palmela "Árvore"	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	61
Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	57
Fundação COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo (inst. Av. Z. Afonso e R. M. Veríssimo Silva)	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	66+60
Casa do Povo de Palmela - Centro Social de Lagameças	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	22
Centro Social de Palmela "A Cegonha"	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	18
Centro Social de Quinta do Anjo	Qta. do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	76
Crescer no Campo	Valdera	Privado	75
Ninho de Sol	Pinhal Novo	Privado	39

⁵⁴ Diagnóstico Prospectivo p 204.

⁵⁵ Carta Educativa 2006 p 16.

⁵⁶ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Quanto a equipamentos sociais de apoio a idosos (e.g. lar de idosos, centros de convívio e centros de dia, serviço de apoio domiciliário), todos são de gestão privada, verificando-se que 82% dos lares (Quadro 33) têm fins lucrativos; ao nível dos centros de convívio e de dia (Quadro 34) e serviço de apoio domiciliário (Quadro 35) predominam as IPSS⁵⁷. Adicionalmente, à semelhança do verificado para os equipamentos sociais de apoio à infância, verifica-se uma concentração destes equipamentos em Palmela e no Pinhal Novo, havendo uma insuficiência notória na Marateca.

Quadro 33 – Lares de idosos em funcionamento no município. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
Lar Santa Teresinha	Cabanas	Privado	21
Villa Natura	Cajados	Privado	20
Villa Pinhal Novo – C.R. S. João de Deus	Lagoa da Palha	Privado	57
Lar da 3.ª Idade Jardim de São Carlos	Lagoa do Calvo	Privado	18
Casa de Repouso "Maria Helena"	Olhos de Água	Privado	29
Fátima Park	Olhos de Água	Privado	70
Lar de Idosos "Villa Maryah"	Palmela	Privado	80
Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	84
Casa de Repouso "Jardim de Outono"	Pinhal Novo	Privado	40
Casa de Repouso "Refúgio do Avôzinho"	Pinhal Novo	Privado	7
Fund. COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Casa de Repouso da Quinta de Sto. António	Quinta do Anjo	Privado	17
Casa de Repouso "O Refúgio"	Vale de Touros	Privado	15
Lar Santiago Martins	Vale de Touros	Privado	39
Casa de Repouso Lézila	Volta da Pedra	Privado	34
LarPal	Palmela	Privado	18
Lar de S. Pedro – Sta. Casa da Mis. Palmela	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	84

Quadro 34 – Centros de convívio e centros de dia em funcionamento no município. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Designação	Tipologia	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
Associação de Convívio Idosos de Cabanas	C. de Convívio	Cabanas	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Associação de Idosos de Palmela	C. de Convívio	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	150
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	C. de Convívio	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	80
União Social Sol Crescente da Marateca	Centro de Dia	Sesmar. do Pato	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Santa Casa da Misericórdia de Palmela (Aires)	Centro de Dia	Aires	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Lar Santa Teresinha	Centro de Dia	Cabanas	Privado	5
Fátima Park	Centro de Dia	Olhos de Água	Privado	5
Associação de Idosos de Palmela	Centro de Dia	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	50
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	Centro de Dia	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Centro de Dia	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Casa do Povo de Palmela - C. Social em Lagameças	Centro de Dia	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social de Quinta do Anjo	Centro de Dia	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	45
Algeruz Villas Residência Sénior	Centro de Dia	Palmela	Privado	8
Ass. de Ref., Pens. e Idosos do B. Alentejano e arred.	(1)	Bairro Alentejano	Privado s/ Fins Lucrat.	37
Assoc. de Idosos e Reform. do Poceirão (ex-EB)	(2)	Forninho	Privado s/ Fins Lucrat.	20

Quadro 35 – Apoio domiciliário em funcionamento no município. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Fundação Robert Kalley	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	68
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	65
Centro Social Paroq. de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Casa do Povo de Palmela – Centro Social em Lagameças	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	11
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos da Freg. do Poceirão	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social de Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	60
Viver Feliz	Pinhal Novo	Privado	40

⁵⁷ Relatório do Estudo de Avaliação da Satisfação com a Qualidade de Vida e a Atividade Municipal (2009).

A CMP identifica-se também uma situação grave de ilegalidade, a existência de vários equipamentos, nomeadamente lares, sem informação acerca do alvará, correspondente na maioria dos casos a situações de uma oferta não legalizada, que urge ser resolvida, levando ao encerramento das estruturas sem qualidade, bem como, contribuindo para a reabilitação/legalização das estruturas com qualidade⁵⁸.

Desta forma, observa-se que a distribuição geográfica dos equipamentos sociais de apoio tanto a idosos, como à infância está associada à concentração populacional verificada no concelho, havendo uma clara concentração nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo, o que cria uma situação de iniquidade no acesso a estes equipamentos entre as freguesias rurais e urbanas.

Relativamente aos equipamentos sociais de apoio a pessoas com deficiência, a CMP⁵⁹ destaca que o trabalho desenvolvido nesta área privilegiou durante largos anos sobretudo a articulação com as IPSS com sede noutros municípios nomeadamente de: através da APPACDM – Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, da APPDA – Associação das Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo da Moita e do Barreiro, da CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro e da CERCIMA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e de Alcochete. Em maio de 2010, foi inaugurado o Lar residencial e a Residência autónoma da Fundação COI - Centro de Ocupação Infantil de Pinhal Novo, na freguesia de Pinhal Novo, com capacidades respetivamente para 24 e 5 utentes.

Identidade municipal e valores culturais

O concelho de Palmela é rico em elementos patrimoniais arquitetónicos, arqueológicos, naturais e também imateriais. A Direção Geral do Património Cultural (DGPC) realizou um **inventário dos diversos imóveis classificados** (Quadro 36) que correspondem a alguns exemplos de interesse municipal.

Quadro 36 - Imóveis e conjuntos classificados inventariados pela DGPC. Fonte: Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

CLASSIFICAÇÃO		DESIGNAÇÃO	DECRETO/SITUAÇÃO
Património classificado	Monumentos Nacionais	Castelo de Palmela	DL de 16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910
		Grutas da Quinta do Anjo	DG 79, de 05-04-1934
		Igreja de Santiago de Palmela	DL de 16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910
		Pelourinho de Palmela	DL de 16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910
	Monumento de Interesse Público	Cineteatro S. João	Portaria n.º 740 BR/2012
		Igreja da Misericórdia de Palmela	Portaria n.º 740-AV/2012
		Chafariz D. Maria I	Portaria n.º 662/2012
	Sítio de Interesse Público	Castro de Chibanes	Portaria n.º 420/2011

⁵⁸ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

⁵⁹ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	DECRETO/SITUAÇÃO
	Monumento de Interesse Municipal	Sociedade de Instrução Musical
		Aprovada em reunião de Câmara de 21 maio de 2014
	Imóvel de Interesse Municipal	Capela de São João Batista
		DL de 31 de dezembro
		Capela de São Gonçalo
		Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2002
		Adega da Herdade Algeruz
		CMP Edital n.º 88 DAF-DAG/2009, de 19-12-2008
		Torre de Sinalização e Manobra da Estação Ferroviária de Pinhal Novo
		Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2002

Para além dos imóveis já classificados existem alguns cujo valor patrimonial se pretende que seja reconhecido, havendo, portanto, interesse por parte do Município em classificá-los como Imóveis de Interesse Municipal. Nesta situação, a ser objeto de estudo mais aprofundado, estão os seguintes imóveis:

- O Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Frades Franciscanos Capuchos de Alferrara;
- O Convento de Nossa Senhora da Consolação de Frades da Ordem de São Paulo, de Alferrara;
- A Igreja de S. Pedro;
- Conjunto Urbano da Herdade de Rio Frio, valor de relevante interesse patrimonial;
- Conjunto que inclui o antigo edifício da Estação Ferroviária de Pinhal Novo e a Torre de Sinalização e Manobra Ferroviária, esta da autoria do arquiteto Cottinelli Telmo (que está classificada como imóvel de Interesse Municipal). Entretanto desconhece-se o estado de conservação da Torre, sendo que, a antiga estação, se encontra muito adulterada, fruto das obras de remodelação, entretanto levadas a cabo aquando da construção da linha de caminho-de-ferro do eixo norte-sul de ligação entre Setúbal e a Gare do Oriente em Lisboa;
- Edifício dos Paços do Concelho;
- Museu da Música Mecânica (em vias de classificação como Monumento de Interesse Municipal).

O Centro Histórico da Vila de Palmela constitui igualmente um importante núcleo histórico-cultural de património edificado, onde se encontram vários edifícios e habitações de interesse arquitetónico e arqueológico, estando por isso classificado como uma zona de especial de proteção (ZEP), constituída e demarcada conforme a Portaria n.º 944/85, de 14 de Dezembro⁶⁰. Relativamente ao património edificado de interesse cultural, destaca-se o conjunto de Moinhos de Vento existente na freguesia de Palmela (localizados na Serra do Louro), onde apenas um se encontra em funcionamento e os restantes foram convertidos para habitação ou estão em ruína, e a existência de património ligado ao abastecimento e usufruto de água (chafarizes, fontes e tanques⁶¹) e de Adegas e Lagares de Azeite⁶².

⁶⁰ Guia informativo para licenciamento no Centro Histórico de Palmela, Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, Câmara Municipal de Palmela.

⁶¹ "Arquitectura da Água: Fontes, Chafarizes e Tanques para o inventário do património histórico edificado do concelho de Palmela" – Cristina dos Reis Prata, Técnica Superior do Museu Municipal de Palmela.

⁶² Revisão do PDM de Palmela Volume I - Diagnóstico Prospectivo, Novembro 2006.

A CMP⁶³ destaca a importante necessidade de dar conclusão material à metodologia contida no relatório Para a conceção da Carta do Património do Concelho de Palmela, desenvolvido pela Divisão de Cultura, Desporto e Juventude da CMP. Deste documento faz parte o Inventário Sumário do Património Histórico Edificado. Este inclui elementos arquitetónicos isolados, edifícios e conjuntos edificados com potencial valor patrimonial, podendo vir a ser proposta futuramente a sua classificação.

O Concelho de Palmela possui também um vasto **espólio arqueológico** (Figura 49), de épocas e carácter distintos (e.g. necrópole, núcleos habitacionais), mas no qual se reconhece vários sítios de maior relevância (localizados sobretudo na freguesia de Palmela e da Marateca) devido à singularidade dos vestígios ou pela informação histórica que transmitem⁶⁴.

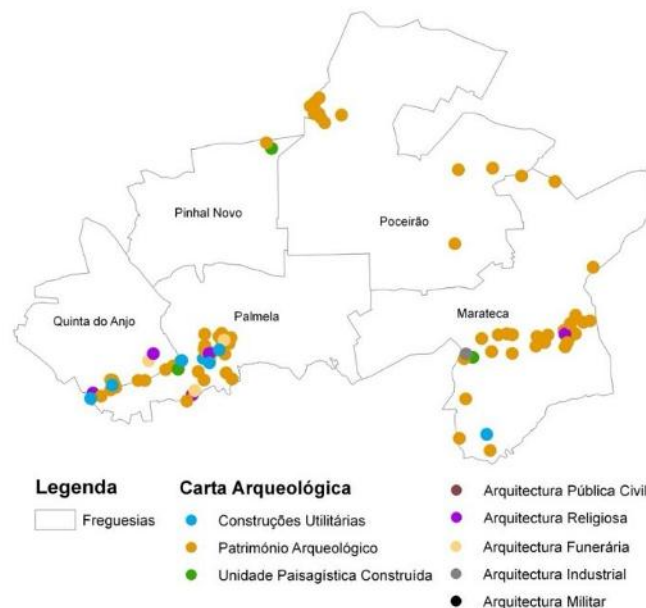


Figura 49 – Carta Arqueológica do concelho de Palmela. Fonte: Elaboração própria a partir de informação geográfica disponibilizada pela CMP em 29/07/2011.

A preservação do **património cultural** do concelho de Palmela, bem como a sua divulgação e a do património natural é principalmente assegurada pelo Museu de Palmela, cuja estrutura polinucleada permite-lhe um funcionamento descentralizado, integrando diversos núcleos e extensões museológicas. Além da gestão do espólio museológico do concelho, o Museu tem também como funções a promoção e realização de iniciativas culturais (e.g. exposições temporárias e atividades culturais) e a manutenção de alguns sítios arqueológicos locais. Outro núcleo museológico importante é o associado ao Castelo de Palmela, mas cujos espaços de exposição cingem-se ao retrato da história deste monumento nacional.

No concelho têm também sido desenvolvidas atividades associadas à divulgação de valores tradicionais tais como a Festa das Vindimas, o Festival Internacional de Animação de Rua, o Festival Internacional de Gigantes e também têm sido dinamizadas rotas turísticas temáticas

⁶³ Revisão do PDM de Palmela, Volume II - Caracterização e diagnóstico da situação existente, novembro de 2019.

⁶⁴ Revisão do PDM de Palmela Volume I - Diagnóstico Prospectivo, Novembro 2006.

nomeadamente a Rota dos Vinhos⁶⁵ ou Roteiros Culturais e Percursos Pedestres por zonas naturais e históricas do Concelho⁶⁶. Neste âmbito, assinala-se o grande potencial arqueológico da região para a sua integração sob forma de rota turística, que tem vindo a ser alvo de vários estudos e ações de restauro e conservação nos últimos anos, bem como de uma inventariação sistemática de sítios e materiais.

O total de **despesa corrente municipal em domínios de cultura** (Figura 50) revela que a CMP tem vindo a realizar algum investimento em atividades culturais.

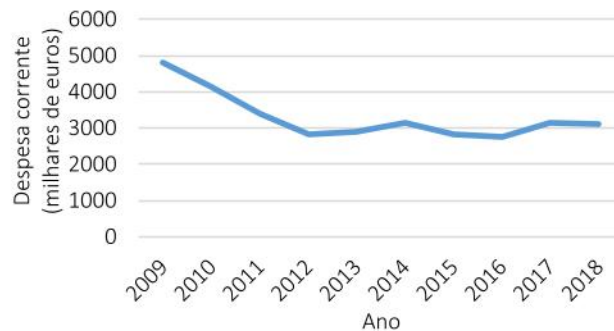


Figura 50 – Variação da despesa municipal corrente (total) em cultura (milhares de euros). Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

No entanto, destaca-se neste sentido a criação do Fórum Cultura em 2006, como espaço de debate público sobre o presente e o futuro da cultura no concelho e tendo como objetivo a recolha de contributos para a construção de um Plano Estratégico da Cultura no Concelho de Palmela. No entanto, apenas em 2019 a CMP, através do Despacho n.º 12481/2019, define como objetivo dinamizar a elaboração do Plano Estratégico para a cultura do concelho de Palmela.

⁶⁵ Em 2009, Palmela foi distinguida como Cidade do Vinho, atribuída pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho, devido à diversidade de eventos anuais dedicados à cultura do vinho, promovidos no concelho e consolidados no panorama cultural da região, às parcerias estabelecidas e à relação estreita entre o município, o movimento associativo e os produtores vitivinícolas.

⁶⁶ Informação retirada de <http://www.cm-palmela.pt/pt/>.

FCD #5 Eficiência energética

As alterações climáticas (AC) revelam-se uma questão muito relevante para o PDM Palmela, que reconhece a necessidade de se considerar esta temática considerando que no âmbito do combate às AC, a existência destes milhares de hectares não-urbanizados e com coberto vegetal na parte central-nascente do município não pode deixar de ser visto como um valor extremamente relevante e a preservar⁶⁷. Assim, a preservação e valorização da estrutura ecológica municipal assume alguma importância, sendo que os valores naturais como por exemplo as áreas do Parque Natural da Arrábida e da Reserva natural do Estuário do Sado são encaradas como cruciais no combate às AC.

O PDM Palmela considera que ainda dentro desta temática, a mobilidade sustentável permite a otimização da distribuição territorial de pessoas e suas atividades, tendo em vista a redução de deslocamentos e a opção por modos de transporte mais sustentáveis, tratando-se de *“promover a mobilidade sustentável com base em opções de mobilidade de baixo carbono e através da otimização do modelo de organização territorial de pessoas e atividades (urbanismo de proximidade), tendo em vista a redução de deslocamentos/distâncias”* e de *“diminuir a intensidade carbónica da mobilidade urbana, incluindo mercadorias e passageiros, desincentivando o transporte individual motorizado, promovendo a intermodalidade e reforçando a adequação, cobertura, conectividade, serviço, informação e sustentabilidade do transporte coletivo, incrementando o peso e a diversidade das opções de mobilidade de baixo carbono na repartição modal, incluindo a mobilidade suave e elétrica renovável”*⁶⁸.

No entanto, e apesar de se reconhecer a importância da temática das AC, esta questão apenas vai ser tratada de uma forma mais abrangente neste FCD, visto que as questões críticas a abordar resultaram do diagnóstico efetuado para esse feito. Assim, a análise tendencial (tal como a avaliação) vai ser focada nos temas críticos e critérios em vez de ser utilizada uma abordagem mais holística em torno das AC.

Eficiência energética

Tal como apresentado anteriormente, o município de Palmela apresenta uma tendência crescente de população e uma elevada dependência do transporte individual (TI), o que pode evidenciar uma menor eficiência energética do território. Assim, uma análise da evolução do **consumo de combustíveis** (Figura 51) no município de Palmela corrobora as tendências anteriormente evidenciadas, visto que existe uma clara predominância do consumo de combustíveis para automóvel (gasóleo e gasolina), embora o gasóleo aparente em 2018 um ligeiro decréscimo face a 2017 enquanto que a gasolina apresenta um ligeiro aumento.

⁶⁷ Volume III – Descrição e fundamentação da proposta de plano, novembro de 2019.

⁶⁸ Volume III – Descrição e fundamentação da proposta de plano, novembro de 2019.

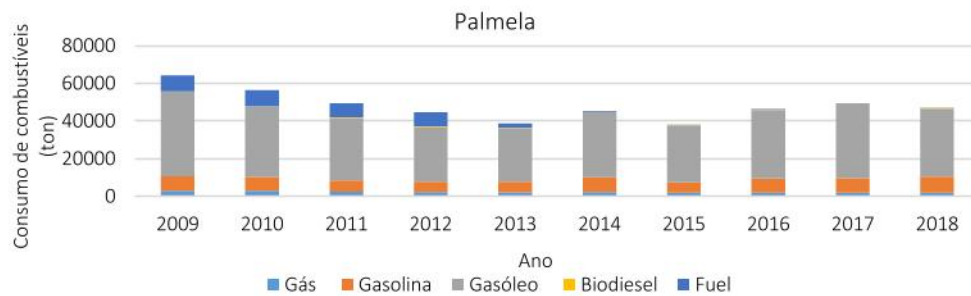


Figura 51 – Consumo de combustíveis (toneladas) em Palmela entre 2009 e 2018. Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

O **consumo de energia elétrica** em Palmela (Figura 52) apresenta uma tendência de decréscimo, com pequenas oscilações, desde 2011. No entanto, em 2017 apresentou o consumo de energia elétrica aumentou ligeiramente no município de Palmela atingindo os 6422 KWh/hab. É de salientar que o consumo por habitante em Palmela é muito superior às restantes regiões analisadas (Figura 52), quando comparado com Lisboa e a AML, ou mesmo quando comparado com os municípios limítrofes de Alcochete e do Montijo que têm evoluções semelhantes à da AML. De acordo com a Figura 52, é visível que os valores de consumo (total) de energia por habitante são bastante inferiores aos valores de Palmela.

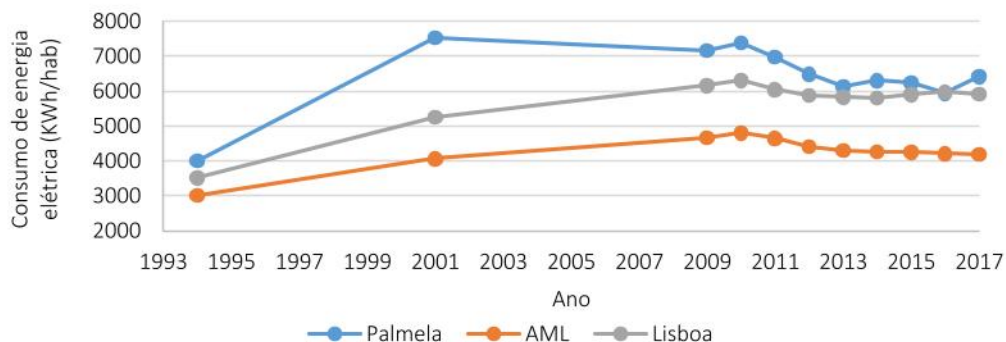


Figura 52 – Consumo (total) de energia elétrica por habitante (KWh/hab) em Palmela, AML e Lisboa entre 1994 e 2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

No que respeita aos tipos de consumo de energia elétrica (Figura 53), verifica-se que no município de Palmela, a indústria tem predominado o consumo de energia elétrica ao longo dos anos, embora se registre uma ligeira diminuição após 2010 e um ligeiro aumento em 2017. Seguem-se os consumos não-domésticos e domésticos com valores bastante similares. Assim, em 2017 a indústria representava 57% do consumo de energia elétrica municipal, com 20% de consumo doméstico, 15% não-doméstico, 4% agricultura, 2% iluminação das vias públicas e 2% edifícios do estado.

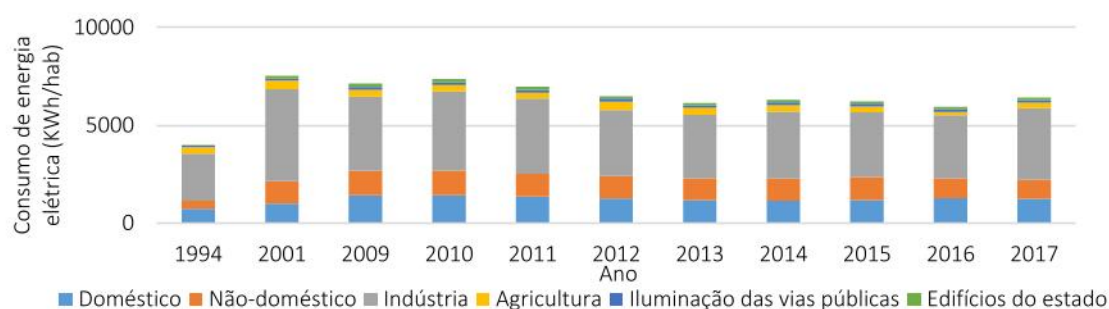


Figura 53 – Consumo de energia elétrica por habitante (KWh/hab) por tipo de consumo em Palmela entre 1994 e 2017. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

O **consumo de gás natural** (Figura 54) do município de Palmela apresenta uma tendência de decréscimo após 2010 até 2016, e um ligeiro aumento entre 2016 e 2018. No entanto, em comparação com a AML e o município de Lisboa, desde 2010 que Palmela tem registado consumos de gás natural inferior aos da AML e desde 2014 inferiores a Lisboa.

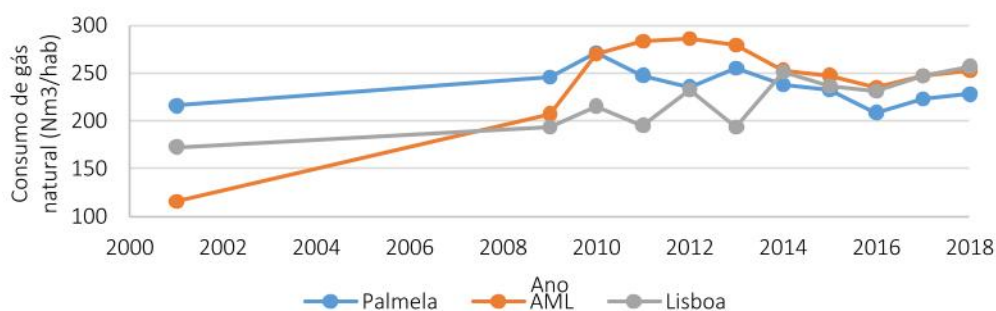


Figura 54 – Consumo de gás natural por habitante (Nm3/hab) por tipo de consumo em Palmela entre 2001 e 2018. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Pordata, 2019.

Ao nível **das emissões de gases com efeito de estufa (GEE)**⁶⁹, a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) fornece dados sobre este indicador, que de acordo com informação da CMP, passará a fazer parte dos indicadores de monitorização e avaliação do PDM e será incorporado em futuros relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território.

A metodologia de cálculo para apurar as emissões no município de Palmela assenta em três etapas:

1. Recolha de dados de consumo de energia (dados publicados pela DGEG desagregados por concelho);
2. Recolha de algumas informações específicas junto de entidades que operam no território (FIT, AutoEuropa, TST, Fertagus e Amarsul) e
3. Cálculo das emissões utilizando uma matriz de cálculo que segue a metodologia proposta pelo Pacto de Autarcas.

⁶⁹ Expresso normalmente em Dióxido de Carbono equivalente (CO₂e).

De acordo com informação disponibilizada pela ENA à CMP, o processo de cálculo das GEE já se encontra automatizado. Contudo, embora os dados desagregados por município sejam disponibilizados anualmente, os dados mais atuais a que a CMP tem acesso são os dados provisórios referentes ao ano de 2018, que se encontram apresentados no Quadro 37.

Quadro 37 – Balanço final de emissões (t CO₂eq) para o ano de 2018. Fonte: ENA, 2020.

Setor	Balanço final de Emissões [t CO ₂ eq]
Edifícios e equipamentos municipais	5.054
Setor terciário (não municipal)	28.366
Edifícios residenciais	48.129
Iluminação pública	4.144
Indústria	123.934
Frota municipal	786
Transporte público	2.551
Transporte privado e comercial	125.710
Agricultura, floresta e pesca	13.409
Produção e fornecimento de energia	-3.486
Água consumo humano	1.722
Resíduos	492
Águas residuais	1.301
Total	352.112

A realização de inventários de emissões de GEE nos municípios permite identificar as fontes principais de emissões de GEE do concelho, e desse modo, gerir as suas opções estratégicas no combate às alterações climáticas. Em 2018, verificava-se que as emissões de GEE do concelho de Palmela resultavam sobretudo dos setores dos transportes (37%) e da indústria (35%).

Segundo dados da CMP (Anexo VII), em 2009 o município de Palmela assumiu o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir em 20% as emissões de CO₂ no seu território até 2020, tendo subscrito o Pacto de Autarcas - iniciativa europeia destinada a envolver os governos locais no cumprimento dos objetivos da União Europeia para o clima e energia. Para tal, é aprovado em 2009 o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela (PAESP), que foi elaborado e concluído até 2020. De acordo com informação da CMP “no que concerne às emissões de GEE cumpriu-se o objetivo de redução de mais de 20%, tendo como referência o ano de 2008, afastando-se significativamente da anterior tendência de crescimento, que levava a prever que, se nada tivesse mudado, as emissões de GEE de 2008 teriam aumentado em 14% até 2020” (Volume III – Descrição e fundamentação da proposta de plano, dezembro de 2020).

Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis

A utilização de **Fontes de Energia Renovável (FER)** endógenas é um fator fundamental no combate às alterações climáticas e à dependência externa de produção energética, como deixam antever diversos documentos de referência estratégicos, entre os quais a Estratégia Lisboa 2020, que estabeleceu o aumento da utilização de FER em 20% até 2020 para a região.

O município de Palmela não tem realizado este tipo de inventariação, embora a ENA (agência de Energia e Ambiente da Arrábida) tenha iniciado a avaliação do potencial de utilização de FER para os concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra⁷⁰, não tendo até à data disponibilizado publicamente esses dados.

De acordo com informação da CMP (Anexo VII), o PAESP constitui um instrumento relevante na implementação de um conjunto de ações no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos endógenos renováveis. No entanto, o PAESP foi concluído, mas não existem, ainda, dados disponíveis sobre esta temática. Acresce que, e de acordo com informação da CMP, embora a plataforma do Pacto de Autarcas tenha sido atualizada no que respeita aos dados relativos às medidas - custos incorridos até à data e anos de início e fim de cada medida – essa informação não se encontra disponível publicamente, pelo que não foi possível analisar nem desenhar uma tendência sobre este tema.

⁷⁰ Conforme informações retiradas do seu sítio da Internet (23/01/2009): <http://www.ena.com.pt/>.

Anexo III - Orientações e metas do QRE

Quadro 38 – Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

AGENDA 2030 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	
ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares:	
Implementar medidas e sistemas de proteção social adequados e atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis, garantindo direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso a serviços básicos, � propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros.	
ODS 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável:	
- Duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola; - Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.	
ODS 3: Garantir o acesso � saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades:	
- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis; - Reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo.	
ODS 4: Garantir o acesso � educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos:	
- Assegurar a igualdade de acesso � educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis; - Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis; - Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos sejam alfabetizados; - Construir e melhorar instalações físicas para educação e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos.	

AGENDA 2030 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	
ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos:	
• Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos; • Aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores; • Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos; • Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos; • Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água.	
ODS7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas:	
• Aumentar a participação de energias renováveis • Promover a eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis mais avançadas e mais limpas.	
ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos:	
• Sustentar o crescimento económico; • Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação; • Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação; • Alcançar o emprego pleno e produtivo e a remuneração igual para trabalho de igual valor; • Reduzir a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; • Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.	
ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação:	
• Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes; • Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos.	
ODS 10: Reduzir as desigualdades:	
• Empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos; • Garantir a igualdade de oportunidades.	

AGENDA 2030 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis:

- Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos;
- Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento integrado e sustentável;
- Salvar o património natural e cultural;
- Reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- Proporcionar o acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes;
- Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais.

ODS 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis:

- Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- Reduzir a geração de resíduos e alcançar a sua gestão ambientalmente saudável.

ODS 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos:

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais;
- Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade:

- Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços;
- Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas;
- Combater a desertificação e restaurar a terra e o solo degradados;
- Tomar medidas para reduzir a degradação de habitat naturais e travar a perda de biodiversidade;
- Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento local.

ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis:

- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes a todos os níveis e garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa a todos os níveis.

Quadro 39 – Quadro de Referência Estratégico - Orientações e Metas.

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas (PGRHS; PNUEA 2020).						Até 2020 (Portugal 2020; POSEUR): • Taxa de abandono escolar precoce e formação na população entre 18-24 anos: 10%; • Diplomados entre os 30 e os 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente: 40%; • Taxa de emprego (20-64 anos): 75%; • Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (face a 2008): - 200 mil. Até 2023 (PDR 2020): • População rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local: 75%. Até 2020 (Portugal 2020; POSEUR; ENE 2020; PAESP): • Redução de consumo da energia final em 20%; • Redução de emissões de GEE de 1% face a 2005; • Criação de mais de 120 mil postos de trabalho associados às energias renováveis, com estas a representar 31% de toda a energia final consumida (60% eletricidade e 10% no sector dos transportes); • Melhorar em 6 % a eficiência energética. Até 2030 (PNI 2030): • Reduzir entre 45% a 55% as emissões de GEE face a 2005; • Alcançar 35% de melhoria de eficiência energética.
Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental (PGRHSM; PNUEA 2020; PGRHTRO; ENEAPAI 2030; Estratégia 2030).						
Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos (PGRHSM; PNUEA 2020; PENSAAR 2020; PGRHTRO, ENEAPAI 2030).						
Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região (PGRHSM; PGRHTRO).						
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos (Portugal 2020; Lisboa 2020; PMAAC-AML; Estratégia 2030), garantindo uma maior resiliência das infraestruturas (PNI 2030).						
Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (Portugal 2020; Lisboa 2020; PNI 2030; RNC 2050; PNEC 2030), em particular nos setores agrícolas, alimentar e florestal (PDR 2020).						
Adotar uma cultura transversal de adaptação, através da implementação da adaptação baseada nos ecossistemas, da definição de um enquadramento estratégico e operacional e da proposição de soluções de adaptação (PMAAC-AML).						
Capacitar a comunidade e as instituições para a adaptação às alterações climáticas (PMAAC-AML).						
Diminuir as áreas urbanizáveis em zonas ameaçadas pelas cheias (POSEUR).						

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Divulgar junto das populações o risco de inundações em zonas ameaçadas pelas cheias de modo a que seja possível salvaguardar bens, pessoas e animais (POSEUR).						Até 2020 (ENE 2020): - Reduzir para 74% da dependência energética exterior e em 25% nas importações de energia. Até 2030 (PNI 2030; PNEC 2030): - Alcançar 47% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo bruto final de energia. Até 2050 (PNEC 2030): - Redução de 35% no consumo de energia primária. Até 2020 (POSEUR): - Travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistémicos e recuperar essa biodiversidade e esses mesmos serviços. Até 2020 (PNUEA; POSEUR): - Atingir uma eficiência do uso da água de 80% para o setor urbano, 65% para o setor agrícola, 85% para o setor industrial. Até 2020 (PENSAAR 2020): - Garantir a acessibilidade física do serviço de saneamento a 100% dos alojamentos;
Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais e reduzir a sua incidência no território, educando e sensibilizando as populações (PIDFCI; PROFLVT).						
Desenvolver programas e incentivo de ações que promovam a eficiência energética (ENE, PAESP, RNC 2050; PNEC 2030).						
Reduzir a dependência energética do País face ao exterior através da utilização sustentável de recursos endógenos para a produção, apostando nas FER e assegurando a garantia da segurança no abastecimento através da diversificação do “mix” energético (PETI3+; PNEC 2030), de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos (ENE).						
Continuar a desenvolver o <i>cluster</i> industrial associado à promoção da eficiência energética e consolidar o <i>cluster</i> das energias renováveis (ENE; PAESP).						
Melhorar o desempenho energético dos edifícios e a eficiência energética de equipamentos urbanos e domésticos, promovendo mecanismos que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes (RNC 2050).						
Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável por parte de incentivos municipais específicos em conformidade com os incentivos de ordem nacional, como os apoios à microgeração e de aquecimento solar, promovendo a utilização de tecnologias limpas à escala local (PNEC 2030; PAESP).						
Gerir os recursos naturais de forma sustentável valorizando o capital natural (Portugal 2020, PNPOT, Lisboa 2020; PNI 2030; POPNA; PORNES) e promovendo a eficiência do metabolismo regional e urbano (PNPOT).						
Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade (PSRN2000; ENCNB; POPNA; PORNES; ET2027).						

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território (PSRN2000; ENCNB; POPNA; PORNES).						- Melhorar em 20% a qualidade das massas de água face a 2011. Até 2030 (PNI 2030): - Melhorar o estado das massas de água: 100% das massas de água com qualidade “Bom ou Superior” em 2027. Até 2020 (PERSU 2020+): - Reduzir para 35% a deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis, comparativamente a 1995; - Aumentar para 50% a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem; - Assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/hab/ano. Até 2030 (PNI 2030): - Aumentar a incorporação de resíduos na economia: 86%; - Reduzir em 30% a dependência de materiais importados e extraídos, relativamente a 2013.
Acautelar os impactos sobre os valores naturais pela muita elevada pressão turística, urbanística e de recreio, partindo de um correto ordenamento do território que garanta a diversidade e o mosaico da paisagem e um adequado manejo das atividades, agrícolas, silvícolas e pastoris (PSRN2000; PDR 2020; POPNA; PORNES).						
Assegurar a defesa dos valores naturais e a existência de áreas mais sensíveis na escolha de locais de implantação de infraestruturas, de acessos viários e circulação pedonal, implementando também medidas de salvaguarda das arribas em relação à erosão potenciada pelas atividades agrícolas, desenvolvidas sobranceiramente à crista e dando prioridade ao combate às espécies não autóctones com carácter invasor (PSRN2000; POSEUR; PDR 2020; POPNA; PORNES).						
Reabilitar solos degradados e controlar os processos de erosão em áreas ardidas (POSEUR).						
Desenvolver ações específicas de conservação e gestão espécies, habitats e ecossistemas (ENCNB; PIDFCI; PDR2020; PROFLVT).						
Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (Portugal 2020; Lisboa 2020; PDS).						
Apoiar e estimular a competitividade e a inovação (PNI 2030).						
Promover o investimento (PDS) a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais (PDR 2020).						
Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego (Portugal 2020; Lisboa 2020; PDS) e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (Portugal 2020; Lisboa 2020).						
Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (Portugal 2020; Lisboa 2020; PNPOT; PDS), promover o desenvolvimento económico das zonas rurais (PDR 2020) e adequar as respostas às necessidades de lazer e de ocupação dos tempos livres nas áreas rurais e isoladas do concelho (PDS).						

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Melhorar o acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (Lisboa 2020; POSEUR; PNPOT; PDS).						Até 2023 (PDR 2020): - Despesas para as 3 ações: «Transferência de conhecimentos e ações de informação» + «serviços de aconselhamento» + «cooperação» em relação às despesas totais do PRD: 2,56%; - Explorações agrícolas com apoio de um PDR para investimentos na reestruturação ou modernização: 2,08% - Explorações agrícolas com planos de desenvolvimento empresarial/investimentos para jovens agricultores ao abrigo do PRD: 2,72%; - Explorações agrícolas apoiadas ao abrigo de regimes de qualidade, mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, e agrupamento/organizações de produtores: 2,97%.
Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (Lisboa 2020; PNPOT; PDS).						
Promover estilos de vida saudáveis e garantir a valorização e participação das pessoas da população sénior nos processos de mudança social, valorizando os laços intergeracionais (PDS).						
Desenvolver estratégias de prevenção ao nível do insucesso e abandono escolar (PDS).						
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos (POSEUR; PMQARLVT).						
Implementar medidas e monitorização do risco (POSEUR).						
Prevenir a produção e perigosidade dos resíduos urbanos e reduzir a sua deposição em aterro, aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos recicláveis, valorizar economicamente os recicláveis e outros materiais (POSEUR; PERSU 2020+).						
Promover uma política integrada de gestão que aumente a coerência e articulação das políticas dirigidas para os diferentes tipos de resíduos (PERSU 2020+).						
Fomentar boas práticas para reduzir emissões atmosféricas de partículas em suspensão (PMQARLVT).						
Alargar a atividade turística sustentável a todo o território e a todo o ano, promovendo o turismo como fator de coesão social e atingindo os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor (ET2027).						
Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local (ET2027; POPNA; PORNES).						

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado (POSEUR; PNPOT) e reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna e da promoção da qualidade urbana (PNPOT).						
Adotar medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, reduzir a poluição do ar e promover medidas de redução de ruído (Lisboa 2020; POSEUR).						
Concessionar apoio � regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (Lisboa 2020; POSEUR) e reforçar o associativismo e as redes de parceria na área do desenvolvimento rural (PDS).						
Evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento (POPNA; PORNES).						
Assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes (POSEUR) e reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícolas, das pescas e da aquicultura (Portugal 2020; Lisboa 2020).						
Melhorar a viabilidade das explorações e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e promover tecnologias inovadoras nas explorações agrícolas e a gestão sustentável das florestas (PDR 2020; POPNA; PORNES).						
Promover as cadeias alimentares, incluindo o processamento e a comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão do risco na agricultura (PDR 2020).						
Aumentar a eficiência energética no transporte por via da renovação de equipamentos e da introdução de medidas de melhoria, bem como estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes, como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual (RNC 2050).						
Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável (Portugal 2020; Lisboa 2020; PMQARLVT) e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas (Portugal 2020).						
Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens (PETI3+; PNI2030; POSEUR; PNPOT; ET2027).						

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	FCD					Metas relevantes
	#1	#2	#3	#4	#5	
Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas e a criação de emprego e potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo, promovendo a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas (PETI3+).						
Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira (PETI3+).						
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições (POSEUR; POPNA; PORNES; PIDFCI).						
Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação e mobilização da sociedade civil para a conservação do património natural presente (POPNA; PORNES).						

Anexo IV - Lista de Entidades Relevantes para Consulta e Agentes Relevantes e Responsabilidades

Entidades relevantes definidas pelo Decreto-Lei nº232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio

[Consulta prevista no seu Art.º 7º]

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (que integra as atribuições da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. e Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

Municípios de Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Benavente, Moita, Montijo, Sesimbra, Setúbal e Vendas Novas

Outras entidades recomendadas (incluindo as entidades da Comissão de acompanhamento da revisão do PDM de Palmela⁷¹)

Amarsul, S.A.

Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal

Autoridade Florestal Nacional

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Direção Geral de Energia e Geologia

Direção Geral do Património Cultural

Direção Geral do Território

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa

Infraestruturas de Portugal, S.A.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.

⁷¹ Definidas em Diário da República pelo Aviso n.º 2840/2013, de 27 de fevereiro.

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.
Operadores de Transportes
Organizações Não-Governamentais de Ambiente (Olho Vivo, Quercus, LPN e Geota)
Redes Energéticas Nacionais, S.A.
Simarsul, S.A.
Turismo de Portugal, I.P.

Quadro 40 – Agentes relevantes e responsabilidades para o processo de planeamento.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
Autoridades locais e órgãos representativos	CMP ⁷²	Elaborar os planos necessários à realização das atribuições municipais. Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições do município. Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução. Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos do cidadão. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central. Assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município. Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal. Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central. Administrar o domínio público municipal. Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município. Deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada.

⁷² Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
	Juntas de Freguesia⁷³ • Palmela • Pinhal Novo • Quinta do Anjo • União de Freguesias de Poceirão e Marateca	Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade. Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local. Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Participar no processo de elaboração e colaborar na discussão pública, nos termos acordados com a CMP, dos PMOT. Facultar a consulta pelos interessados dos PMOT. Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia. Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Gerir e manter equipamentos desportivos de âmbito local.
	Área Metropolitana de Lisboa ⁷⁴	Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana. Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido. Participar na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano. Assegurar a articulação das atuações entre municípios e os serviços da administração central nas áreas definidas na alínea 2 do artigo 67º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.
Administração Pública	APA, I.P. ⁷⁵	Acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da AIA e da AA de planos e programas. Promover e garantir a participação pública, a cidadania ambiental e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria de ambiente. Promover a educação, formação e sensibilização para o ambiente e desenvolvimento sustentável. Promover o acompanhamento e apoio às ONGs de ambiente.

⁷³ Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

⁷⁴ Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

⁷⁵ Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		Propor e acompanhar, em articulação com o ICNF as políticas de conservação da natureza e da biodiversidade. Assegurar a proteção, o planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos. Promover o uso eficiente da água e o ordenamento dos usos das águas. Estabelecer e implementar programas de monitorização dos recursos hídricos. Promover uma política de gestão da qualidade do ar, visando a proteção da saúde pública e a qualidade de vida das populações. Assegurar o exercício de competências próprias de licenciamento, da emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos. Garantir a adopção das medidas necessárias à proteção da saúde humana e do ambiente, elaborar e adotar quadros de referência para a gestão de riscos, designadamente assegurando a consideração dos riscos tecnológicos nos instrumentos de planeamento territorial.
	ICNF, I.P. ⁷⁶	Articular as políticas de conservação da natureza, biodiversidade e florestas com os diversos instrumentos de OT e cooperar com outros serviços e organismos na concretização de quaisquer políticas ou programas nestes domínios. Apoiar a formulação da política de conservação da natureza e biodiversidade e garantir o cumprimento dos objetivos decorrentes dos seus regimes, em articulação com a APA. Contribuir para a definição dos instrumentos de financiamento do investimento nos domínios da conservação da natureza e da floresta e proceder ao acompanhamento da sua concretização. Assegurar a elaboração, aprovação, execução e monitorização dos planos de gestão florestal e de outros instrumentos de planeamento e proceder à regulação e licenciamento da ocupação florestal dos solos. Fomentar o potencial produtivo dos povoamentos florestais e a certificação da sua gestão. Promover a articulação e a integração dos objetivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais. Promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas.
	Autoridade Nacional de Proteção Civil ⁷⁷	Assegurar e apoiar a atividade de planeamento de emergência de proteção civil para fazer face, em particular, a situações de acidente grave, catástrofe, crise ou guerra.

⁷⁶ Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio.

⁷⁷ Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		Promover o levantamento, previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro. Proceder à regulamentação e assegurar a implementação do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios. Acompanhar todas as operações de proteção e socorro, no âmbito local. Assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro. Orientar, coordenar e fiscalizar a atividade dos corpos de bombeiros. Promover e incentivar a participação das populações no voluntariado e todas as formas de auxílio na missão dos bombeiros.
	Direção Geral do Território ⁷⁸	Intervir nos procedimentos de AA e na elaboração, acompanhamento, execução e compatibilização dos IGTs. Dinamizar, acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as práticas de gestão territorial no âmbito local, promovendo a concertação dos procedimentos e dos critérios técnicos aplicáveis e a divulgação de boas práticas. Assegurar, em colaboração com as demais entidades competentes, a articulação da política de OT e de urbanismo com as políticas setoriais.
	Direção Geral do Património Cultural ⁷⁹	Elaborar, em articulação com as respetivas direções regionais de cultura, planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauro e valorização, em imóveis classificados ou em vias de classificação do Estado, bem como proceder à respetiva fiscalização ou acompanhamento técnico. Assegurar a gestão e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico que lhe esteja afeto e promover, executar e fiscalizar as obras ou intervenções necessárias a esse fim. Participar, nos termos da lei, nos procedimentos de AIA e na elaboração dos IGTs. Fomentar e acompanhar a execução de atividades de cooperação com outras instituições públicas ou da sociedade civil. Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico. Pronunciar-se sobre o impacto de planos ou grandes projetos e obras, tanto públicos como privados, e propor medidas de proteção e as medidas corretivas e de minimização que resultem necessárias para a proteção do património cultural arquitetónico e arqueológico.

⁷⁸ Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto.

⁷⁹ Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		Celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com autarquias locais e outras entidades tendo em vista a qualificação e gestão de museus.
	CCDR-LVT ⁸⁰	Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentáveis de níveis regional e local. Apoiar tecnicamente autarquias locais e as suas associações. Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos IGTs, assegurando a sua articulação com os IGTs de âmbito nacional e regional. Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.
	Demais Entidades da Administração Pública Regional	Assegurar o cumprimento de regras e regulamentos existentes a nível regional e municipal para as suas áreas de atividade. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial. Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes e a concretizar de acordo com as atribuições definidas por Lei para as suas áreas de atividade. Implementar mecanismos procedimentais que assegurem a cooperação vertical dos níveis hierárquicos de decisão.
Municípios Limítrofes	• Alcácer do Sal • Alcochete • Barreiro • Benavente • Moita • Montijo • Setúbal • Vendas Novas	Assegurar uma atuação articulada entre municípios e entre municípios e serviços da administração central nas demais áreas de atividade e processos de planeamento.
Serviços Públicos e Privados	Operadores de Transportes (CP ⁸¹ , Transportes Sul do Tejo ⁸²)	Garantir qualidade e segurança no serviço público prestado. Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa. Prestar serviços de transporte rodoviário de passageiros.

⁸⁰ Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de outubro.

⁸¹ <https://www.cp.pt/passageiros/pt>

⁸² <https://www.tsuldotejo.pt/>

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		Assegurar o adequado nível de mobilidade a todos os agentes. Contribuir para a qualidade de vida das populações onde os respetivos serviços são operados.
	Município de Palmela e Simarsul ⁸³	Conceber, construir e gerir o sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água e escoamento de efluentes do Concelho de Palmela. Assegurar o abastecimento público de água ao município de Palmela. Assegurar a rede de águas residuais urbanas e pluviais em baixa. Manutenção das redes de drenagem de águas residuais. Prestar todas as informações necessárias e obrigatórias às entidades reguladoras e outras.
	Demais entidades de prestação de serviços públicos e privados (sociais, saúde, emprego, educação, ambiente, resíduo, etc.)	Prestar apoio social e serviços de saúde, formação profissional e educação. Assegurar o cumprimento das regras e regulamentos existentes, a nível municipal, para as suas áreas de atividade. Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes.
Agentes Económicos	Privados com investimentos no município de Palmela	Apostar no enriquecimento económico local pela comercialização de produtos e promoção do território municipal. Fortalecer a confiança de investidores para o desenvolvimento económico local. Assegurar o cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais.
	Demais empresas sediadas no município	Assegurar o cumprimento do princípio do poluidor-pagador resultante do exercício das atividades desenvolvidas. Assegurar responsabilidade de participação ativa nos processos de planeamento e desenvolvimento do território. Cumprimento dos dispostos legais existentes para a sua área de atividade e funcionamento.
Associações		Assegurar responsabilidade de participação ativa nos processos de planeamento e desenvolvimento do território e reconversão de territórios degradados. Cumprimento dos dispostos legais presentes nos diplomas que estabelecem o regime jurídico do associativismo municipal e autárquico.

⁸³ https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/document/file/2073/Edital_n_69_DAF-DAG_2012.pdf

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
Outros agentes de interesse	ONGs Municípios Órgãos de Comunicação Outros	Assegurar o cumprimento das diversas políticas municipais (regras e regulamentos para as suas áreas de atividades). Divulgação de informação a todos os agentes existentes. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.

ANEXO V - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DA AAE

No âmbito da AAE do PDM de Palmela foi realizada apenas uma sessão de envolvimento de agentes com interesse. Essa sessão teve lugar no dia 8 de janeiro de 2009, na Escola Secundária de Palmela, em Palmela, e teve como objetivo realizar uma discussão participada de enfoque sobre problemas e prioridades no município de Palmela relativos às questões ambientais e de sustentabilidade, realizado no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica e Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Palmela.

Para este evento foram convidadas várias entidades com relevância no concelho, bem como vários particulares, e contou com cerca de 72 participantes, provenientes de 30 entidades.

Não houve outras sessões uma vez que o processo de desenvolvimento deste PDM foi muito atípico, a equipa do PDM deixou de procurar a equipa de AAE e não houve oportunidade de prosseguir a integração dos dois processos tal como realizada até outubro de 2011.

Neste Anexo dá-se conta dos resultados obtidos com esta sessão trabalho com os principais atores interessados.

Objetivos do Workshop

O workshop pretendeu estimular o envolvimento participativo da comunidade no planeamento municipal como contributo para a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal (PDM) de Palmela, tendo-se processado com base em discussões temáticas em torno das principais problemáticas e desafios colocados ao PDM. Os objetivos deste workshop consistiam em:

- Envolver a comunidade e as entidades relevantes na discussão de visões alternativas para o desenvolvimento sustentável do concelho, segundo temas e problemáticas importantes para o PDM e para a AAE;
- Recolher contributos sobre perspetivas estratégicas sobre o futuro de Palmela e assim enriquecer a AAE do PDM de Palmela.

Estrutura do Workshop

O workshop dividiu-se em duas sessões de trabalho:

- Efetuou-se primeiramente uma **sessão plenária** em que se apresentaram os objetivos da sessão de trabalho, o processo de AAE, os seus objetivos e metodologia, tendo-se seguido a apresentação das prioridades estratégicas do PDM de Palmela, por parte da Câmara Municipal de Palmela (CMP). Esta primeira parte da sessão de trabalho terminou com a explicação das regras de funcionamento dos Grupos de Discussão Temáticos que se seguiriam.

- Na segunda parte da sessão de trabalho foi pedido aos participantes que se dividissem **em grupos de discussão** de acordo com cinco temas: Conservação da Natureza, Ruralidade, Cultura, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Económico. O objetivo dos grupos consistia em discutir e identificar os principais desafios (visões alternativas, objetivos, problemas, prioridades) relativos ao tema em discussão. A discussão em grupos contou com a presença de um moderador, tendo decorrido durante cerca de 1 hora.

Presenças

O workshop contou com a presença de 72 participantes, apresentados abaixo:

GRUPO TEMÁTICO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	
NOME	ENTIDADE
Raquel Rosário	AFLOPS
Cláudia Bandeiras	ADREPES
Panaiba	ENA
Cláudia Cardoso	CMP
Fernando Coelho	PS
Aida Soares	CMP
GRUPO TEMÁTICO CULTURA	
Ana Paula Ruas	CMP
Calado Mendes	CMP
Pedro Chula	CMP
Ana Manta	CMP
GRUPO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	
António Pombinho	CMP
Cristina Daniel	CMP
Mariana Gonçalves	Rio Frio
António Cardoso	CISED-Território
Jorge Prazeres	Paypiso
José Diogo	ADREPES
Luís Durand	ETHICONSULTING
Octávio Carmo Costa	FIAPAL
António Capoulas	AERSET
Maria do Carmo Guilherme	CMP

GRUPO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Leandro de Almeida	Associação de Moradores Marquesa II-1ªFase
Carlos Cacoete	CMP
Manuel Durães	CMP
João Cacoete	Particular
Pedro Graça	CMP
Bilvano Marques Salgado	Particular
José Verdasca	Particular
Cristiano Brito Santos	Associação de Moradores Marquesa V
Joaquim Simão	Associação de Moradores Marquesa V
Miguel Martinho	Administração conjunta Marquesa I e III
Maria Natividade Coelho	Particular
Jorge Carvalho	Administração Conjunta Pinha F. 2,3,4,5
João Fonseca	Administração Conjunta Quinta Pinhal Formas
João Baneira	Administração Conjunta Quinta Pinhal Formas
José Francisco Baptista	BACAL
Gonçalo Baptista	BACAL
João Alexandre Rocha	Administração Conjunta Quinta do Tomé
Vítor Manuel Pereira	Administração Conjunta Quinta do Tomé
João Faim	CMP
Constantino Modesto	Paexpo
Ana Isabel Vilão	CMP
Mário Felício	CMP
Pedro Balejo	CMP
Marisa Pereira	CMP
Cláudia Ramos	CMP
Mário Nery	Projectal
Mário Pereira	ETHICONSULTING
Luís Benzinho	CMP
Margarida Gil	CMP
Fernando Rolo	CMP
Vítor Borrego	Assembleia Municipal de Palmela
Faustino Fernandes	Administração AUGI Brejos Carreteiros
Eunice Tones	CMP-GRCH
Serafim Matos Vaz	Administração Conjunta Marquesa II-2ªFase

José Farinha Maneos	Administração Conjunta Marquesa II-2ªFase
Carla Piteira	CMP
Ana Coelho	CMP
Bruno Marques	CMP
Rui Farinha	CMP
Daniel Rodrigues	CMP
Álvaro Amaro	Junta Freguesia Pinhal Novo
Jorge Moura	CMP
Cátia Madeira	CISED-Território
GRUPO TEMÁTICO RURALIDADE	
Faustino Santos	Junta Freguesia Marateca
José Silvério	Junta Freguesia Poceirão
Paula Grilo	Junta Freguesia Poceirão
Manuela Sampaio	ADREPES
Lúcio do Rosário	Autoridade Florestal Nacional
Carlos Batalha	CMP
Adelino Chapa	CMP
Isabel Conceição	CMP
João Pinóia	Cooperativa Palmela

O nível de participação no workshop mostrou-se bastante elevado tendo estado representadas cerca de trinta entidades diferentes, entre associações de moradores, empresas, organizações não governamentais e elementos da Administração Local. De salientar a elevada adesão por parte dos funcionários da Câmara Municipal de Palmela. Na Figura 55 apresenta-se a distribuição por tipologia de entidade dos participantes na sessão de trabalho.

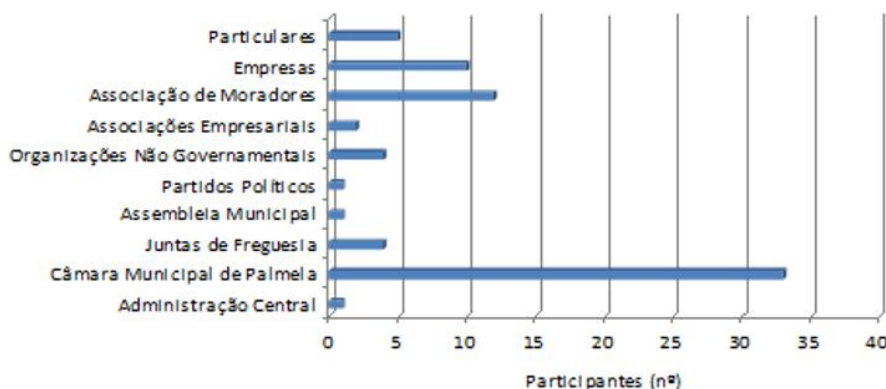


Figura 55 – Número de participantes na sessão de trabalho por tipologia de entidade.

No que se refere à distribuição dos participantes pelos grupos temáticos propostos (Figura 56) verificou-se uma clara dominância do tema Desenvolvimento Urbano, tendo os restantes participantes sido distribuídos de forma mais ou menos equitativa pelos restantes grupos.

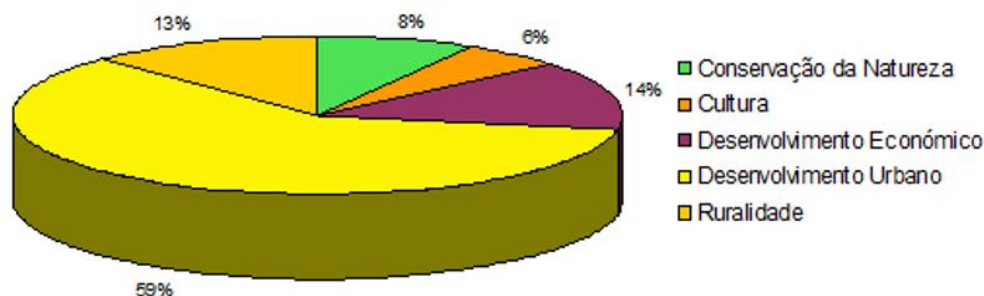


Figura 56 - Distribuição dos participantes da sessão de trabalho, por grupo temático.

Apresentam-se de seguida um resumo dos principais resultados obtidos por grupo temático de discussão, no que se refere às prioridades de ação para o desenvolvimento sustentável de Palmela, apontadas pelos respetivos participantes.

Resultados das Sessões de Trabalho

Grupo Temático *Conservação da Natureza*

A sessão referente ao tema Conservação da Natureza contou com 6 participantes oriundos de diferentes sectores da sociedade (ONGs, Autarquia, Partidos Políticos, etc.) tendo sido apontadas as seguintes áreas de atuação estratégica:

- Conservação e Gestão dos Recursos Naturais: área estratégica que elege a conservação e gestão dos recursos hídricos (proteção dos aquíferos; proteção e conservação das linhas de água e utilização racional da água) como uma das medidas de implementação prioritária. A gestão sustentável e

responsável dos recursos naturais concelhios, nomeadamente através da monitorização da biodiversidade do Concelho é igualmente apontada como uma área de atuação prioritária. Foram ainda feitas algumas considerações sobre a necessidade de aumentar o controle sobre a abertura de furos por particulares e à boa qualidade do ar que se respira nalgumas zonas do Concelho.

- Criação de uma Rede Municipal de Áreas Protegidas: aposta na manutenção e melhoria da conectividade das áreas estruturantes de conservação (Arrábida/Tejo/Sado) através da preservação das estruturas naturais que asseguram essa conectividade; elegeu-se igualmente a proteção da paisagem como uma das áreas de atuação prioritária, referindo-se por último a identificação clara e delimitação dos espaços naturais e da sua hierarquia de importância (em termos internacionais, nacionais, regionais e municipais) como uma ação fundamental a desenvolver nesta área. Foram igualmente apontadas como essenciais a existência de uma cultura de planeamento estratégico que assegure a compatibilização entre espaços naturais e atividades económicas e a importância de promover a participação dos cidadãos na gestão das áreas protegidas.

- Preservação do Mundo Rural: comporta a preservação das atividades rurais; a manutenção de adequados padrões e extensão de espaços rurais com atividades tradicionais e de carácter inovador que assegurem a sua sustentabilidade (agricultura; floresta; pastorícia; recreio e lazer).

Grupo Temático Cultura

A sessão referente ao tema da Cultura contou com 4 presenças, todas elas oriundas da Câmara Municipal de Palmela, embora de departamentos e hierarquias distintas. Tendo em conta o potencial enviesamento de perceção resultante dessa homogeneidade institucional, os participantes decidiram, de forma unânime, privilegiar as suas perspetivas de cidadãos em detrimento das suas perspetivas exclusivamente profissionais. Neste contexto, e no seguimento da metodologia adotada, concluiu-se sobre as seguintes áreas de atuação estratégica para a Cultura:

- “A Cultura no Coração da Ação Política”: área estratégica que engloba todas as outras e que se refere à necessidade de desenvolver um modelo de desenvolvimento local assente num paradigma cultural para o Concelho;

- Reforço do Turismo de Base Local: comporta a valorização e exploração turística dos recursos culturais, nos quais se incluem os recursos naturais (e.g. Parque Nacional da Arrábida) e a fileira de produtos naturais (e.g. hortofrutícolas, agrícolas, pecuários);

- Cooperação Territorial: pressupõe o aproveitamento e reforço da centralidade de Setúbal na sua dimensão cultural;

- Valorização do Património: tem subjacente o apoio à conservação e dinamização do património histórico, em particular a revitalização do centro histórico de Palmela;

- Reforço das identidades Locais: pressupõe a valorização das identidades locais e a formação de novos públicos e elites culturais, numa perspetiva de integração dos valores tradicionais com as dinâmicas culturais contemporâneas (potenciação das identidades locais).

Grupo Temático *Desenvolvimento Económico*

A sessão referente ao tema Desenvolvimento Económico contou com 10 presenças, representativas de diferentes atividades e sectores económicos, tendo contado igualmente com a presença de um representante do sector automóvel do Concelho. Foram apontadas as seguintes áreas de atuação estratégica:

- Aposta no Sector Primário: compreende a definição de um Programa de Desenvolvimento do Sector Primário (Vitivinicultura, hortifruticultura, etc.) com o objetivo de assegurar o aumento da competitividade deste sector no Concelho. Este programa comporta igualmente uma forte aposta na promoção da certificação dos produtos locais.

- Pólo de Competitividade Automóvel e Mobilidade: área estratégica que parte do reconhecimento da importância atual do sector automóvel no Concelho como alavanca para a criação de um polo de competitividade que abranja a conceção e desenvolvimento de produtos, alicerçados num centro de engenharia de excelência neste domínio, e na promoção da fixação da cadeia de fornecedores da AutoEuropa. Este Pólo estaria igualmente orientado para a fixação das novas indústrias relacionadas com a mobilidade sustentável.

- Qualificação dos Agentes que Participam na Atividade Económica: contempla a qualificação do potencial humano do Concelho, através da aposta na formação profissional associada às principais atividades económicas existentes e previstas (fileira automóvel; “produtos da terra” e turismo).

- Diversificação da Economia Local: pressupõe o desenvolvimento e qualificação das PME's e da inteligência de base regional e local como condição fundamental para a diversificação da matriz económica concelhia. A aposta no reforço e qualificação da oferta turística existente, associada a uma qualificação dos produtos locais associados à marca Palmela (queijo; vinho; etc.), o aproveitamento da riqueza patrimonial do Concelho para a criação de rotas turísticas e a consolidação da base industrial já existentes, foram apontados como essenciais para a concretização deste desiderato.

- Promoção de Condições de Sustentabilidade para o Desenvolvimento Económico: aposta na criação de condições essenciais à sustentabilidade do desenvolvimento económico concelhio, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da eficiência energética; a uma garantia de mobilidade e acessibilidade (sobretudo no que diz respeito à rede de 2ª nível); à preservação do património cultural e natural e ao ordenamento urbano dos polos de atividades económicas, urbanas e industriais.

Grupo Temático *Desenvolvimento Urbano*

A sessão referente ao tema Desenvolvimento Urbano contou com 43 presenças, provenientes sobretudo de associações de moradores de AUGIs, cidadãos a título individual, empresas projetistas e consultoras, juntas de freguesia e elementos da Câmara Municipal de Palmela. A discussão realizada permitiu apontar as seguintes áreas de atuação estratégica:

- Reestruturação do Sistema Urbano: pressupõe a extinção dos loteamentos ilegais; a redelimitação fundamentada dos perímetros urbanos; a contenção da dispersão urbana em meio rural, nomeadamente através da recuperação do tecido urbano existente em detrimento da construção nova e a promoção do equilíbrio urbano-rural através da integração das zonas rurais no sistema urbano

- Requalificação Urbana: tem subjacente a necessidade premente da imposição de uma política de reabilitação do espaço construído em oposição à necessidade de construção nova. De notar o estabelecimento da noção de “reconstruir” como desejo de manutenção da identidade local. Foram apontados como aspetos críticos nesta área estratégica a qualificação das AUGI; o favorecimento da deslocação do peão em meio urbano; a promoção de um espaço público multifuncional e equitativo e a criação / qualificação de espaços verdes de utilização coletiva, nomeadamente um Parque Urbano multifuncional em Pinhal Novo e nas AUGI. Por fim de salientar a referência à manutenção das especificidades do Concelho, através da preservação do património construído existente.

- Cidade Sustentável e Multifuncional: as prioridades estabelecidas apontam para o desejo de adotar um modelo de cidade sustentável, apoiado num sistema de transportes e acessibilidades sustentáveis potenciado pelo uso de TC e redução das distâncias nas viagens quotidianas e pela criação de centralidades à escala local.

- Reforço da Mobilidade à Escala Concelhia: pressupõe a criação / reforço da rede de transporte coletivo, a melhoria das infraestruturas de acessibilidade, nomeadamente dos aceiros em meio rural, o reforço do acesso aos nós viários (Rodo e Ferro) da rede primária (acessos às AE, Estações de Caminhos de Ferro) e igualmente a melhoria do acesso aos equipamentos de utilização coletiva.

- Não Comprometimento dos Valores Naturais: compreende a necessidade de preservação dos valores naturais do concelho, abandonados e ameaçados em primeira linha pela dispersão urbana. Como combate a esta realidade foi sugerida a externalização dos custos de infraestruturização. De destacar ainda o facto de ter sido especificamente mencionado o património rural como algo a defender e preservar e igualmente o assegurar da criação de corredores verdes articulados com a rede de transportes e de equipamentos.

- Desenvolvimento Económico Multifuncional: que tem subjacente o reforço da indústria, nomeadamente do Parque Industrial das Carrascas; o incentivo à criação de emprego e aposta num tecido económico multifuncional.

- Sustentabilidade dos Mecanismos de Execução e Financiamento Municipal: que tem subjacente a concretização de mecanismos de financiamento público municipais independentes da expansão urbana

(“economia do betão”), promovendo a sustentabilidade económica do Concelho. Foi igualmente referido a adoção de mecanismos perequacionados de execução.

- Melhoria da Qualidade Ambiental: comporta o reforço das infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais; a requalificação da rede hidrológica e a salvaguarda face ao ruído bem como a melhoria da qualidade do ar nos núcleos urbanos e o reforço do sistema de recolha e tratamento de resíduos.

- Investimento e Adequação dos Equipamentos de Ensino, Saúde e Segurança: esta área estratégica aposta na adequação do dimensionamento e localização dos equipamentos sociais; a criação de equipamentos de ensino básico nas AUGI; o reforço do sistema de equipamentos de ensino existente, nomeadamente no ensino secundário e igualmente o reforço dos serviços de saúde primários. Foi igualmente mencionada a importância de reforçar a segurança em meio urbano.

Grupo Temático *Ruralidade*

A sessão referente ao tema Ruralidade contou com 9 presenças, representativas de associações de desenvolvimento rural, juntas de freguesia e organismos da administração local e central relacionados com a temática. As áreas estratégicas eleitas para este tema consistiram em:

- Valorização da Atividade Agrícola: através do incentivo à atividade agrícola, recorrendo a instrumentos fiscais, por exemplo, discriminando positivamente todos os proprietários que acima de determinada área de terreno, cultivem efetivamente as suas propriedades.

- Valorização do Espaço Rural: pressupõe a preservação da paisagem rural (através da defesa da identidade da paisagem e do combate à especulação fundiária); a organização da propriedade (contrariando a divisão da propriedade abaixo de determinados limiares) e a criação de infraestruturas, equipamentos e serviços em espaço rural (nomeadamente através da melhoria das acessibilidades e dos serviços de apoio às populações rurais). A criação de uma bolsa de arrendamento rural constituída por terrenos abandonados ou incultos foi apontada como um contributo para a sustentabilidade da agricultura e para a qualificação do território rural.

- Valorização dos Produtos Locais: comporta a promoção de novas formas de escoamento dos produtos da terra; a aposta na produção de produtos de maior qualidade, promovendo a adesão a esquemas de certificação e a identificação de mercados-alvo para os produtos competitivos. A promoção de abordagens em termos de gestão da fileira numa ótica de consumo – produção foi igualmente apontada como prioritária. Esta área estratégica pressupõe igualmente a criação de um polo aglutinador da produção local (produtos hortofrutícolas; doces e mel) para tratamento e distribuição ao comércio e a promoção de ações de formação e sensibilização nas áreas do associativismo e do marketing territorial.

- Turismo, Sustentabilidade e Espaço Rural: tem subjacente a aposta nas atividades turísticas relacionados com o espaço rural, o que se poderia concretizar através da criação de espaços nas explorações que pudessem ser utilizados para lazer e turismo com oferta de refeições e dormida e onde pudessem ser comercializados os produtos da região.

Considerações Finais

Todos os resultados foram considerados no Relatório de Fatores Críticos de Decisão e no Relatório de Opções Estratégicas.

ANEXO VI - OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Em outubro de 2011 foi elaborado o Relatório de Avaliação das Opções Estratégicas.

Este relatório destinou-se a apresentar os resultados do primeiro nível de avaliação das oportunidades e riscos das opções estratégicas preconizadas no Plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD, definidos no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão de dezembro de 2008.

Destinou-se igualmente a informar a equipa de planeamento do PDM de Palmela sobre oportunidades de melhoria com vista à integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases subsequentes de planeamento do PDM, nomeadamente na concretização do modelo de ordenamento, de acordo com os resultados obtidos na primeira fase de AAE.

Nas situações em que as estratégias propostas pelo PDM, ou ausência destas, configuram riscos importantes para o desenvolvimento sustentável do Concelho, são geradas opções estratégicas, devidamente avaliadas por FCD. No Quadro 41 apresentam-se as opções estratégicas propostas. A geração destas opções contou com os contributos produzidos na sessão pública realizada no dia 8 de janeiro de 2009.

A equipa de AAE desconhece até que ponto os resultados desta avaliação foram considerados no PDM.

Quadro 41 – Estratégias do PDM e Opções Estratégicas.

TEMAS	ESTRATÉGIAS / OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Estrutura Ecológica Municipal	Ausência de estratégia relativamente às zonas inundáveis. Gerir as zonas inundáveis como áreas <i>non aedificandi</i>, ou como áreas não consolidadas.
Ligação Entre Corredores	Aumento da percentagem de verde livre por habitante em sistema urbano – 30/40 m ² /hab. Criar espaços verdes nos aglomerados urbanos e integração dos existentes na estrutura ecológica municipal, assegurando uma solução de continuidade sem fragmentação.
Espaço Rural	Ausência de estratégia para a valorização e modernização do sector primário. Estimular a criação de produtos e mercados especializados de escoamento de proximidade, nomeadamente através da criação de um polo aglutinador da produção local. Promover o alargamento dos perímetros urbanos de alguns aglomerados de modo a adquirir massa crítica. Promover o redimensionamento e reconfiguração dos perímetros urbanos de alguns aglomerados de modo a facilitar a sua densificação.
Clandestinos	Ausência de política relativamente aos clandestinos e problemas ambientais associados. Abordagem caso a caso, tendo em conta custos de infraestruturação e perfil da malha urbana, atuando com firmeza nas situações de injustificável incumprimento da lei recorrendo aos meios legais previstos para o efeito: embargo, coimas e demolição.
Edificação Dispersa	Ausência de estratégia relativa à segunda residência. Estimular a criação de segundas residências como forma de preenchimento de espaços intersticiais em perímetro urbano, desincentivar expansões urbanas motivadas por segundas residências, nomeadamente através de políticas de custos de infraestruturas.

TEMAS	ESTRATÉGIAS / OPÇÕES ESTRATÉGICAS
Ordenamento Espacial da Atividade Económica	Ausência de política ambiental e energética em processos de licenciamento urbano e industrial. Definir uma estratégia ambiental e de sustentabilidade, que inclua o estabelecimento de critérios ambientais para o município dos quais se faça depender o licenciamento municipal urbano e industrial.
Melhoria da qualidade e eficácia das Infraestruturas urbanas	Ausência de estratégias relativas à drenagem e tratamento de águas residuais em meio rural (atividades agropecuárias) nem nas AUGI. Implantar sistemas coletivos locais, ambiental e economicamente viáveis, e específicos para atividades rurais, nos domínios da gestão das águas residuais e dos resíduos.
Eficiência Energética	Ausência de estratégia relativamente à eficiência energética do Concelho. Desenvolver uma estratégia para a eficiência energética e de adaptação e mitigação das alterações climáticas para o Concelho.
Criação de uma Cultura de Concertação Estratégica de Base Territorial	Ausência de estratégias para o envolvimento da comunidade local ou dos agentes económicos na elaboração e posterior implementação do Plano. Promover uma gestão participada em matéria de planeamento e ordenamento do território que complemente e melhore as práticas já em curso de orçamento participativo.
Potencial Humano / Tecido Social	Ausência de estratégia para a fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no Concelho. Promover o estímulo à criação e melhoria de conhecimento nas atividades económicas do concelho e a instalação de atividades económicas intensivas em conhecimento.

Apresentam-se de seguida os resultados da avaliação estratégica dos riscos e oportunidades das estratégias do PDM de Palmela, por Fator Crítico para a Decisão (Quadro 42). A cinzento encontram-se assinaladas as áreas para as quais o PDM não apresenta estratégias explícitas, apresentando-se a verde as opções estratégicas sugeridas pela equipa de AAE para essas áreas.

Quadro 42 – Avaliação Estratégica de Riscos e Oportunidades. Legenda: + Oportunidade; - Risco.

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
MOBILIDADE INTERNA E ACESSIBILIDADE A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Melhorar a mobilidade e a acessibilidade aos núcleos rurais e aos principais nós de acessibilidade evitando o atravessamento de aglomerados urbanos.	+	+	-	+	+
		Promoção da consolidação do tecido urbano e integração das AUGI, com melhoria do sistema e serviços de mobilidade	Reforço da dinâmica económica nos aglomerados servidos	Aumento potencial da fragmentação da paisagem e perturbação de habitats devido à recuperação de aceiros rurais	Reforço da dinâmica socioeconómica em meio rural e redução da iniquidade no acesso a equipamentos	Diminuição do consumo energético e das emissões de CO ₂ do sector dos transportes. Aproveitamento potencial de biodiesel produzido a partir da recolha de óleos alimentares usados no Concelho.
TRANSFERÊNCIA MODAL DO TI PARA TC	Reforçar a oferta de transporte rodoviário coletivo ao longo dos principais eixos viários e entre os aglomerados cuja centralidade se pretende consolidar e/ou afirmar e incentivar as deslocações utilizando meios de transporte leves, elétricos ou mecânicos, não motorizados.	+	+	[sem relação direta]	[sem relação direta]	+
		Atenuação dos efeitos negativos da polarização da rede urbana e aumento dos padrões de mobilidade	Reforço da dinâmica económica nos aglomerados servidos			Diminuição do consumo energético e das emissões de CO ₂ do setor dos transportes.
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	Preservar completa e totalmente a rede ecológica municipal, assegurando ao mesmo tempo a viabilização das atividades económicas tradicionais em meio rural em áreas com interesse ecológico.	+	+	+	+	+
		Qualificação do espaço urbano por melhoria do enquadramento paisagístico e criação de espaços de recreio e lazer	Aumento da competitividade da economia municipal por reforço da atratividade territorial	Salvaguarda dos corredores ecológicos e das áreas com estatuto de proteção	Dinamização económica das atividades ancoradas nos recursos naturais e patrimoniais, atraindo população e viabilizando equipamentos em meio rural	Manutenção dos serviços de sequestro de carbono

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	Apostar na definição de medidas compensatórias que passam por assegurar que o remate urbano vai ocupar áreas de REN no caso de ser adequado, criando-se zonas de REN noutras áreas.	+	[sem relação direta]	+ - Oportunidade de manutenção e requalificação de corredores em áreas em que estes já se encontrem comprometidos. Condicionamento de valores e funções ecológicas	[sem relação direta]	[sem relação direta]
	Assegurar que a Rede Ecológica Estruturante promova a interligação de importantes áreas ecológicas através de corredores ambientais.	[sem relação direta]	[sem relação direta]	+ Manutenção e valorização dos valores naturais e resolução dos estrangulamentos e interrupções dos corredores ecológicos metropolitanos. Redução da fragmentação da paisagem. Diminuição dos riscos de impermeabilização dos solos e degradação dos ecossistemas.	+ Proteção do património paisagístico concelhio.	[sem relação direta]
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	Ausência de estratégia relativamente às zonas inundáveis.	- Potenciação do risco de inundação	- Risco de afetação de áreas empresariais	- Risco de afetação de linhas de água com degradação de galerias ripícolas e impermeabilização do solo com estrangulamento e interrupções de corredores ecológicos	- Potenciação do risco de inundação de comunidades e dos recursos naturais dos quais as suas atividades económicas dependem	[sem relação direta]

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	Integrar as zonas inundáveis enquanto áreas <i>non aedificandi</i> na estrutura ecológica municipal.	+ Redução do risco de inundação e dos custos materiais provocados pelas inundações	+ Redução do risco de inundação e dos custos materiais provocados pelas inundações	+ Libertação de áreas para o estabelecimento de corredores ecológicos com manutenção de funções ecológicas	+ Potencial aproveitamento das linhas de água para recreio e lazer ou em rotas temáticas	[sem relação direta]
LIGAÇÃO ENTRE CORREDORES	Aumento da percentagem de verde livre por habitante em sistema urbano – 30/40 m ² /Hab.	+ Melhoria da qualidade ambiental em meio urbano	[sem relação direta]	+ Oportunidade de criação de espaços de qualidade Risco potencial de afetação da biodiversidade existente em meio urbano e das funções ecológicas destas áreas	+ Oportunidade de criação de espaços de qualidade	+ Oportunidade de criação de sumidouros de carbono
LIGAÇÃO ENTRE CORREDORES	Criar espaços verdes nos aglomerados urbanos e integração dos existentes na estrutura ecológica municipal, assegurando uma solução de continuidade sem fragmentação.	+ Incorporação de valores naturais e ambientais relevantes na matriz urbana, qualificando os aglomerados	+ Qualificação territorial	+ Potenciação da continuidade da estrutura ecológica	+ Potencial aproveitamento das linhas de água para recreio e lazer ou em rotas temáticas	+ Contributo para o balanço de CO ₂ global através de criação de sumidouro
ESPAÇO RURAL	Desconcentrar equipamentos, e serviços ao nível concelhio e reforçar, concentrando e diversificando nos núcleos a nascente	+ Qualificação de núcleos carentes de urbanidade	+ Aumento da competitividade da zona nascente do concelho	[sem relação direta]	+ Redução de situações de iniquidade no acesso a equipamentos por parte das populações a nascente	+ Diminuição do consumo energético e das emissões de CO ₂ do sector dos transportes

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ESPAÇO RURAL	Promover o redimensionamento e reconfiguração dos perímetros urbanos de alguns aglomerados de modo a facilitar a sua densificação.	+ Consolidação do tecido urbano com aumento da capacidade de rentabilização do investimento em infraestruturas	[sem relação direta]	+ Oportunidade de conservação da paisagem rural por eventual diminuição dos conflitos de usos com corredores ecológicos e áreas com estatuto de proteção. Redução da afetação de habitats e da biodiversidade	[sem relação direta]	+ Criação de condições para a existência de um sistema de TC mais eficaz com diminuição dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ dos transportes bem como do edificado.
	Aumentar a massa crítica de alguns aglomerados através da consolidação e densificação dos perímetros urbanos.	+ Consolidação do espaço urbano e do sentido de urbanidade, melhoria do serviço e rentabilização do investimento em infraestruturas	+ Aumento da atratividade para localização de novas empresas e de capital humano	+ Redução da pressão antropogénica sobre o solo não-urbano	+ Potenciação das vivências urbanas e redução de situações de iniquidade social	+ Redução potencial dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ dos transportes e do edificado
	Reduzir ao máximo a capacidade construtiva em meio rural através da definição da dimensão mínima da propriedade e dos índices de construção, com exceções para áreas de ocupação dispersa mais compactas e já infraestruturadas.	+ Inibição do fenómeno de edificação dispersa com consequente redução de recursos, nomeadamente consumo e impermeabilização do solo. Construção em meio rural apenas em áreas infraestruturadas reduz risco de afetação da qualidade ambiental.	[sem relação direta]	+ Redução potencial dos estrangulamentos e interrupções dos corredores ecológicos e dos conflitos de uso com áreas deste tipo	[sem relação direta]	+ Redução potencial dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ do edificado

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ESPAÇO RURAL	Ausência de estratégia para a valorização e modernização do sector primário.	- Abandono do espaço rural favorece o aparecimento de espaços baldios e incultos sujeitos a ocupação clandestina	- Redução da diversidade económica existente no concelho; Manutenção da dependência de emprego; Redução da competitividade económica no sector; Diminuição da resiliência municipal e redução das oportunidades de formação no setor	- Potencial abandono da atividade agrícola favorecendo a perda de biodiversidade	- Abandono do sector primário, perda de dinâmica económica, esvaziamento populacional e exclusão social. Degradação da paisagem rural	- Perda de oportunidade de aproveitamento do potencial energético possibilitado pelo sector primário
	Estimular a criação de produtos e mercados especializados de escoamento de proximidade, nomeadamente através da criação de um polo aglutinador da produção local.	+ Equilíbrio de usos urbano-rural, continuidade do tecido agrícola	+ Redução da dependência do emprego, aumento da competitividade e qualificação dos recursos humanos	+ Valorização das áreas agroflorestais. Promoção da biodiversidade	+ Dinamização económica das atividades ancoradas nos recursos naturais e patrimoniais, atraindo população e viabilizando equipamentos em meio rural	+ Redução da distância de transporte dos produtos, com redução de consumos e emissões neste setor
	Definir estratégias de ordenamento para a zona agroflorestal nascente do concelho.	+ - Oportunidade de criação de núcleos consolidados Riscos de dispersão da ocupação urbana na zona nascente	+ Reforço da competitividade da zona nascente no sector primário e agroturístico	+ Melhoria da compatibilização entre atividades agroflorestais e manutenção das áreas de corredores ecológicos e conservação e gestão de áreas com estatuto de proteção	+ Dinamização económica da fileira florestal e valorização paisagística, atraindo população e viabilizando equipamentos em meio rural	+ Oportunidade de aproveitamento do potencial energético possibilitado pelo sector primário

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
AUGI	Promover a multifuncionalidade de usos e a densificação dos núcleos de AUGI em reconversão com reforço de equipamentos e criando uma rede fina de acessos.	+ Reforço de centralidades e de coerência da rede urbana, com aumento das opções de mobilidade e de aplicação de soluções de infraestruturação	+ Aumento da atratividade territorial	+ Densificação permite redução dos conflitos de uso com áreas de corredores ecológicos e da pressão antropogénica sobre áreas importantes para a conservação da natureza.	+ Redução de situações de iniquidade social	+ Redução potencial dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ por melhoria das condições de acessibilidade a equipamentos e promoção da autonomia local com redução das necessidades de deslocação
CLANDESTINOS	Ausência de política relativamente aos clandestinos e problemas ambientais associados.	- Deterioração da rede urbana municipal, perversão das dinâmicas urbanísticas e degradação ambiental com riscos para a saúde pública	- Inibição da fixação de atividades económicas por consumo de espaço e redução da atratividade territorial	- Destruição irreversível de corredores ecológicos e áreas naturais e das funções ecológicas delas dependentes	- Degradação das vivências urbanas e manutenção de situações de iniquidade social. Degradação da saúde pública por contaminação das águas de consumo	- Aumento do povoamento disperso com consequente aumento dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ e não aproveitamento dos recursos energéticos endógenos por não cumprimento do RCCTE
	Abordagem caso a caso tendo em conta custos de infraestruturação e perfil da malha urbana, atuando com firmeza nas situações de injustificável incumprimento da lei recorrendo aos meios legais previstos para o efeito: embargo, coimas e demolição.	+ Integração e controle de áreas de edificação ilegal, com recuperação e qualificação de espaços funcional e socialmente degradados	+ Aumento da atratividade territorial	+ Redução dos conflitos de uso com áreas de corredores ecológicos e da pressão antropogénica sobre áreas importantes para a conservação da natureza.	+ Redução de situações de iniquidade social	+ Redução potencial dos consumos energéticos e das emissões de CO₂ por melhoria das condições de acessibilidade a equipamentos e promoção da autonomia local com redução das necessidades de deslocação

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
PERÍMETROS URBANOS E CENTRALIDADES	Promover a consolidação e preenchimento dos perímetros urbanos existentes através da multifuncionalidade de usos e da sua densificação e apostar na implantação de equipamentos apenas em centros urbanos e seguindo uma lógica intra ou inter concelhia, apostando na complementaridade.	+	+	+	-	+
		Promoção da urbanidade e identidade dos núcleos existentes, viabilizando a existência de aglomerados urbanos em meio rural	Aumento da atratividade territorial dos centros urbanos	Redução potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológicos e dos conflitos de uso sobre estas áreas	Manutenção de situações de iniquidade social nos centros urbanos que não assistam à implantação de equipamentos	Redução potencial dos consumos energéticos e emissões de CO ₂ por melhoria das condições de acessibilidade a equipamentos e promoção da autonomia local com redução das necessidades de deslocação
EDIFICAÇÃO DISPERSA	Estimular a criação de segundas residências enquanto âncoras de novas áreas urbanas de uso turístico. Evitar a sua dispersão em solo rural.	-	-	-	-	-
	Estimular a criação de segundas residências como forma de preenchimento de espaços intersticiais em perímetro urbano, desincentivar expansões urbanas motivadas por segundas residências, nomeadamente através de políticas de custos de infraestruturas.	+	+	+	[sem relação direta]	+
		Manutenção da tendência da dispersão urbana e construção ilegal com crescente especulação mercado imobiliário e reforço do carácter sazonal e monofuncional destas áreas. Diminuição da qualidade de serviço de infraestruturas e equipamentos.	Risco de aumento da sazonalidade do emprego	Risco de aumento potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológico e sobre áreas naturais.	Potencial inviabilização económica de equipamentos em meio rural	Risco de aumento dos consumos energéticos e emissões de CO ₂ provenientes do sector residencial.
		Densificação e revitalização dos perímetros urbanos com dinamização da vivência urbana e promoção da multifuncionalidade	Multifuncionalidade por inserção em meio urbano promove dinamismo económico	Redução da pressão antropogénica nos espaços não-comprometidos		Redução potencial dos consumos energéticos e das emissões de CO ₂ dos transportes e do edificado

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ORDENAMENTO ESPACIAL DA ATIVIDADE ECONÓMICA	Controlar a proliferação de indústrias fora de sistema urbano e promover o reequipamento e reordenamento destas áreas.	+	+	+	+	+
	Desenvolver polos de atividade económica em articulação com a rede ferroviária.	+	+	[sem relação direta]	[sem relação direta]	+
	Ausência de política ambiental e energética em processos de licenciamento urbano e industrial.	-	-	-	[sem relação direta]	-

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ORDENAMENTO ESPACIAL DA ATIVIDADE	Definir uma estratégia ambiental e de sustentabilidade, que inclua o estabelecimento de critérios ambientais para o município dos quais se faça depender o licenciamento municipal urbano e industrial.	+	+	[sem relação direta]	[sem relação direta]	+
ESPECIALIZAÇÃO	Criar condições atrativas à instalação de empresas associadas à logística industrial e à prestação de serviços especializados de apoio às atividades económicas.	-	+	-	-	+ -
ATRATIVIDADE ECONÓMICA	Promover a fixação de Indústrias de Reciclagem.	+	+	[sem relação direta]	+	[sem relação direta]
	Apostar na modernização do sistema de deposição convencional e seletiva, recolha e tratamento de resíduos.	+	+	[sem relação direta]	+	[sem relação direta]

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ATRATIVIDADE ECONÓMICA	Promover um Modelo de Turismo baseado na exploração dos recursos endógenos do Concelho assente em dois grandes núcleos turísticos de efeito dinamizador e pequenas unidades inseridas em meio rural, apostando na expansão da oferta de campos de golfe.	+ - Localização a nascente promove o equilíbrio territorial do sistema urbano. Contaminação de aquíferos por fertilizantes. Depleção dos recursos hídricos disponíveis.	+ Diversificação das atividades económicas e do emprego. Redução da sazonalidade do turismo e aumento da rentabilidade do sector	+ - Modelo de concentração em AVT configura redução potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológicos e áreas naturais e dos conflitos de uso sobre estas áreas. Contaminação de aquíferos por fertilizantes e depleção dos recursos hídricos disponíveis pode afetar sistemas ecológicos	+ - Dinamização económica do meio e valores rurais e dos valores tradicionais, atraindo população e viabilizando equipamentos em meio rural. Fixação de recursos humanos qualificados Risco de aculturação	+ Ganhos de eficiência energética e redução das emissões de CO ₂ (definição e controle de boas práticas ao nível do licenciamento e operação) e aproveitamento dos recursos endógenos comparativamente com um cenário de dispersão de infraestruturas turísticas
	Melhorar as infraestruturas e os espaços envolventes das áreas de acolhimento empresarial.	+ Reforço de centralidades urbanas multifuncionais com redução de conflitos de uso do solo e qualificação do espaço público	+ Aumento da competitividade da economia concelhia e reforça atratividade à fixação de novas empresas	+ Melhoria da qualidade dos sistemas naturais	+ Melhoria da qualidade ambiental	+ Potencial aumento de eficiência energética
MELHORIA DE QUALIDADE E EFICÁCIA DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS	Promover a racionalização regional do tratamento de efluentes e resíduos.	+ Potenciar o reforço da atratividade de aglomerados dispersos e qualificação urbana com melhoria dos padrões de qualidade ambiental	+ Aumento da competitividade da economia concelhia e reforça atratividade à fixação de novas empresas	+ Melhoria da qualidade dos sistemas naturais	+ Melhoria da qualidade ambiental	[sem relação direta]

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
MELHORIA DE QUALIDADE E EFICÁCIA DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS	Ausência de estratégias relativas à drenagem de águas residuais em meio rural (atividades agropecuárias) e nas AUGI.	- Degradação da qualidade ambiental nestes núcleos e risco de contaminação de aquíferos Conflitos de uso	- Degradação da atratividade territorial	- Risco de degradação dos sistemas naturais	- Risco de degradação da saúde pública por contaminação das águas de consumo	[sem relação direta]
	Implantar sistemas coletivos locais, ambiental e economicamente viáveis, e específicos para atividades rurais, nos domínios da gestão das águas residuais e dos resíduos.	+ Melhoria do acesso a infraestruturas e da qualidade ambiental	+ Melhoria da atratividade territorial	[sem relação direta]	- Salvaguarda da saúde pública	[sem relação direta]
CRIAÇÃO DE UMA CULTURA DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA DE BASE TERRITORIAL	Ausência de estratégias para o envolvimento da comunidade local ou dos agentes económicos na elaboração e posterior implementação do Plano.	[sem relação direta]	[sem relação direta]	- Gestão não participada das áreas de corredores ecológicos e áreas naturais aumenta nível de conflitualidade entre agentes, configurando risco de afetação destas áreas	- Potencial desvalorização dos valores identitários municipais na conceção da estratégia de desenvolvimento concelhia	[sem relação direta]
	Promover uma gestão participada em matéria de planeamento e ordenamento do território que complemente e melhore as práticas já em curso de orçamento participativo.	+ Mobilização dos agentes para a implementação do modelo territorial prosseguido	+ Mobilização dos agentes para a implementação do modelo territorial prosseguido	+ Mobilização dos agentes para a implementação do modelo territorial prosseguido	+ Mobilização dos agentes para a implementação do modelo territorial prosseguido	+ Mobilização dos agentes para a implementação do modelo territorial prosseguido

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
CULTURA	Ausência de estratégia para a conservação das tipologias edificadas características dos espaços rurais do Concelho, do seu património cultural e dos aspetos culturais (material e imaterial).	- Perda de uma mais-valia económica e social singular. Perda de identidade	- Perda de uma mais-valia económica e social singular. Perda de identidade	[sem relação direta]	- Perda de uma mais-valia económica e social singular. Perda de identidade	[sem relação direta]
POTENCIAL HUMANO / TECIDO SOCIAL	Ausência de estratégia para a fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no Concelho.	- Perda de oportunidade para a criação de massa crítica concelhia	- Redução da competitividade da economia municipal e da atratividade do concelho à fixação de novas atividades intensivas em conhecimento	[sem relação direta]	- Esvaziamento populacional e degradação económica em meio rural	[sem relação direta]
	Promover o estímulo à I&D nas atividades económicas do concelho e a instalação de atividades económicas intensivas em I&D em articulação com áreas urbanas de 2.ª Residência e turísticas.	+ Oportunidade para a criação de massa crítica concelhia	+ Aumento da atratividade socioeconómica	+ Aumento da sensibilidade ambiental e sustentabilidade	+ Fixação de recursos humanos qualificados. Estímulo à fixação de indústrias criativas	+ Promoção de atividades com baixa intensidade energética
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Ausência de estratégia relativamente à eficiência energética no Concelho.	- Consumo ineficiente de recursos naturais (água, energia, materiais)	- Desvalorização das condições promotoras de competitividade económica do Concelho, por indução potencial da fixação de atividades económicas de reduzida eco eficiência e de posição baixa na cadeia de valor	- Risco de degradação dos sistemas naturais	[sem relação direta]	- Aumento dos consumos energéticos e das emissões de CO ₂ por atracção de atividades geradoras de poluição e de baixa eficiência energética Risco de não aproveitamento do potencial energético endógeno do Concelho

TEMAS	ESTRATÉGIA PDM / OPÇÃO ESTRATÉGICA	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO				
		FCD #1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA	FCD #2 POLARIZAÇÃO ECONÓMICA	FCD #3 CONECTIVIDADE ECOLÓGICA	FCD #4 SISTEMAS SOCIOCULTURAIS	FCD #5 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Desenvolver uma estratégia concelhia para a eficiência energética e de adaptação e mitigação das alterações climáticas para o Concelho.	+ Promoção do consumo eficiente de recursos naturais Redução da vulnerabilidade aos riscos naturais	+ Potenciação da competitividade económica e atratividade territorial	[sem relação direta]	+ Diminuição dos riscos de afetação de saúde pública motivados pela melhor adaptação a fenómenos extremos	+ Aproveitamento do potencial de sequestro de carbono com valorização económica do setor florestal

CONCLUSÕES

A análise e avaliação efetuada para os cinco Fatores Críticos para a Decisão considerados permitiram identificar oportunidades e riscos para as estratégias territoriais propostas pelo PDM, permitindo igualmente assinalar onze áreas cruciais para o ambiente e desenvolvimento sustentável do Município para as quais o PDM não apresenta, de forma explícita, estratégia adequada (Zonas Inundáveis; Estrutura Ecológica em Meio Urbano; Modernização do Setor Primário; Clandestinos e problemas ambientais associados; Segunda Residência; Critérios de Licenciamento Ambiental e Industrial; Drenagem e Tratamento de Água em meio rural e nas AUGI; Eficiência Energética e Alterações Climáticas; Envolvimento da Comunidade Local e Fixação e Qualificação dos Recursos Humanos). Verifica-se igualmente que são nestas áreas temáticas, para as quais não são apresentadas estratégias, que residem os riscos mais significativos para o ambiente e sustentabilidade.

No que diz respeito à Rede Ecológica Municipal os principais riscos identificados residem no não acautelamento das zonas inundáveis e na degradação da qualidade ambiental em meio urbano pela não definição de uma estratégia para a penetração da estrutura ecológica em meio urbano.

No que se refere ao espaço rural do Concelho os principais riscos residem na potenciação de tendência de não consolidação do tecido urbano com perda de capacidade de rentabilização do investimento em infraestruturas, em virtude de não se optar por promover a consolidação e densificação dos perímetros urbanos de alguns aglomerados de modo a adquirir massa crítica. A ausência de uma estratégia para a valorização do sector primário mostrou igualmente apresentar um risco significativo de abandono do espaço rural o que favorece o aparecimento de espaços sujeitos a ocupação clandestina, a perda de biodiversidade em meio rural, perda de dinamismo económico, esvaziamento populacional e exclusão social.

Afigura-se igualmente como configurando riscos muito significativos e especialmente negativos a ausência de qualquer estratégia relativamente aos clandestinos e seus problemas ambientais associados. De facto, o PDM ao optar por não abordar esta problemática, configura riscos em relação a todos os FCD definidos, nomeadamente em termos de deterioração da rede urbana municipal, perversão das dinâmicas urbanísticas, degradação ambiental com riscos para a saúde pública, destruição irreversível de corredores ecológicos e áreas naturais e das funções ecológicas delas dependente.

No que diz respeito à edificação dispersa, a ausência de estratégia relativamente à segunda residência configura riscos significativos em todos os FCD, que passam pela manutenção da tendência de dispersa urbana e construção ilegal, com crescente especulação do mercado imobiliário e reforço do carácter sazonal e monofuncional destas áreas e igualmente pelo risco de aumento potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológicos e sobre áreas naturais.

A ausência de uma política ambiental e energética em processos de licenciamento urbano e industrial e a inexistência de uma estratégia concelhia para a eficiência energética e alterações climáticas configuram riscos significativos de consumo ineficiente dos recursos naturais, de desvalorização das condições promotoras da competitividade do concelho, de degradação dos sistemas naturais e sobretudo de aumento dos consumos energéticos e das emissões de CO₂, o que coloca o concelho numa posição bastante desfavorável no que se refere ao seu contributo para o cumprimento dos compromissos nacionais em matéria de energia e alterações climáticas.

De salientar por fim que estes resultados para além de apontarem áreas de risco potencial, apontam igualmente opções estratégicas, devidamente avaliadas, que permitem, na maior parte das situações, melhorar o desempenho ambiental e de sustentabilidade das estratégias propostas, tendo sido, portanto, um contributo importante para a integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases subsequentes do processo de planeamento do PDM de Palmela. Estas opções constituíram sugestões de melhoria a ter em conta pela equipa de planeamento na definição do modelo de ordenamento proposto e no regulamento desenvolvido.

Anexo VII - Questões Estratégicas do Modelo Territorial Proposto

QUESTÕES

Em outubro de 2018 teve lugar uma reunião em que a equipa do PDM apresentou a situação do Plano à equipa de AAE. Desta reunião, e análise associada, resultou um conjunto de questões críticas que a equipa de AAE enviou à equipa do PDM como contributo para a integração de questões de ambiente e sustentabilidade nas fases finais de elaboração do PDM. Saliente-se que depois da avaliação de opções estratégicas em outubro de 2011 a equipa do PDM procurou a equipa de AAE para uma reunião em janeiro de 2015 a qual não teve sequência até outubro de 2018.

Neste anexo incluem-se as questões críticas enviadas à equipa do PDM, por FCD, seguido da resposta da equipa do Plano, e de novo esclarecimento pela equipa de AAE.

Questões críticas enviadas em Outubro de 2018 pela equipa da AAE à equipa do PDM

FCD#1 – Estruturação territorial e requalificação urbana

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na consolidação do espaço urbano, recuperação de áreas degradadas e revitalização de tecidos antigos, incluindo a dimensão infraestrutural e de equipamentos, áreas residenciais, industriais e de serviços face às dinâmicas demográficas e económicas, transportes e acessibilidades.

Tecido urbano – Qual a estratégia para a valorização e revitalização de áreas degradadas em tecidos urbanos antigos?

AUGI – Qual a estratégia do PDM para infraestruturas e equipamentos no processo de reestruturação e regularização das AUGI?

Estão previstas soluções coletivas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de águas residuais e de abastecimento nestes locais?

Zonas inundáveis – Qual a estratégia da CMP para as zonas inundáveis? O PDM prevê a instalação/manutenção de atividades económicas em zonas inundáveis?

Degradação ambiental – O plano tem uma estratégia que combata a degradação ambiental provocada pela existência de clandestinos? Qual a estratégia para o tratamento de águas residuais em meio rural (atividades agropecuárias)?

FCD#2 – Âncoras e competitividade económica

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na polarização territorial, de emprego e de natureza do tecido económico, na forte dependência do emprego municipal, as potencialidades e fragilidades face a possíveis crises e roturas industriais e a resiliência socioeconómica municipal.

Turismo – Quais os critérios adotados para a localização das novas zonas turísticas?

Capital humano – Qual a estratégia para a fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no concelho?

FCD#3 – Conetividade ecológica

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na estrutura ecológica municipal e sub-regional, valores naturais e funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas

Áreas ecológicas comprometidas – Qual a estratégia para a definição de medidas compensatórias em áreas de ocupação?

Áreas verdes urbanas – Qual a estratégia do PDM para o aumento da penetração da estrutura ecológica em meio urbano?

Áreas agro-florestais – Qual a estratégia da CMP para a valorização das áreas agroflorestais e promoção da biodiversidade?

Conflito de uso do solo (ocupação de áreas de alto valor ecológico) – A CMP prevê a aplicação de embargo, coimas ou demolição em casos de claro incumprimento da lei?

FCD#4 – Sistemas socioculturais

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela na identidade municipal, valores patrimoniais, resiliência dos sistemas rurais, relação urbano-rural, relação da economia municipal com os recursos naturais, saúde e população.

Participação pública – Ao longo do plano que estratégias de Participação pública foram desenvolvidas pela CMP? Que tipo de eventos e debates a CMP pretende realizar?

Património cultural – Qual a estratégia para a valorização do património cultural e identidade cultural do território?

Vulnerabilidade das populações aos riscos – Qual a estratégia para a adaptação às alterações climáticas?

FCD#5 – Eficiência Energética

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM de Palmela nas necessidades de energia nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, mobilidade, adaptação e mitigação às alterações climáticas.

Eficiência energética - Qual a política ambiental energética em processos de licenciamento urbano e industrial? Como é que o plano prevê o aproveitamento energético do setor primário?

Aproveitamento dos recursos energéticos - Que estratégia existe para o aproveitamento dos recursos endógenos – energéticos?

RESPOSTAS DA EQUIPA DO PDM

Recebidas por email pela equipa da AAE a 2 de Dezembro de 2019. A vermelho colocam-se as perguntas feitas para clareza e solicitadas, por email, em Outubro de 2018.

“o que fizeram com o nosso parecer sobre as AUGI e clandestinos” e “Principais riscos assinalados pela AAE: a delimitação de uma classe de edificação dispersa (solo rustico) que permite a manutenção da edificação em áreas de elevada sensibilidade ecológica e ainda o reaparecimento de clandestinos” e “Recomendações AAE: O PDM deve solucionar o problema das AUGI e Clandestinos (ver anexo)”

No que diz respeito às questões levantadas acerca das AUGI e dos Clandestinos, não obstante a intervenção pontual do Município em alguns casos específicos de reconversão de AUGI, nomeadamente através da elaboração de Planos de Pormenor em que o Município assumiu a realização de obras de urbanização manter-se-á na esfera da iniciativa dos proprietários/comproprietários o desenvolvimento da reconversão urbanística daquelas áreas, por via da criação de soluções infraestruturais e de equipamentos planeados no âmbito dos respetivos processos. As infraestruturas a criar nas AUGI terão de se ligar aos sistemas públicos de abastecimento e tratamento. No que concerne à proposta de regulamento do PDM, os Espaços Habitacionais de Génese Ilegal (HGI) não reconvertidos e nem infraestruturados reverteram para a categoria de solo rústico envolvente predominante (ver n.º 2 do art.º 60.º do RPDM).

Paralelamente, a CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal (designados “Novos Clandestinos”) não enquadráveis pelo RJIGT e nem pela LAUGI. Verificamos que parte dos prédios fracionados ilegalmente não teve entretanto uma ocupação edificada, representando aproximadamente 1% da área do município; 1,16% dos edifícios residenciais existentes, 0,76% dos alojamentos existentes e apenas 0,50% da população residente. Não obstante a génese que originou este fenómeno ser distinta da edificação dispersa (quer pela dimensão das parcelas geradas, quer pela legitimidade da sua titularidade) o padrão de ocupação no território apresenta semelhanças dado que as edificações que surgiram são no contexto do prédio muito esparsas. Para contrariar as situações existentes de edificações e fracionamento de prédios

rústicos o município que vindo a denunciar estas situações junto do Ministério Público, com a junção de documentação que atesta os negócios jurídicos realizados entre privados e a consubstanciação de fracionamento e edificação ilegal. Esta prática do município tem sido intensificada nos últimos anos, tendo mais recentemente, em 2019 sido identificados e enviados elementos ao Procurador da República relativamente a cerca de 30 situações, tendo em vista o seu tratamento judicial.

Face ao exposto, as recomendações no sentido de haver uma priorização de investimentos e ações municipais não tem expressão marcada em sede de programa de execução e orçamento, sendo o posicionamento do Município o de prestar apoio técnico e administrativo nas iniciativas dos proprietários/comproprietários nos processos de reconversão das AUGI.

Em termos das orientações regulamentares, no sentido de fazer executar essas obrigações de reconversão num período definido, se considerou em sede do regulamento um prazo de 10 anos após a entrada em vigor do plano, evitando uma formulação que remeta para o “tempo indeterminado da vigência do PDM”.

“Ausência de estratégia para o aproveitamento de energias endógenas”

Considerando a crescente importância de produção de energia a partir de fontes e processos limpos, têm surgido diversos projetos para instalação de parques solares de produção de energia em centrais fotovoltaica, que se encontram em tramitação na CMP, a proposta de regulamento da revisão do PDM (no n.º 7 do art.º 77.º), defende que no “Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Florestais de Produção é admitida a localização e construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente parques fotovoltaicos, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos envolventes e na qualidade paisagística das áreas em que se inserem”.

Paralelamente, em articulação com a AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A pretende-se implementar uma central de recolha, tratamento e valorização de biomassa a localizar em terreno propriedade do município, localizado na zona nascente do município (Unidade Florestal Nascente – PROTAML), a sul do aglomerado do Poceirão.

Por outro lado o PAESP - Plano de Acção para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela, constitui um instrumento relevante na implementação de um conjunto de ações, sendo proposta em sede do PDM a realização da sua revisão conducente a um melhor aproveitamento de energias endógenas.

“Ausência de estratégias para responder às alterações climáticas”

Durante 2018 e o presente ano de 2019 foi desenvolvido o PMAAC-AML - Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, o qual visou estabelecimento de estratégias e ações de âmbito metropolitano comuns na adaptação às alterações climáticas, pretendendo-se que os IGT possam integrar medidas de adaptação e mitigação das referidas alterações. Paralelamente o Plano capacitou os técnicos municipais para a criação de estratégias ou planos locais, bem como de instrumentos de monitorização e avaliação, tanto do PMAAC-AML, como dos referidos planos/estratégias locais. No caso concreto de Palmela, procurou-se plasmar parte do

conteúdo do “Guia para a integração da adaptação no planeamento municipal, intermunicipal e metropolitano” do PMAAC-AML no regulamento do plano (PDM).

A EEM-Estrutura Ecológica Municipal (arts.º 37.º e 38.º do regulamento) surge como a grande estratégia e ação de adaptação às alterações climáticas no Município de Palmela. De salientar que esta estrutura define a estratégia municipal de valorização e salvaguarda dos valores e recursos, naturais, agrícolas, florestais e culturais fundamentais para o equilíbrio e sustentabilidade do território, estando articulada com os objetivos da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, cujas áreas e corredores foram transpostos para o PDMP, assegurando a conectividade e continuidade ecológicas num âmbito Metropolitano. Trata-se de áreas que visam articular e promover trocas de energia e de matéria entre sistemas metropolitanos associados a funções hidrológicas, decorrentes dos vales e das linhas-de-água principais, incluindo espaços fundamentais para a proteção e valorização de áreas naturais e da biodiversidade. Procurar-se-á portanto a valorização e a sustentabilidade ambiental e ecológica do território através da proteção de áreas com relevante valor ecológico e paisagístico, cuja articulação com as demais áreas da estrutura ecológica garanta nexos de conectividade e de resiliência.

Tal como mencionado, a EEM integra corredores ecológicos estruturantes, designadamente o Corredor Estruturante Primário da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, as áreas protegidas do Parque Natural da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) e ainda albufeiras e linhas-de-água principais. Bem como, em solo rústico, as categorias de Espaços Naturais e Paisagísticos, Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação e, em solo urbano, as categorias de Espaços Verdes de Proteção e a de Espaços Verdes de Uso Público.

Como forma de consolidação e concretização da EEM foi definida uma operação estratégica (al. a) do n.º 3 do art.º 126.º) que visa explicitar e qualificar o corredor ecológico primário. Em termos de programa de execução estão previstas duas ações que permitem operacionalizar esta estratégia: 1) A manutenção do Montado de Rio Frio e 2) A reflorestação da Herdade da Amieira e zona a sul do Poceirão.

Outras estratégias e ações municipais no âmbito da adaptação às alterações climáticas passam pela qualificação das linhas de água e pela mitigação de riscos (als. b), c) e d) do n.º 3 do art.º 126.º). A operação estratégica de qualificação de linhas de água é consubstanciada sobre a forma de várias ações conducentes à regularização e, pontualmente, à renaturalização de troços de linha de água, previstas em sede de programa de execução, designadamente: Rio de Lagos, Ribeira da Quinta do Anjo, Ribeira da Salgueirinha (nos troços que atravessam a Lagoinha, o Pinhal Novo e a Quinta do Anjo).

Relativamente à mitigação de riscos, o PDM propõe duas tipologias de ações; a criação de bacias de retenção/amortecimento, uma em Quinta do Anjo e outra em Babelos; e a adoção de ações tendentes à minimização da produção ou libertação de gás metano nas instalações e empresas do ramo da agropecuária com a interdição de novas explorações da classe 1 em todo o território do município.

Outra estratégia de adaptação às alterações climáticas definida pelo PDM, incide no desenvolvimento de uma operação de promoção da sustentabilidade energética, concretizável sob a forma de duas ações: uma orientada para a adoção de tecnologias e de comportamentos adequados nos edifícios municipais e no espaço público e outra para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos.

“Indicadores necessários para a AAE:

% de área ocupada pela classe “edificação dispersa” - 12,6% (5869,82 hectares na categoria de Áreas de Edificação Dispersa (ED) num total de 46512,01 hectares). Estes valores são retirados da delimitação proposta na Planta de Ordenamento, correspondendo à categoria de Áreas de Edificação Dispersa. Na versão que tínhamos em novembro de 2018 a área abrangida era de 8080,36 hectares, tendo sido feita uma redução de 27,36%

Nº e localização de fogos devolutos - 13,4% (4442 fogos vagos (1) num total de 33141 fogos), localizados essencialmente nos aglomerados de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo

(1) Fogos vagos são os que não tinham qualquer tipo de utilização residencial no momento censitário, não sendo possível distinguir os que se encontram devolutos, daqueles que se encontram vagos, mas em condições de habitabilidade. A análise destes dados por subsecção estatística permite constatar que no caso do aglomerado de Quinta do Anjo algumas subsecções estatísticas com maior número de alojamentos vagos correspondem a uma urbanização recente aquando da elaboração dos Censos, “Palmela Village”. No que concerne ao aglomerado de Palmela, as subsecções estatísticas com maior número de alojamentos vagos correspondem ao Centro Histórico e à urbanização da “Nova Palmela”. No caso do aglomerado de Pinhal Novo, existe uma situação semelhante à de Quinta do Anjo, uma vez que a subsecção estatística com maior número de fogos vagos corresponde precisamente à urbanização dos “Mochos”, empreendimento em desenvolvimento e consolidação no momento censitário.

Uma medida indirecta de mensuração dos fogos devolutos pode ser as instalações com água, mas sem contrato activo. Existem 3474 instalações sem contrato activo num total de 34272 instalações com água (10,13%)

% de área consolidada –

% de população servida por saneamento básico” - 71,58% (44958 habitantes num total de 62803 habitantes)

Situação da REN

O procedimento de delimitação da REN desenvolveu-se numa primeira fase com a elaboração de proposta de REN Bruta, à luz das orientações estratégicas RCM 81/2012 de 03 de outubro. A proposta foi avaliada pela CCDR-LVT e pela APA e mereceu validação em janeiro de 2016. Entretanto ocorreram alterações legislativas já em 2019, não existindo indicações da CCDR-LVT sobre a sua implicação na proposta validada.

Encontra-se elaborada a Memória Descritiva e Justificativa da Delimitação da REN Final e as propostas de exclusão, com justificação das áreas efetivamente já comprometidas (tipo C) e das para a satisfação de carências existentes (tipo E). Foram elaboradas fichas para proposta de exclusão. As propostas de exclusões e da carta final da REN não são ainda do conhecimento da CCDR-LVT, o que acontecerá em princípio aquando da entrega da proposta de plano.

Situação da RAN

O procedimento de delimitação da RAN foi desenvolvido junto da DRAP-LVT, tendo sido validada pela ERRALVT a proposta de delimitação da RAN Bruta. As propostas de exclusão foram apresentadas e concertadas com a DRAP-LVT tendo existido a determinado momento a intervenção da Entidade Nacional da Reserva Agrícola, e ocorrido a emissão de parecer favorável e favorável condicionado por parte da DRAP-LVT a um conjunto diminuto das propostas apresentadas inicialmente pelo município.

Presentemente está elaborada a proposta de RAN Final com todas as peças que foram identificadas pela DRAP-LVT como necessárias e deverá ser reavaliada e reapreciada em sede da Comissão Consultiva do PDM.

Versão atual do plano, incluindo regulamento e planta de ordenamento, e relatórios de diagnóstico atualizados

Link para os documentos <https://we.tl/t-mmPwhTcjIC> (em 29 de novembro de 2019)

Shapes files da cartografia para podermos analisar e trabalhar

Link para os documentos <https://we.tl/t-mmPwhTcjIC> (em 29 de novembro de 2019)

Anexo ao corpo do e-mail é apresentado o documento com a informação complementar

Câmara Municipal de Palmela

Gabinete de Planeamento Estratégico

Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela

Avaliação Ambiental Estratégica

Esclarecimentos

Tecido urbano – Qual a estratégia para a valorização e revitalização de áreas degradadas em tecidos urbanos antigos?

A estratégia da CMP passa muito por medidas de âmbito fiscal, existindo um conjunto de incentivos para a reabilitação urbana no Centro Histórico de Palmela e nos núcleos urbanos de Pinhal Novo, Poceirão, Quinta do Anjo e Águas de Moura.

Foram delimitadas duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para o Centro Histórico de Palmela e para o Pinhal Novo (operações estratégicas - [art. 126.º](#) do Regulamento do PDM de Palmela) e estão em curso o desenvolvimento das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para as áreas integradas nas ARU.

AUGI – Qual a estratégia do PDM para infraestruturas e equipamentos no processo de reestruturação e regularização das AUGI?

Estão previstas soluções coletivas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, de águas residuais e de abastecimento nestes locais?

Não obstante a intervenção pontual do Município em alguns casos específicos de reconversão de AUGI no presente e no passado recente, nomeadamente através da elaboração de PP decorrente dos quais se estabeleceram a programação de infraestruturas e de áreas de reserva e para equipamentos, a orientação geral é a de prestar colaboração técnica às operações, mantendo-se na esfera da iniciativa e dinâmica dos proprietários/comproprietários o desenvolvimento da reconversão urbanística dessas áreas, por via da criação de soluções infraestruturais e de equipamentos planeados no âmbito dos respetivos processos.

As infraestruturas a criar nas AUGI são ligadas aos sistemas públicos de abastecimento e tratamento.

Os Espaços Habitacionais de Génese Ilegal (HGI) não reconvertidos e infraestruturados revertem para a categoria de solo rústico envolvente predominante ([n.º 2 do art.º 60.º do RPDM](#))

Zonas inundáveis – Qual a estratégia da CMP para as zonas inundáveis?

O PDM prevê a instalação/manutenção de atividades económicas em zonas inundáveis?

A estratégia da CMP passa por elaborar um estudo tendo por base a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (zonas potencialmente inundáveis) identificadas na delimitação da REN (vs.2015/2016) e cartografia de riscos já realizadas no âmbito da revisão do PDM ([Ação Prevista no Programa de Execução e Financiamento](#))

Implementação pontual de soluções preconizadas pelos estudos realizados no âmbito da elaboração de Planos de Pormenor (Zona Industrial de Vila Amélia, Zona Industrial da Biscaia, Babelos (Quinta do Anjo), Parque Verde Urbano (Palmela), Mata Lobos e Lagoinha), que dimensionaram bacias de amortecimento para controlo de caudais de drenagem pluvial.

Uma outra intervenção prende-se com a zona adjacente à Ribeira da Salgueirinha em Pinhal Novo para a qual já se encontra aprovado um projeto de execução e o respetivo EIA para regularização da Ribeira.

A instalação/manutenção de atividades económicas em áreas inundáveis só ocorrerá pontualmente se e após realizadas as intervenções que minimizem ou eliminem o risco de inundabilidade.

Paralelamente, o n.º 1 do art.º 8 – suscetibilidade a cheias e inundações, menciona que em zonas suscetíveis a cheias e inundações é interdita a legalização e construção de edificações. Os n.os 3 dos arts. 49.º - espaços industriais (AE1) e espaços de atividades logísticas (AE2) preconizam que as operações urbanísticas devem acautelar o escoamento das águas pluviais, não devendo ser impermeabilizado mais de 70% da área do prédio.

Degradação ambiental

O plano tem uma estratégia que combata a degradação ambiental provocada pela existência de clandestinos?

A CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal não enquadráveis pelo RJIGT e LAUGI.

Verificamos que parte dos prédios fracionados ilegalmente não teve entretanto uma ocupação edificada, representando 1% da área do município; 1,16% dos edifícios residenciais existentes, 0,76% dos alojamentos existentes e apenas 0,50% da população residente.

Qual a estratégia para o tratamento de águas residuais em meio rural (atividades agropecuárias)?

Decorre da legislação específica as condições para o licenciamento destas atividades (art.º 80.º e 82.º).

O PDM define limitações à localização de Pecuárias, apenas nos Espaços Agrícolas e Florestais e dentro destes apenas em algumas subcategorias. Interdita novas agropecuárias da classe 1 no território municipal (.

Turismo – Quais os critérios adotados para a localização das novas zonas turísticas?

Pretende-se que seja possível a ocorrência de empreendimentos turísticos em espaço rural (al. a) do n.º5 do art. 76.º) regras gerais dos Espaços Agrícolas e Florestais, cuja tónica é a do aproveitamento de edificações preexistentes, sem aumento significativo da edificabilidade, tendo uma ocupação contida em termos construtivos e paisagísticos.

Admitem-se outros empreendimentos turísticos nas seguintes categorias/subcategorias:

- Espaços Florestais de Conservação (n.º 5 do art.º 81.º), de forma residual;
- Espaços Florestais de Produção (n.º 2 do art.º 82.º), privilegiando as tipologias de hotel ou pousada (carga mínima de 75%) só em prédio(s) com área igual ou superior a 200 hectares.
- Conjuntos Edificados em Quintas (n.º 2 do art.º 90.º). Trata-se de áreas delimitadas na planta de ordenamento onde existem valores patrimoniais e económicos a manter e a valorizar. Pretende-se que a componente turística complemente e se sustente nos usos e atividades rurais já existentes.

Capital humano – Qual a estratégia para a fixação e melhoria de recursos humanos qualificados no concelho?

Identifica-se como operação estratégica (subal. i da al. e do n.º 3 do art. 126.º) neste âmbito o alargamento da incubadora de empresas existente em Pinhal Novo e a sua extensão a outros núcleos do município numa lógica de rede.

Áreas ecológicas comprometidas – Qual a estratégia para a definição de medidas compensatórias em áreas de ocupação?

Não identificamos nenhum. Parece que este é um item de difícil implementação no actual contexto e face à realidade do Município de Palmela. Poderá a AAE identificar algum e quantificar o impacto ambiental e financeiro de modo a que o decisor político a possa equacionar?

Áreas verdes urbanas – Qual a estratégia do PDM para o aumento da penetração da estrutura ecológica em meio urbano?

Foi transposta e adequada à escala do município a Rede Ecológica Metropolitana (REM) do PROT-AML, incidindo em áreas rústicas e urbanas e complementada com outras áreas definidas pelo município em articulação com a REM. Nos aglomerados urbanos a estrutura ecológica ([n.º 3 do art.º 38.º](#)) integra-se nas subcategorias de Espaços Verdes Urbanos ([arts.º 56.º a 58.º](#)).

Áreas agro-florestais – Qual a estratégia da CMP para a valorização das áreas agroflorestais e promoção da biodiversidade?

É a integração destas áreas na Estrutura Ecológica Municipal (Espaços Agrícolas de Conservação – [al. a\) do n.º 1 do art.º 78.º](#) e Espaços Florestais de Conservação – [al. a\) do n.º 1 do art.º 81.º](#)), propondo-se modos de produção biológica e integrada, restringindo novas ocupações edificadas e usos impactantes, assim como promovendo ações de arborização com espécies autóctones.

Conflito de uso do solo (ocupação de áreas de alto valor ecológico) – A CMP prevê a aplicação de embargo, coimas ou demolição em casos de claro incumprimento da lei?

A aplicação dessas medidas decorre da lei geral e o município aplica-as. No regulamento apenas estão expressas as que incidem nas áreas protegidas e possuem planos especiais (POPNA e PORNES) e resultam do articulado em vigor e foi resultado da sua transposição para a proposta ([título V, arts.º 94.º a 119.º](#)).

Participação pública – Ao longo do plano que estratégias de Participação pública foram desenvolvidas pela CMP? Que tipo de eventos e debates a CMP pretende realizar?

- Fórum Palmela 21 (2009);
- Sessões de apresentação do plano e período de discussão pública (a realizar).

Património cultural – Qual a estratégia para a valorização do património cultural e identidade cultural do território?

A estratégia de valorização do património cultural e identidade cultural do território surge muito ligada ao Turismo e ao Lazer e ao aproveitamento dos valores naturais, paisagísticos e agrícolas existentes.

Destacamos os seguintes:

- Dinamização da Rota de Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul. A Casa Mãe da Rota de Vinhos, sediada no Município, assume as funções de organização, exposição, comercialização dos vinhos e de outros produtos tradicionais;
- Promoção de festas tradicionais e certames, eventos com visibilidade regional e nacional, casos do Festival do Queijo, Pão e Vinho da Quinta do Anjo, da Mostra de Vinhos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca (em Fernando Pó) e da tradicional Festa das Vindimas;
- Divulgação de Percursos Turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural, designadamente um percurso pedestre pelo Centro Histórico, a visita a locais com testemunhos arqueológicos - a arqueologia rural da Herdade de Rio Frio e outros testemunhos que estão dispersos pelo Município (as grutas da Quinta do Anjo, o povoado neolítico em Casal da Cerca, entre outros).

No âmbito museológico e a da sua ligação à valorização do património e identidade culturais, podemos destacar:

- O Museu do Ovelheiro/ARCOLSA, localizado em S. Gonçalo, Cabanas;
- A Quinta Pedagógica Caramela – Fundação Centro de Ocupação Infantil. Iniciativa com vista à realização de visitas à Quinta da Casa Caramela, localizada no sítio da Palhota. Trata-se de uma quinta que constitui um dos exemplos da tradição caramela que se fixou na zona, com uma tipologia de casa específica. Neste espaço “explora-se uma vertente pedagógica” relacionada com o conhecimento e atividades quotidianas ligadas ao mundo rural.

Ao nível de identificação de valores patrimoniais (não classificados) identificaram-se vários edifícios e conjuntos a merecer preservação e valorização, propondo-se algumas orientações nesse sentido. Ao nível do património arqueológico foi identificado o inventário dos sítios e achados, não tendo sido possível em tempo útil à conclusão desta proposta técnica de plano nesta fase aprofundar o trabalho conducente a um conhecimento mais alargado para proteger potenciais valores e zonas de maior probabilidade de ocorrência, o que poderá eventualmente vir ainda a ser realizado caso tal seja enquadrável face à legislação em vigor.

Vulnerabilidade das populações aos riscos – Qual a estratégia para a adaptação às alterações climáticas?

Durante 2018 e o presente ano de 2019 foi desenvolvido o PMAAC-AML - Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, o qual visou procurar estratégias e ações metropolitanas comuns na adaptação às alterações climáticas, pretendendo-se que os IGT possam integrar medidas de adaptação e mitigação das referidas alterações. Paralelamente o Plano capacitou os técnicos municipais para a criação de estratégias ou planos locais, bem como de instrumentos de monitorização e avaliação, tanto do PMAAC-AML, como dos referidos planos/estratégias locais. No caso concreto de Palmela, procurou-se plasmar parte do conteúdo do “Guia para a integração da adaptação no planeamento municipal, intermunicipal e metropolitano” do PMAAC-AML no regulamento da revisão do PDM.

A EEM-Estrutura Ecológica Municipal (**arts.º 37.º e 38.º do regulamento**) surge como a grande estratégia e ação de adaptação às alterações climáticas no Município de Palmela. De salientar que esta estrutura define a estratégia municipal de valorização e salvaguarda dos valores e recursos, naturais, agrícolas, florestais e culturais fundamentais para o equilíbrio e sustentabilidade do território, estando articulada com os objetivos da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, cujas áreas e corredores foram transpostos para o PDM, assegurando a conectividade e continuidade ecológicas num âmbito Metropolitano. Trata-se de áreas que visam articular e promover trocas de energia e de matéria entre sistemas metropolitanos associados a funções hidrológicas, decorrentes dos vales e das linhas-de-água principais, incluindo espaços fundamentais para a proteção e valorização de áreas naturais e da biodiversidade. Procura-se pois a valorização e a sustentabilidade ambiental e ecológica do território através da proteção de áreas com relevante valor ecológico e paisagístico, cuja articulação com as demais áreas da estrutura ecológica garanta nexos de conectividade e de resiliência.

Tal como mencionado, a EEM integra corredores ecológicos estruturantes, designadamente o Corredor Estruturante Primário da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, as áreas protegidas do Parque Natural da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) e ainda albufeiras e linhas-de-água principais. Bem como, em solo rústico, as categorias de Espaços Naturais e Paisagísticos, Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação e, em solo urbano, as categorias de Espaços Verdes de Proteção e a Espaços Verdes de Uso Público.

Como forma de consolidação e concretização da EEM foi definida uma operação estratégica (**al. a) do n.º 3 do art.º 126.º Regulamento do PDM**) que visa explicitar e qualificar os corredores ecológicos primários. Em termos de programa de execução estão previstas duas ações que permitem operacionalizar esta estratégia: a manutenção do Montado de Rio Frio e a reflorestação da Herdade da Amieira e da zona a sul do Poceirão.

Outras estratégias e ações municipais no campo da adaptação às alterações climáticas passam pela qualificação das linhas de água e pela mitigação de riscos (**als. b), c) e d) do n.º 3 do art.º 126.º**). A operação estratégica de qualificação de linhas de água é consubstanciada sobre a forma de várias ações conducentes à regularização e, pontualmente, à renaturalização de troços de linha de água, previstas em sede de programa de execução, designadamente nos troços urbanos atravessados pelos seguintes cursos de água: Rio de Lagos (Cabanas/Vila Amélia), Ribeira da Quinta do Anjo (Quinta do Anjo), Ribeira da Salgueirinha (nos troços que atravessa os aglomerados de Lagoinha, Pinhal Novo e Quinta do Anjo).

No que diz respeito à mitigação de riscos, propõem-se duas tipologias de ações; a criação de bacias de retenção/amortecimento, uma em Quinta do Anjo e outra em Bacelos; e a adoção de ações tendentes à minimização da produção ou libertação de gás metano nas instalações e empresas de agro-pecuária.

Por sua vez, outra estratégia de adaptação às alterações climáticas prevista em sede do PDM, passa pelo desenvolvimento de uma operação de promoção da sustentabilidade energética, concretizável sob a forma de duas ações: uma orientada para a adoção de tecnologias e de comportamentos adequados nos edifícios municipais e no espaço público e outra para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos.

Eficiência energética - Qual a política ambiental energética em processos de licenciamento urbano e industrial? Como é que o plano prevê o aproveitamento energético do setor primário?

Genericamente prevê-se o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos – operação estratégica (al. d) do art.º 126.º do RPDMP).

Por outro lado, em 2009, o Município de Palmela, assumiu o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir em 20% as emissões de CO₂ no seu território até 2020, subscrivendo o Pacto de Autarcas - iniciativa europeia destinada a envolver os governos locais no cumprimento dos objetivos da União Europeia para o clima e energia.

Para garantir o cumprimento (e mesmo a ultrapassagem) daquele compromisso, após discussão interna e externa, foi elaborado e aprovado o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela (PAESP), que pode ser consultado em https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2084/PAES_Palmela.pdf.

O PAESP apresenta 3 eixos principais: a eficiência energética, as energias renováveis e a comunicação para a utilização racional de energia e as energias renováveis, sendo operacionalizado em 33 medidas distribuídas por 8 setores: Transportes; Indústria; Doméstico; Serviços; Agricultura; Resíduos; Águas Residuais e Produção de Energia.

No que concerne ao acompanhamento do Plano e à obrigação de reporte, estando em curso a execução das 33 medidas e suas ações, é também tarefa fundamental do Município a monitorização desta execução, permitindo aferir o grau de cumprimento do compromisso assumido, bem como responder à obrigação de reporte periódico no quadro do Pacto dos Autarcas.

Aproveitamento dos recursos energéticos - Que estratégia existe para o aproveitamento dos recursos endógenos – energéticos?

Não identificamos nenhuma. Pensa-se que a revisão do PAESP poderá definir melhor esta temática. Há possibilidade de a energia produzida em centrais solares fotovoltaicas localizada e a localizar em breve no território municipal (existem 6 localizações novas de centrais com estatuto de reconhecimento económico e social por parte do Município) possam fornecer postos de carregamento para veículos elétricos, tendo efeitos práticos e diretos numa mobilidade com menores impactos no ambiente. Poderá ser dada alguma sugestão orientação do tipo de medidas possíveis pela equipa da AAE neste âmbito.

ANEXO VIII - MATERIALIZAÇÃO DOS TEMAS ESTRATÉGICOS NO PLANO (INFORMAÇÃO BASE NO ANEXO VII)

Neste anexo reproduz-se o resultado da análise realizada pela equipa da AAE relativamente à forma como as questões críticas enviadas em Outubro de 2018 se encontram aparentemente materializadas no PDM, de acordo com a interpretação da equipa de AAE.

FCD#1

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Áreas Degradadas	• Medidas de âmbito fiscal, existindo um conjunto de incentivos para a reabilitação urbana no Centro Histórico de Palmela e nos núcleos urbanos de Pinhal Novo, Poceirão, Quinta do Anjo e Águas de Moura. • Delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para o Centro Histórico de Palmela e para o Pinhal Novo (operações estratégicas - art. 126.º do Regulamento do PDM de Palmela) e • Estão em curso o desenvolvimento das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para as áreas integradas nas ARU.
AUGI	• Intervenção pontual do Município em alguns casos específicos de reconversão de AUGI no presente e no passado recente, nomeadamente através da elaboração de PP⁽¹⁾. • As infraestruturas a criar nas AUGI são ligadas aos sistemas públicos de abastecimento e tratamento. • Os Espaços Habitacionais de Génese Ilegal (HGI) não reconvertidos e infraestruturados reverterem para a categoria de solo rústico envolvente predominante (n.º 2 do art.º 60.º do RPDM). • A CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal (designados “Novos Clandestinos”) não enquadráveis pelo RJIGT e nem pela LAUGI. • Recomendações no sentido de haver uma priorização de investimentos e ações municipais não tem expressão marcada em sede de programa de execução e orçamento, sendo o posicionamento do Município o de prestar apoio técnico e administrativo nas iniciativas dos proprietários/comproprietários nos processos de reconversão das AUGI. • Em termos das orientações regulamentares, no sentido de fazer executar essas obrigações de reconversão num período definido, se considerou em sede do regulamento um prazo de 10 anos após a entrada em vigor do plano, evitando uma formulação que remeta para o “tempo indeterminado da vigência do PDM”. ⁽¹⁾ onde se estabeleceram a programação de infraestruturas e de áreas de reserva e para equipamentos, a orientação geral é a de prestar colaboração técnica às operações, mantendo-se na esfera da iniciativa e dinâmica dos proprietários/com proprietários o desenvolvimento da reconversão urbanística dessas áreas, por via da criação de soluções infraestruturais e de equipamentos planeados no âmbito dos respetivos processos.

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Zonas inundáveis	• Elaboração de um estudo tendo por base a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (zonas potencialmente inundáveis) identificadas na delimitação da REN (vs.2015/2016) e cartografia de riscos já realizadas no âmbito da revisão do PDM (Ação Prevista no Programa de Execução e Financiamento) • Implementação pontual de soluções preconizadas pelos estudos realizados no âmbito da elaboração de Planos de Pormenor (Zona Industrial de Vila Amélia, Zona Industrial da Biscaia, Babelos (Quinta do Anjo), Parque Verde Urbano (Palmela), Mata Lobos e Lagoinha), que dimensionaram bacias de amortecimento para controlo de caudais de drenagem pluvial. • Uma outra intervenção prende-se com a zona adjacente à Ribeira da Salgueirinha em Pinhal Novo para a qual já se encontra aprovado um projeto de execução e o respetivo EIA para regularização da Ribeira. • A instalação/manutenção de atividades económicas em áreas inundáveis só ocorrerá pontualmente se e após realizadas as intervenções que minimizem ou eliminem o risco de inundabilidade. • Paralelamente, o n.º 1 do art.º 8 – suscetibilidade a cheias e inundações, menciona que em zonas suscetíveis a cheias e inundações é interdita a legalização e construção de edificações. Os n.º 3 dos arts. 49.º - espaços industriais (AE1) e espaços de atividades logísticas (AE2) preconizam que as operações urbanísticas devem acautelar o escoamento das águas pluviais, não devendo ser impermeabilizado mais de 70% da área do prédio.
Degradação ambiental	• A CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal não enquadráveis pelo RJIGT e LAUGI.
Águas Residuais	• Decorre da legislação específica as condições para o licenciamento destas atividades (art.º 80.º e 82.º). • O PDM define limitações à localização de Pecuárias, apenas nos Espaços Agrícolas e Florestais e dentro destes apenas em algumas subcategorias. Interdita novas agropecuárias da classe 1 no território municipal.

FCD#2

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Turismo	• Pretende-se que seja possível a ocorrência de empreendimentos turísticos em espaço rural (al. a) do n.º5 do art. 76.º) regras gerais dos Espaços Agrícolas e Florestais, cuja tónica é a do aproveitamento de edificações preexistentes, sem aumento significativo da edificabilidade, tendo uma ocupação contida em termos construtivos e paisagísticos. • Admitem-se outros empreendimentos turísticos nas seguintes categorias/subcategorias: • Espaços Florestais de Conservação (n.º 5 do art.º 81.º), de forma residual; Espaços Florestais de Produção (n.º 2 do art.º 82.º), privilegiando as tipologias de hotel ou pousada (carga mínima de 75%) só em prédio(s) com área igual ou superior a 200 hectares. • Conjuntos Edificados em Quintas (n.º 2 do art.º 90.º). Trata-se de áreas delimitadas na planta de ordenamento onde existem valores patrimoniais e económicos a manter e a valorizar. Pretende-se que a componente turística complemente e se sustente nos usos e atividades rurais já existentes.
Capital humano	• Identifica-se como operação estratégica (subal. i da al. e do n.º 3 do art. 126.º) neste âmbito o alargamento da incubadora de empresas existente em Pinhal Novo e a sua extensão a outros núcleos do município numa lógica de rede.

FCD#3

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Áreas ecológicas comprometidas	Medidas ausentes na síntese da estratégia do PDM-P elaborada pela CMP (Anexo VIII).
Áreas verdes urbanas	- Foi transposta e adequada à escala do município a Rede Ecológica Metropolitana (REM) do PROT-AML, incidindo em áreas rústicas e urbanas e complementada com outras áreas definidas pelo município em articulação com a REM. - Nos aglomerados urbanos a estrutura ecológica (n.º 3 do art.º 38.º) integra-se nas subcategorias de Espaços Verdes Urbanos (arts.º 56.º a 58.º).
Áreas agroflorestais	É a integração destas áreas na Estrutura Ecológica Municipal (Espaços Agrícolas de Conservação – al. a) do n.º 1 do art.º 78.º e Espaços Florestais de Conservação – al. a) do n.º 1 do art.º 81.º), propondo-se modos de produção biológica e integrada, restringindo novas ocupações edificadas e usos impactantes, assim como promovendo ações de arborização com espécies autóctones.
Conflito de uso do solo	- A aplicação dessas medidas (aplicação de embargo, coimas ou demolição) decorre da lei geral e o município aplica-as. - No regulamento apenas estão expressas as que incidem nas áreas protegidas e possuem planos especiais (POPNA e PORNES) e resultam do articulado em vigor e foi resultado da sua transposição para a proposta (título V, arts.º 94.º a 119.º).

FCD#4

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Participação pública	- Fórum Palmela 21 (2009). - Sessões de apresentação do plano e período de discussão pública (a realizar).
Património cultural	- A estratégia de valorização do património cultural e identidade cultural do território surge muito ligada ao Turismo e ao Lazer e ao aproveitamento dos valores naturais, paisagísticos e agrícolas existentes. Destacamos os seguintes: - Dinamização da Rota de Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul. A Casa Mãe da Rota de Vinhos, sediada no Município, assume as funções de organização, exposição, comercialização dos vinhos e de outros produtos tradicionais; - Promoção de festas tradicionais e certames, eventos com visibilidade regional e nacional, casos do Festival do Queijo, Pão e Vinho da Quinta do Anjo, da Mostra de Vinhos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca (em Fernando Pó) e da tradicional Festa das Vindimas; - Divulgação de Percursos Turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural, designadamente um percurso pedestre pelo Centro Histórico, a visita a locais com testemunhos arqueológicos - a arqueologia rural da Herdade de Rio Frio e outros testemunhos que estão dispersos pelo Município (as grutas da Quinta do Anjo, o povoado neolítico em Casal da Cerca, entre outros). - No âmbito museológico e a da sua ligação à valorização do património e identidade culturais, podemos destacar: - O Museu do Ovelheiro/ARCOLSA, localizado em S. Gonçalo, Cabanas; - A Quinta Pedagógica Caramela – Fundação Centro de Ocupação Infantil. Iniciativa com vista à realização de visitas à Quinta da Casa Caramela, localizada no sítio da Palhota.

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
	Trata-se de uma quinta que constitui um dos exemplos da tradição caramela que se fixou na zona, com uma tipologia de casa específica. Neste espaço “explora-se uma vertente pedagógica” relacionada com o conhecimento e atividades quotidianas ligadas ao mundo rural. • Ao nível de identificação de valores patrimoniais (não classificados) identificaram-se vários edifícios e conjuntos a merecer preservação e valorização, propondo-se algumas orientações nesse sentido. • Ao nível do património arqueológico foi identificado o inventário dos sítios e achados, não tendo sido possível em tempo útil à conclusão desta proposta técnica de plano nesta fase aprofundar o trabalho conducente a um conhecimento mais alargado para proteger potenciais valores e zonas de maior probabilidade de ocorrência, o que poderá eventualmente vir ainda a ser realizado caso tal seja enquadrável face à legislação em vigor.

FCD#5

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Vulnerabilidade das populações aos riscos	• No caso concreto de Palmela, procurou-se plasmar parte do conteúdo do “Guia para a integração da adaptação no planeamento municipal, intermunicipal e metropolitano” do PMAAC-AML⁽²⁾ no regulamento do plano (PDM). • A EEM-Estrutura Ecológica Municipal⁽³⁾ (arts.º 37.º e 38.º do regulamento) surge como a grande estratégia e ação de adaptação às alterações climáticas no Município de Palmela. De salientar que esta estrutura define a estratégia municipal de valorização e salvaguarda dos valores e recursos, naturais, agrícolas, florestais e culturais fundamentais para o equilíbrio e sustentabilidade do território, estando articulada com os objetivos da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, cujas áreas⁽⁴⁾ e corredores foram transpostos para o PDMP, assegurando a conectividade e continuidade ecológicas num âmbito Metropolitano. • Procurar-se-á portanto a valorização e a sustentabilidade ambiental e ecológica do território através da proteção de áreas com relevante valor ecológico e paisagístico, cuja articulação com as demais áreas da estrutura ecológica garanta nexos de conectividade e de resiliência. • Outras estratégias e ações municipais no âmbito da adaptação às alterações climáticas passam pela qualificação das linhas de água e pela mitigação de riscos (als. b), c) e d) do n.º 3 do art.º 126.º). A operação estratégica de qualificação de linhas de água é consubstanciada sobre a forma de várias ações conducentes à regularização e, pontualmente, à renaturalização de troços de linha de água, previstas em sede de programa de execução, designadamente: Rio de Lagos, Ribeira da Quinta do Anjo, Ribeira da Salgueirinha (nos troços que atravessam a Lagoinha, o Pinhal Novo e a Quinta do Anjo). • Relativamente à mitigação de riscos, o PDM propõe duas tipologias de ações; a criação de bacias de retenção/amortecimento, uma em Quinta do Anjo e outra em Babelos; e a adoção de ações tendentes à minimização da produção ou libertação de gás metano nas instalações e empresas do ramo da agropecuária com a interdição de novas explorações da classe 1 em todo o território do município. • Outra estratégia de adaptação às alterações climáticas definida pelo PDM, incide no desenvolvimento de uma operação de promoção da sustentabilidade energética, concretizável sob a forma de duas ações: uma orientada para a adoção de tecnologias e de comportamentos adequados nos edifícios municipais e no espaço público e outra para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos.

TEMAS ESTRATÉGICOS

MATERIALIZAÇÃO NO PLANO

⁽²⁾ Durante 2018 e o presente ano de 2019 foi desenvolvido o PMAAC-AML - Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, o qual visou o estabelecimento de estratégias e ações de âmbito metropolitano comuns na adaptação às alterações climáticas, pretendendo-se que os IGT possam integrar medidas de adaptação e mitigação das referidas alterações. Paralelamente o Plano capacitou os técnicos municipais para a criação de estratégias ou planos locais, bem como de instrumentos de monitorização e avaliação, tanto do PMAAC-AML, como dos referidos planos/estratégias locais.

⁽³⁾ Tal como mencionado, a EEM integra corredores ecológicos estruturantes, designadamente o Corredor Estruturante Primário da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, as áreas protegidas do Parque Natural da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) e ainda albufeiras e linhas-de-água principais. Bem como, em solo rústico, as categorias de Espaços Naturais e Paisagísticos, Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação e, em solo urbano, as categorias de Espaços Verdes de Proteção e a de Espaços Verdes de Uso Público. Como forma de consolidação e concretização da EEM foi definida uma operação estratégica (al. a) do n.º 3 do art.º 126.º) que visa explicitar e qualificar o corredor ecológico primário. Em termos de programa de execução estão previstas duas ações que permitem operacionalizar esta estratégia: 1) A manutenção do Montado de Rio Frio e 2) A reflorestação da Herdade da Amieira e zona a sul do Poceirão.

⁽⁴⁾ Trata-se de áreas que visam articular e promover trocas de energia e de matéria entre sistemas metropolitanos associados a funções hidrológicas, decorrentes dos vales e das linhas-de-água principais, incluindo espaços fundamentais para a proteção e valorização de áreas naturais e da biodiversidade.

Eficiência energética

- Genericamente prevê-se o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos – operação estratégica (al. d) do art.º 126.º do RPDMP).
- No que concerne ao acompanhamento do Plano e à obrigação de reporte, estando em curso a execução das 33 medidas e suas ações, é também tarefa fundamental do Município a monitorização desta execução, permitindo aferir o grau de cumprimento do compromisso assumido, bem como responder à obrigação de reporte periódico no quadro do Pacto dos Autarcas.
- Por outro lado, em 2009, o Município de Palmela, assumiu o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir em 20% as emissões de CO2 no seu território até 2020, subscrevendo o Pacto de Autarcas - iniciativa europeia destinada a envolver os governos locais no cumprimento dos objetivos da União Europeia para o clima e energia.
- Para garantir o cumprimento (e mesmo a ultrapassagem) daquele compromisso, após discussão interna e externa, foi elaborado e aprovado o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela (PAESP).

O PAESP apresenta 3 eixos principais: a eficiência energética, as energias renováveis e a comunicação para a utilização racional de energia e as energias renováveis, sendo operacionalizado em 33 medidas distribuídas por 8 setores: Transportes; Indústria; Doméstico; Serviços; Agricultura; Resíduos; Águas Residuais e Produção de Energia.

TEMAS ESTRATÉGICOS	MATERIALIZAÇÃO NO PLANO
Aproveitamento dos recursos energéticos	• Não identificamos nenhuma. • Pensa-se que a revisão do PAESP poderá definir melhor esta temática. Há possibilidade de a energia produzida em centrais solares fotovoltaicas localizada e a localizar em breve no território municipal (existem 6 localizações novas de centrais com estatuto de reconhecimento económico e social por parte do Município) possam fornecer postos de carregamento para veículos elétricos, tendo efeitos práticos e diretos numa mobilidade com menores impactes no ambiente. • Considerando a crescente importância de produção de energia a partir de fontes e processos limpos, têm surgido diversos projetos para instalação de parques solares de produção de energia em centrais fotovoltaica, que se encontram em tramitação na CMP, a proposta de regulamento da revisão do PDM (no n.º 7 do art.º 77.º), defende que no "Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Florestais de Produção é admitida a localização e construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente parques fotovoltaicos, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos envolventes e na qualidade paisagística das áreas em que se inserem". • Paralelamente, em articulação com a AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A pretende-se implementar uma central de recolha, tratamento e valorização de biomassa a localizar em terreno propriedade do município, localizado na zona nascente do município (Unidade Florestal Nascente – PROTAML), a sul do aglomerado do Poceirão. • Por outro lado o PAESP - constitui um instrumento relevante na implementação de um conjunto de ações, sendo proposta em sede do PDM a realização da sua revisão conducente a um melhor aproveitamento de energias endógenas.

ANEXO IX - MEMORANDO DA CMP SOBRE AS ALTERAÇÕES DO PLANO APÓS PROCESSO DE CONCERTAÇÃO (SETEMBRO 2023)

Memorando sobre Materialização dos Temas Estratégicos

(cf. Anexo VIII da Avaliação Ambiental Estratégica/Relatório Ambiental de março de 2021)

FCD#1 - Estruturação territorial e requalificação urbana

Áreas Degradadas

Tópicos versão março 2021

- Medidas de âmbito fiscal, existindo um conjunto de incentivos para a reabilitação urbana no Centro Histórico de Palmela e nos núcleos urbanos de Pinhal Novo, Poceirão, Quinta do Anjo e Águas de Moura.
- Delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para o Centro Histórico de Palmela e para o Pinhal Novo (operações estratégicas - art. 126.º do Regulamento do PDM de Palmela) e
- Estão em curso o desenvolvimento das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para as áreas integradas nas ARU.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Paralelamente ao referido anteriormente, houve alterações às Ações Estratégicas (AE) do PDM (do Programa de Execução e Plano de Financiamento/Relatório de Fundamentação – Volume 3), surgindo, no âmbito deste ponto, a AE 3.1.3. *Fiscalidade Municipal – política fiscal municipal de incentivo aos eixos de desenvolvimento estratégico* e a AE 3.2.1. *Investir na criação de um Centro Histórico sustentável: inclusivo, resiliente, seguro*. No Volume 2 do Relatório de Fundamentação foi criado um novo ponto, 11. *Áreas de Reabilitação Urbana / Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo* (pp. 349-355), destacando-se os subpontos 11.3. *Monitorização das ORU* (pp. 352-353), onde se avalia o desempenho e execução das ORU, face aos objetivos definidos, bem como se identifica a dinâmica dos privados em função dos incentivos à reabilitação, e determinam potenciais ajustes com vista à melhoria da implementação das operações de reabilitação em curso; e 11.4. *Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos* (pp. 353-355), onde se faz um resumo das restantes políticas de incentivo à reabilitação urbana no Município. Da análise do desenvolvimento das ARU/ORU, no supracitado ponto 11.3, podemos reter algumas conclusões mais evidentes: o investimento privado, em ambas as ARU/ORU, entre 2015 e 2021, ascende a mais de 7 milhões de

euros; dos mais de 250 edifícios em ARU/ORU, passíveis de enquadramento RJRU (que variam anualmente em virtude de intervenções já realizadas nos anos anteriores e da atualização dos cadastros/recenseamentos), existem 34 licenças de obras emitidas e 30 obras concluídas; e das 34 licenças de obras emitidas, 30 são na ARU/ORU do Centro Histórico de Palmela e 4 na ARU/ORU do Pinhal Novo e das 30 obras concluídas, 26 são na ARU/ORU do Centro Histórico de Palmela e 4 na ARU/ORU do Pinhal Novo.

Parece-nos ainda relevante destacar algumas intervenções recentes em equipamentos localizados no Centro Histórico de Palmela, tais como o edifício da “Rádio Pal”; a Igreja de São João Baptista, com vista a criar um museu de arte-sacra; a intervenção no antigo Posto da GNR desativado, onde serão brevemente instalados o Centro de Investigação do Património Cultural e os serviços municipais afetos ao setor do Património Cultural; e a reabilitação do Histórico edifício dos Paços do Concelho. Ainda no âmbito das iniciativas desenvolvidas pela CMP, entre outras destacam-se algumas das mais recentes, a inauguração do Centro Comunitário do Monte do Francisquinho⁸⁴, em Pinhal Novo, fruto de uma apurada reabilitação de um conjunto edificado de cariz tradicional e identitário da “Cultura Caramela” (enquadramento pp. 28 e 38 do volume 1 do Relatório de Fundamentação) com forte implantação no Pinhal Novo, e onde têm decorrido diversas iniciativas públicas; a promoção das Jornadas de Reabilitação Urbana, cuja 3ª Edição decorreu em maio do corrente ano, em Pinhal Novo.

Podemos considerar que se verifica algum investimento dos particulares na reabilitação/ reconstrução do edificado no Centro Histórico nos últimos três anos, considerando-se que os incentivos fiscais e algumas ações já desenvolvidas pelo Município, com destaque para as supracitadas Jornadas de Reabilitação Urbana, são fatores que podem incrementar a médio prazo uma mudança expressiva no Centro Histórico de Palmela e potenciar uma maior procura não apenas de novos residentes, mas de turistas, em termos de visitação e alojamento local e turístico.

⁸⁴ A recuperação do Monte do Francisquinho ocorreu já no âmbito da ORU de Pinhal Novo.

Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)

Tópicos versão março 2021

- Intervenção pontual do Município em alguns casos específicos de reconversão de AUGI no presente e no passado recente, nomeadamente através da elaboração de PP.
- As infraestruturas a criar nas AUGI são ligadas aos sistemas públicos de abastecimento e tratamento.
- Os Espaços Habitacionais de Génese Ilegal (HGI) não reconvertidos e infraestruturados reverterem para a categoria de solo rústico envolvente predominante (n.º 2 do art.º 60.º do RPDM).
- A CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal (designados “Novos Clandestinos”) não enquadráveis pelo RJIGT e nem pela LAUGI.
- Recomendações no sentido de haver uma priorização de investimentos e ações municipais não tem expressão marcada em sede de programa de execução e orçamento, sendo o posicionamento do Município o de prestar apoio técnico e administrativo nas iniciativas dos proprietários/comproprietários nos processos de reconversão das AUGI.
- Em termos das orientações regulamentares, no sentido de fazer executar essas obrigações de reconversão num período definido, se considerou em sede do regulamento um prazo de 10 anos após a entrada em vigor do plano, evitando uma formulação que remeta para o “tempo indeterminado da vigência do PDM”.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Considera-se relevante a mais recente concretização e conclusão do processo de reconversão da AUGI da Quinta da Marquesa I e III. Trata-se de uma área bastante expressiva no contexto das AUGI do Município de Palmela, abrangendo uma área de intervenção de 124,50 hectares. Em 2021, após cerca de 20 anos de tramitação, obteve o correspondente alvará de loteamento (n.º 286/2021). Esta AUGI agora reconvertida encontra-se dotada de todas as infraestruturas locais, estando estas já ligadas e em funcionamento, aos sistemas em alta, quer ao nível do abastecimento público de água, quer de tratamento de águas residuais e pluviais. Possui áreas de cedência de reserva para a instalação de novos equipamentos, especialmente vocacionados para a prestação de serviços de proximidade à população, bem como espaços verdes de utilização coletiva. A sua localização a uma distância que varia entre 0,5 Km a 2 km à Estação Ferroviária da Penalva (Linha Ferroviária do Eixo Norte-Sul) e a existência atual de serviço regular de ligação àquela estação ferroviária e a outros pontos do Município, por via de transporte público (Carris Metropolitana: carreiras 4304, 4313 e 4612), constitui um fator de potencial procura para residência (1ª habitação) no contexto da Área Metropolitana, que não nos parece que seja despiciente.

Reforça-se que relativamente à área global das AUGI do Município, ainda suscetível de reconversão, e que presentemente se fixa em 318,65 hectares (compromissos no atual contexto e com potencial enquadramento na revisão do PDM), deverão vir a concretizar-se num prazo máximo de 10 anos a partir da entrada em vigor do PDM. Para concretização das operações urbanísticas destas AUGI, classificadas como Espaços Habitacionais de Génese Ilegal (HGI) é obrigatória a realização de todas as infraestruturas

urbanas e assegurar que as estas têm ligação às infraestruturas gerais e sistemas em alta, não se prevendo o recurso a outros sistemas alternativos.

No âmbito dos designados “clandestinos” (não AUGI), a CMP tem desenvolvido mais recentemente (em 2022 e já em 2023) ações para a reposição da legalidade⁸⁵ e deverá manter esta atuação por parte do Município, a bem do ordenamento do território e da paisagem.

⁸⁵ Cf. Anúncio n.º 43/2022, de 3 de março - Notificação dos coproprietários, utilizadores/ocupantes e titulares de direito real sobre o prédio rústico com o artigo 23.º, da Secção M, Freguesia de Palmela, Marateca; Anúncio n.º 1/2023, de 4 de janeiro - Notificação dos coproprietários, utilizadores/ocupantes e titulares de quaisquer direitos do prédio rústico com o artigo 23, da Secção M, Freguesia de Palmela; Anúncio n.º 16/2023, de 8 de fevereiro - Notificação dos coproprietários, utilizadores/ocupantes e titulares de direito real sobre o prédio rústico com o artigo 89 da Secção H, freguesia de Palmela; Anúncio n.º 51/2023, de 16 de março - Notifica os coproprietários, utilizadores/ocupantes e titulares de direito real sobre o prédio rústico com o artigo 185.º, da Secção A, freguesia de União de Freguesia Poceirão/Marateca; e Anúncio n.º 131/2023, de 28 de junho - Notifica os coproprietários, utilizadores/ocupantes e titulares de direito real sobre o prédio rústico com o artigo 70.º, da Secção H, Freguesia de Palmela.

Zonas inundáveis

Tópicos versão março 2021

- Elaboração de um estudo tendo por base a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (zonas potencialmente inundáveis) identificadas na delimitação da REN (vs.2015/2016) e cartografia de riscos já realizadas no âmbito da revisão do PDM (Ação Prevista no Programa de Execução e Financiamento)
- Implementação pontual de soluções preconizadas pelos estudos realizados no âmbito da elaboração de Planos de Pormenor (Zona Industrial de Vila Amélia, Zona Industrial da Biscaia, Bacos (Quinta do Anjo), Parque Verde Urbano (Palmela), Mata Lobos e Lagoinha), que dimensionaram bacias de amortecimento para controlo de caudais de drenagem pluvial.
- Uma outra intervenção prende-se com a zona adjacente à Ribeira da Salgueirinha em Pinhal Novo para a qual já se encontra aprovado um projeto de execução e o respetivo EIA para regularização da Ribeira.
- A instalação/manutenção de atividades económicas em áreas inundáveis só ocorrerá pontualmente se e após realizadas as intervenções que minimizem ou eliminem o risco de inundabilidade.
- Paralelamente, o n.º 1 do art.º 8 – suscetibilidade a cheias e inundações, menciona que em zonas suscetíveis a cheias e inundações é interdita a legalização e construção de edificações. Os n.º 3 dos arts. 49.º - espaços industriais (AE1) e espaços de atividades logísticas (AE2) preconizam que as operações urbanísticas devem acautelar o escoamento das águas pluviais, não devendo ser impermeabilizado mais de 70% da área do prédio.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

No âmbito da concertação com a APA, as Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) que constituem uma das tipologias REN, delimitadas em consonância com as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional, foram revistas e efetuados alguns ajustes com recurso a trabalho de campo, sendo igualmente reforçada a regulamentação associada às mesmas, impedindo obras de urbanização e edificação. De salientar que, no que concerne à incidência das ZAC nas áreas urbanas, as mais relevantes em termos de segurança de pessoas e bens e nos troços mais prementes encontram-se já em fase de resolução. Neste contexto destaca-se a intervenção na Ribeira da Salgueirinha que no troço compreendido entre “Vale do Alecrim - Pinhal Novo - Albufeira da Brejoeira”, numa extensão de 5,4 Km que atravessa o aglomerado urbano de Pinhal Novo, se encontra já totalmente concluída no terreno (1ª Fase da intervenção). Decorre presentemente o concurso público internacional para elaboração de projeto e obra para intervenção num outro troço desta mesma ribeira, correspondente ao troço “Quinta do Anjo – Lagoinha - Vale do Alecrim” (2ª fase de intervenção), a qual se encontra prevista no Programa de Execução e Plano de Financiamento/identificada no Relatório de Fundamentação – Volume 3, designada como AE 1.2.4. *Qualificação da Ribeira Salgueirinha (2ª Fase)*, no âmbito da Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas, e que deverá concretizar-se até 2027, beneficiando de financiamento do Fundo Ambiental.

De referir que as únicas áreas de atividades económicas em todo o território municipal que se mantiveram com incidência de ZAC nesta fase, são apenas duas que se situam na 1ª Fase de intervenção já executada na Ribeira da Salgueirinha e que portanto já não apresentarão risco de inundação (o qual deverá ser entretanto comprovado pelo estudo específico em elaboração), uma outra que se encontra

no troço correspondente à 2ª Fase de intervenção e que será avaliada no âmbito do projeto e obra dessa 2ª Fase e uma quarta que foi já objeto de estudo hidrológico e onde se prevê a construção de uma bacia de retenção devidamente dimensionada e calculada. Todas as restantes áreas de atividades económicas anteriormente propostas que se encontravam abrangidas parcialmente por ZAC ou na sua adjacência, foram retiradas ou reduzidas substancialmente. O plano reforça a importância de acautelar este tipo de riscos estabelecendo a AE 1.2.1. *Definição e implementação de Estratégia para a redução dos riscos de inundações*, a qual permitirá fazer uma atualização geral do estado das condições de drenagem e do risco de potenciais cheias, face a diversas intervenções entretanto ocorridas no território desde 2004 (momento em que foi elaborado um estudo das condições de drenagem “Plano de Drenagem Pluvial do Município de Palmela”), podendo então vir a identificar-se eventuais situações pontuais a carecer de intervenção e medidas de proteção.

De salientar ainda, no âmbito do *Portfólio de Projetos Estratégicos Metropolitanos de Adaptação às Alterações Climáticas – 2030*, desenvolvidos pela AML na sequência do PMAAC-AML, foi apresentada proposta conjunta com o Município de Setúbal referente ao *Controlo de Cheias Rápidas/Inundações Urbanas na Ribeira do Livramento*, a qual mereceu já a prévia aprovação da AML para elaboração de projeto e intervenção, com recurso a apoios financeiros atribuídos à AML.

Degradação ambiental

Tópicos versão março 2021

- A CMP não pretende legalizar operações urbanísticas de loteamento em solo rústico decorrentes de fracionamento ilegal não enquadráveis pelo RJIGT e LAUGI.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Tal como referido anteriormente no âmbito dos designados “clandestinos”, a CMP tem vindo a desenvolver ações com vista à reposição e cumprimento da legalidade urbanística.

Ainda sobre este tema, de destacar a criação de novas AE no plano, 1.2.8. *Identificação das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação* e 5.3.1. *Plano de reabilitação global das redes de água e saneamento a 10 anos*. No âmbito dos resíduos urbanos foram identificadas iniciativas e ações a desenvolver pelo Município pp. 250m e 252 do volume 3 do Relatório de Fundamentação e incluído capítulo relativo às OGR (pp. 299 a 304 do volume 2). De referir ainda que em associação com a “Brigada do Mar”, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), a CMP, tem promovido ações de educação e sensibilização ambiental que incluem também ações no terreno, para recolha de resíduos abandonados de forma clandestina, tendo as primeiras ocorrido em Vila Amélia e Quinta da Marquesa, nas quais foram recolhidas algumas centenas de toneladas de resíduos. Encontra-se presentemente em estudo a criação de condições para um aprofundamento da cooperação com esta ONGD, para que possam ser desenvolvidas este tipo de ações de forma regular, através da criação de um local para a sua fixação e criação de instalações de apoio.

Águas Residuais

Tópicos versão março 2021

- Decorre da legislação específica as condições para o licenciamento destas atividades (art.º 80.º e 82.º).
- O PDM define limitações à localização de Pecuárias, apenas nos Espaços Agrícolas e Florestais e dentro destes apenas em algumas subcategorias. Interdita novas agropecuárias da classe 1 no território municipal.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

A CMP propõe uma nova AE, 5.3.1. *Plano de reabilitação global das redes de água e saneamento a 10 anos*. Paralelamente, no âmbito das Regras Gerais das Áreas de Edificação Dispersa (art.º 89.º da proposta de Regulamento) prevê-se que: “o tratamento de águas residuais domésticas, em áreas que não disponham de rede pública, deve ser assegurado através de mini ETAR compacta privada individual, cujos requisitos técnicos e de funcionamento são estabelecidos em regulamento municipal”, “até à aprovação da regulamentação referida na alínea anterior, o tratamento de águas residuais domésticas em áreas que não disponham de rede pública, deve assegurar a separação entre águas cinzentas e águas negras, integrando as seguintes características técnicas: Sistema de fossa estanque para armazenamento de águas negras, com dimensão mínima de 3.500 litros e com descarga periódica das lamas em aterro a cargo do proprietário; Sistema de tratamento de águas cinzentas (banhos, lavatórios, loiça, roupa) para reutilização doméstica, ou para infiltração no solo, nesse caso mediante licenciamento por entidade competente”.

foi atualizado um conjunto de informação e de dados mais atualizados em matéria de abastecimento público de água e de tratamento de águas residuais (pp. 248 a 250 do volume 3 do relatório de Fundamentação).

Ainda neste âmbito considera-se importante aprofundar formas de aproveitamento de águas residuais tratadas pelas principais ETAR do Município. Atualmente as ETAR encontram-se sob gestão da SIMARSUL, a qual já mostrou disponibilidade e interesse em trabalhar nesta perspetiva, existindo em curso abordagens com particulares para a sua utilização, nomeadamente para rega de vinhas, valorizando este recurso em detrimento da sua descarga e consequente desperdício.

FCD#2

Turismo

Tópicos versão março 2021

- Pretende-se que seja possível a ocorrência de empreendimentos turísticos em espaço rural (al. a) do n.º 5 do art. 76.º) regras gerais dos Espaços Agrícolas e Florestais, cuja tónica é a do aproveitamento de edificações preexistentes, sem aumento significativo da edificabilidade, tendo uma ocupação contida em termos construtivos e paisagísticos.
- Admitem-se outros empreendimentos turísticos nas seguintes categorias/subcategorias: - Espaços Florestais de Conservação (n.º 5 do art.º 81.º), de forma residual; - Espaços Florestais de Produção (n.º 2 do art.º 82.º), privilegiando as tipologias de hotel ou pousada (carga mínima de 75%) só em prédio(s) com área igual ou superior a 200 hectares.
- Conjuntos Edificados em Quintas (n.º 2 do art.º 90.º). Trata-se de áreas delimitadas na planta de ordenamento onde existem valores patrimoniais e económicos a manter e a valorizar. Pretende-se que a componente turística complemente e se sustente nos usos e atividades rurais já existentes.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

O plano tem identificadas categorias de solo orientadas especificamente para as atividades turísticas: *Espaços Turísticos* (OT), em solo urbano (art.º 69.º) e *Espaços de ocupação turística* (OT), em solo rustico (art.º 99.º) e a criação de um artigo referente aos requisitos de eficiência ambiental dos empreendimentos turísticos (art.º 149.º).

No âmbito da estratégia para o setor do Turismo, foi criado o “Fórum Turismo Palmela”⁸⁶. Desde 2017 que o Município tem procurado abordar temas estruturantes e relevantes para o território de Palmela, o que tem contribuindo para um crescente interesse e debate das entidades e agentes do setor, impulsionando o surgimento de novas iniciativas e projetos.

⁸⁶ Edições do Fórum Turismo Palmela:

2017 – Fórum Turismo Criativo;

2018 – Fórum Turismo e Património Cultural;

2019 – Fórum Turismo “As Ordens Religioso-militares na valorização dos destinos turísticos”;

2020 – Fórum Turismo “Reinventar o Turismo – Cooperação para o Desenvolvimento”;

2021 - Fórum Turismo “Palmela na Rota de Peregrinação do Caminho de Santiago”;

2022 – Fórum Turismo “Retoma Turística”;

2023 – Fórum Turismo “A Importância do Enoturismo no Desenvolvimento dos Territórios Vinhateiro”.

Recentemente o Município estabeleceu alguns protocolos, nomeadamente com o Município de Guimarães e com o Município de Silves, procurando criar sinergias entre diferentes regiões do país, apoiar a cooperação entre as suas empresas e dinamizar atividades, potenciando novos negócios no setor, com especial enfoque no Turismo Cultural, Turismo de Natureza, Enoturismo, e em outras áreas como a Gastronomia e o Golfe.

A criação do Centro Rural Vinum – Aldeia Vinhateira de Fernando Pó, constitui uma aposta estratégica do Município para reforço do desenvolvimento da dimensão rural do território e apoio às atividades agro-rurais, cf. se considera pela criação da AE 2.2.3. *Afirmção de Fernando Pó como “Aldeia Vinhateira” da Península de Setúbal*”, não obstante Fernando Pó ter já sido objeto de diversos investimentos nos últimos anos, ao nível da requalificação do espaço público, da promoção da tradicional “Mostra de Vinhos de Fernando Pó” e de melhoramentos nas estruturas de acolhimento da mesma, ao nível da infraestrutura ferroviária e acessibilidades (apeadeiro e praça da estação), da criação de percursos pedestres, designados como “Jardim de Vinhas”, bem como por intervenções em diversas adegas locais com valência de alojamento turístico, a produção e/ou comercialização de produtos locais. Encontra-se atualmente em curso a reconversão da antiga escola primária de Fernando Pó, a afetar a espaço de interpretação e acolhimento de visitantes, com componente de alojamento. Para esta aglomerado a proposta de plano considera ainda o reforço de áreas de atividades económicas ao nível das adegas, assim como a criação de uma reserva “Espaços Multiusos”, com o objetivo de atrair atividades ligadas à investigação/ensino no âmbito da Enologia, da Vinha e do Vinho, da restauração e hotelaria.

Considera-se relevante a estratégia que vem sendo desenvolvida pelo Município, incentivando à realização, de forma articulada com a “Casa Mãe Rota dos Vinhos”, com a CP – Comboios de Portugal e agentes turísticos, de diversas iniciativas e de programas regulares a partir das várias adegas sediadas neste território.

Capital humano

Tópicos versão março 2021

- Identifica-se como operação estratégica (subal. i da al. e do n.º 3 do art. 126.º) neste âmbito o alargamento da incubadora de empresas existente em Pinhal Novo e a sua extensão a outros núcleos do município numa lógica de rede.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Realçam-se igualmente outras entidades e iniciativas presentes no território: A ATEC - Academia de Formação, no parque industrial associado à Fábrica da AutoEuropa; a presença do estaleiro-escola do Poceirão do CENFIC- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul; Cursos de Formação para agricultores promovidos regularmente pela AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela; o Programa Qualifica, orientado para a formação e qualificação de adultos; entre outras medidas.

Em termos de cursos profissionais existe oferta na Escola Secundária de Palmela, na Escola Secundária de Pinhal Novo e na Escola Básica e Secundária José Saramago em Poceirão.

No que concerne às habilitações literárias e académicas, considerando a publicação dos dados definitivos dos Censos 2021 do INE podemos constatar que: a taxa de analfabetismo diminuiu, de 5,8% (em 2011) para 2,3% (em 2021) no Município de Palmela e de 11,6% (em 2011) para 7,4% (em 2021) na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, territórios que, historicamente, pelas suas características rurais e estrutura populacional envelhecida, apresentam taxas de analfabetismo claramente superiores à média nacional, o que não impede que estejamos na presença de populações com um “saber-fazer” na esfera das atividades rurais e tradicionais muito desenvolvido e que se tem vindo a perder junto das novas gerações; a proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo aumentou, de 31,7% (em 2011) para 45,6% em (2021) no Município de Palmela e de 16,6% (em 2011) para 30,6% (em 2021) na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, um aumento para quase o dobro, destacando-se ainda a Freguesia de Quinta do Anjo que passou de 39,2% (em 2011) para 56,1% (em 2021); no que concerne à proporção da população residente com ensino superior completo aumentou, de 14,6% (em 2011) para 21,3% em (2021) no Município de Palmela e de 4,8% (em 2011) para 9,9% (em 2021) na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, um aumento para quase o dobro, destacando-se igualmente a Freguesia de Quinta do Anjo que passou de 19,5% (em 2011) para 26,1% (em 2021).

Destaca-se, ainda, a futura instalação do Centro Internacional do Audiovisual de Palmela⁸⁷ e um projeto para uma Escola Profissional a localizar no aglomerado urbano de Aires junto à Estação Ferroviária de Palmela (Linha do Eixo Ferroviário Norte-Sul/Lisboa-Setúbal e Linha do Sado).

No âmbito do regulamentar o plano estabelece a criação de Espaços de Atividades Multiusos (art.º 54.º do RPDM) fomentando-se a “instalação de estabelecimentos de investigação, desenvolvimento, tecnologia e inovação, instituições de ensino profissional e/ou superior e ainda serviços, escritórios, restauração e estabelecimentos hoteleiros”, estando estes previstos em diversas “localizações chave” do território com o propósito de dinamizar e/ou reforçar a diversidade e oferta de comércio e serviços nos aglomerados, como são os casos de Palmela, Quinta do Anjo, Aires, Fernando Pó Penalva, etc.

⁸⁷ <https://www.cm-palmela.pt/viver/noticias/noticia/centro-internacional-do-audiovisual-palmela-abre-novo-vetor-de-desenvolvimento-no-concelho>

FCD#3

Áreas ecológicas comprometidas

Tópicos versão março 2021

- Medidas ausentes na síntese da estratégia do PDM-P elaborada pela CMP (Anexo VIII).

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades: Acerca desta temática reforça-se que se considera que as Ações Estratégicas 1.1.1. *Manutenção do Montado de Rio Frio* e 1.1.2. *Florestação da Herdade da Amieira e da zona a sul do Poceirão* previstas na proposta de plano são fundamentais para a defesa da estrutura ecológica metropolitana, e consequentemente municipal, plasmada no PROT-ML e transposta para o plano, com destaque para o Corredor Estruturante Primário de ligação entre os dois Estuários (Tejo e Sado) transversal à AML Sul, e no qual se prevê a interdição de novas edificações.

A recente aquisição da Herdade de Rio Frio pela Corticeira Amorim, representa uma forte aposta no setor florestal, tendo-se aquela empresa iniciado já as primeiras ações conducentes à recuperação e regeneração daquele que é um dos maiores montados de sobro a nível mundial, sendo particularmente singular pelos alinhamentos e dimensão. Este montado materializa constitui em grande parte o Corredor Ecológico Estruturante Primário na Área Metropolitana de Lisboa, a sul. Este montado está também intrinsecamente ligado a outras dimensões identitárias como a “Aldeia de Rio Frio”, outrora uma das maiores estruturas agrárias a nível nacional, conjunto edificado atualmente em estado muito avançado de degradação se perspectiva possa vir a ser totalmente recuperado e reabilitado nas suas diversas funções.

Paralelamente a nova AE 1.2.8. *Identificação das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação* tendo em vista posteriores medidas de intervenção a implementar, e a regulamentação específica para os “Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos” (REG, art.º 87.º), ao estabelecer que “*após cessação da exploração, estes espaços devem ser alvo de recuperação ambiental e paisagística por parte da entidade exploradora: a) De acordo com projeto a aprovar nos termos da legislação específica, nomeadamente do regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais; b) Podendo destinar-se a atividades admitidas na categoria de espaço agrícola ou espaço florestal dominante na sua envolvente*”, constituem uma estratégia transversal nesta matéria.

Áreas verdes urbanas

Tópicos versão março 2021

- Foi transposta e adequada à escala do município a Rede Ecológica Metropolitana (REM) do PROT-AML, incidindo em áreas rústicas e urbanas e complementada com outras áreas definidas pelo município em articulação com a REM.
- Nos aglomerados urbanos a estrutura ecológica (n.º 3 do art.º 38.º) integra-se nas subcategorias de Espaços Verdes Urbanos (arts.º 56.º a 58.º).

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

As áreas verdes urbanas previstas no plano integram a Estrutura Ecológica Municipal. Neste âmbito evidencia-se a Ação Estratégica 3.3.2. *Criação do Parque Verde Urbano do Pinhal Novo*, assim como de forma mais lata diversas áreas inseridas em solo urbano como “Espaços Verdes de Uso Público” e “Espaços Verdes de Proteção”, que constituem áreas destinadas à criação de parques verdes urbanos (com a possibilidade de algum nível de equipamento de valorização das funções de recreio e lazer), bem como de proteção e de desafogo das funções urbanas e de mitigação e adaptação dos riscos decorrentes das alterações climáticas.

Nos principais aglomerados urbanos do Município a estrutura ecológica materializa-se da seguinte forma:

- Palmela: O plano propõe a criação de uma “cintura verde” em torno das encostas da Vila de Palmela, criando uma zona de descompressão, não edificável, arborizável, compreendida entre o Centro Histórico, implantado numa cota mais elevada e as áreas que lhe são envolventes e que se situam a cotas mais baixas do perímetro urbano de Palmela (Outeiro, Serrinha, Pegarias, etc.). Esta cintura verde integra o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, adjacente ao Castelo de Palmela, algumas quintas e terrenos privados (como a Quinta do Carvacho, etc), e áreas públicas com jardins (nomeadamente o Jardim da Alameda, Jardim Joaquim José Carvalho, Jardim Sequeira Paula, etc), bem como os diversos miradouros existentes (Miradouro de Palmela, Miradouro do Largo da Boa Vista, Miradouro do Largo de S. João, Miradouro do Moinho, Miradouro do Tejo, Sado e Atlântico, Miradouro de S. João Baptista, Miradouro Sequeira Paula e Miradouro D. Nuno Alvares Pereira). Com esta proposta pretende-se criar percursos pedestres com locais de permanência para fruição e lazer dos moradores e visitantes, e reforçar o sistema de vistas, associando outros aspetos de interesse do “pequeno comércio local/Bairro”, nomeadamente restauração, explanadas, lojas, etc.).
- Pinhal Novo: O plano propõe a criação de um parque urbano equipado (zona norte do aglomerado) adjacente à vasta área atualmente utilizada para o Mercado Mensal, valorizando as diversas funções urbanas; Criação de um novo parque verde público (zona sul do

aglomerado); criação de uma estrutura verde linear de proteção ao longo de toda a Ribeira da Salgueirinha ligando os dois parques (a norte e a sul), atravessando todo o aglomerado urbano, permitindo a criação de uma vasta zona de descompressão, não edificável, com penetração e acessos em várias localizações para acesso à Ribeira; Criação de áreas verdes de proteção na envolvente da infraestrutura ferroviária e a total renovação do Jardim da Praça da Independência (“coração” do Pinhal Novo).

- Aires: O plano propõe a incorporação dos diversos corredores/áreas vitais plasmadas no PROT-AML, considerado diversos corredores de penetração na área urbana mais consolidada, dos quais se destaca o de ligação entre a Estação Ferroviária de Palmela (a nascente do aglomerado) e até à Quinta da Glória (a poente do aglomerado), integrando a criação de um novo parque verde público de grande dimensão (Portal Branco).
- Lagoinha: O plano propõe a criação de um corredor verde de proteção adjacente à Ribeira da Salgueirinha no troço de atravessamento de todo o aglomerado urbano (direção poente – nascente); Criação de áreas verdes de proteção integrando algumas áreas de povoamentos de sobreiros.
- Quinta do Anjo: O plano propõe a criação e reforço da “estrutura verde” para uso público adjacente à Ribeira da Salgueirinha, atravessando todo o aglomerado urbano a poente (direção norte-sul). Integração de espaços verdes de recreio e lazer já existentes e consolidados (Portais da Arrábida e Parque de Manutenção do Sobral); Prevê-se ainda (a nascente do aglomerado) a criação de espaços verdes de proteção, livres de edificação, na contiguidade de áreas adjacentes dos sepulcros neolíticos das “Grutas Artificiais de Quinta do Anjo”, contribuindo para a preservação e defesa das características deste lugar ímpar de importância arqueológica e da sua paisagem envolvente (Aldeia de Quinta do Anjo e Serra do Louro/Arrábida).
- Cabanas: Sendo que parte deste aglomerado se situa em área do Parque Natural da Arrábida (PNA), ainda que sem regime de proteção associado, sendo esta uma área de encosta, de orografia e rede hidrográfica bastante acentuadas, a proposta de plano considera estabelecer uma faixa de proteção verde ao longo de toda a zona de transição entre as áreas urbanas edificadas e as áreas integradas no PNA que se já encontram sujeitas a regime de proteção do POPNA⁸⁸, funcionando como um “amortecimento” à ocupação urbana e edificada. Para as áreas de relevo mais plano, fora do PNA na adjacência das diversas ribeiras e linhas de água a proposta

⁸⁸ POPNA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.

de plano considera corredores verdes de proteção associados a essas ribeiras e linhas de água, integrando as galerias ripícola existentes e a reforçar. Para o extremo poente do aglomerado, onde já existe um parque com um notável conjunto de pinheiros mansos de grande porte e onde se localiza atualmente um parque de merendas, junto à Capela de S. Gonçalo (local de antiga romaria e onde atualmente se celebram festas e encontros), a proposta de plano prevê que a via que atualmente o atravessa seja desviada, libertando esta área de tráfego e ruído, propondo-se então um alargamento substancial do parque público, centrado na Capela de S. Gonçalo e integrando a mancha de Pinheiros e um olival que lhe fica contíguo, conforme se encontra previsto na AE 3.4.2. *Ampliação e qualificação do parque de merendas de São Gonçalo* (Programa de Execução e Plano de Financiamento /volume 3 do Relatório de Fundamentação). Numa ação conjunta concertada com o Município de Setúbal prevê-se o referido desvio da ligação rodoviária da Estrada dos Quatro Castelos com a EN 379 para uma área de limite dos Concelhos. De referir ainda a recente entrada em funcionamento de uma ciclovia que se inicia neste local, apoiada ao longo da extensa via “Estrada dos Quatro Castelos”, também reabilitada, permitindo a ligação em modo suave a outros pontos, nomeadamente Vila Amélia, Quinta do Conde (Município de Sesimbra), vide AE 5.2.3. *Criação de rede ciclável intermunicipal ligando aglomerados urbanos e interfaces de transporte público coletivo*.

- Poceirão: Este aglomerado urbano, sede da atual União das freguesias de Poceirão e Marateca, encontra-se no cerne do Corredor Estruturante Primário (PROT-AML). Na proposta de plano este aglomerado urbano foi substancialmente reduzido face ao seu perímetro atual (pp. 275 e 276 do volume 3 do Relatório Fundamentação), cingindo-se a uma malha urbana reticulada, muito consolidada, dotada de um parque verde público, correspondente a um dos seus quarteirões (adjacente a vários equipamentos coletivos). Na parte sul do aglomerado, junto à escola Secundária José Saramago, o plano considerou um plano de água correspondente às “Lagoas Temporárias do Poceirão”, as quais constituem um valor ecológico a preservar e valorizar, estando estas lagoas temporárias identificadas em documentos científicos e técnicos, nomeadamente nos estudos de caracterização/fichas da Estrutura Ecológica da proposta de alteração ao PROT-AML de 2010 (não aprovada). Considera-se que a já suprarreferida, a AE 1.1.2. *Florestação da Herdade da Amieira e da zona a sul do Poceirão*, é fundamental para a mitigação de riscos com potencial impacto neste aglomerado e também para o reforço do já referido Corredor Estruturante Primário e das suas valências e sistemas ecológicos (água, solo, vegetação, etc).

- Águas de Moura: Este aglomerado urbano, sede da antiga Freguesia da Marateca, encontra-se inserido em plena área da Rede Natura 2000 e no Corredor Estruturante Primário (PROT-AML). O aglomerado é atravessado pela Ribeira da Agualva, constituindo uma autentica estrutura verde natural com grande capacidade de drenagem e uma galeria ripícola bem marcada. Esta Ribeira de grande impacto no ordenamento e modelação do aglomerado tem uma enorme riqueza em termos de biodiversidade (fauna e flora), tendo a proposta de plano reduzido significativamente o atual perímetro (pp. 277 a 279 do volume 3, do Relatório de Fundamentação), revertendo áreas de expansão urbana previstas no PDM em vigor com características marcadamente rurais, para categorias florestais e agrícolas. No seio deste aglomerado existem ainda lotes vazios disponíveis, permitindo uma razoável colmatção urbana. Destaca-se o Sobreiro “Assobiador”, que se encontra classificado como Árvore de Interesse Público e que constitui um ex-libris desta localidade, estando integrado numa área verde urbana.

Em sede de Regulamento, nas Disposições Finais e Transitórias, existe um novo artigo (art.º 148.º), relativo à Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas⁸⁹, no qual são identificados um conjunto de usos e ações a privilegiar e a implementar.

⁸⁹ Adaptação e mitigação das alterações climáticas

1. A instalação dos usos e ações admitidas no presente regulamento deve, sempre que possível:
 - a) Promover a recolha e armazenamento de águas pluviais e a sua reutilização em sistemas de rega de espaços verdes, públicos ou privados, e outras utilizações consideradas pertinentes para o efeito;
 - b) Privilegiar a plantação de espécies vegetais autóctones e de espécies vegetais com maior capacidade de captura de carbono e incentivar a plantação de vegetação adaptada ao clima mediterrânico, com reduzidos consumos de água, nomeadamente, a criação de prados de sequeiro;
 - c) Salvar os espaços verdes urbanos existentes e promover a criação de espaços destinados à horticultura urbana;
 - d) Implementar medidas que visem mitigar o efeito das ilhas de calor urbanas, designadamente, através da plantação de vegetação arbórea e arbustiva em arruamentos e espaços públicos;
 - e) Promover a eficiência energética na construção e reabilitação de edifícios e espaços públicos e o aproveitamento local de recursos, através da utilização de materiais de construção de baixa condutividade térmica;
 - f) Promover a autossuficiência energética das construções, através da instalação de painéis solares e fotovoltaicos, preferencialmente evitando a ocupação do solo;
 - g) Impulsionar a integração de tecnologias de aproveitamento de energias renováveis em solo urbano e a produção de energias renováveis em solo rústico, conforme previsto no presente regulamento.
2. Sempre que possível e adequado, devem ser promovidas as seguintes ações para garantir o funcionamento e manutenção do sistema hídrico:
 - a) Libertar as áreas envolventes das linhas de água, leitos de cheia e áreas de risco de inundações, de modo a salvar as condições de segurança de pessoas e bens;
 - b) Fomentar o aumento de áreas permeáveis em solo urbano e restringir a impermeabilização em locais que condicionem o funcionamento do sistema hídrico;
 - c) Criar bacias de retenção a montante dos aglomerados urbanos, que não coloquem em causa o funcionamento do sistema hídrico e a conservação dos valores naturais;
 - d) Garantir a recolha e o correto encaminhamento das águas pluviais, se possível prevendo sistemas de recolha, armazenamento e reutilização para diferentes usos.

Áreas agroflorestais

Tópicos versão março 2021

- É a integração destas áreas na Estrutura Ecológica Municipal (Espaços Agrícolas de Conservação – al. a) do n.º 1 do art.º 78.º e Espaços Florestais de Conservação – al. a) do n.º 1 do art.º 81.º), propondo-se modos de produção biológica e integrada, restringindo novas ocupações edificadas e usos impactantes, assim como promovendo ações de arborização com espécies autóctones.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

A proposta de plano foi revista, sendo que algumas áreas anteriormente classificadas como “Áreas de Edificação Dispersa” revertido⁹⁰ para a categoria de “Espaços Agrícolas e Espaços Florestais”, nomeadamente para a subcategoria de “Espaços Agrícolas de Produção”, como para “Espaços Agrícolas de Conservação”, tendo sido consideradas as normas e os modelos de intervenção preconizados no PROF-LVT (art.º 85.º da proposta de Regulamento).

No âmbito do Plano de Ação do PLAAC-Arrábida⁹¹ estão previstas várias medidas no âmbito da Agricultura e Florestas⁹². Por outro lado, na proposta de Regulamento do PDM, nas Disposições Finais e Transitórias, no artigo referente à Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (art.º 148.º), defende-se “privilegiar a plantação de espécies vegetais autóctones e de espécies vegetais com maior capacidade de captura de carbono e incentivar a plantação de vegetação adaptada ao clima mediterrânico, com reduzidos consumos de água, nomeadamente, a criação de prados de sequeiro”. De salientar que, no que respeita à Estrutura Ecológica Municipal, a proposta de plano aumentou ainda de forma expressiva as áreas e corredores ecológicos, nomeadamente na contiguidade com o empreendimento turístico “Palmela Village”, a norte do Pinhal Novo e Lagoinha-Terrim-Carregueira, permitindo uma maior proteção das principais linhas de água e galerias ripícola, privilegiando usos agroflorestais e minimizando a introdução no meio de produtos fitossanitários e fertilizantes químicos.

⁹⁰ A reversão referida foi na ordem dos 1.000 hectares, cf. explicitado na parte final deste memorando.

⁹¹ <http://www.plaaci.ena.com.pt/db/documentos/848.1.3.63c51a6190523.pdf>

⁹² Destacando-se as seguintes: AGR1 Implementar práticas agrícolas que melhorem a capacidade de retenção e infiltração de água pelo solo e que contribuam para a estrutura e proteção dos solos; AGR2 Construção de infraestruturas de retenção de água (reservatórios, açudes, etc.) para uso agrícola e pecuária, fomento da biodiversidade e combate a incêndios rurais; AGR4 Proteger, recuperar e restaurar os sistemas de drenagem natural; AGR7 Promoção de atividades agrosilvopastoris que diminuam o risco climático; AGR8 Criar e manter uma rede de bancos de sementes e de viveiros de preservação como museus vivos para preservar o património alimentar e a flora autóctone; AGR10 Apoiar projetos de agroecologia e modo biológico; AGR12 Incentivar a reocupação sustentável de áreas agroflorestais abandonadas; e AGR13 Desenho e instalação de um sistema intermunicipal de recolha e armazenagem de biomassa sobrança das atividades agrícolas e florestais.

Conflito de uso do solo

Tópicos versão março 2021

- A aplicação dessas medidas (aplicação de embargo, coimas ou demolição) decorre da lei geral e o município aplica-as.
- No regulamento apenas estão expressas as que incidem nas áreas protegidas e possuem planos especiais (POPNA e PORNES) e resultam do articulado em vigor e foi resultado da sua transposição para a proposta (título V, arts.º 94.º a 119.º).

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Neste âmbito a proposta plano incorporou a explicitação em que na categoria de “áreas de edificação dispersa”, abrangidas por solos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN) e/ou na Reserva Agrícola Nacional (RAN) o normativo está sujeito à ao disposto e à prevalência das determinações dos seus respetivos regimes jurídicos (RJREN e RJRAN).

FCD#4

Participação pública

Tópicos versão março 2021

- Fórum Palmela 21 (2009);
- Sessões de apresentação do plano e período de discussão pública (a realizar).

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

A CMP foi pioneira na adoção do “Orçamento Participativo” no contexto nacional. Não obstante, para além de manter essa prática intrínseca, tem evoluído para outras abordagens e contextos de participação, alargando os processos participativos, nomeadamente aos/às trabalhadores/as do Município, bem como construindo uma agenda mais sistemática ao longo de todo o ano, com momentos cíclicos de trabalho com as populações, seja ao nível das freguesias, seja em temas mais específicos, nomeadamente no âmbito do Ambiente e Sustentabilidade, da Mobilidade e Transportes e do Ordenamento do Território e Urbanismo. Foram coligidos no Quadro 3 do Volume 3 do Relatório de Fundamentação (pp. 30-34): Exemplos de Participação Pública desenvolvidos no âmbito da atividade da CMP.

Património cultural

Tópicos versão março 2021

- A estratégia de valorização do património cultural e identidade cultural do território surge muito ligada ao Turismo e ao Lazer e ao aproveitamento dos valores naturais, paisagísticos e agrícolas existentes. Destacamos os seguintes: - Dinamização da Rota de Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul. A Casa Mãe da Rota de Vinhos, sediada no Município, assume as funções de organização, exposição, comercialização dos vinhos e de outros produtos tradicionais; - Promoção de festas tradicionais e certames, eventos com visibilidade regional e nacional, casos do Festival do Queijo, Pão e Vinho da Quinta do Anjo, da Mostra de Vinhos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca (em Fernando Pó) e da tradicional Festa das Vindimas; - Divulgação de Percursos Turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural, designadamente um percurso pedestre pelo Centro Histórico, a visita a locais com testemunhos arqueológicos - a arqueologia rural da Herdade de Rio Frio e outros testemunhos que estão dispersos pelo Município (as grutas da Quinta do Anjo, o povoado neolítico em Casal da Cerca, entre outros).
- No âmbito museológico e a da sua ligação à valorização do património e identidade culturais, podemos destacar: - O Museu do Ovelheiro/ARCOLSA, localizado em S. Gonçalo, Cabanas; - A Quinta Pedagógica Caramela – Fundação Centro de Ocupação Infantil. Iniciativa com vista à realização de visitas à Quinta da Casa Caramela, localizada no sítio da Palhota. Trata-se de uma quinta que constitui um dos exemplos da tradição caramela que se fixou na zona, com uma tipologia de casa específica. Neste espaço “explora-se uma vertente pedagógica” relacionada com o conhecimento e atividades quotidianas ligadas ao mundo rural.
- Ao nível de identificação de valores patrimoniais (não classificados) identificaram-se vários edifícios e conjuntos a merecer preservação e valorização, propondo-se algumas orientações nesse sentido.
- Ao nível do património arqueológico foi identificado o inventário dos sítios e achados, não tendo sido possível em tempo útil à conclusão desta proposta técnica de plano nesta fase aprofundar o trabalho conducente a um conhecimento mais alargado para proteger potenciais valores e zonas de maior probabilidade de ocorrência, o que poderá eventualmente vir ainda a ser realizado caso tal seja enquadrável face à legislação em vigor.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Para além das diversas iniciativas neste âmbito sublinha-se uma maior densificação da AE 3.2.2 *Qualificação e valorização do Castelo das suas funções museológicas e culturais.*

No âmbito de um maior aprofundamento da Arqueologia, foram criadas as Jornadas Internacionais de Arqueologia de Palmela, tendo sido realizada a 2ª edição em 2023.

Por sua vez, o Plano de Ação do PLAAC-Arrábida prevê seis medidas de adaptação no âmbito do Património Cultural⁹³.

⁹³ PCULT1 - Identificação do Património Cultural (material e imaterial) vulnerável aos riscos diretos e indiretos aos efeitos das Alterações Climáticas; PCULT2 - Criação de guias para Boas Práticas construtivas no âmbito de património existente e novas construções; PCULT3 - Criação de uma estrutura técnica de monitorização e controlo do património construído; PCULT4 - Valorização do património cultural através do desenvolvimento e criação de soluções adaptadas às Alterações Climáticas (introdução de espécies botânicas autóctones, materiais sustentáveis e/ou reaproveitamento de materiais locais); PCULT5 - Sensibilizar e capacitar as comunidades locais para as ameaças e oportunidades associadas às alterações climáticas, tornando-as agentes ativos; e PCULT6 - Proteção através da classificação das paisagens culturais (Moinhos e serra do louro; castelo e vila; vinhas; montado; arrozais; arqueopaisagem associada aos monumentos/sítios arqueológicos)-

FCD#5

Vulnerabilidade das populações aos riscos

Tópicos versão março 2021

- No caso concreto de Palmela, procurou-se plasmar parte do conteúdo do “Guia para a integração da adaptação no planeamento municipal, intermunicipal e metropolitano” do PMAAC-AML no regulamento do plano (PDM).
- A EEM-Estrutura Ecológica Municipal (arts.º 37.º e 38.º do regulamento) surge como a grande estratégia e ação de adaptação às alterações climáticas no Município de Palmela. De salientar que esta estrutura define a estratégia municipal de valorização e salvaguarda dos valores e recursos, naturais, agrícolas, florestais e culturais fundamentais para o equilíbrio e sustentabilidade do território, estando articulada com os objetivos da Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML, cujas áreas e corredores foram transpostos para o PDMP, assegurando a conectividade e continuidade ecológicas num âmbito Metropolitano.
- Procurar-se-á portanto a valorização e a sustentabilidade ambiental e ecológica do território através da proteção de áreas com relevante valor ecológico e paisagístico, cuja articulação com as demais áreas da estrutura ecológica garanta nexos de conectividade e de resiliência.
- Outras estratégias e ações municipais no âmbito da adaptação às alterações climáticas passam pela qualificação das linhas de água e pela mitigação de riscos (als. b), c) e d) do n.º 3 do art.º 126.º). A operação estratégica de qualificação de linhas de água é consubstanciada sobre a forma de várias ações conducentes à regularização e, pontualmente, à renaturalização de troços de linha de água, previstas em sede de programa de execução, designadamente: Rio de Lagos, Ribeira da Quinta do Anjo, Ribeira da Salgueirinha (nos troços que atravessam a Lagoinha, o Pinhal Novo e a Quinta do Anjo).
- Relativamente à mitigação de riscos, o PDM propõe duas tipologias de ações; a criação de bacias de retenção/amortecimento, uma em Quinta do Anjo e outra em Baceiros; e a adoção de ações tendentes à minimização da produção ou libertação de gás metano nas instalações e empresas do ramo da agropecuária com a interdição de novas explorações da classe 1 em todo o território do município.
- Outra estratégia de adaptação às alterações climáticas definida pelo PDM, incide no desenvolvimento de uma operação de promoção da sustentabilidade energética, concretizável sob a forma de duas ações: uma orientada para a adoção de tecnologias e de comportamentos adequados nos edifícios municipais e no espaço público e outra para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Acerca desta temática houve reformulações, tanto a nível regulamentar, como das AE, destaca-se a AE 1.2.8. *Identificação das fontes poluidoras e áreas suscetíveis de contaminação*. Em termos regulamentos prevêem-se novas normas acerca da suscetibilidade a tsunamis (n.º 1 do art.º 9.º) e de proteção à Zona Vulnerável do Tejo (art.º 15.º) (i.e. redução da poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola). Por sua vez, no Plano de Ação do PLAAC-Arrábida, preconizam-se uma série de medidas na esfera da Segurança de Pessoas e Bens⁹⁴.

⁹⁴ Com especial relevância para as seguintes: SegPB1 - Diminuir a exposição das pessoas e bens a temperaturas elevadas/ondas de calor e incêndios rurais/florestais; SegPB2 - Diminuição da exposição de pessoas e bens a eventos de precipitação intensa; e SegPB5 - Elaboração de Planos de Contingência para Ondas de Calor, Incêndios e outros riscos.

Eficiência energética

Tópicos versão março 2021

- Genericamente prevê-se o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a produção de energias renováveis e para a minimização de consumos energéticos – operação estratégica (al. d) do art.º 126.º do RPDMP).
- No que concerne ao acompanhamento do Plano e à obrigação de reporte, estando em curso a execução das 33 medidas e suas ações, é também tarefa fundamental do Município a monitorização desta execução, permitindo aferir o grau de cumprimento do compromisso assumido, bem como responder à obrigação de reporte periódico no quadro do Pacto dos Autarcas.
- Por outro lado, em 2009, o Município de Palmela, assumiu o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir em 20% as emissões de CO2 no seu território até 2020, subscrevendo o Pacto de Autarcas - iniciativa europeia destinada a envolver os governos locais no cumprimento dos objetivos da União Europeia para o clima e energia.
- Para garantir o cumprimento (e mesmo a ultrapassagem) daquele compromisso, após discussão interna e externa, foi elaborado e aprovado o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela (PAESP).
- O PAESP apresenta 3 eixos principais: a eficiência energética, as energias renováveis e a comunicação para a utilização racional de energia e as energias renováveis, sendo operacionalizado em 33 medidas distribuídas por 8 setores: Transportes; Indústria; Doméstico; Serviços; Agricultura; Resíduos; Águas Residuais e Produção de Energia.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Acerca desta temática houve reformulação das AE previstas, passando agora a ser consideradas: 1.3.1. *Criação de Comunidades de Energia Renovável*, 1.3.2. Continuação da Estratégia de implementação de soluções de maior eficiência energética da Rede de Iluminação Pública (IP), mantendo-se a AE 1.3.3. *Fomento da mobilidade elétrica, da redução das emissões de CO2 e da descarbonização*. De salientar que, em sede de Plano de Ação do PLAAC-Arrábida, propuseram-se medidas no âmbito da Energia e Segurança Energética⁹⁵. No Regulamento, nas “Disposições Finais e Transitórias”, existe um novo artigo acerca da Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (art.º 148.º), onde se procura “Promover a eficiência energética na construção e reabilitação de edifícios e espaços públicos e o aproveitamento local de recursos, através da utilização de materiais de construção de baixa condutividade térmica; Promover a autossuficiência energética das construções, através da instalação de painéis solares e fotovoltaicos, preferencialmente evitando a ocupação do solo”, destacando-se ainda, tal como referido anteriormente, a criação de um artigo referente aos requisitos de eficiência ambiental dos empreendimentos para os turísticos (art.º 149.º).

⁹⁵ Nomeadamente: ENER1 - Melhorar a eficiência energética no edificado, com especial atenção ao ocupado por populações vulneráveis às Alterações Climáticas; ENER2 - Constituição de Comunidades Energéticas; ENER3 - Incentivo à instalação de painéis solares fotovoltaicos e de outros meios de produção de energia por fontes renováveis; e ENER5 Articulação de sistemas de contagem inteligente de energia com a gestão de usos e a produção de energia, para reduzir sobrecarga e picos na rede de transporte de energia.

Aproveitamento dos recursos energéticos

Tópicos versão março 2021

- Não identificamos nenhuma.
- Pensa-se que a revisão do PAESP poderá definir melhor esta temática.
Há possibilidade de a energia produzida em centrais solares fotovoltaicas localizada e a localizar em breve no território municipal (existem 6 localizações novas de centrais com estatuto de reconhecimento económico e social por parte do Município) possam fornecer postos de carregamento para veículos elétricos, tendo efeitos práticos e diretos numa mobilidade com menores impactos no ambiente.
- Considerando a crescente importância de produção de energia a partir de fontes e processos limpos, têm surgido diversos projetos para instalação de parques solares de produção de energia em centrais fotovoltaicas, que se encontram em tramitação na CMP, a proposta de regulamento da revisão do PDM (no n.º 7 do art.º 77.º), defende que no “Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Florestais de Produção é admitida a localização e construção de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente parques fotovoltaicos, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos envolventes e na qualidade paisagística das áreas em que se inserem”.
- Paralelamente, em articulação com a AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A pretende-se implementar uma central de recolha, tratamento e valorização de biomassa a localizar em terreno propriedade do município, localizado na zona nascente do município (Unidade Florestal Nascente – PROTAML), a sul do aglomerado do Poceirão.
- Por outro lado o PAESP - constitui um instrumento relevante na implementação de um conjunto de ações, sendo proposta em sede do PDM a realização da sua revisão conducente a um melhor aproveitamento de energias endógenas.

Comentários e alterações à proposta após concertação com as entidades:

Acerca desta temática, no Regulamento, nas Disposições Finais e Transitórias, Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (art.º 148.º), procura-se: “Promover a eficiência energética na construção e reabilitação de edifícios e espaços públicos e o aproveitamento local de recursos, através da utilização de materiais de construção de baixa condutividade térmica; Promover a autossuficiência energética das construções, através da instalação de painéis solares e fotovoltaicos, preferencialmente evitando a ocupação do solo; Impulsionar a integração de tecnologias de aproveitamento de energias renováveis em solo urbano e a produção de energias renováveis em solo rústico, conforme previsto no presente regulamento”.

Outros aspetos considerados

Paralelamente à análise da Materialização dos Temas Estratégicos no Plano, ao longo do documento referente à Avaliação Ambiental Estratégica/Relatório Ambiental, e com destaque nas suas conclusões, acerca da “Edificação Dispersa”, é referida “a ausência de estratégia relativamente à segunda residência configura riscos significativos em todos os FCD, que passam pela manutenção da tendência de dispersão urbana e construção ilegal, com crescente especulação do mercado imobiliário e reforço do carácter sazonal e monofuncional destas áreas e igualmente pelo risco de aumento potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológicos e sobre áreas naturais”. Relativamente a esta matéria o plano procedeu a algumas alterações, nomeadamente no Regulamento e na classificação de uso do solo, que incidiram nos seguintes aspetos:

- Afetação de algumas áreas anteriormente identificadas como “Áreas de Edificação Dispersa” a “Espaços Agrícolas de Produção” e, em menor número, a “Espaços Agrícolas de Conservação”, passando de uma área de 5.867,9 hectares (proposta apresentada à Comissão Consultiva) para 4.855,58 hectares na atual proposta após-concertação com as entidades e validação por parte da CCDR, representando uma diminuição em cerca de 1.000 hectares (redução de cerca de 17,3%);
- Adoção da recomendação da CCDR-LVT, no sentido de se considerar 4 hectares como área mínima para edificar (para uso habitacional), em prédio legalmente constituído nos “Espaços Agrícolas de Produção (AP)”. Complementarmente foi criada uma norma com carácter estratégico que visa incentivar o emparcelamento nestas áreas classificadas como AP, fixando como mínimo a junção de dois prédios e uma área mínima resultante que deverá ser igual ou superior a 2,5 hectares. Procuram-se, assim, criar condições objetivas para uma reversão da tendência de abandono de terras e potenciar um aumento das explorações agrícolas e da produção agrícola no território, apoiando uma “agricultura familiar” e reduzindo a tendência de fragmentação fundiária que vem sendo criada com base em dispositivos legais desajustados, desde os anos de 1970 (Portaria n.º 202/70, de 21 de abril);
- Desdobramento das “Áreas de Edificação Dispersa” em três tipologias distintas (ED1, ED2 e ED3), tornando mais exigente em geral as condições de edificabilidade e função das características próprias de cada área, salvaguardando e articulando-se com a prevalência dos regimes da REN e da RAN que se encontrem em vigor;

No que concerne à afirmação “aumento potencial da pressão antropogénica sobre corredores ecológicos e sobre áreas naturais”, salienta-se que os mesmos são, em grande medida, adjacentes a “Espaços Florestais e a Espaços Agrícolas” (de Produção) e não a “Áreas de Edificação Dispersa”.

No contexto do Espaço Rural e das atividades que lhe estão relacionadas, a agricultura assume particular destaque no Município, desde logo pela sua vocação e área disponível. Garantir o acesso a uma alimentação de qualidade às populações e a necessidade de criar circuitos de proximidade e caminhar para uma cada vez menor dependência de fornecimento de alimentos do exterior, estabelecendo cadeias de produção-transformação-consumo no território da AML, são aspetos essenciais que é necessário articular e garantir. Neste sentido e propósito surgiram recentemente alguns projetos e iniciativas promovidas pela Administração Central em parceria com Universidades (Academia) e

envolvendo outros “atores” do território, nomeadamente os Municípios, destacando-se o projeto “ROBUST Living Lab da AML” e subsequentemente a rede “FOODLINK”.

O Município de Palmela tem integrado os grupos de trabalho destes projetos, sendo membro da recém-criada rede “FOODLINK”. Dadas as características do território para a produção agrícola, a proposta de plano veio dar ênfase à possibilidade de criação de agroparques e parques agroalimentares (pp. 23 e 24 do volume 3 do relatório de Fundamentação) com o intuito que na AML possam existir diversas áreas (parques agrícolas) a funcionar em rede (complementaridade).

Com ligação ao acima referido, à escala mais local, o Município tem promovido encontros e debate sobre o tema “Agricultura”, com especial enfoque no modo de produção biológica. Existe no Concelho de Palmela um conjunto importante de produtores especializados em modo biológico que se pretendem valorizar e fazer crescer em número e escala de produção. Encontra-se portanto em construção por parte do Município o projeto *PalmelaBio*, visando efetivamente a valorização da produção de alimentos em modo biológico, com a finalidade de aumentar a sua produção local, criando alguns incentivos e apoios (nomeadamente técnicos) para os produtores locais, por forma a também desenvolver um programa de alimentação saudável nos refeitórios das escolas do Município e em potenciais refeitórios/cantinas municipais a criar, fomentando mecanismos de produção-consumo mais ajustados.

O Município mantém e reforça o funcionamento dos “Mercados de Produtores” já existentes em Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, para dinamização da economia local ao nível da produção e comercialização dos produtos locais numa lógica de proximidade.

Palmela, 18 setembro 2023.